



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGCASA

SÍLVIO MARQUES SOUSA SANTOS

A IGREJA CATÓLICA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA:
O CASO DE BELO MONTE, PARÁ.

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento
Coorientadora: Profa. Dra. Terezinha de Jesus Pinto Fraxe

MANAUS

2021

SÍLVIO MARQUES SOUSA SANTOS

**A IGREJA CATÓLICA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA:
O CASO DE BELO MONTE, PARÁ.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia / Universidade Federal do Amazonas

ORIENTADOR: PROF. DR. ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO
COORIEANTADORA: PROFA. DRA. TEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE

MANAUS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237i Santos, Sílvio Marques Sousa
A Igreja Católica nos conflitos socioambientais na Amazônia: o caso de Belo Monte, Pará. / Sílvio Marques Sousa Santos . 2021
240 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento
Coorientadora: Terezinha de Jesus Pinto Fraxe
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Igreja Católica. 3. Belo Monte. 4. Conflitos ambientais. 5. Campo da sustentabilidade. I. Nascimento, Elimar Pinheiro do. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Eu nada seria se não contasse em minha vida com pessoas mais do que especiais, fundamentais como meus lindos sobrinhos e sobrinhas, Carlos e Luís, Mariana e Isadora; uma mana fora de série, Katiane, dois irmãos espetaculares, Décil e Rodrigo e suas respectivas companheiras, Geiza e Leilinha. Meus progenitores, Josimar e Suely, pura dedicação. A vocês, não só este trabalho, mas todo o meu amor, toda a minha vida, todo o meu existir. A todas aqueles e aquelas que me ajudaram a mudar as folhas e não as raízes, a mudar as opiniões, jamais os princípios.

AGRADECIMENTOS

Exprimo os meus agradecimentos a Deus e Nossa Senhora, a todas as pessoas que me ajudaram na travessia deste rio do doutoramento. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento mais do que um orientador, um grande amigo e mestre do saber, profundamente comprometido com um mundo mais solidário, fraterno e justo. Homem de trato simples, correto e científico, mas sobretudo humano, com todas as forças que isso implica. Agradeço da mesma sorte a Prof. Dr.^a Terezinha de Jesus Pinto Fraxe, a qual carinhosamente a chamo de rainha. Desde o primeiro momento foi o espírito desta tese. Sempre nos animou nas nossas reuniões de trabalho, sem nunca ter permitido que o desalento se instalasse, mesmo quando as coisas não corriam bem, mantendo-me firme no tema do trabalho, o que me fez, conseguir ultrapassar dificuldades surgidas. Agradeço às coordenações do CCA e do PPGCASA nesse que vive aqui. De igual forma, na pessoa da Prof.^a Dr.^a Sandra Noda (in memória) às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia por tanto saber compartilhado, expresso o meu muito obrigado. Agradeço também ao corpo técnico do programa, em especial, aos amigos Luís e Tijolo e às queridas Fernanda, Dorinha e Nina por tudo. Aos colegas do Laboratório Socioambiental, na pessoa da Mônica, quero agradecer-lhes os momentos, por vezes, magníficos, que passamos. Agradeço o bom convívio, as boas discussões e a alegria das festas celebradas juntos. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pelo apoio a este projeto. Agradeço a Diocese do Xingu-Altamira por permitir o acesso irrestrito a sua história e documentos. Da mesma forma agradeço aos Bispos Dom João Muniz e Dom Erwin Kräutler, pastores dedicados e fieis a missão de Cristo e a Igreja. Agradeço a companheira Doris pela imensa disponibilidade e facilitação do trabalho de campo. Na pessoa da querida irmã Ignêz, agradeço as Irmãs da Caridade e Penitência pelo testemunho e acolhida na comunidade Irmão Sol. Na pessoa da sr^a Antônia Melo, agradeço a todos que colaboraram de outras instituições como MXVP MPF, MAB, FVPP, UFPA, DPP, FAPEAM, entre tantas. Agradeço imensamente a Companhia de Jesus, em especial, meus companheiros da Comunidade Cláudio Perani, que me suportaram nestes tempos áridos de estudo em tempos pandêmicos. A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta tese doutoral ilustra o papel da Igreja Católica como uma atriz nos conflitos socioambientais na Amazônia, no caso específico do conflito em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. A busca foi entender o *porquê* e o *como* dessa participação em um campo, aparentemente, alheio ao seu campo de atuação pastoral. Para essa finalidade, a tese está dividida em três partes. *A primeira*, compreende o conteúdo introdutório que, além dos prolegômenos, apresenta o objetivo geral que é analisar o papel da Igreja Católica no campo socioambiental e, os objetivos específicos, historiar o modelos de desenvolvimento na Amazônia; evidenciar o processo de implantação do projeto hidroelétrico do Belo Monte, desde a sua concepção; caracterizar os conflitos, sua natureza na implementação da UHE Belo Monte; e, por fim, desvelar o papel político e social desempenhado pela Igreja Católica, quando liderou o enfretamento à implementação do projeto desde suas origens. Logo, a realização da caracterização do campo de pesquisa, a mesorregião de Altamira que compreende os municípios atingidos pelo projeto. A metodologia é um estudo de caso com suas etapas e instrumentos necessários para coleta de dados primários (entrevistas) e secundários (relatórios, atas, artigos, teses) para a obtenção dos resultados. *Na segunda parte*, tem-se os resultados-capítulos da pesquisa que estão apresentados em forma de artigos. O primeiro é um capítulo eminentemente conceitual. Nele se ilustra o conceito de Campo de Pierre Bourdieu, o conceito de campo da sustentabilidade e suas diferenças com o desenvolvimento sustentável, conflitos socioambientais, atores socioambientais, percepção e representação desses atores. Esses conceitos compõem o arcabouço teórico no qual se sustenta a reflexão. O segundo artigo apresenta que a Usina hidrelétrica de Belo Monte se insere no contexto histórico do modelo de exploração na Amazônia. Ilustra-se as diversas Amazônias e os ciclos de exploração como a borracha, as estradas, os projetos mineradores e por fim as hidrelétricas. No terceiro capítulo, trata-se de Belo Monte propriamente dita: o contexto político, social, econômico do projeto, espaço do conflito, sua dinâmica, seus atores e movimentações que se constituem em três blocos claros: o político, o pragmático e o ideológico. No quarto e último capítulo, tem-se a Prelazia do Xingu como uma atriz ideológica do conflito, na sua relevância político social, apresentada como resultado de um movimento muito mais amplo da Igreja Católica que nasce no Concílio Vaticano II, passa Medellín e Puebla: Conferências do Conselho Episcopal Latino americano, e pelos encontros da Conferência dos Bispos do Brasil na Amazônia. Essa é a base teórica que constrói a Prelazia e a partir dessa base, a Prelazia constrói o movimento social da região e, por conseguinte, o movimento socioambiental das suas Comunidades, consolidadas em suas assembleias prelatícias. *A última parte* é composta de conclusão geral, referências e anexos.

Palavras-chaves: Amazônia, Igreja Católica, Belo Monte, Campo da Sustentabilidade, Conflitos socioambientais, Estudo de caso.

ABSTRACT

This doctoral thesis illustrates the role of the Catholic Church as an actor in the socio-environmental conflicts in the Amazon, in this specific case in the conflict surrounding the construction of the Hydroelectric Dam in Belo Monte, Para. The impetus was to understand the why and the how of the Church's participation in a realm apparently alien to its pastoral ministry realm. Toward this end, the thesis is divided into three parts. The first part takes in the introductory content that, beyond the prolegomena, presents the general objective, that is, to analyze the role of the Catholic Church in the socio-environmental field and, the specific objectives, which are to historicize the development models in the Amazon; to present evidence about the implementation process of the hydroelectric dam in Belo Monte from its conception on; to characterize the conflict and its nature; finally, to unveil the political and social role undertaken by the Catholic Church, when it led the showdown of the implementation of the project from the start. Then, achieving the characterizing of the field of research, the middle region of the Altamira that comprises the municipalities affected by the project. The methodology is a case study with its necessary stages and instruments in collecting the primary data (interviews) and secondary data (reports, official minutes, articles and theses) in order to obtain the results. In the second part, we have the results - research chapters that are presented in the form of articles. The first is a chapter eminently conceptual. It illustrates Pierre Bourdieu's concept of Field, the concept of the field of sustainability, and the differences with sustainable development, socio-environmental conflicts, socio-environmental actors, and the perception and representation of these actors. These concepts compose the theoretical framework which sustains the reflection. The second article presents how the hydroelectric dam of Belo Monte is inserted in the historical context of the model of exploitation in the Amazon. It illustrates the diversity of amazons and the cycles of exploitation such as those of rubber, roadways, mining projects and finally hydroelectric dams. The third chapter deals with Belo Monte as such: the political, social and economic context of the project, the space of the conflict, its dynamism, its actors and movements that constitute three distinct groups: the political, the pragmatic, the ideological. The fourth and final chapter presents the Prelacy of Xingu as an ideological actor in the conflict, its political social relevance, presented as a result of a much wider movements in the Catholic Church that is born in the Second Vatican Council, and progresses through Medellin and Puebla: Meetings of the Conference of Catholic Bishops in Latin America, and by the meetings of the Conference of Catholic Bishops of Brazil in the Amazon. This is the foundational theory that the Prelacy constructed and from this base the Prelacy constructed social movements in the region and consequently the socio-environmental movement of the Communities, that were consolidated in the assemblies of the Prelacy. The last part is composed of the general conclusion, references and appendices.

Keywords: Amazon, Catholic Church, Belo Monte, Field of Sustainability, Social and environmental conflicts, Case study.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACIAPA	Associação Comercial, Industrial, Agropastoril de Altamira
ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBM	Consórcio Belo Monte
CDC	Código de Direito Canônico
CEAMA	Conferência Eclesial Latino-Americana
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CHA	Complexo Hidrelétrico de Altamira –
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CNBB	Conferência dos Bispos do Brasil
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CNPE	Conselho Nacional de Política
CONSEP	Conselho Episcopal Permanente
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CS	Campo da Sustentabilidade
CVII	Concílio Vaticano II
CVRD	Companhia Vale do Rio-Doce
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNDE	Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético
DPE	Defensoria Pública Estadual
DPU	Defensoria Pública da União
DS	Desenvolvimento Sustentável
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento

EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte S.A.
ESI	Ensino Social da Igreja -
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOE	Friends of the Earth
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
G1	Globo 1
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Igreja Católica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IRN	International Rivers Network
ISA	Instituto Socioambiental
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LAPSEA	Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental
LG	Lumen Gentium
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MME	Ministério das Minas e Energia
MMTACC	Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal

MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra,
MW	Mega Walts
MXVPS	Movimento Xingu Vivi Para Sempre
MXVPS	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
NT	Norte Energia
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Brasileiro
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRDS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Solidariedade e Liberdade
PT	Partido dos trabalhadores
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
RBM	Região de Belo Monte
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus,
TI	Terra Indígena
TL	Teologia da Libertação
UDR	União Democrática Ruralista
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UHEBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WCED	World Commission on Environment and Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área territorial por município da RBM em 2019.	20
Figura 2 – Estimativa da população da RBM em 2019.	21
Figura 3 – Evolução populacional de Altamira entre 1970 e 2020	21
Figura 4 – PIB per capita da RBM em 2017.	22
Figura 5 – Prelazia do Xingu	23
Figura 6 – Gênero dos entrevistados	26
Figura 7 – Componente religião	26
Figura 8 – Componente Idade.....	27
Figura 9 – Local de Residência	27
Figura 10 – Brasil, ilhas econômicas do século XVI a 1930.....	80
Figura 11 – Bacia amazônica.....	91
Figura 12 – Aproveitamento Hídrico na Amazônia.	106
Figura 13 – Bacia hidrográfica do Rio Xingu	108
Figura 14 – Localização da Região de Belo Monte.....	110
Figura 15 – Precipitação média mensal na Bacia do Rio Xingu	112
Figura 16 – Energia Gerada em Belo Monte em 2019 (Média MW).....	127

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 – Potencial Hidrelétrico Brasileiro em cada Estágio por Regiões (valores em MW).	92
---	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1.	Objeto.....	16
1.2.	Campo de Pesquisa	20
2.	METODOLOGIA.....	24
3.	A IGREJA CATÓLICA	29
3.1.	A Igreja Católica e os conflitos socioambientais	32
3.2.	Conflitos socioambientais	32
	CAPÍTULO PRIMEIRO - ARTIGO	35
1.	O CAMPO DA SUSTENTABILIDADE: ATORES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL. ...	35
1.1.	Resumo	35
1.2.	Abstract.....	35
2.	INTRODUÇÃO.....	36
3.	METODOLOGIA.....	39
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1.	Desenvolvimento sustentável	40
4.2.	Sustentabilidade	43
4.3.	Campo	45
4.4.	Campo da sustentabilidade	47
4.5.	Atores	50
4.6.	Conflito	51
4.6.1.	Conflitos socioambientais.....	52
4.7.	Percepção / Representação.....	60
6.	REFERÊNCIAS	61
	CAPÍTULO SEGUNDO - ARTIGO	71

1.	O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	71
1.1.	Resumo	71
1.2.	Abstract.....	71
2.	INTRODUÇÃO.....	72
3.	METODOLOGIA.....	72
4.	DISCUSSÃO RESULTADOS	72
4.1.	As diversas amazonias na Amazônia.....	72
4.2.	Modelo histórico de exploração da Amazônia	78
4.2.1	A borracha.....	81
4.2.2	- Ocupação recente	84
4.2.3	As Estradas	86
4.2.4	Tucuruí.....	87
4.2.5	Carajás	89
5.	A HIDRELÉTRICA BELO MONTE	90
5.1.	Modelo atual de exploração da Amazônia.....	90
6.	CONCLUSÃO.....	94
7.	REFERÊNCIA	95
	CAPÍTULO TERCEIRO - ARTIGO.....	103
1.	BELO MONTE: O conflito, o contexto espacial e natureza, periodicidade, dinâmica, atores socioambientais, a prelação ator relevante do conflito.	103
1.1.	Resumo	103
1.2.	Abstract.....	103
2.	INTRODUÇÃO.....	104
3.	METODOLOGIA.....	105
4.	LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO DA UHEBM	106
5.	PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA	112

5.1.	Pretexto político-econômico do projeto.....	112
5.2.	O espaço do conflito	116
5.3.	Breve periodização do conflito	118
5.4.	A dinâmica do conflito.....	121
5.5.	Dinâmica dos blocos dos atores sociais.....	128
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
7.	REFERÊNCIAS	136
	CAPÍTULO QUARTO - ARTIGO	143
1.	A PRELAZIA DO XINGU NO CONFLITO DA USINA DE BELO MONTE 143	
1.1.	Resumo	143
1.2.	Abstract.....	143
2.	Introdução.....	144
2.1.	O campo de disputa, os atores e a prelazia do xingu	147
3.	METODOLOGIA.....	151
3.1.	Categorias de análises.....	153
4.	RESULTADOS DA PESQUISA	156
4.1.	Da autodefinição de Igreja Católica.....	156
4.2.	Dos níveis de organização e autoridade.....	158
4.3.	Sobre as instâncias na Igreja.....	162
4.3.1	Concílio	163
4.3.2.	Sobre as conferências.....	166
4.3.2.1	Medellín.....	167
4.3.2.2.	As comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação.....	169
4.3.2.3	Puebla	171
4.3.3	Sobre as assembleias da Igreja na Amazônia.....	172

4.4. A prelazia do Xingu	174
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
6. REFERÊNCIAS	188
TERCEIRA PARTE	198
1. CONCLUSÕES	198
1.1. Campo da sustentabilidade.	199
1.2. A metodologia.....	200
1.3. Conflitos socioambientais.....	201
2. REFERÊNCIA GERAL	205
3. ANEXOS	237
3.1. ANEXO A.....	237
FORMULÁRIO DE PESQUISA	237
3.2. ANEXO B.....	238
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	238

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia desperta interesses no mundo por inúmeros motivos, o que, entre outros, proporciona um rico debate sobre o *campo da sustentabilidade*. Sobressaem-se nessas discussões temas como as riquezas naturais, a megabiodiversidade e o modelo de exploração da floresta. Destaca-se também o interesse por seus povos, comunidades tradicionais e indígenas repletas de saberes e, geralmente, atingidas por grandes projetos. Quando não, expulsos por empresários que contratam capangas profissionais para esta finalidade. Povos explorados, escravizados, perseguidos e assassinados em meio a uma luta por terras e riquezas naturais, envolvidos no embate entre atores de tipos diversos.

Esta tese, tem como intuito lançar luz sobre um desses atores importantes do campo da sustentabilidade na Amazônia: a Igreja Católica. O campo de observação da atuação deste ator é a região de Altamira, onde se localiza um dos megaprojetos de produção de energia elétrica, pensado desde 1972. Desde essa década, esta comunidade religiosa vem atuando naquilo que teoricamente se chama de *ambientalismo* ou *ecologismo católico*. Portanto, compreender o papel da Igreja Católica nos conflitos socioambientais na Amazônia, em particular o Caso de Belo Monte, é o intuito desta tese.

A tese está organizada em três partes, as quais, segundo Lonergan (2013), explicitam o *pré-texto*, o *com-texto* e o *pós-texto*. O *pré-texto* diz respeito às condições de possibilidade de aproximação ao tema estudado. O *com-texto* é o próprio objeto e sua história no tempo e no espaço. O *pós-texto* são as conclusões, discussões e inferências.

Nesse sentido, a primeira parte, o *pré-texto*, são as condições de realização do projeto, isto é, o local da pesquisa, seu objeto e respectiva metodologia de estudo. Assim, essa primeira parte descreve o local onde se encontram, materialmente, o objeto da pesquisa e o seu contexto, a região na qual foi erguida a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em seguida descreve onde se encontram, imaterialmente, o objeto da pesquisa, sua problemática teórica e os conceitos utilizados. Finalmente, a metodologia, a forma como a pesquisa foi desenvolvida, métodos e técnicas utilizados para análise e interpretação da problemática da tese.

A segunda parte é o *com-texto*, o meio pelo qual o objeto da tese é examinado. Ela será desdobrada por meio de *quatro artigos*, que irão examinar o objeto da pesquisa em várias de suas dimensões.

O primeiro artigo é eminentemente conceitual. Sua pretensão é apresentar o lastro teórico no qual se fundamenta toda a pesquisa e a apresentação dos resultados. Este artigo explora de maneira epistemológica o que se entende por *Campo*, categoria trabalhada por Bourdieu, que dá sustentação à compreensão do conceito de *campo de sustentabilidade*, como um espaço emergente da luta civilizacional travada hodiernamente. Essa luta tem como objeto os modelos de desenvolvimento e o futuro geracional. No campo da sustentabilidade, além de examinar o que se entende por *desenvolvimento sustentável* e *sustentabilidade*, interessa-nos apresentar os *atores*, as *representações sociais*, e os *conflitos socioambientais*.

O segundo artigo tem como interesse apresentar o processo histórico do modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia de fora para dentro, sempre guiados por atores estranhos à Amazônia, sejam eles nacionais ou internacionais. Este modelo persiste na atual fase, e tem como mote a exploração dos recursos naturais (borracha, minérios, recursos hídricos). A UHEBM é uma expressão desse modelo que faz da Amazônia uma fonte de recursos para o desenvolvimento do restante do País, particularmente o Sudeste. Assim, a usina se insere na lógica de ocupação da Amazônia prevalecente desde o período da Colonização.

Este artigo tem como objetivo, pontualmente, ilustrar essa trajetória, apresentando as diversas Amazônias, na lógica do modelo econômico predominante implementado nos ciclos da borracha, na ocupação populacional por meio da construção de estradas, nos projetos de exploração mineral (Projeto Grande Carajás) e, por fim, o ciclo das hidroelétricas, que começa com Tucuruí na década de 1970 e tem sua continuidade na hidroelétrica de Belo Monte na segunda década do século XXI. É uma literatura relativamente conhecida, mas que serve para contextualizar o projeto Belo Monte como parte da implantação de um modelo capitalista predatório que tem levado a destruição gradativa da floresta, a pobreza do povo amazônida e o aumento da desigualdade social e regional.

O terceiro artigo versa sobre a construção do projeto e da própria Usina Hidrelétrica de Belo Monte, quando desenha o cenário das disputas de poder, constituindo o que se pode denominar de campo da sustentabilidade. Nesse sentido, as visões de mundo e nelas, os interesses diversos, são as raízes do conflito que transborda as fronteiras físicas das áreas diretas e indiretas do projeto. O ator específico do estudo, a Igreja Católica, sua posição de resistência a UHEBM é ideológica, movendo o conflito para outra seara que não é a política e nem a pragmática, dada as disputas entre concepções diferentes de modelo econômico.

De um lado o modelo desenvolvimentista, no qual os objetivos centrais são a obtenção de lucro e a acumulação de riquezas; do outro, a concepção de que outros modelos econômicos são possíveis e necessários. No segundo modelo estão a convicção do respeito à natureza e aos povos originários e populações atingidas, de que os bens da natureza são portadores de valor e não de preços, enfim a defesa da vida pela vida. A contrapor o modelo de exploração, valores como sustentabilidade, conservação socioambiental, presentes no discurso da Igreja Católica, são indispensáveis. Assim se entende a posição no conflito dessa atriz que é Igreja Católica.

O quarto e último artigo, de posse do arcabouço inicial, reflete o problema central, o papel que a Igreja Católica desempenha no conflito em torno da construção de Belo Monte, haja vista que esse conflito se estende em décadas e poucos estudos se referem ao papel da Igreja, e quando o fazem em geral é *en passant*, de forma secundária. Para tal, numa abordagem diacrônica, a partir da literatura consultada em escala mundial, continental e local, aborda-se o que se entende por Igreja Católica, quais organismos a compõem - componentes de suas eclesialidade, ou seja, sua identidade teórico-prática. Numa abordagem sincrônica, para entender a relevância da Igreja, ilustra-se sua história na região do Xingu, a criação da Prelazia, suas assembleias, posicionamentos, personagens, lutas. Enfim, desvelar o papel social e político da Igreja e sua relevância na região da UHE Belo Monte.

No pós-texto, a título de conclusão, sintetizamos os achados apresentados nos artigos, aprofundamos o diálogo com outros interlocutores, problematizando numa perspectiva de duplo caminho. O primeiro é abrir novas janelas para estudos futuros, os quais a delimitação desse trabalho não permite perscrutar e segundo, colaborar na formação de estratégias e atores socioambientais no campo da sustentabilidade na Amazônia.

1.1. Objeto

Neste item apresentamos a problemática da investigação. Nossa tratativa é responder à pergunta: qual o papel da Igreja Católica no conflito de Belo Monte. Apresentamos primeiramente o que compreende a região na qual se desenvolveu o projeto da UHE Belo Monte; em seguida, e de forma rápida o que se entende por Igreja Católica, já que o quarto capítulo será dedicado a ela, ilustraremos na região de Altamira, a Antiga Prelazia e seus componentes. Finalmente, o conflito e sua natureza.

A pergunta que deu origem a essa investigação foi o porquê da invisibilidade da Igreja Católica na literatura acerca dos conflitos socioambientais na Amazônia. Em um recorte

epistemológico, o presente trabalho é proposto a partir da tese de que a *Igreja Católica* é uma atriz importante no *campo da sustentabilidade*, como sujeito importante dos *conflitos socioambientais* resultantes dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, especificamente, no caso da construção do *projeto hidrelétrico* de Belo Monte –UHEBM- no Pará.

Nesse sentido, apresentamos uma leitura da percepção/representação dos diversos atores, dos conflitos e do papel que a Igreja Católica teve neste caso. Assim, visitamos a história da região, os conflitos, seus atores, dinâmicas e, por fim, a relevância do papel político e social da Igreja católica local. Elegemos o caso da UHEBM pelo seu projeto de engenharia, pela sua envergadura econômica, pelos interesses políticos, pelos embates jurídicos e pela resistência que sofreu, na qual a Igreja Católica teve papel relevante. Por ter uma história recente este conflito nos permitir compreender a complexidade de um projeto dessa envergadura em plena Amazônia.

Para o debate da sustentabilidade é importante saber que a Amazônia há tempos tem sua importância reconhecida tanto interna como externamente ao Brasil. Considerada a segunda região estrategicamente mais importante do mundo (AMIN, 2015), ficando atrás apenas das regiões produtoras de combustível fóssil do Oriente Médio, ela convive com mitos e verdades que vão desde a lenda do eldorado mineral dos primeiros colonizadores, até aos dias atuais quando vive o momento do *eldorado da água*, especialmente, para fins energéticos.

E mais ainda, celeiro de muitos insumos (energia, minério, alimento e outros insumos vegetais) que o modelo capitalista de desenvolvimento necessita para a sua reprodução ampliada, na acepção de Marx. A Amazônia é uma das últimas trincheiras da luta socioambiental travada desde o desvelamento da crise ambiental que se dá a partir dos anos 1960/1970 (BECKER, 2004; SCHMIDT e SANTOS, 2002) e intensificado no último quarto do século passado (NASCIMENTO, 2012).

A Amazônia brasileira é configurada nos planos governamentais dos últimos 50 anos como um dos motores de propulsão do desenvolvimento, em função do seu vasto território, pela sua riqueza biológica e pelo seu potencial hídrico. Assim, para o desenvolvimento capitalista do Brasil, as hidrelétricas na Amazônia são colocadas como um eixo essencial. Dada essa relevância, desde os anos 1970 pode-se encontrar planos de instalação de Empreendimentos Hidrelétricos, como nos atesta, entre outros, o Plano Nacional de Energia Elétrica - 2010 da ELETROBRAS (BRASIL, ELETROBRÁS, 1987). Quiçá, a obra mais completa sobre este

problema seja a do professor Philip M. Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (FEARNSIDE, 2015).

Entretanto, é importante saber que, em escala mundial, o Brasil detém 12% da água doce disponível superficialmente no mundo, com condições de serem exploradas. Segundo Gamboa e Cueto (2012), está em cerca de 260 MW o potencial hidrelétrico brasileiro. Mais de 40% desse potencial está localizado na bacia amazônica, excluindo a bacia tocantinense, posto que com ela esse número aumentaria para mais de 50%. O que também aumentaria, proporcionalmente, o potencial usado, pela quantidade de usinas hidrelétricas já instaladas na bacia tocantinense. Comparando, as bacias do Paraná e do São Francisco correspondem a 33% do potencial brasileiro (BRASIL, 2015).

Sendo assim, a Amazônia dispõe de um vasto potencial energético a ser explorado e que pelo ímpeto neodesenvolvimentista, corre o risco de sê-lo, caso não haja uma mudança significativa nos rumos das políticas econômicas do país. O potencial amazônico cresce com a potencialidade de biomassa na produção de energia, além da conhecida potencialidade da energia eólica e solar que começam a produzir energia com menor custo do que a hídrica.

Os processos de instalação, construção e funcionamento das hidrelétricas na Amazônia encontram-se avançados. Algumas dessas usinas ocupam a lista entre as 10 maiores do Brasil e algumas do mundo: Belo Monte (11.233 MW), Tucuruí (8.730 MW), São Luiz do Tapajós (8.381 MW), Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150MW). (BRASIL, 2015).

A história da construção do projeto de usinas hidrelétricas no Xingu (das quais Belo Monte é uma delas) corresponde a mais de 40 anos. Inicialmente, projeto da ditadura militar que contava com a construção de sete barragens, com um aproveitamento potencial de 19 mil MW. Esse projeto que levava o nome de *kararaô*, desde o início sofre grande resistência. Nos primórdios, dois momentos são emblemáticos: o primeiro muito conhecido é o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu que aconteceu no *Centro de Formação da Prelazia do Xingu*.

O segundo, menos conhecido, foi o encontro do Bispo do Xingu, à época, dom Erwin Kräutler, com o banco mundial na cidade de Berna, capital da Suíça, concomitante ao encontro indígena em Altamira, marcando a posição vitoriosa de resistência dos indígenas e da Igreja Católica (IC) ao projeto Kararaô. Depois de muitos reveses jurídicos ambientais e criminais, alterações na arquitetura do projeto, 30 anos depois, o projeto foi reelaborado, e uma usina

construída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Suess (2009), a história da presença da IC nos conflitos socioambientais na região data da abertura da rodovia transamazônica em 1971. Ali, ela era uma instituição que comporta várias dimensões pautadas no Ensino Social da Igreja – ESI, nos termos civil e religioso. No primeiro, a IC é uma instituição com personalidade jurídica presente na região desde 1934. Esta antiga prelazia tinha uma superfície de 368.086,0 KM². Sua população, segundo os dados do IBGE, é de 392.211 habitantes, porém com uma estimativa de 598.376 habitantes em 2021 (IBGE, 2021).

A cosmovisão da Prelazia estava totalmente ligada ao movimento de renovação da Igreja Católica dos anos 1960. Sua dimensão religiosa estava fundada em quatro momentos da sua história recente no mundo, na América Latina e no Brasil. No mundo a partir do Concílio Vaticano II em 1968; na América Latina nas Conferências Episcopais de Medellín em 1968, Puebla em 1979 e Santo Domingo em 1992 (CELAM, 2020); e, no Brasil, no Encontro dos bispos da Amazônia em Santarém em 1972.

São estes eventos que configuram a identidade religiosa, social e política daquela que foi a Prelazia do Xingu. Documentação importante que demonstra esse movimento são os relatórios das Assembleias do Povo de Deus, realizadas pela IC. O dado mais relevante é a definição da Igreja Católica como Povo de Deus. Esse é conceito de IC que se tem desde o Concílio Vaticano II e ratificado nas Assembleias do CELAM. A hierarquia é uma dimensão dela, mas não se confunde com ela. Esse dado é importante, pois essa concepção, dela própria, é a que utilizaremos nesse trabalho.

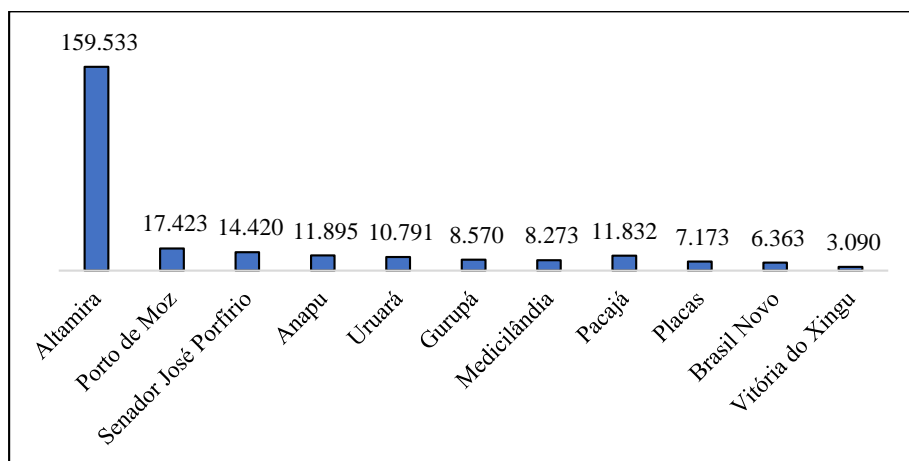
O modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia desde a invasão colonial e acentuado no regime militar, é muito questionável desde o ponto de vista da relação dos sistemas ambientais. Motivo pelo qual essa motivação está na prática dos agentes das comunidades eclesiais de base da antiga Prelazia do Xingu que conformam essa particular Igreja Católica. Analisar a prática socioambiental dessa organização é relevante, em primeiro lugar, pela sua invisibilidade nos estudos socioambientais daquele conflito. Aqui dialogamos diretamente com a academia produtora de conhecimento e com os atores desse campo, buscando entender as razões desta invisibilidade. Em segundo lugar a relevância do estudo sobre o papel da IC nos conflitos em torno da UHE Belo Monte se faz pelo fato de que esta organização se espria por toda a região do Xingu, em meio a outros conflitos socioambientais

e a compreensão do papel dela nos conflitos supracitados pode ser útil para comunidades congêneres em outras partes desta região.

1.2. Campo de Pesquisa

O campo da pesquisa é a região formada por cidades, sedes dos 11 municípios do estado do Pará localizados na área de influência direta e indireta da UHEBM, denominada de região de Belo Monte (RBM). São eles diretamente atingidos: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu; indiretamente, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará (NASCIMENTO e DRUMMOND, 2003). Segundo o IBGE (2019), a Região de Belo Monte tem uma área de 240.044 km², uma área próxima à do Reino Unido (242. 495). Altamira é o maior município com mais de 50% da área total, ocupando 159.533 quilômetros quadrados, cerca de 13% do território do estado do Pará, sendo maior que Bélgica e Áustria juntos. Coberto de floresta, o município tem cerca de 4% do seu território ocupado por agricultura e pecuária (GIRALDIN, 2015).

Figura 1 – Área territorial por município da RBM em 2019.

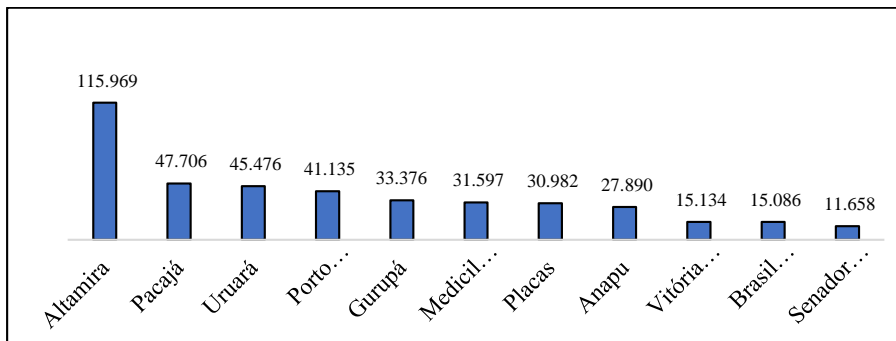


Fonte: IBGE, 2019.

Outra variável importante é a populacional. Como previa o EIA/RIMA do projeto da UHEBM, essa região aumentou sua população exponencialmente em comparação a década imediatamente anterior ao anúncio de construção do projeto. A população estimada em 2019 era de 416.009, quando em 1991 era de 384 412, portanto, quase que dobrou em menos de 3 décadas. Esse índice de crescimento acelerado deveu-se a presença dos trabalhadores contratados pelas empresas encarregadas da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte,

cerca de 25 mil trabalhadores no momento de pico (GIRALDIN, 2015). E os serviços que acompanharam as obras.

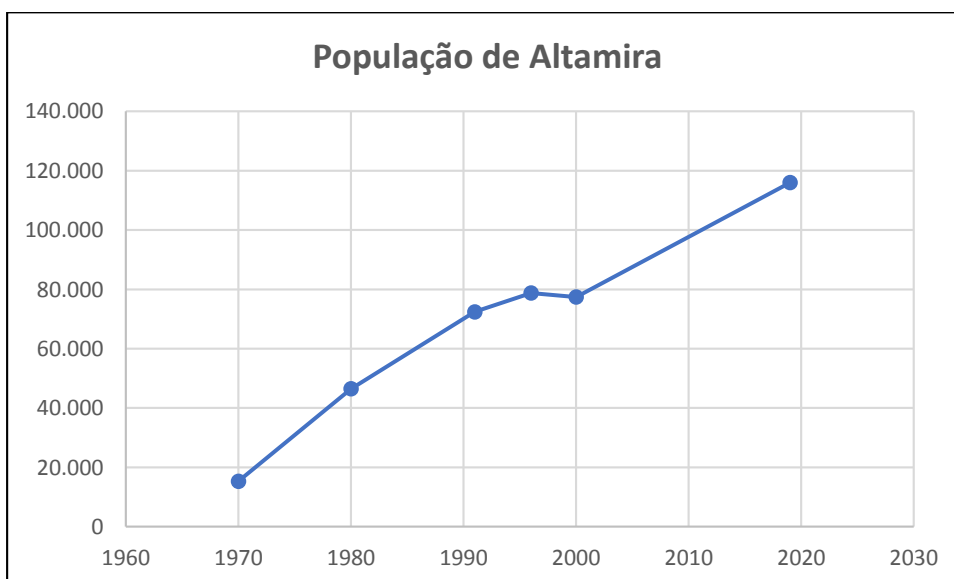
Figura 2 – Estimativa da população da RBM em 2019.



Fonte: IBGE, 2020.

Se em 2000 a população de Altamira era de 77.439 mil habitantes, em 2010 salta para 99.075 e a estimativa para 2019 era de 115.969 habitantes, segundo os dados do IBGE (2020). Como se pode notar no próximo quadro, nos períodos de desenvolvimento de grandes projetos, a região sofre saltos populacionais. O primeiro é de 1970 a 1990 com a abertura da Rodovia Transamazônica e a segunda com a hidrelétrica de Belo Monte.

Figura 3 – Evolução populacional de Altamira entre 1970 e 2020

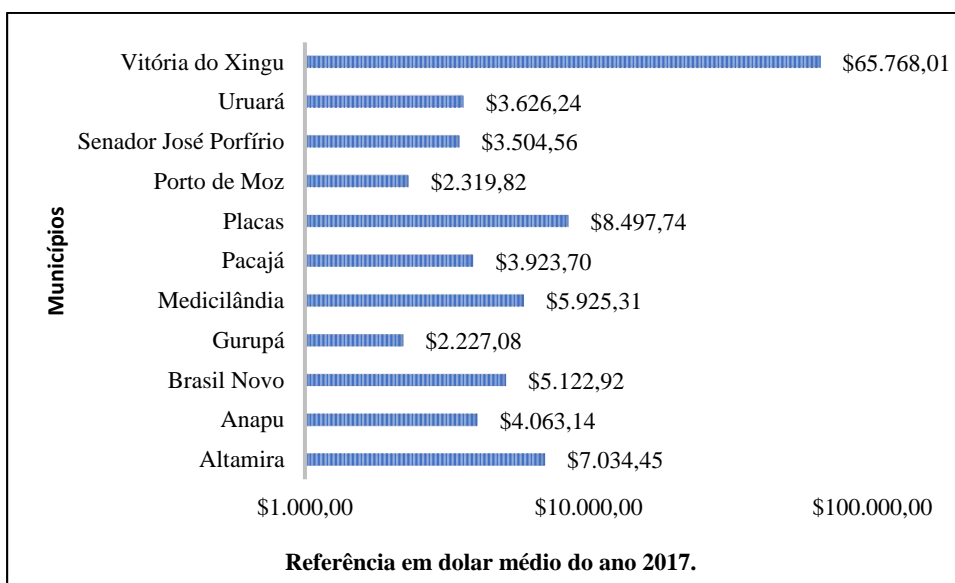


Fonte: IBGE. 2020; NASCIMENTO e DRUMMOND, 2003.

A população dessa região continua na linha da pobreza quando comparada com a média da população brasileira. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é o resumo das dimensões de renda, saúde e educação na RBM tem média de 0,563, muito abaixo da média nacional que é de 0,765, como também abaixo da média do próprio estado, que está entre os mais baixos do Brasil, que é 0,646, dividindo o 24º lugar da escala nacional com o estado do Piauí.

Segundo Nascimento e Drummond (2003), nesta região, em 1999, o PIB *per capita* era cerca de U\$ 1500, muito abaixo da média do Estado do Pará e mais abaixo ainda da média nacional, respectivamente, U\$ 1.979,00 e U\$ 3.453,00. Em comparação, os dados dos últimos levantamentos apontam para os seguintes indicadores econômicos em 2017; o PIB *per capita* nacional U\$ 9.901,91, e o paraense U\$ 5.747,08; na RBM, o município de Vitória do Xingu em 2017 é o município mais rico devido ser a sede da UHEBM, motivo pelo qual detém a maior renda *per capita* U\$ 63.444,00. Já o mais pobre é Gurupá com apenas U\$ 2.227,08 por habitante. No seguinte quadro, ilustra-se a relação Produto Interno Bruto e Renda *per capita*, quando se confirma o índice de pouco desenvolvimento da região.

Figura 4 – PIB per capita da RBM em 2017.



Fonte: IBGE, 2020; IPEA, 2021.

A antiga Prelazia do Xingu é o objeto, ao mesmo tempo que é o campo de pesquisa. Ela está situada na bacia do Rio Xingu, região do centro do estado do Pará, no que tange as áreas de influências direta e indireta do UHE de Belo Monte.

Figura 5 – Prelazia do Xingu



Fonte: Prelazia do Xingu, 2018.

Os municípios que pertenciam a prelazia eram, em ordem alfabética, Altamira, Anapu, Bannach, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Gurupá, Medicilândia, Ourilândia do Norte, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Tucumã, Uruará, Vitória do Xingu. Os que interessam diretamente nosso trabalho são Altamira, Anapu, Brasil Novo, Porto de Moz e Vitória do Xingu, por serem os mais atingidos. No ano de 2018, são 15 paróquias, duas áreas pastorais, 786 comunidades, 18 presbíteros (padres) 7 congregações religiosas femininas, 17 pastorais, movimentos e organismos. É necessário compreender que a IC universal está organizada geograficamente, em ordem crescente, em comunidades, paróquias e prelazias ou dioceses. As prelazias segundo o código de direito canônico – CDC: “São uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano”. (Cân. 370).

As prelazias segundo o código de direito canônico “são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é

confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano”, (Cân. 370).

Em 06 de novembro de 2019, com a reestruturação eclesial do Regional Norte 2, o Papa Francisco elevou a Prelazia do Xingu à categoria de Diocese do Xingu com sede em Altamira-PA. Na ocasião, criou a Prelazia do Alto Xingu com sede em Tucumã-PA. Para a Diocese do Xingu, foi nomeado como primeiro Bispo Diocesano: Dom Frei João Muniz Alves, OFM. A instalação da Diocese e posse do Bispo ocorre em 1º/02/2020, em Altamira. (CNBB, 2020).

Até a década de 30 do século passado, a região do centro do Pará fazia parte da Arquidiocese de Belém, da prelazia de Santarém e de Conceição do Araguaia. Até 2019, o bispo responsável, chamado de bispo prelado e hoje bispo da diocese, é João Muniz Alves, que substituiu Erwin Kräutler, que esteve responsável pela prelazia desde 1981 a 2016. Esta prelazia tem uma superfície de 368.086,0 KM². Sua população, segundo os dados do IBGE do ano 2000, é de 392.211 habitantes, porém com uma estimativa de 568.366 habitantes em 2017 (IBGE, 2018).

2. METODOLOGIA

Nessa sessão de trabalho, apresentamos a metodologia, as técnicas e os métodos utilizados na coleta e análise de dados. Nesse sentido, pretendemos responder à pergunta do *como* se realizou o trabalho. A pesquisa tem um caráter eminentemente qualitativo. É um estudo de caso, com intensiva pesquisa de campo. Para os dados coletados nesta investigação foram utilizadas uma abordagem multi-métodos. A técnica utilizada foi da observação participante, que engendra um processo de interação mais profunda do pesquisador com o grupo investigado, por meio da descrição densa.

Para a realização desse trabalho de pesquisa, o método de investigação social é o estudo de caso. Compreendendo o estudo de caso como um caminho que dar conta de uma realidade complexa de um caso que é muito particular, pois assim sendo, esta unidade reúne uma complexidade única.

A relevância do estudo de caso é que ele além de ser uma ferramenta de investigação é uma técnica de aprendizagem (LÜDKE, 1986). Posto que tenha como fundamental objetivo conhecer e compreender as partes, ou as particularidades de algo, para assim investigar o

funcionamento delas e suas relações com o todo. Assim, torna-se um instrumento capaz de dar conta da complexidade de uma situação específica.

Em síntese, a eleição da técnica de estudo de caso nos possibilita “certa dedicação ao conhecimento e descrição do idiossincrático e específico como legítimo em si mesmo” (WALKER, 1993, p. 56). Nesses termos, “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (MERRIAM, 1988, p. 12). Utilizou-se esta metodologia e seus instrumentos que já são reconhecidos e aprovados na investigação social, sem necessidade de criar outros mecanismos alheios aos consagrados.

Em um estudo de caso, as fases são variadas segundo o autor, porém há uma certa similitude com o esquema que propomos. Veríssimo e Marques (2015) nos apresentam três dimensões que chamam de Ruptura, Construção e Verificação. Estas dimensões se desdobram em etapas: a Ruptura nas etapas 1, 2 e 3, (*Pergunta de Partida, Exploração e a Problemática*); a Construção, na etapa 4 (*Construção do Modelo de Análise*); e, a verificação nas etapas 5, 6 e 7 (*Observação, a Análise das Informações e as Conclusões*) (VERÍSSIMO & MARQUES, 2015). O documento escrito é o resultado das etapas 5, 6 e 7. Na etapa da observação, o trabalho de campo tem relevância exponencial.

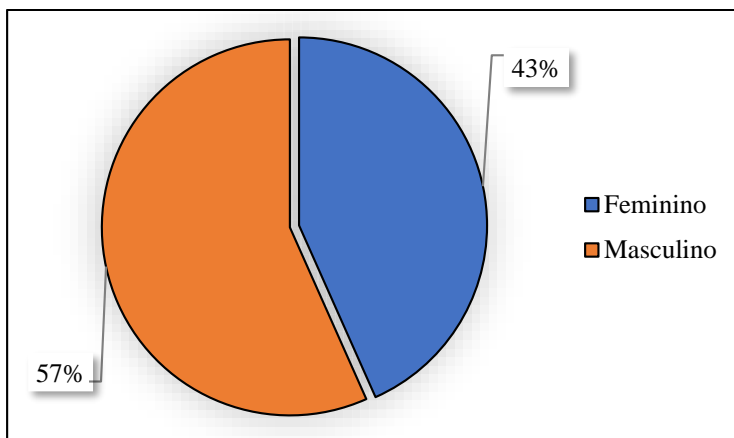
Foram cinco idas a região da pesquisa, desde a visita exploratória em julho de 2017 até a última viagem no final de 2020. O trabalho de campo exerce um papel fundamental porque alimenta e sana as dúvidas e nos aproxima da realidade dos fatos. Minayo (2001) diz que além da contemplação, o próprio pesquisador se torna ator do processo, pois é através de suas lentes, que são os instrumentos da pesquisa, que se reconstruirá uma realidade considerando o olhar crítico dos atores. No intuito de nos aproximar cada vez mais do objeto, participamos de seminários temáticos, conferências, romarias e procissões. Desenvolvemo-nos assim uma observação sistemática, posto que o maior conhecimento do objeto de estudo era o nosso objetivo.

A partir dessa perspectiva, as fontes do presente estudo são primárias e secundárias, entendendo por primárias aquelas geradas pela investigação, que consistiu em cinco idas a campo, em cinco etapas de uma média de dez dias cada entre os anos de 2018 e 2020. Foram trinta entrevistas validadas. Das quais 27 semiestruturadas e 3 abertas, diário de campo; secundárias, aquelas geradas com anterioridade alheia à investigação como documentos

históricos e geográficos, registros escritos e fotográficos, bases de dados e pesquisas oficiais (DELGADO e GUTIÉRREZ, 1994).

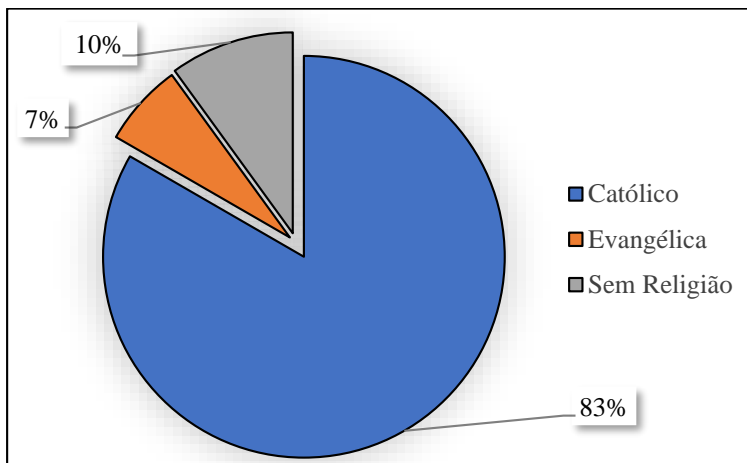
Todos os entrevistados são lideranças sociais, pesquisadores, servidores públicos, membros do staff do consórcio construtor, membros do Ministério Público Federal, integrantes de Igrejas e políticos. Os quadros abaixo demonstram o perfil dos entrevistados sobre gênero, religião, idade e local de moradia.

Figura 6 – Gênero dos entrevistados



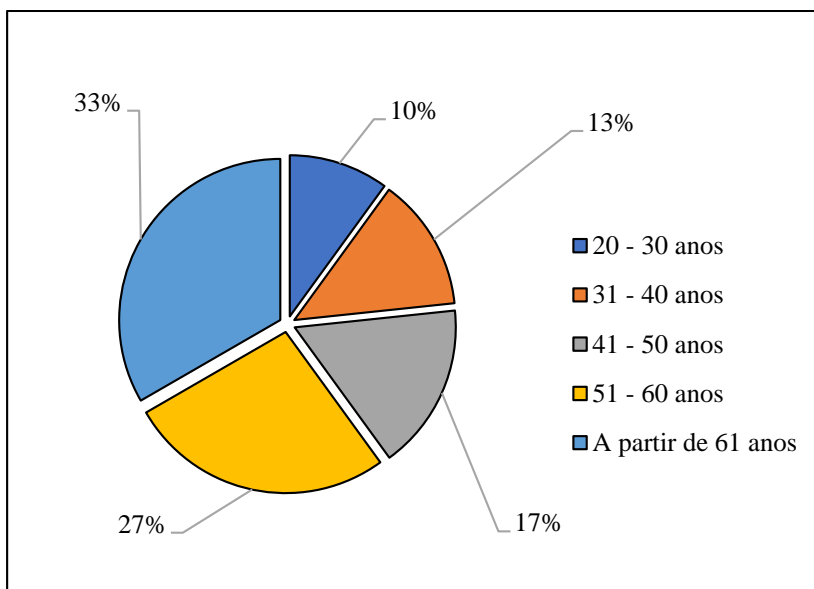
Fonte: O autor (2021). Nota: dados da pesquisa de campo.

Figura 7 – Componente religião



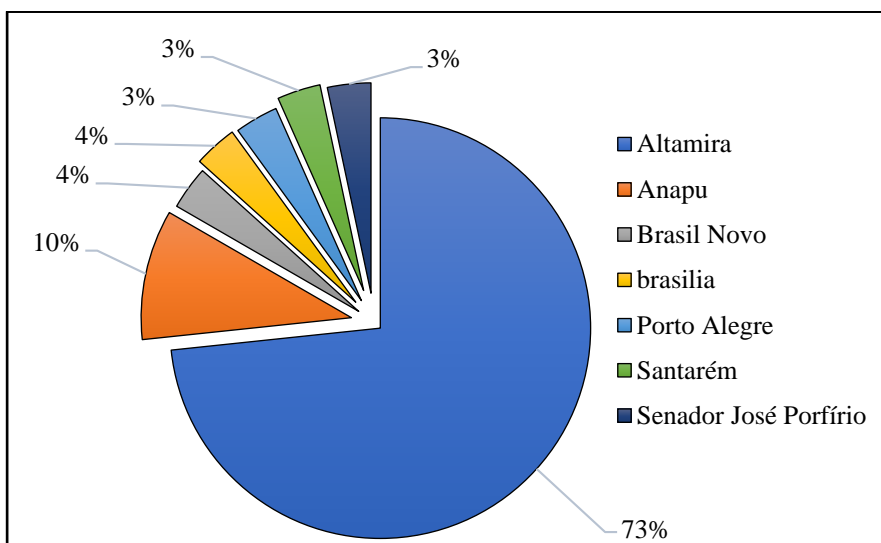
Fonte: O autor (2021). Nota: dados da pesquisa de campo.

Figura 8 – Componente Idade



Fonte: O autor (2021). Nota: dados da pesquisa de campo.

Figura 9 – Local de Residência



Fonte: O autor (2021). Nota: dados da pesquisa de campo.

As entrevistas foram temáticas. A tentativa era obter do entrevistado por meio do diálogo estabelecido, as informações, que, depois de sistematizadas fossem nos levando a construir o resultado de nosso objetivo. Este instrumento além de fornecer dados relevantes à pesquisa, supriu as lacunas documentais. O formulário das questões para as entrevistas compõe o anexo 1 (um).

Concomitantemente a etapa de entrevistas, outro instrumento relevante é o *diário de campo*. O relatório de escrita seguiu a três perguntas: o que vi? O que ouvir? E o que sentir? Assim, podemos descrever a realidade visitada, a expressão verbal das pessoas e, por fim, as próprias impressões do investigador. Dentro dessa perspectiva, o pesquisador passa a ser um ator, como afirma Minayo (2001).

A grande maioria desses documentos da investigação, foi obtida na pesquisa junto à sede da antiga Prelazia em Altamira, na UFPA em Belém e Altamira, na UNICAMP em São Paulo, na UEPA em Altamira, EIA-RIMA e relatórios na NORTE ENERGIA, relatórios do MPF em Altamira e Brasília, na sede de Movimentos Socioambientais como Xingu Vivo e ISA, paróquias. Os documentos arrolados foram atas de reuniões, relatórios das assembleias da antiga Prelazia, estudos acadêmicos (artigos, livros, relatórios, dissertação, tese), comunicações da Eletrobrás, pareceres dos movimentos sociais e as entrevistas fazem parte do material de análise da pesquisa.

Para esta análise, na 6^o etapa da nossa metodologia, organizamos os textos dos teóricos e as referências que norteiam a investigação, o material de campo recolhido nas entrevistas e no diário e os dados estatísticos gerados pela pesquisa. Feito o processo de categorização, podemos encontrar o material mais rico e relevante ao objetivo da pesquisa, que estão consolidados nos artigos no corpo deste trabalho.

A abordagem é de compreensão que interpreta, explica e descreve uma unidade individual de estudo (Hernández, Fernández e Baptista, 1999). Como a etimologia da palavra desvela, nosso intuito é perfazer um caminho que nos possibilite alcançar as seguintes características propostas por Ludke e André (1986) em manual de investigação qualitativa, ou seja, descobrir, interpretar em contexto, retratar a realidade de forma profunda, estabelecer relações, representar pontos de vistas distintos num exercício de investigação que possibilite compreender a trama da vida nos conflitos socioambientais existentes na realidade do Xingu e, nela, o lugar da Igreja. A triangulação de dados é a forma mais eficaz na validação e análise dos dados.

Se no primeiro objetivo, nosso intuito nos permite teorizar a partir de um conjunto significativo e pertinente de dado, ou seja, o aspecto epistemológico, nosso segundo intuito será precisamente o aspecto morfológico. Descrever estes componentes para compreender melhor nosso caso em particular. Isso significa identificar a causa da articulação dos fatos numa configuração operatória coerente e lógica, que se apresente como significativa. É na explicação

que buscaremos uma *teleonomia* dos aspectos epistemológicos estudados, em síntese, se busca os princípios e a finalidade da participação da Igreja Católica em conflitos socioambientais.

Compreender o papel social e político da Igreja Católica em face a implementação da UHE Belo Monte é a objetivação da pesquisa, sendo nossa terceira meta específica. Se a metodologia da pesquisa enseja ordinariamente atentar para a qualidade epistemológica de sua abordagem, teorizar purificando conceitos, seu ulterior objetivo não pode ser outro se não a sua objetivação derivada da crítica dos dados. Como nos explica BRUYNE (1977), a economia geral da pesquisa em sua função morfológica tem três caracteres indissociáveis que são a exposição, a causação e a objetivação. Aqui caberá à análise do discurso, preferencialmente, a partir de Badin (2011), por ser o instrumento por excelência desse terceiro objetivo específico. Assim, fechamos nossa metodologia e instrumentos metodológicos de nossa pesquisa.

3. A IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica é uma instituição milenar. Os documentos de Neto (2008), Altaner (1972), Libânio (2014) e Schneider (2002) fazem um recorrido dos primórdios desta instituição no início do primeiro milênio da era cristã até os atuais dias. Entender o que se compreende por Igreja Católica exige uma aproximação aos seus documentos oficiais institucionais. Em sua autodefinição a Igreja usa cinco instâncias: universal, continental, nacional, regional e local.

O que ela chama de *Universal* está centralizada na pessoa do pontífice (concílios, sínodos, encíclicas, exortações); *Continental*, representada nos Conselhos Episcopais continentais (para a América Latina as conferências do episcopado latino-americano); nacionais, nas Conferências Episcopais (no Brasil, nos documentos da CNBB); e, *regionais*, nas assembleias do episcopado regional (nos documentos dos regionais (Amazônia) e *local*, assembleias das dioceses ou prelazias (relatórios e prioridades).

Na atualidade para o mundo, o documento fundamental é *Compêndio do Concílio Ecumênico Vaticano II* (1997) que reúne as conclusões da assembleia de bispo do mundo inteiro que aconteceu na Cidade do Vaticano entre 1962 e 1965. O Concílio foi a renovação do conceito de igreja que até então se baseava no Concílio de Trento, do século XVI. Concílio aquele que deu base a *contrarreforma* (JOHNSON, 2001). Libânio (2014) mostra a importante abertura e atualização da Igreja para o diálogo com mundo moderno. Há uma vasta literatura sobre esse

Concílio Vaticano II - CVII. Ives Congar (1971), Karl Rahner (1976) Schneider *et al.* (2000) são autores importantes e referências da nova eclesiologia.

As revistas *Concilium* e a *Revista Eclesiástica Brasileira* – REB são revistas internacionais, editadas no vernáculo, dedicadas aos temas conciliares até os dias atuais. Para América Latina, os documentos importantes são as conclusões das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Estas reuniões dos bispos latino-americanos traduziram as conclusões do Vaticano II para a Latino América. Foram essas reuniões que deram forma a categoria fundamental da concepção de Igreja no continente, a saber, *libertação*.

Essa categoria marca a nova etapa e todas as dimensões da Igreja até o documento resultado da Conferência de Aparecida em 2007 (CELAM, 2007). Dentre tantos teólogos e tantas obras, Gutiérrez (1973), (1998), Segundo (1975), Galilea (1979), Comblin (1985), Libânio (1987) impulsionam essa categoria na corrente teológica consagrada como teologia da libertação. Comblin em 1970 lança a obra *Teologia da revolução*, Gutiérrez em 1971, *teologia da libertação* e, no Brasil, em 1972, Boff publica a obra *Cristo libertador*. Assim se consolidava a nova escola teológica que ficou conhecida como teologia da libertação.

No Brasil, em especial, na Amazônia, a presença da nova fase da Igreja procura articular suas dimensões eclesial, social e política. Em nível nacional, as obras de João Batista Libânio, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Paulo Suess, José Comblin, Frei Betto, Carlos Mesters oferecem o arcabouço conceitual e formativo para a nova organização eclesial em comunidade de comunidades, modelo que levou a configuração das comunidades eclesiais de Base – CEBs.

Frei Betto (1981) apresenta a forma e o conteúdo dessas comunidades, e expõe o seu método e pedagogia, a fala dos oprimidos, os desafios, a ação política como prática. Segundo Boff (2018), “*Frei Betto e outros teólogos [...] já nos inícios dos anos 70 do século passado organizaram os Encontros das Comunidades Eclesiais de Base. Eles se firmaram e já agora foi celebrado o 14º encontro com a presença de cerca de 5 mil pessoas*”. Uma obra que representa um marco nos estudos das CEBs é a de Petrine (1984). Nela, ele se volta a análise sob três perspectivas: o enfoque teológico, a apologética de militantes e a interpretação científica do feito sociológico dessas comunidades.

A grande discursão sobre a identidade da nova fase da Igreja na Amazônia fica a cargo da assembleia dos bispos dos regionais Norte 1 e 2, que correspondem às prelaças e dioceses amazônicas, respectivamente, dos Estados Amazonas e Roraima, Pará e Amapá. O evento ficou

conhecido como o encontro de Santarém em 1972. Guidotti e Oliveira (2002) oferecem a memória deste evento. O título do documento final do encontro foi *A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia* (CNBB, 2014).

Nesse documento encontra-se a maneira pela qual a igreja na Amazônia encarna os desejos do CVII e Medellín, já como um indicativo do modo de ser igreja na região. A CNBB (2014) publica a coletânea de documentos da Igreja na Amazônia com o título *Desafio Missionário: documentos da Igreja na Amazônia*. Essas obras abarcam o perfil do pensamento católico acerca de sua presença na região.

Para entender a história recente da Igreja na Amazônia, é preciso acrescentar as obras organizadas por Hoornaert (1992), um trabalho denso e vasto, composto por vários autores em variadas direções. O padre e historiador Possidônio da Mata, dentre tantos artigos e obras, sintetiza seu pensamento em um trabalho de 2017. Ali explica como a Igreja na Amazônia tem duas características: o compromisso socioambiental e a forte presença dos agentes de pastorais, dos leigos (do grego, *laikós*, que significa povo).

Ceretta (2008) escreve uma obra com dois volumes, dedicada a história da Amazônia Central, ao modo pelo qual essa instituição se desenvolveu no interior da Amazônia. É importante porque apresenta diferentes nuances da mesma instituição.

Para recompor a história da Prelazia do Xingu é importante começar com a obra de Guillermo Willy Kräutler (2015) que refaz a chegada dos irmãos Kräutlers à região. A saga de dom Eurico Kräutler, primeiro bispo da região é contada na obra *Marimba quebrada*. Esse é o título de uma obra do próprio dom Eurico (1979), que conta, desde sua perspectiva os inícios da Prelazia. Outro clássico de dom Eurico é *Sangue nas pedras*. Obra que conta os encontros violentos das culturas e os massacres das populações indígenas no território da Prelazia.

O segundo bispo prelado, dom Erwin Kräutler, é sobrinho do primeiro, por isso a coincidência de sobrenome. Paulo Suess (2009) organiza a obra intitulada *Servo de Cristo Jesus*, que discorre sobre as memórias de dom Erwin, sobre as lutas e desafios da presença da igreja na região. O próprio bispo emérito prelado, dom Erwin Kräutler, tem uma série de entrevistas e escritos importantes sobre a Igreja no Xingu, que estão disponíveis nos *websites* da CNBB e da importante jornalista Eliane Brum.

Não se encontra teses e dissertações que refazem as referências históricas da Prelazia. Das plataformas de depósito e busca acadêmica, há uma lista de aproximadamente 1300

trabalhos tratando do tema da UHE de Belo Monte, porém se limitam a citar a Prelazia como um ator no conflito, sem maiores detalhes.

Na última parte desse trabalho ilustramos detalhadamente esse movimento. Aqui nos interessa saber que o conceito de igreja supera sua concepção piramidal e se materializa em rede de comunidades. As comunidades Eclesiais de Bases são o modelo de Igreja Latino Americana. Na Amazônia, não é diferente. A prelazia do Xingu chega a ter 852 CEBs. Os relatórios das assembleias da Prelazia deixam claros essa perspectiva, como se pode notar no último item da terceira parte deste trabalho.

3.1. A Igreja Católica e os conflitos socioambientais

O ente desta pesquisa é Igreja Católica e sua práxis socioambiental. Os debates sobre essa práxis da Igreja Católica ocorrem a partir da análise das entrevistas realizadas durante o período do campo. No âmbito da Construção da UHE de Belo Monte, sobretudo, nas lutas de resistência, a Igreja, em sua Prelazia do Xingu, tem se colocado como aliada dos atores sociais afetados, como: indígenas, ribeirinhos, agricultores, pescadores, oleiros.

Apresentamos a literatura que possibilita entender a identidade dessa entidade. Essas discussões estão permeadas pelas teorias de Bourdieu (2001) na sua apresentação do conceito de *campo*, Foucault (2006) na sua apresentação *da ordem do discurso*, Bardin (2011), nas possibilidades que nos permitem *a análise dos discursos*. Partindo dessas premissas, temas e objetos idênticos sublinham o papel do “ator”, da sua organização interna e das suas estratégias de mobilização em prol dos movimentos sociais, espaciais e territoriais dos atingidos.

3.2. Conflitos socioambientais

A literatura acerca da teorização dos conflitos socioambientais é relativamente recente, haja vista que a própria questão ambiental também é recente na história da humanidade. Os conflitos socioambientais são ações que nascem a partir das percepções e representações ambientais dos atores no campo da sustentabilidade.

Hardin (1968) chamou a atenção para o uso privado e irracional dos recursos naturais por uns em contradição com os interesses de todos, precisamente pela finitude desses recursos. *A tragédia dos comuns*, para além de uma teoria econômica, em parte nos permite adentrar no tema dos conflitos em torno dos dons da natureza, segundo o modelo econômico vigente. É a

partir deste ponto que, a finitude dos recursos naturais, quem tem o controle sobre eles e qual a finalidade de seus usos, se tornam interrogações cruciais e resultam em conflitos.

Georgescu (1968), matemático e economista romeno, baseado na lei da entropia, enfatiza que a questão ecológica nasce da concepção de que os recursos naturais são finitos em face do modelo de crescimento contínuo. Nesse sentido, fala-se da materialidade desses recursos que por serem limitados há de se perguntar pelo seu *telos*, ou seja, a finalidade de seu uso, sendo assim, uma questão também de sentido. Finitude e finalidade passam a ser princípios importantes desse discurso. O geógrafo David Harvey (2006), sintetiza essa intuição, quando aponta que toda questão social passa a ser uma questão ecológica e toda questão ecológica passa a ser uma questão social, na medida em que uma está ligada à outra pelo tema do uso e da finalidade.

A teorização dos conflitos socioambientais se define na medida em que se toma clareza que os problemas ambientais são sociais e vice-versa. Há uma vasta literatura que trata das gênesis da definição desses conflitos nas obras dos pais da sociologia Marx, Durkheim, Weber (SELL 2002). Mas recentemente, teóricos como Bourdieu, Chamboredon, Passeron (2004) se dedicam a natureza dessas questões sociológicas e se tornam referências clássicas.

Georg Simmel (2011) apresenta a noção de conflito como forma de sociação, isto é, por mais paradoxal que pareça o conflito, que é a divergência entre atores, configura-se como uma forma de unidade. Importante ideia para compreender a noção de campo, em nosso caso, da sustentabilidade. Outra obra que muito ajuda a compreender essa temática é a de Acserald et al. (2004, 2009, 2010, 2014), que trabalha os conceitos de conflito e justiça ambientais, especialmente no Brasil. Alfredo Wagner Almeida sintetiza sua aproximação ao tema na obra organizada por Acserald, *Conflitos ambientais do Brasil* (2004).

Outra reflexão importante é apresentada pela professora Andréa Zhouri e seus pares. Trata de temas importantes como desenvolvimento, sustentabilidade, conflitos ambientais/socioambientais, ecologia política. Na obra de sua autoria com Klemens Laschefski, analisam os tipos de conflitos ambientais, classificando-os em distributivos, espaciais e territoriais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

O conceito de conflitos socioambientais que utilizamos provem dos trabalhos de Paul E. Little (2001) e Elimar Pinheiro do Nascimento (2001). O primeiro apresenta duas dimensões importantes do tema: campo de estudo e ação política. O segundo, nessa dimensão do campo

do estudo, faz a trajetória do conceito na sociedade moderna. O essencial é que nessa aproximação, Nascimento ilustra a natureza, as dinâmicas, as regras e as condições de participação e as posições dos atores nesses enfrentamentos que se configuram em torno de ator, estado, natureza e efeitos divergentes. E desse autor também a noção de campo da sustentabilidade (NASCIMENTO e COSTA, 2010), fundamental categoria para entender o *locus* teórico deste trabalho.

Essa introdução aponta para a perspectiva de nossa análise sobre esse tema das querelas no campo da sustentabilidade, conflitos e injustiça ambiental. Para tratar da dinâmica dos conflitos socioambientais que englobam o desenvolvimento da construção da UHE de Belo Monte, recuperamos trabalhos realizados sobre a região. Autores importantes como Oliveira e Cohn (2014), Fleury e Almeida, (2013), Almeida (2015), serviram de inspiração. As grandes obras de infraestrutura projetadas para a Amazônia compõem o quadro produzido por projeções capitalistas, governamentais e empresárias, com a pretensão de explorar os recursos naturais para atender um mercado nacional e internacional (BARAÚNA, 2014). A compreensão da situação do conflito é feita por inúmeras vezes que passaram a lutar pelos direitos de permanecer em suas localidades, no qual instituições tem um papel importante, como por exemplo, a Igreja Católica.

CAPÍTULO PRIMEIRO - ARTIGO

1. O CAMPO DA SUSTENTABILIDADE: ATORES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS. UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.

1.1. Resumo

O campo da sustentabilidade está relacionado a uma arena específica de correlações de poder, concepções, atores, percepção/representação, conflitos. Este artigo é um artigo conceitual, que discute o campo da sustentabilidade a partir da sua propositura, construção, validação. Este arcabouço teórico fundamenta a pesquisa maior: a análise do papel desempenhado pela Igreja Católica nos conflitos em torno da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no estado do Pará, com barramento do rio Xingu. A importância dessa reflexão se dá em função daquilo que está em jogo, modelos de desenvolvimento e suas consequências. Fatos sociais de grandes repercussões nacionais e internacionais, com uma relevante carga simbólica no campo do ambientalíssimo mundial.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; conflitos socioambientais; Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Igreja Católica.

1.2. Abstract

The field of sustainability is related to a specific arena of power relationships, concepts, actors, perception/representation, and conflicts. This article is a conceptual article that discusses the field of sustainability from its starting proposition, construction, and validation. This theoretical framework grounds a larger research project: an analysis of the role the Catholic Church played in the conflicts surrounding the construction of the hydroelectric power plant of Belo Monte, in the state of Para, that dams the Xingu River. The importance of this reflection may be measured according to what is at stake, models of development and their consequences: social data of great national and international repercussions with corresponding symbolic weight in the field of world-wide environmentalism.

Keywords: Sustainability, Socioenvironmental conflicts, Belo Monte Hydroelectric Power Plant; Catholic Church.

2. INTRODUÇÃO

Com a persistência do modelo de desenvolvimento econômico vigente, nos moldes atuais de consumo, inexoravelmente, ele produz e seguirá a produzir impactos ambientais negativos e, conseqüentemente, a degradação das condições de vida dos humanos, como aponta o pesquisador Luiz Marques, na obra “capitalismo e colapso Ambiental” (MARQUES, 2015), entre outros tantos que apontam o mesmo destino. Aguarda-se e comprova-se um aprofundamento da atual crise socioambiental, à proporção em que os sistemas naturais se tornam mais desestabilizados, com infertilidade do solo, escassez de água e impactos globais das mudanças climáticas sobre as sociedades humanas, as migrações ambientais. É fato conhecido o processo de colapso do sistema ambiental, amplamente debatido por grande parte da comunidade científica do planeta e apresentado sinteticamente nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas - IPCC (2019), debate que se desenrola desde a década de 1970.

Desde meados do século passado quando as Nações Unidas organizaram a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, a comunidade internacional vem se debruçando sobre o tema. Preocupação presente, inicialmente, nos meios políticos e acadêmicos dos países desenvolvidos e hoje disseminada por todo o planeta, e bem retratada no livro encomendado pelo Clube de Roma – Os limites do crescimento, publicado originalmente em 1972 (MEADOWS ET AL, 1972). Nos moldes da civilização atual, “se a população global de fato chegar a 9,6 bilhões em 2050, serão necessários quase três planetas Terra para proporcionar os recursos naturais necessários a fim de manter o atual estilo de vida da humanidade” (ONU, 2018, s/p).

Sobre essa crise ecológica, a percepção do seu agravamento está cada vez mais forte. O sexto relatório do IPCC, produzido pelo grupo de trabalho 1, que investiga os fundamentos físicos e científicos das mudanças climáticas não só comprova, como agrava as condições de degradação apontadas há 50 anos.

Três fatos são relevantes nesse relatório: 1. Já ultrapassamos os limites de retorno, isto quer dizer que os limites da sustentabilidade foram exauridos e as conseqüências sobre caem na agricultura e na pesca de forma irreversível, impactando a perda de sementes, logo, diretamente as condições de alimentação da humanidade; 2. Contrariando o Acordo de Paris, a meta de limitar o aquecimento a 1,5° C será ultrapassada com a antecedência de 10 anos, isso forçará a humanidade a conviver com mais furacões, tempestades, incêndios, secas,

temperaturas altas e baixas ao extremo, a elevação dos mares e suas consequências para a humanidade; 3. O Brasil será um dos países mais atingidos, pois no nordeste o semiárido caminha para a desertificação, a Amazônia tende a se tornar uma savana, afetando drasticamente o regime de águas para as regiões agricultoras do centro, centro-oeste, sul e sudeste do país.

No ano de 2021, o rio Amazonas bateu recorde de cheia (30,29 m), e o Sudeste enfrenta uma dura crise hídrica, a título de exemplo (IPCC, 2021; NASCIMENTO, 2021; BECK e OOMEN, 2021). Tudo isso sem contar com os demais problemas ambientais que corroboram nessa crise como a poluição dos oceanos, o acúmulo dos dejetos, a destruição das florestas, a demanda advinda do aumento demográfico e da classe média emergente e os riscos de pandemias, colapsos sistêmicos de todas as formas (DA SILVA et al., 2020; PIACENTINI, 2019; ARAÚJO e VIEIRA, 2019).

Ainda segundo o mesmo relatório, mais de 90% das causas desse cenário tenebroso, estão na forma de consumo, nos desmatamentos, na poluição da queima de combustíveis fósseis. O alento está no mesmo problema, pois se a humanidade é capaz de destruir, ela é capaz também de construir. Deve mudar drasticamente o modelo de desenvolvimento, por um modelo de envolvimento. Se o primeiro destrói, o segundo constrói.

Como aponta Nisz (2014), a seriedade da problemática se apresenta ainda mais contumaz devido à grave ameaça de morte que pesa sobre a diversidade biológica, como resultado da crescente devastação da biosfera pelos altos níveis de poluição ambiental, especialmente, devido à emissão de gases de efeito estufa, pela destruição da natureza, conseqüentemente, redução a cobertura verde e à falta de vontade política para mudar esse panorama. Apenas a título de exemplo, o desmatamento da floresta amazônica pode levá-la ao ponto de não retorno em poucos anos, segundo Lovejoy e Nobre (2018), transformando-a em uma imensa savana, com repercussão sobre o regime pluvial do Centro-Oeste e Sudeste brasileiro e parte da América Latina, como já foi apontado acima.

A questão central não é outra senão a encruzilhada entre a demanda da população mundial que vive na pobreza, o desenfreado nível de consumo nos países ricos e emergentes e os limites dos recursos naturais existentes como terras agriculturáveis, cobertura vegetal e disponibilidade de recursos hídricos. Como desenvolver sem destruir? Como aponta Nascimento, independente da ameaça do aquecimento global:

O modo de produção e consumo vigente traz em si ameaças que agem de forma independente desse evento, pois caso continuemos no ritmo de crescimento econômico dos últimos cem anos, teremos cerca de 120 milhões de pessoas por ano adentrando o mercado de consumo. Serão mais dois bilhões e meio em 2050. Há uma quase unanimidade hoje entre os cientistas de que os recursos naturais não serão suficientes para fornecer um modo de vida similar ao da classe média mundial a todos os novos ingressantes no mercado. No entanto, eles têm tanto direito quanto os que já participam do mercado consumidor. (NASCIMENTO, 2012a, p.58).

Fenômenos globais apontados como os grandes problemas ambientais estão direto e intimamente ligados ao modelo de desenvolvimento dominante entre os países ricos, e que se dissemina entre os países pobres e em desenvolvimento. Isso levará ao colapso ambiental, como defende Marques (2015), entre tantos outros como Wallace-Wells (2019) e Gilding (2014).

A usina hidrelétrica de Belo Monte - UHEBM se insere nesse contexto de degradação ambiental para alimentar o padrão de consumo vigente. São numerosos os grupos que compõem os cenários dos conflitos que são gerados a partir do modelo de desenvolvimento que se impõe em toda parte, como é o caso da Região de Altamira, onde se encontra a UHEBM.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar um *lastro conceitual* que suporta a pesquisa maior, na qual ele se insere, que é analisar - que se fará em outro capítulo - o papel da Igreja Católica nos conflitos socioambientais na Amazônia. Dessa forma, este artigo visa ilustrar uma base conceitual que apoia um estudo mais amplo no qual se insere, a saber, a análise - realizada em outros capítulos - o papel da Igreja Católica nos conflitos socioambientais amazônicos, especificamente, no caso da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Dado que na essência desse empreendimento estão os conflitos socioambientais causados precisamente pelo choque de percepções de modelos de desenvolvimentos de seus atores.

3. METODOLOGIA

A abordagem adotada nesta pesquisa foi de caráter qualitativo que tem o ambiente natural como informação direta e o pesquisador como o seu principal instrumento, de apreensão e análise (BOUDON, 1973; SALVADOR, 1986). O método qualitativo, aqui utilizado, está relacionado ao significado atribuído por Minayo, quando afirma: “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (MINAYO, 2001, p. 22). Como se trata de um artigo de discussão teórica, a partir as fazes propostas na análise crítica do discurso, foi feito uma análise exploratória da bibliografia sobre os estudos relacionados as situações socioambientais na Amazônia brasileira, especialmente sobre a Igreja Católica e sua luta frente a construção da UHEBM, para se compreender o lastro conceitual que se desenvolve a trama social daquele espaço.

O desígnio dos conceitos se fez em movimento circular. Partiu-se de algumas hipóteses conceituais, como os conceitos de atores e conflito, para, indutivamente, se agregar na medida em que se estudava o caso em tela, outros conceitos, como o Campo da Sustentabilidade: suas dimensões, regras, atores e representações sociais. Na presente exposição inicia-se pelo fim, o conceito que se revelou ao final mais preciso para a compreensão do fenômeno em estudo, o de campo segundo Bourdieu e, conforme Acserald (2004a), Nascimento (2012b), Almeida (2018), entre outros, Campo da Sustentabilidade, no qual emergem o conflito conceitual entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

É o caso selecionado como objeto de análise da tese, o conflito em torno da construção da UHEBM, que serviu como fonte para se escolher os conceitos mais pertinentes para sua análise. Fontes sobretudo bibliográficas, mas que foram cotejadas com entrevistas e depoimentos de atores locais.

Na pesquisa geral, o método foi o estudo de caso, compreendendo-o como um caminho que dar conta de uma realidade complexa de um caso que é muito particular, pois assim sendo, esta unidade reúne uma complexidade única (BOUDON, 1973; SALVADOR, 1986). O caso que queremos estudar tem nele mesmo um interesse muito particular e especial de um caso singular que exige um método que compreenda profundamente o ente estudado em suas circunstâncias e atividades.

O estudo de caso, além de ser uma ferramenta de investigação, é uma técnica de aprendizagem e conhecimento (LÜDKE, 1986). Posto que tenha como fundamental objetivo

conhecer e compreender as partes, ou as particularidades de algo, para assim investigar o funcionamento delas e suas relações com o todo, tornando-se um instrumento capaz de dar conta da complexidade de uma situação específica, com as características do objeto do caso em estudo.

Em síntese, esta eleição é porque o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou indivíduo, de uma única fonte de documento ou de um acontecimento específico (MERRIAM, 1988, p. 12). Utilizou-se este método e seus instrumentos que já são reconhecidos e aprovados na investigação social, dispensando sem necessidade de criar outros mecanismos alheios aos consagrados, a não ser que se imponham desde a realidade investigada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No marco da análise crítica do discurso, esta raia conceitual ilustrará o produto imaterial da investigação, no seguinte percurso: Desenvolvimento Sustentável - DS, Sustentabilidade, Campo, Campo da Sustentabilidade - CS, atores, percepção/representação e conflitos socioambientais. Capítulo de cunho filosófico que investiga a teoria do ser construído de duas maneiras: primeiro é a epistemologia dos conceitos já estabelecidos e, segundo e hermenêutico, ampliações destes conceitos na medida em que vão sendo trabalhados, formando o lastro metafísico fundamental da discussão pretendida. A anseio não é exaurir a discussão, porém balizar o ponto de partida que justifica a análise do objeto da pesquisa maior.

4.1. Desenvolvimento sustentável

O Campo da Sustentabilidade, conceito que se ilustrará adiante, é o cenário no qual se dá as disputas epistemológicas em torno dos temas de modelo de desenvolvimento (ou envolvimento¹), entendendo os contrapontos a essa proposta (VIANA, 2007). Como qualquer conceito recente, carece de internalização (NOBRE e AMAZONAS, 2002). No Brasil, há alguns trabalhos que realizaram discussão teórica da compreensão de DS. A diversidade de possibilidades de uso do conceito possibilita também a variedades das suas análises.

¹ Classificamos como modelos de envolvimento (alternativos ao desenvolvimento também nomeados de pós desenvolvimento) propostas político-econômicas, que levam em consideração o equilíbrio entre equidade social e balanço ecológico. Destacam-se entre essas propostas o *Decrescimento*, “*En pocas palabras, recobrar el sentido de la medida y una huella ecológica sostenible*” (LATOUCHE HARPAGES, 2010, P. 14) e *Ecologia Integral*, proposta do Papa Francisco na encíclica *Laudato 'si*, da qual nasce a proposta da *Economia de Francisco e Clara* (FRANCISCO, 2015).

Acsehrad (1993), Casara (2016) e Siqueira *et al.* (2020) são exemplos de trabalhos que realizam essa discussão a partir de uma base mais local; Almeida (2018) faz essa discussão de maneira mais ampla e a partir da literatura internacional. Márcio Lino de Almeida no trabalho – O que é a economia verde? Mapeando a disputa pelo conceito. UNB (2018) – realiza as similitudes e distinções entre o que se entende por economia verde, DS e sustentabilidade no marco do CS. Tal qual encontramos em nossa pesquisa, os autores supracitados esclarecem que de fato há uma literatura confusa, quando se trata da discriminação dos conceitos. Sobre o DS. Almeida, por exemplo, afirma:

A disputa pelo conceito do Desenvolvimento Sustentável é bem documentada (por exemplo, LELÉ, 1991; MYERSON; RYDIN 1996; DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997; JACOBS, 1999; CONNELLY, 2007; NEUMAYER, 2013). Pearce et al. (1989), por exemplo, listam mais de 25 interpretações diferentes de DS, o que demonstra a grande diversidade de valores, crenças e interesses dos autores que trabalham com esse conceito. Tal diversidade é homóloga aquela vista no campo da sustentabilidade e, de certo modo, é o seu reflexo. A fim de facilitar o entendimento dessa multiplicidade de interpretações, alguns autores construíram tipologias das concepções de DS, num exercício muito parecido com aquele feito sobre o campo da sustentabilidade. As tipologias de DS são estruturalmente semelhantes às de sustentabilidade monoaxiais e polarizadas entre concepções fracas e fortes, às vezes incluindo os extremos muito-fraco e muito-forte (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Segundo Catalisa (2010), estes conceitos de DS e sustentabilidade neste texto não se confundem. É importante notar, que eles vêm sofrendo mutações, posto que são tentativas de respostas aos cenários da ruína das condições de vida no planeta, dada o modelo de desenvolvimento (WCED, 1987; CHICHILNISKY, 1997; BAKER, 2006; ELLIOTT, 2012).

Desde os anos 70 do século XX, o conceito de DS está posto no cenário mundial pela Conferência de Estocolmo 1972. Ganha ainda mais espaço e notoriedade em 1987 na publicação do chamado relatório de Brundtland – *Our Common Future* – e mais tarde se consolida na Rio92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento quando ganha a arquetípica máxima “*development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*”

(WCED, 1987, p. 5), que mais aponta para a preocupação com as necessidades das atuais e futuras gerações. É a partir dessa preocupação com o estado presente e as condições das futuras gerações que se constrói o tema.

Entende-se o conceito de DS como uma vertente pretensa do Campo da Sustentabilidade - CS com três grandes dimensões (econômica, social e ecológica), com o objetivo de permitir o crescimento econômico que irá suprir as necessidades das sociedades atuais, sem comprometer as necessidades das sociedades futuras, isto é, DS visa conciliar objetivos de crescimento econômico e social com objetivos ambientais.

Com mais de 30 anos posto na mesa de negociações ao redor mundo, essa noção pouco operou ao menos para barrar os graves problemas ambientais como ratifica os relatórios do Painel Intergovenamental sobre Mudanças Climáticas (CHAVES e RODRIGUES, 2006; GODARD, 2006; LÉNA e NASCIMENTO, 2012; LASZLO, 2006). A crítica que se faz ao DS é que a sua definição é suficientemente genérica para ser aceita com facilidade (GODARD, 1997; SIQUEIRA et. Al., 2020), pois como podemos ver na literatura, quase tudo cabe no seu escopo. Do outro lado, como reflete Eli da Veiga:

Conciliar crescimento econômico e conservação ambiental é, sem dúvida, um dilema. E isso se manifesta principalmente em uma dúzia de graves desafios. Alguns deles têm a ver com a destruição ou perda de recursos naturais tais como os habitats das espécies, as florestas, os solos, os estoques de peixes. Outros dizem respeito aos limites da natureza propriamente ditos. O petróleo, por exemplo, que ainda é nossa principal fonte geradora de energia, é um recurso não-renovável. A água limpa já não atende às necessidades da crescente população mundial. (VEIGA, 2008, p. 35).

Além das contradições entre crescimento econômico e o uso racional dos recursos naturais, as análises mostram que geralmente se prioriza o crescimento econômico em detrimento da integridade ecológica (LÉLÉ, 1991; JACOBS, 1999; EISENMENGER et al., 2020; SIQUEIRA et al., 2020).

O entendimento mais comum, de que o DS se fundamenta em três pilares: econômico, social e ambiental, é questionado pela compreensão da sustentabilidade hodierna, por razões que vão desde o mal-uso do termo por ramos da economia que em tese não são sustentáveis como madeireiras, mineradoras, pecuária, etc., como também pela limitação de seus pilares,

porque se esquece de outras dimensões importantes como a cultura, a religião, a educação, etc. Afora disso, esse modelo de desenvolvimento não tem se apresentado eficiente. Na prática, Zhouri e Laschefski (2010) aponta para a pouco efeito dele. Diz a autora:

Os resultados do modelo de DS baseado na chamada modernização ecológica, ou paradigma da adequação ambiental, não são animadores no seu conjunto. Os índices que apontam para as mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes, o desmatamento continuou às mesmas taxas anuais, a extinção de espécies se acelerou, o quadro de poluição do solo, da água e do ar se agravou e a desigualdade social, apesar dos avanços nas políticas de inclusão social, não diminuiu. Na última década, vimos ressurgir no Brasil velhos conflitos em torno à temática socioambiental. (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, P.14).

O Papa Francisco, na encíclica *Laudato 'si* (2015, N.13), apresenta a noção de DS, agregando o adjetivo *integral*, dada a força do que ele compreende como *ecologia integral*, que é a noção que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, e comportar os diferentes elementos que são: 1. Ecologia ambiental, econômica e social, 2. Ecologia cultural 3. Ecologia da vida cotidiana, 4. O princípio do bem comum (FRANCISCO, 2015), que nesse sentido está mais próximo da concepção de sustentabilidade.

Dada essa aproximação, a Economia Verde, DS são escolas fundamentalmente econômicas, que tentam dar respostas ao sistema a quem eles servem. Com variações conceituais, são dimensões importantes desse novo cenário mundial.

4.2. Sustentabilidade

Para compreender o Campo Sustentabilidade que se apresentará, faz-se necessário compreender a noção de sustentabilidade que se tornou um substantivo, para indicar aquilo que é sustentável, do ponto do equilíbrio, da sua durabilidade e de sua aceitabilidade social. Para Eli da Veiga, a sustentabilidade, junto com o conceito de justiça social são valores. Como ele diz: “são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade” (VEIGA, 2010, p. 14). Nesta mesma linha se encontra na obra de Leonardo Boff (2012).

Ainda segundo o autor, os “debates sobre a noção de sustentabilidade em quase todas as áreas do conhecimento, obrigatoriamente têm suas raízes nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas: ecologia e economia” (VEIGA, 2010, p. 39). Da ciência ecológica, a sustentabilidade herda a resiliência como as capacidades de recuperação e reprodução, dadas as condições das agressões antrópicas sofridas pelos ecossistemas. Da economia, enfrenta a noção de desenvolvimento, já que esse sempre se pretende infinito em condições finitas, logo impossível (NASCIMENTO, 2012a).

Afonso (2006), Veiga (2008), Nascimento (2012a), entre outros, apresentam as possibilidades do uso do termo sustentabilidade quando realizam uma trajetória da construção desse conceito e, por conseguinte, do campo da sustentabilidade.

A trajetória da sustentabilidade (NASCIMENTO, 2012a; AFONSO, 2006; VEIGA, 2008) vem cunhando epistemologicamente este conceito desde a metade do século passado. Ao início, ligado ao conceito de DS (VEIGA, 2006; SACHS, 2007) e seus matizes, para logo depois ser uma teoria política crítica de elementos daquele que, em reflexão, lhe possibilitou. A sustentabilidade se torna um valor (Jose Eli da Veiga – Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010), e, finalmente, um campo (Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento).

Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012). Até a obra de Elkington (1997), o tema gira em torno do Desenvolvimento Sustentável - DS. Porém, hodiernamente, não se pode confundir o conceito de sustentabilidade com o DS, dado as críticas que essa realiza a premissas importantes desse modelo de desenvolvimento.

Em síntese, ao se fazer uma aproximação ao conceito de sustentabilidade, destaca-se duas realidades distintas. A primeira diz respeito a um conceito operacional semelhante ao conceito de DS; a segunda, para além de um conceito operacional, sustentabilidade é um valor, por isso mesmo difícil de explicação. Não obstante ser o tema mais debatido nas esferas dos poderes. Constitui-se como um conceito que realiza, ou quer realizar uma mudança no estágio atual civilizacional.

Sendo assim, ele questiona proposituras daquilo que se entende por DS. Em uma aproximação rápida, a noção de sustentabilidade questiona a noção de crescimento, que intrinsecamente leva a noção de infinito, do DS, possibilitando até mesmo a noção de

decrescimento (LATOUCHE, 2009), por isso mesmo, ampliando seu raio de ação para a educação, a religião, a cultura, a economia, a tecnologia, etc., configurando como um valor que fundamenta um campo específico (NASCIMENTO, 2012b). Na verdade, o conceito de sustentabilidade é mais amplo do que o de DS, que constitui apenas uma vertente com possibilidades tantas, entre outras proposituras, deste campo da sustentabilidade.

4.3. Campo

É necessário entender a categoria *campo*, para entendê-la com o complemento *da sustentabilidade*. O francês Pierre Bourdieu é o teórico que desenvolveu melhor esta ideia categórica de *campo*. Para ele, é na história,² retomando o conceito hegeliano, que se cria e toma lugar o *Campo* de disputa de poder. Sendo este compreendido “como uma relação social concreta e dinâmica entre diferentes formas assimétricas, em que há preponderância de uma forma em relação a outras” (CORRÊA, 2012. p. 117).

No *campo*, na teoria proposta por Bourdieu (2012), são os atores, também chamados de agentes, que determinam, legitimam e validam as representações sociais, formando o campo como a representação de um espaço simbólico, e no caso da sustentabilidade, um novo espaço simbólico, em que se desenrola o embate do futuro da humanidade.

Giddens (1991), ao desenvolver sua teoria de sistemas peritos, efetiva uma aproximação importante com o conceito de campo, quando diz que eles são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e sociais em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 34). Os campos, para além da ideia de Giddens, são grandes áreas organizadas por determinados atores sociais e o fazem a partir dos sistemas e do poder simbólicos, com uma autonomia relativa.

Segundo Bourdieu (2012), a comunicação e o conhecimento constituem os *sistemas simbólicos* e estes, por sua vez, constituem o que ele chama de *poder simbólico*, em um

2 A História nos possibilita concretamente tempos, lugares e lógicas. “A história é a completa solidificação da lógica, que é a base do sistema. Como o Espírito é a Ideia concreta, a sequência de acontecimentos históricos é ao mesmo tempo temporal e lógica; ela é temporal até onde é o autodesenvolvimento do Espírito e é lógica até onde é o autodesenvolvimento da Ideia. Como tal, ela é consequência. Para o filósofo idealista, o autodesenvolvimento do Espírito transforma a consequência lógica primordial em sequência temporal. Por outro lado, para o historiador, para quem a sequência temporal é direta, o autodesenvolvimento da Ideia transforma essa sequência temporal em consequência lógica. Mais uma vez, como a diferenciação lógica da Ideia se torna temporal no curso das diferenciações futuras, o Tempo é apenas uma outra dimensão — segundo o espaço e estrutura lógicos — do desenvolvimento da Ideia” (HEGEL, p. 23, 2001).

determinado campo. Como resultado dessa construção, afirma o sociólogo francês que a realidade é uma construção estabelecida numa ordem de conhecimento imediato do mundo. Nesse sentido, os especialistas para Bourdieu e os peritos para Giddens, são aqueles que se apropriam e constituem esses *sistemas simbólicos* de um campo que, por sua vez, se reproduzem como um microcosmo que circula de forma relativamente independente, e mesmo autônoma. Essa independência é relativa a outros microcosmos, isto é, outros campos, posto que estes são sempre mutuamente influenciados.

Neste sentido, campo é uma estrutura relativamente fechada. Por exemplo, o campo científico, o político, o filosófico, o literário etc. Este último, objeto de um dos principais estudos de Bourdieu (1996), em que sua construção está diretamente ligada ao capital simbólico exigido por aquele microcosmo. Desta sorte, campo é um “universo da mais pura ciência [...] com suas relações de força e monopólios, suas lutas, estratégias, interesses e lucros” (BOURDIEU, 2012, p. 123). Pereira (2015) corrobora com Bourdieu (2012) dizendo que “campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço mais amplo” (PEREIRA, 2010, p. 341).

Essa reflexão do sociólogo francês possibilita a construção de uma teoria que se ergue como um espaço no qual se estabelecem as formas de disputas, que se desenvolvem sob regras pré-definidas e sempre em processo de reelaboração. Desta feita, igual a prática esportiva jogada num campo de futebol, que tem participantes e cada um cumprido sua função, existem regras e funciona uma arbitragem no campo social.

A diferença é a objetividade finita de qualquer partida de futebol e a possibilidade de disputas infinitas do segundo. “Um campo é um jogo que se joga segundo as regularidades que estão nas regras, mas onde se pode também jogar para transformar as regras ou regularidades” (BOURDIEU, 2012, p. 156). O conceito de campo em Bourdieu se torna, assim, um instrumento valioso para as ciências do ambiente na análise objetiva de cenários, conflitos, jogo de atores, confronto de perspectivas, lutas políticas e sociais etc., essencial na construção de realidades e objetos próprios e específicos das ciências sociais.

Nesse sentido, essa categoria ou conceito de campo se tornou importante para o objetivo dessa pesquisa, pois é com a concepção de campo que se pode compreender os conflitos socioambientais que se desenvolveram por causa da construção da UHEBM. É ele que permite visualizar os objetos em disputa (as licenças ambientais, as compensações ou mitigações), os

atores (da região, do país e do mundo; individuais ou coletivos; formais ou informais) que ocupam posições em seu interior (de poder, de subalternidade; de cooperação ou de confronto), o espaço geográfico (físico, a região de Altamira, mas também o País e as grandes cidades do mundo) e social (com seus discursos próprios).

Nas ciências sociais e ambientais, essa categoria epistêmica toma bastante espaço e se torna um instrumento importante da análise científica. Campo, segundo Nascimento (2012b), é um espaço específico de lutas entre agentes que ocupam posições em sua estrutura, por isso relacional. Ele tem suas próprias regras de acesso, de fala e de exclusão. É, sob estas regras estabelecidas e sempre questionadas, e refeitas, que os embates se desenvolvem. Os resultados estão diretamente ligados as posições dos agentes, que são determinadas por seus capitais, os quais lhes dão lugar na hierarquia do campo.

Os atores que detêm mais capital (social, cultural, econômico, político) ocupam posição de mando, e os que não o detêm, posições de subalternidades. Mas, a posse de capitais, e o seu uso, mudam, ao longo da trajetória do conflito, pois todo o conflito tem uma durabilidade, uma história. Em síntese, o campo é uma estrutura relacional de força, com suas próprias regras, cujo atores de acordo com seu capital ocupam um lugar específico nas disputas e nos resultados.

4.4. Campo da sustentabilidade

É a partir dessa categoria basilar, que se trabalham os elementos dessa pesquisa. O conceito de campo dá um valioso suporte à compreensão da trajetória dos conflitos, pois é no plural que se deve falar do confronto em torno da construção da UHEBM, como o caso do presente estudo. E permite contribuir para a validação deste conceito que é o CS. A categoria analítica da qual estamos falando, ainda é incipiente na literatura internacional.

Isto se comprova, quando em uma busca aprofundada nas bases de dados acadêmicas Periódicos CAPES, Scopus e Web of Science, por exemplo, com a busca sustainability field, não se encontra ainda com o sentido pretendido neste trabalho. Entre 2000 e 2020, na Scopus encontram-se 107 artigos que fazem uso dos termos; na web for Science 77, porém com algumas repetições da primeira.

Os artigos que fazem uso destes termos, o fazem como a dimensão de outro campo como, por exemplo, agricultura, trinta artigos; engenharias, vinte e sete; DS, dezesseis; e, sustentabilidade, quatorze. Da agricultura e engenharia nenhum faz uma aproximação ao conceito de CS, todos giram em torno de como suas atividades agrícolas ou engenheiras podem

ser sustentáveis. Nunca como a ilustração específica que o próprio CS tem como um campo. Quando se limita a pesquisa ao tópico DS, o mesmo acontece, há uma limitação das análises dado a falta de contextualização da temática.

O Campo da Sustentabilidade – CS se torna fundamental, posto que as condições de possibilidades de observá-lo estão dadas justamente pela compreensão das injustiças socioambientais já conhecidas (ACSERALD, 2004b), decorrentes do sistema vigente e, do outro lado, pelo “fato de que a questão da sustentabilidade coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais” (NASCIMENTO, 2012a, p.56).

Desde os estudos que apontaram a emergência dos problemas ambientais, diretamente relacionados ao modelo de desenvolvimento, particularmente nos anos 1970, um novo campo de disputas das tomadas de decisões dos rumos da humanidade foi se consolidando: o Campo da Sustentabilidade. Quando se trata de *campo da sustentabilidade*, estar-se falando de uma locução adjetiva que determina uma arena específica de correlações de poder (CORRÊA, 2011).

Diferentemente do pensamento de que o campo da sustentabilidade “pode ser descrito como um espaço social que reúne diversos atores em torno do debate sobre a possível incapacidade de reprodução das civilizações modernas” (ALMEIDA, 2018, p. 22), ele permite compreensões diferentes do modo de existir, pensar a existência humana e o cuidado com a casa comum, precisamente, possibilitando respostas ao desafio da sustentabilidade (FOLLMAN, 2020).

Para Nascimento, a construção desse campo, como o conceito para Veiga e Afonso, está sempre referendada aos grandes eventos que marcam sua trajetória como a Conferência de Estocolmo em 1972, a ECO-92, no Rio de Janeiro, a criação do PNUMA, a RIO+20 em 2012, as reuniões protocolares e acordos promovidos pela ONU. No entanto, outros atores desse campo têm dado sua contribuição na construção e validação deste campo, como mundialmente, a Igreja Católica vem fazendo em encontros e documentos como a encíclica do Papa Francisco, *Laudato 'si* (2015) e o documento *Nossa Querida Amazônia* (2020) também do mesmo papa. Exemplifica-se a Igreja católica, dado a relevância das discussões do tema no interior da própria instituição, que aparentemente não tem nexos com ela.

Pela variedade de atores, podemos perceber que o CS de fato é diferente de outros campos. Nele, não todos os atores são profissionais de uma disciplina como são os casos dos campos da arte, da economia, da física, da química. Eles provêm dos mais variados conhecimentos e saberes, das mais variadas dimensões da vida social, econômica, cultural, religioso, filosófico, geográfico, entre outros.

Neste campo misturam-se cientistas, políticos, ativistas de múltiplos movimentos sociais e culturais, professores, empresários, servidores públicos e trabalhadores em geral, particularmente, do setor formal (NASCIMENTO, 2012b).

Nesse sentido, o CS se faz possível pela emergência de um novo sistema simbólico interdisciplinar, no que seus atores determinam, legitimam e validam as representações sociais, como representações de um novo espaço simbólico. Neste sentido, campo não é um espaço vazio,

No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder/capital específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, pois há neles ação e história produzidos pela ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas as próprias divisões dos compôs podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional (ACSERALD, 2004A, P. 19).

É neste campo onde se encontra a possibilidade de compreensão e resposta à crise ecológica, precisamente porque tem como fundamento um princípio comum que é a percepção da finitude dos recursos naturais, a degradação do sistema ambiental, com suas trágicas conseqüências para humanidade, e o direito à vida das futuras gerações (ELKINGTON, 2012; NASCIMENTO, 2012b).

O CS, além de sua elasticidade, possibilita de forma válida a participação de múltiplos atores. Como diz o sociólogo:

Um campo de disputa, no sentido utilizado por Bourdieu, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos,

movimentos sociais e organismos multilaterais. (NASCIMENTO, 2012b, p. 51).

O CS permite a participação de atores de diferentes espectros desde que obedeçam a estas regras do campo. Desta sorte, os atores buscam a compreensão dos processos sociais com base na perspectiva específica de sua organização, entendendo os processos sociais sob a perspectiva da motivação e o significado da sua ação social, isto é, a partir de uma lógica funcional que constitui a base da ação dos atores sociais inseridos nas estruturas sociais específicas, que são os campos.

4.5. Atores

Nas esferas principais, que formam o CS encontramos duas formas de apresentação: atores e macro atores, ou blocos. Entende-se como atores aquelas representações singulares e relativamente fechadas, isto é, diante do objeto em questão, todos os que compõem essa unidade, têm o mesmo posicionamento; e os macros atores, representações também singulares que comportam internamente uma variedade de interesses dada a diversidade de elementos que lhes compõem. Esses atores e macro atores se distribuem em 6 esferas.

Elas são assim classificadas, em função do CS: governamental, mercado, terceiro setor, mídia, ciência e tecnologia (NASCIMENTO, 2012b). Atores são sempre indivíduos, grupos ou instituições que têm identidade própria reconhecidas por outros e capacidade de modificar seu contexto; macro atores são conjuntos de atores que partilham dos mesmos interesses (conjunturais ou não) e por vezes da mesma visão de mundo.

O posicionamento dos atores é o que determina seus lugares, suas posições, especialmente, nos conflitos que se estabelecem com os macros atores desse campo. Os conflitos são adjetivados como socioambiental dado ao dinamismo que o envolve e se desenvolve, isto é, a crise socioambiental.

O papel da Igreja Católica, isto é, da participação eclesial na discussão sobre o modelo de desenvolvimento e a noção de sustentabilidade é que ratifica a elasticidade e homogeneidade do próprio CS, no qual, vários atores, em diferentes movimentos e processos sociais distintos atuam, criando-o, validando-o, legitimando-o e determinando-o. Desta forma, todos os atores estão submetidos a regras comuns no CS. Neste há dois conjuntos de regras essenciais, o

primeiro são as regras de ingresso; o segundo, compõem as regras da fala, que é resposta à pergunta: qual a solução da crise ecológica?

4.6. Conflito

Partindo dessas premissas, é importante conceituar os conflitos nessa noção de CS, para compreendê-los como socioambientais. Para Senhoras (2010), há uma geografia dos conflitos socioambientais na América do Sul. Estes conflitos se espalham do Uruguai a Venezuela. Por mais que a Amazônia esteja no centro das discussões ambientais no continente, onde se identificam a maioria desses conflitos ainda é no Andes, pela complexidade dos interesses na cordilheira. A causa primeira destes conflitos está na percepção da temporalidade dos recursos naturais que são alvo da lógica do crescimento econômico imediato engendrado pelas lógicas e atores do Estado e pelos agentes do mercado causando uma série de impactos negativos devidos à degradação ambiental, combatidos pelas populações atingidas e movimento ambientalista, gerando os conflitos socioambientais. Como diz Senhoras,

Como estes diferentes atores apresentam diferentes escalas de ação e concepções cognitivas, ideológicas sobre a exploração dos recursos naturais na América do Sul, eles acabam muito frequentemente gerando tensões ou dificuldades de coordenação de valores ambientais, demonstrando assim porque não existe linearidade na frágil dinâmica geopolítica socioambiental. (SENHORAS, 2010, p.21).

Na sociedade moderna, o conceito de conflito tem sua estrutura própria. Ela é apresentada por Nascimento, que ilustra o caminho da concepção do termo NASCIMENTO, (2001). Essa ilustração é relevante para chegarmos a percebê-los com o adjetivo socioambiental. Trabalha-se a estrutura dos conflitos a partir da noção de conflito desenvolvido por Georg Simmel (2011). Simmel (2011) apresenta-a como forma de socialização³, isto é, por mais paradoxal que pareça o conflito, que é a divergência entre lados, configura-se como uma forma de unidade. Importante ideia para compreender a noção de campo, em nosso caso, da sustentabilidade.

³ Forma substantiva não usual na vernácula.

4.6.1. Conflitos socioambientais

Nascimento explica as raízes dos conflitos no CS, que basicamente, nascem das percepções dos seus atores, a partir de seus capitais, logo, interpretação e representação da natureza. Diz o autor:

Se a crença na ameaça e no valor da sustentabilidade, entendida como capacidade de reprodução de um sistema e seu contexto, já que aquele não vive isolado, constitui o terreno comum que agrega os diversos agentes [...], tais agentes se distinguem no que diz respeito tanto à interpretação do que consiste nessa ameaça, quanto às soluções propostas para enfrentá-las. Nesse aspecto os agentes do campo da sustentabilidade não partilham de qualquer consenso. O dissenso os joga para posições distantes, conflituosas e dialógicas. Vivem em embate constante, trocando fortes críticas entre si. A luta se faz basicamente em torno da interpretação da natureza e premência da ameaça e das medidas para neutralizá-la. (NASCIMENTO, 2012b, p. 42).

O conhecimento da emergência da crise ambiental que escancara uma série de injustiças socioambientais, paradoxalmente, gera uma nova racionalidade (FOLADORI, 2000; LEFF, 2007, 2009; VAZ, 2002)⁴, pelo princípio antagônico, a justiça socioambiental, marco teórico exposto por Follmann (2020) na obra *Ecologia Integral: Abordagens (im)pertinentes*, com três volumes. Das divergentes cosmovisões, emergem na vida concreta das sociedades conflitos, que caracterizamos como socioambientais, devido às formas de uso dos recursos limitados. A literatura acerca da teorização dos conflitos socioambientais é relativamente recente, haja vista que a própria questão ambiental também é recente na história da humanidade.

Os conflitos socioambientais, também denominados de ambientais (Zhourri e Laschefski, 2010; Acserad, 2004a) são ações que nascem a partir das percepções e representações ambientais dos atores do CS. Hardin (1968) chamou a atenção para o uso

4 O conhecimento da realidade se inscreve, pois, no momento reflexivo da razão (todo ato de conhecimento racional implica um “conhecimento” do conhecimento ou uma reflexividade essencial da razão) e essa assume a prerrogativa de ser a instituidora originária do universo das razões, das razões com as quais é edificada a “cidade dos homens”. Tal é em nosso entender uma das significações profundas do cogito cartesiano e é, igualmente, o desígnio essencial da metafísica da subjetividade, que guia invisivelmente o destino da modernidade (VAZ, 2002, p.102).

privado e irracional dos recursos naturais por uns, pois contraria os interesses de todos, precisamente, pela finitude desses recursos.

A *tragédia dos comuns* (Hardin, 1968), para além de uma teoria econômica, em parte, nos permite adentrar no tema dos conflitos em torno dos dons da natureza, produzidos pelo modelo econômico vigente. É a partir deste ponto que a finitude dos recursos naturais, de quem tem o controle sobre eles e qual a finalidade de seus usos, tornam-se interrogações cruciais e resultam em conflitos socioambientais.

Georgescu-Roegen (1968), matemático, estatístico e economista romeno, baseado na segunda lei da entropia, enfatiza que a questão ecológica nasce da percepção que os recursos naturais são finitos e que o modelo de crescimento ilimitado é inviável em um ambiente finito. Nesse sentido, fala-se da materialidade desses recursos que por serem limitados há de se perguntar pelo seu *telos*, ou seja, a finalidade de seu uso, sendo assim, uma questão também de sentido. Finitude e finalidade passam a ser princípios importantes desse discurso.

O geógrafo David Harvey (2006), sintetiza essa intuição, quando aponta que toda questão social passa a ser uma questão ecológica e toda questão ecológica passa a ser uma questão social na medida em que uma está ligada à outra pelo tema do uso e da finalidade, logo, por meio dos conflitos socioambientais.

A teorização dos conflitos socioambientais se define na medida em que se percebe que os problemas ambientais são sociais e vice-versa. Há uma vasta literatura que trata das gênesis da definição desses conflitos nas obras dos pais da sociologia Marx, Durkheim, Weber (SELL 2002). Mas recentemente, teóricos como Bourdieu, Chamboredon, Passeron (2004) se dedicam a natureza dessas questões sociológicas e se tornaram referências clássicas. Outra obra que muito ajuda a compreender essa temática é a Acserald et al. (2004a, 2009, 2010, 2014), quando trabalha os conceitos de conflito e justiça ambientais, especialmente, no Brasil.

Sobre a noção de conflitos ambientais, para Acserald (2004), eles se dão na relação entre discursos e práticas dos atores envolvidos no CS. Estes conflitos são aqueles que envolvem então grupos sociais, os quais têm modos diferentes de significado, apropriação e uso do território e se dá quando pelo menos um dos grupos tem ameaçadas suas formas sociais de existência, pela apropriação indesejada do seu território e ou recursos por outros grupos, além dos impactos negativos, fruto das atividades exóticas, geralmente, econômicas. Nesse

sentido, para o autor, o Estado joga um papel preponderante nessa correlação de força que envolvem os conflitos ambientais.

O Estado e os demais atores sociais integram, assim, uma luta classificatória pela representação legítima da Natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados [...] ora evocando a natureza como reservatório de recursos, como cenário de distribuição nobre, como paisagem de consumo estético ou espaço de reprodução de grupos sociais. [...] na relação entre o plano discursivo e o plano das práticas, a cada inflexão nas representações dominantes sobre o meio, mudará, conseqüentemente, o poder relativo dos atores no campo de forças onde configuram-se os conflitos ambientais. (ACSERALD, 2004a, P. 22).

Outra reflexão importante, porém, que não se distancia de Acserald, é apresentada pela professora Andréa Zhouri e Laschefski. Para estes autores,

Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido, pois, [...] qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. (ZHOURI et LASCHEFSKI, p 17, 2010).

Desta sorte, os conflitos são determinados por cosmovisões distintas das práticas socioespaciais, gerando posições diferentes e divergentes entre os implicados. Zhouri e Laschefski classificam esses conflitos em três modalidades: os distributivos, quando a divisão dos recursos naturais acontece de maneira desigual; os territoriais, quando o uso de uma determinada área é disputado por grupos distintos; e, espaciais, quando os efeitos nocivos de determinados impactos ambientais ultrapassam as fronteiras dos grupos sociais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

O conceito de conflitos socioambientais está apresentado na obra *A difícil sustentabilidade*, organizada por Marcel Bursztyrn (2001). Nela encontramos a natureza dos conflitos socioambientais e suas definições. Na primeira parte dessa obra, dedicada a analisar

os temas Estado, energia e conflitos ambientais, encontramos dois capítulos fundamentais. O primeiro deles é o de Paul E. Little (2001) e o segundo, de Elimar Pinheiro do Nascimento (2001).

Um apresenta duas dimensões importantes do tema: como campo de estudo e ação política. Nascimento, nessa dimensão do campo do estudo, faz a trajetória do conceito na sociedade moderna. O essencial é que nessa aproximação, Nascimento ilustra a natureza, as dinâmicas, regras e as condições de participação e as posições dos atores nesses enfrentamentos que se configuram em torno de ato, estado ou efeito divergentes.

Para Nascimento (2001), os conflitos socioambientais são uma dimensão importante do CS. Afirma também que nele os atores se posicionam de cinco maneiras: promoção, apoio, neutralidade, oposição, veto. Isso depende variavelmente da motivação e significado, ou seja, do capital social e do capital simbólico em jogo. Essa noção, assim, se torna fundamental para se compreender o papel de cada ator. E o papel de cada ator é compreendido pelo estudo da percepção e da representação que ele tem nesse constructo que é CS.

4.7. Percepção / Representação

Desde os escritos de Platão e Aristóteles, a questão do conhecimento está posta. As indagações do que é o conhecimento e de *como conhecemos* tornaram-se questões centrais ao longo da história da filosofia e, particularmente, de seu ramo da epistemologia. Das origens gregas de nossa filosofia formaram-se duas vertentes principais: o realismo (ARISTÓTELES, 1997 e 2002; PLATÃO, 2000; REALI, 2002) e o idealismo (HEGEL, 2008; FICHTE, 1980; SCHELLING, 1979; KANT, 2008).

A primeira vem da noção de que o conhecimento é oriundo da essência do objeto, isto é, da captura daquilo que define e diferencia o objeto em si; e a segunda, de que o conhecimento se baseia na percepção do objeto pelo homem e não no alcance de sua essência, mas na construção de suas ideias, que são o que o sujeito pode de fato conhecer e representar. No Brasil, a obra de Henrique Vaz, intitulada *Escritos de Filosofia*, trabalha extensivamente estas questões.

O que nos interessa nessa discussão, para além do que é *o conhecer* e como *se conhece*, é entender o que se conhece. Neste sentido, importa-nos expor a noção mesma de *percepção*,

já que o objetivo de nosso estudo passa pela representação de alguns atores, buscando, deles, entender o papel da Igreja Católica no campo da sustentabilidade. Segundo Ferreira (2004, p. 1534), no dicionário da língua portuguesa “percepção é o ato ou a faculdade de perceber. E perceber é apoderar-se de apreender pelos sentidos, adquirir conhecimento”.

Próxima da concepção da psicologia, porém aprofundada por ela. Os autores, uns mais outros menos, se distanciam desta visão de dicionário, ou a enriquecem. No campo da sociologia e da filosofia a perspectiva aponta mais para o que se conhece, quando nos campos da psicologia aponta-se mais para o conhecedor, o ato de conhecer.

É Descartes, no *Discurso do Método* (1979), que inaugura a distinção na ciência entre subjetividade e objetividade, que dá cabida a noção de sujeito cognoscente. Essa ideia possibilita mais tarde várias escolas na psicologia. O campo da psicologia é o que mais se desdobrou sobre o tema da percepção. A noção de percepção remonta a Freud (1970a, 1970b), quando o psicanalista apresenta seus estudos sobre o sistema de percepção, o inconsciente e a representação.

Já os estudos de Piaget (1973; 1978) propunham que esse conceito é uma ferramenta primordial no processo de assimilação. É a partir dela que o indivíduo tem a possibilidade de formar suas representações sociais (JUNQUEIRA, 2005). O chinês Yi-Fu Tuan nos apresenta na obra *Topofilia* - do grego *topo* que significa: *lugar e filia*, amizade, amor -, um estudo da percepção como relação dos valores, atitudes e ambiente, ou seja, o ambiental como fator condicionante das pessoas. Essa obra tornou-se um clássico nas ciências ambientais, dando base para os estudos dessas representações (TUAN, 1980). Essa noção quebra o paradigma da separação entre seres humanos e ambiente, estabelecendo formas diversas de relações entre os vários seres (HOEFFEL, MACHADO e FADINI, 2005).

Aqui destacamos alguns estudos. Inicialmente, o Laboratório de Percepção e Psicofísica do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo e, nele, dois autores importantes, que são Schiffman (2005) e Goldstein (2013), quando oferecem contribuições sobre as noções de sensação e percepção, a partir da psicofísica e da neurociência. O objetivo central da obra desses autores, por conseguinte daquele laboratório, é examinar os tópicos a respeito da sensação e percepção num contexto comportamental e biológico. Essa é uma das perspectivas sobre percepção que é trabalhada nesse laboratório.

Outra perspectiva hoje muito relevante no campo da psicologia, é a escola da psicologia ambiental. A literatura internacional aponta Gustave Nicolas Fischer (1997), com a obra *Individuals and Environment: A Psychosocial Approach to Workspace*, como uma relevante contribuição nesse novo campo de pesquisa sobre a relação homem-ambiente. Porém, é na obra *Psicologia Social do Ambiente*, editada no Brasil pela Instituto Piaget, que se trata mais especificamente o tema do ambiente social, na constituição do conjunto da vida dos indivíduos e dos grupos.

Aqui no Brasil e na Amazônia, um centro importante de pesquisa é o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – LAPSEA, do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas - INPA. Maria Inês Gasparetto Higuchi coordena esse laboratório e tem uma vasta literatura especializada com enfoque em estudos de casos, nos quais a Percepção Ambiental é um conceito relevante. Ali, percepção está sempre associada ao uso dos sentidos como instrumento de apreensão da realidade, como é a perspectiva da psicologia.

Na obra de Higuchi e Kuhnen (2008), percepção é um conceito central e está ligado às noções de *lugar* e de possibilidade de *conhecimento*. Elas dizem que conhecimento “é sempre o resultado de uma interação entre as capacidades do sujeito e as propriedades da realidade que o sujeito constrói. O conhecimento torna-se então uma representação da realidade a partir da construção do objeto” (HIGUCHI e KUHNEN, 2008, p. 7). Nos estudos ambientais, por sua vez, estas noções estão ligadas ao conceito de lugar.

Sem lugar é um meio pelo qual comunicamos uns aos outros nossos valores e significados sobre o mundo em que vivemos. Inerentes à materialidade do lugar estão os significados não materiais, e o que é simbólico inevitavelmente tem implicações materiais. Por conseguinte, a compreensão desses aspectos, materiais e não materiais subjacentes às práticas ecológicas, está sempre mediada pelas relações existentes com outros” (HIGUCHI e KUHNEN, 2008, p. 184).

Nesse ramo da psicologia, a percepção ambiental tem sido designada como um modo de significado ao entorno vivido ou vivenciado. E que surge em função das lacunas que essas disciplinas tinham para ver essa subjetividade sobre o entorno. É uma perspectiva que nasceu nesses campos de estudo. Ou seja, um olhar para a subjetividade das pessoas sobre o ambiente e como as pessoas se comportam nele e com ele.

Para Hoeffel, Machado e Fadine (2005) a percepção tem a função central de compreender o *modus* pelo qual os seres humanos se relacionam com o ambiente e como esse lhe condiciona. Assim, pode-se compreender como os ecossistemas influenciam no comportamento dos humanos (HOEFFEL, MACHADO e FADINI, 2005).

Vários estudos foram publicados abordando o tema da Percepção sob diferentes perspectivas, com diversos atores e lugares. A psicologia é a ciência que mais desenvolveu seu arcabouço teórico sobre o tema. Uma importante contribuição vem da geografia, especialmente, a partir de uma abordagem fenomenológica (LYOTARD, 1986), dada que essa abordagem possibilita uma aproximação à análise da relação entre a identidade do espaço e o mundo vivido (TEIXEIRA e NOGUEIRA, 1999). Para esta ciência, a percepção é a atividade que possibilita a relação de espaço e subjetividade na construção das representações. Autores importantes têm trabalhado com essa temática, tais como Harley (1991), Bettanini (1982), Bailly (1985), Bley (1995), Hoeffel et al. (2005).

Nogueira e Simielli iniciam uma série de publicações a partir da tese doutoral intitulada *Percepção e representação gráfica: a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. A partir da fenomenologia (LYOTARD, 1986), estas geógrafas apresentam os conceitos de percepção e representação. São vários os artigos, dissertações e teses resultados de suas orientações que apresentam a *Percepção* como a primeira forma de aquisição de conhecimento sobre o mundo e a *representação* como a forma de apresentação desse conhecimento (NOGUEIRA e SIMIELLI, 2001).

O presente artigo é construído a partir dessa ideia de percepção e representação que vem da filosofia, que se funda na escola da fenomenologia. Heidegger (1995) e Lyotard (1986) são aqueles autores reconhecidos que se dedicaram, em tempos distintos, a construir essas teorias. O primeiro, na obra *o Ser e Tempo (Sein und Zeit)*, de 1927, faz uma crítica a metafísica tradicional, que segundo ele, esqueceu as condições de possibilidade de conhecimento do ser que conhece.

Kant (2008) na *Crítica da Razão Pura*, apresenta essa estrutura de condições de possibilidades. Para ele, o ser que conhece tem categorias *a priori* que possibilitam fazer juízo *a posteriori*. Para Heidegger, esse ser que conhece, retomando Kant, está no tempo e no espaço e, neles, se apresenta e representa fenomenologicamente.

Para Lyotard (1986), o ser humano é um ser no mundo, não se trata de uma ideia abstrata. Nesse contexto, ele está em relação com outros seres humanos, não humanos e coisas. Estas coisas se manifestam, se apresentam, isso é a fenomenologia. O ser humano percebe e interpreta, que é aquilo que ele chama de hermenêutica. É neste sentido que a hermenêutica não se preocupa em dizer o que é, definindo-o, mas ela busca o sentido e o sentido não é um e nem único, ele é a relação entre o ser que conhece e o objeto conhecido.

É a partir dessa perspectiva que apresentamos nossa noção de percepção e representação. Percepção é a condição de possibilidade de conhecer e representação é a condição de possibilidade de ser reconhecido. Percepção e representação são duas caras da mesma moeda, isto é, a consciência.

A noção de representação (coletiva) foi trabalhada inicialmente por Emile Durkheim (1994). O conceito de percepção se aproxima muito dessa visão, quando na análise daquilo que o autor chamou de fato social, explicitado como uma representação coletiva com força coercitiva (OLIVEIRA, 2012). No entanto, é Moscovici (1978, 1989) que, retomando o conceito durkheimiano, retrabalha a noção de representação coletiva, criando o conceito de representação social.

São três os elementos constituintes de uma representação social: o *quantitativo*, dada a possibilidade de compartilhamento por um número de conjuntos de indivíduos; o *genético*, sua produção é uma atividade cognitiva e simbólica de determinado grupo social; e o *funcional*, porque regula o modo de ser, atuar e pensar, ou seja, determina as práticas sociais (VALA, 1993).

Essa noção, ainda segundo Moscovici é fundamental para se estudar diversos temas de natureza social. Retomamos esse autor, para fundamentar esta pesquisa, porém alargando e transitando o conceito de social, para socioambiental, por razões já supracitadas. Barros e Ravena (2011) fazem uma apresentação precisa desses conceitos aplicando-os nas audiências públicas e na cobertura midiática do caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

É assim que a noção de percepção-representação é transcrita em nosso trabalho, ou seja, de acordo com a consciência de cada ator no espaço social, no ambiente de disputa nos conflitos socioambientais, isto é, no campo da sustentabilidade. Como nos ensina Bourdieu (1989) cada ator possui uma representação intrínseca de acordo com sua trajetória e capitais: cultural, econômico, intelectual.

5. CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, toda obra carece de arcabouço teórico estabelecido. Logo, à medida da sua aplicabilidade, a realidade exige suas reelaborações, adaptação, questionamento e acréscimos. Como um capítulo eminentemente teórico, porém em vistas de um objeto concreto, ilustrou-se e se reviu conceitos já consolidados e outros que estão se consolidando no mundo do conhecimento, quer seja o científico, quer seja o dos saberes.

A partir do estudo do papel de Igreja Católica na região do Rio Xingu, o conceito Campo da sustentabilidade, seus fundamentos e dimensões, desdobramentos políticos e econômicos, seus atores socioambientais e conflitos, permite uma análise profunda, explicada ao movimento ao redor do mundo que versa sobre as condições de vida no planeta. O que interessa são basicamente os modelos políticos, econômicos, socioambientais, ou seja, as concepções de desenvolvimento que estão em jogo.

Esta pesquisa nos possibilita observar que o termo DS por décadas buscou fundamentar um modelo de desenvolvimento que buscava conciliar crescimento econômico e uso racional dos recursos ambientais, o qual não suportou suas próprias bases, devido ao viés econômico predominar sobre o ambiental.

Nesse contexto, o campo da sustentabilidade, através da compreensão transcendental da sustentabilidade a priori como um substantivo e posteriori um valor, permite-nos reexaminar as questões ambientais, afinal o modelo capitalista atual que ignora a relação entre o homem e a natureza por si só demonstra fracasso para a manutenção da vida. Assim, o campo da sustentabilidade proporciona o ato da reflexão, pois refletir se faz necessário em todos os aspectos da vida, onde negar a interdependência de todos os elementos da natureza por décadas com conceitos por vezes equivocados sobre o ambiente acentuou as relações de desequilíbrio.

Podemos observar que o campo da sustentabilidade ao considerar diferentes dimensões levando em consideração a subjetividade na relação homem e a natureza fundamentada por diferentes pesquisadores e a própria igreja Católica, reconhece que todos os seres vivos e não vivos estão interligados constituindo nos em um só, reconhecendo a natureza como uma unidade que necessita ser compreendida como um sistema único possibilitando a todos os atores envolvidos a ampliar suas percepções em prol de um bem maior. Pois, cuidar da casa comum é dar dignidade de vida a todos aqueles onde quer que estejam sem distinção de espaço e modo de vida.

Conhecer ou melhor compreender a amplitude relacionada ao Campo da Sustentabilidade pelas sociedades e seus atores, nos possibilita reconhecer os impactos causados por construções capitalistas que agride e desmerece as histórias no qual estão inseridas, como no caso da usina de Belo Monte.

Portanto como podemos observar nessa pesquisa, conhecer é ato necessário para efetuar mudanças, apropriar-se do mesmo e constituir relações sociais que leve em consideração o respeito pela vida nas suas diversas e diferentes formas, num processo constante onde influenciamos e somos influenciados, assim fica a reflexão, quem somos ou onde estamos nesse contexto, somos influenciadores ou influenciados.

É mais que valida a premissa da preocupação com as condições de vida da população atual e futura, dada a grave crise civilizatória pela qual passa a humanidade. Esta mesma humanidade tem o dever de equilibrar a produção de energia produzida pelo planeta com a energia que seu modelo econômico obriga a consumir. O campo da sustentabilidade é a arena perfeita para esse debate.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*. 24 (68), 2010.

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan. / abr. 2014, p. 84-105.

ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 84-105

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23-40.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII: 5-8, Março/1993

AFONSO, Cintia Maria. *Sustentabilidade, caminho ou utopia?* São Paulo:Annablume, 2006.

ALMEIDA, Jalcione; FREURY, Lorena. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente e Sociedade*, v. XVI, nº 4, p. 141-158 dez, 2013.

ALMEIDA, Márcio Lino de. *O que é a economia verde? mapeando a disputa pelo conceito*. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ARAÚJO, R.; VIEIRA, I. C. G. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. *Sustainability in Debate-Brasília*, v. 10, n. 3, p. 366-378, 2019.

ARISTÓTELES. *Metafísica* vols. I, II, III, 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução, introdução e comentários de Mário da Gama Kury. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1997.

BAILLY, A. Enseigner les representations regionales, géographie, images mentales et cartes mentales. Paris: Antropos, 1989.

BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. *Introduction: the theory and practice of sustainable development in EU perspective*. In: BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. (Eds.). *The Politics of Sustainable Development: Theory, Policy, and Practice within the EU*. Londres: Routledge, 1997.

BAKER, Susan. *Sustainable Development* . *Journal of Environmental Law*, Volume 19, Issue 3, 2007, Pages 422–424. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jel/eqm026>.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. *Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio Madeira*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

BARROS, Thiago Almeida; RAVENA, Nírvia. *Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático*. Rio de Janeiro, Compolítica Associação Brasileira de pesquisadores em comunicação e política. IV Encontro da Compolítica, Universidade do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

BECK, S e OOMEN, Jeroen. Imagining the corridor of climate mitigation – What is at stake in IPCC’s politics of anticipation? *Environmental science & policy*, , Vol.123, p.169-178. Setembro de 2021.

BETTANINI, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLEY, L. *Os Estudos de Percepção em Geografia na UFPR*. In: BLEY, L. (Org.) *Percepção em Geografia*. Curitiba: UFPR, 1995.

BOFF, L. *Sustentabilidade: O que é - o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012

BOUDON, Raymond. *Les méthodes em sociologie*. Paris: Universiteires de France, 1973.

BOURDIEU, P. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

BOURDIEU, P. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CASARA, Marques. *O Simulacro Ecológico: Fálacia, poder e hegemonia no discurso de Desenvolvimento Sustentável*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. 2016.

CATALISA. *O Conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável*. Retrieved from (2010). Disponível em: http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=59. Consultado em 26de janeiro de 2020.

CHAVES, M. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. *Desenvolvimen-to sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo*. INTERAÇÕES: Revista Internacional de

Desenvolvimento Local, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, v. 8, n. 13, p. 99-106, 2006.

Chichilnisky, Graciela. *What Is Sustainable Development?* Land Economics, 73, issue 4, p. 467-491, 1997. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:uwp:landec:v:73:y:1997:i:4:p:467-491>.

CONNELLY, S. *Mapping Sustainable Development as a Contested Concept*. Local Environment, v. 12, n. 3, p. 259-278, 2007.

CORRÊA, Felipe. Elementos para uma teoria libertária do poder. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

CORRÊA, Felipe. Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca, 2011.

DA SILVA, Marcos Henrique Cavalcante. *Resíduos sólidos: o uso da gestão ambiental como ferramenta para o manejo adequado do lixo urbano*. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 85668-85677, 2020.

DESCARTES, René (1979). Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DOBSON, A. *Environment sustainabilities: An analysis and a typology*. Environmental Politics, v. 5, n. 3, p. 401-428, 1996.

DURKHEIM, Emille. Representações individuais e representações sociais. São Paulo: Ícone, 1994.

EISENMENGER, N.; KRENMAYR, N.; NOLL, D.; PICHLER, M. The Sustainable Development Goals prioritize economic growth over sustainable resource use: a critical reflection on the SDGs from a socio-ecological perspective. Sustainability Science, v. 15, n. 4, p. 1101-1110, 2020.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks*. Oxford: Capstone Publishing Limited, 1997.

ELKINGTON, John. *The zeronauts: breaking the sustainability barrier*. Routledge, 2012.

ELLIOTT, Jennifer. *An introduction to sustainable development*. London: Routledge, 2012.

FEARNSIDE, Philip. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras / Philip M. Fearnside. - Manaus: Editora do. INPA, 2015.

- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.
- FICHTE, J. G. *A Doutrina-da-Ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: abril, Cultural, 1980.
- FISCHER, Gustave-Nicolas. *Individuals and Environment: A Psychosocial Approach to Workspace*. Traduzido por Ruth Atkin-Etienne. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.
- FLEURY, Lorena. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. TESE. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- FOLADORI, Guillermo. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*, n. 6-7, p. 169-173, 2000.
- FOLLMAN, José Ivo (org). *Ecologia integral, abordagens (im)pertinentes*. Volume I. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.
- FRANCISCO, papa. *Laudato ' si*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- FRANCISCO, papa. *Querida Amazônia*. São Paulo: Paulinas, 2020.
- FREUD, S. *Das unbewusste*. Frankfurt, S. Fischer Verlag v.3, 1970b.
- FREUD, S. *Die traumdeutung*. Frankfurt, S. Fischer Verlag, v.2, 1970a.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the economic process*. Boston: Harvard University Press, 1968.
- GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GILDING, Paul. A grande ruptura. Como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.
- GODARD, O. *O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual*. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: NAEA-UFPA, 1997.
- GOLDSTEIN, E. B. *Sensation and perception*. New York: Cengage Learning, 2013.
- HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. *Science*, vol. 162, N. 3859, dezembro, 1968.
- HARLEY, J. B. *A nova história da cartografia*. *Correio da Unesco*, v, 19 n. 8, p. 4 -9, 1991.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006.

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich . *Fenomenologia do espírito*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia*. Tradução de Beatriz Sidou. -- 2. ed. -- São Paulo : Centauro, 2001.
- HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. *Percepção e representação ambiental – métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental*. IN: (ORGS.) PINHEIRO, J. Q. e GUNTHER, H. *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- HOEFFEL, J. L.; MACHADO, M. K.; FADINI, A. Múltiplos olhares, usos conflitantes-concepções ambientais e turismo na APA do Sistema Cantareira. Rio Claro, v. 7 n. 1, 2005.
- IPCC. Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>.
- IPCC. Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas. 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>.
- JACOBS, M. *Sustainable Development as a Contested Concept*. In: DOBSON, A. (Ed.). *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JUNQUEIRA, Lília. *A noção de representação social da sociologia contemporânea*. Estudos de sociologia, v. 18, n. 18/19, 2005.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
- LASZLO, Ervin. *The chãos point*. Reino Unido: Piatkus, 2006
- LATOCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno* (São Paulo: Editora WMF, 2009).
- LATOCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. *La hora del decrecimiento*. Traducción de Rosa Bertran Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2010.
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo: para a construção de uma pedagogia ambiental. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 16, 2007.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Editora Vozes, 2009.

- LÉLÉ, S. Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.
- LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- LITTLE, P. E. *Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política*. In: *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOVEJOY, Thomas; Nobre, Carlos. *Amazon Tipping Point*. Vol. 4, no. 2. *Science Advances*, 2018.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LYOTARD, J-F. *A Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. *Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- MERRIAM, S. *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. *Des représentations sociales aux représentations collectives*, JODELET, Denise (sous la dir.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.
- MYERSON, G.; RYDIN, Y. *The Language of Environment: A New Rhetoric*. London: UCL Press, 1996. 264 p.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. IPCC, mais um alerta. Ateliê de Humanidades, Fios do Tempo, agosto de 2021. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2021/08/14/fios-do-tempo-ipcc-mais-um-alerta/>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional*. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. São Paulo: Estudos avançados, vol. 26, n. 74, 2012a.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; DRUMMOND, José Augusto (orgs.) *Amazônia, dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NEUMAYER, E. *Weak Versus Strong Sustainability: Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2013. 275.

NISZ, C. NASA prevê colapso da humanidade nas próximas décadas. 2014. Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/vi-na-internet/nasa-prevê-colapso-da-humanidade-nas-próximas-décadas-172411575.html>.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília/São Paulo: Ibama/Cebrap, 2002.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista; SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Percepção e representação gráfica: a "geograficidade" nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. São Paulo: Universidade de São Paulo 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília - DF: ABA, 2014.

OLIVEIRA, Márcio de. *O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do Trabalho às formas elementares*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. *Banco Mundial: serão necessários 3 planetas para manter atual estilo de vida da humanidade*. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-serao-necessarios-3-planetas-para-manter-atual-estilo-de-vida-da-humanidade/>. Consultado em 27 de julho de 2020.

PEARCE, D. W.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. Londres: Earthscan Publications, 1989.

PEREIRA, Marcos Villela. *Educação e arte: a consolidação de um campo interminável*. Revista Digital do LAV, n.4, mar. 2010.

PIACENTINI, Patricia. *Ciência para o desenvolvimento sustentável dos oceanos*. Ciência e Cultura, v. 71, n. 1, p. 12-10, 2019.

PIAGET, Jean . *Psicologia e Epistemologia: Por uma teoria do conhecimento*. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973. 158p.

PIAGET, Jean. *Fazer e Compreender*. Trad. Cristina L. de P. Leite. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1978. 186p.

PLATÃO. *A República*. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

REALE, G. *História da filosofia antiga*. vol. II: Platão e Aristóteles e vol. V Léxico, Índices e Bibliografia. 2ª edição. Tradução Henrique Cláudio de Lima Vaz & Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALVADOR, Angelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986

SCHELLING, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SCHIFFMAN, H. R. *Sensação e Percepção*. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

SCOTT, J.C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. In: Raízes, Campina Grande, vol.21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Durkheim, Weber, Marx*. 4ed. Itajaí: Univali, 2002.

SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica dos conflitos socioambientais na América do Sul*. Meridiano 47. N. 115, fev, 2010, p. 21 a 23.

SIMMEL, Georg. *O conflito como sociação*. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2001.

SIQUEIRA, I. S.; DIAS, T. S.; NETO, G. F. C.; ALVES, M. A. M. *A construção discursiva sobre o conceito de desenvolvimento sustentável*. NOVA REVISTA AMAZÔNICA, V., VIII - Nº 01 - ABRIL 2020.

TEIXEIRA, K. S, NOGUEIRA A. R. B. *A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida*. Revista do Departamento de Geografia (São Paulo. Online), n.13, p. 239-257, 1999.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. *Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VALA, J. *Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social*. Em J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia VII: raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia VII: raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2012.

VEIGA, José Eli da, ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas: Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do séc. XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

VIANA, V. M. *As florestas e o DESEnvolvimento sustentável na Amazônia*. 2. ed. Manaus: EditoraValer, 2007.

WALLACE-WELLS, David. *A terra inabitável. Uma história do futuro*. São Paulo: Cia das letras, 2019.

WCED. *Our Common Future*. Oxford. Nova York: Oxford University Press, 1987, 400p.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO SEGUNDO - ARTIGO

1. O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

1.1. Resumo

A usina hidrelétrica de belo monte se insere na lógica de ocupação da Amazônia prevalecente desde o período da Colonização. Dois macro-atores são os protagonistas desta história de cinco séculos: o Estado e a empresa privada. Este artigo tem como objetivo, pontualmente, ilustra essa trajetória, apresentando as diversas *Amazônias*, as quais possibilitam uma variedade de leituras; a lógica do modelo econômico predominante implementado nos ciclos da borracha e da ocupação recente com a construção de estradas, projetos de exploração mineral (Projeto Grande Carajás) e por fim os ciclos das hidroelétricas, a usina hidrelétrica de Belo Monte, como ícone desse modelo.

Palavras-Chave: Amazônia, Modelo de desenvolvimento, Ciclos econômicos, Hidrelétrica de Belo Monte.

1.2. Abstract

The Belo Monte hydroelectric power plant is situated within a logic of occupation prevalent in the Amazon since the time of colonization. Two macro-actors are the protagonists of this five hundred year history: the State and private enterprise. This article has as its objective, quite specifically, to illustrate this trajectory, presenting diverse Amazons, which offer the possibility of a variety of interpretations: a logic of the predominant economic model implemented during the cycles of the rubber economy, during the recent occupation with the construction of roadways, projects of mineral extraction (Project Grande Carajás), and finally, during the cycles of the hydroelectric economy, the Belo Monte hydroelectric power plant as an icon of this model.

Keywords: Amazon, Development model, economic cycles, Belo Monte hydroelectric.

2. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo descrever e analisar o contexto do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte - UHE Belo Monte - a partir da trajetória dos modelos de exploração inscritos nos grandes projetos na Amazônia. Isso significa ilustrar, a partir da literatura específica e dos dados da pesquisa, os ciclos mais relevantes de exploração econômica e migratória na Amazônia, acrescido da descrição e análise das construções desses projetos, marcos relevantes desse processo. Seguido da descrição e análise da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHEBM, ou seja, sua gênese, a perspectiva política do empreendimento, seus atores e respectivas estratégias. O percurso dos grandes projetos na Amazônia, com ênfase na Amazônia Oriental, caracteriza-se pela presença de interesses políticos e violação constante de normas legais e direitos da população local.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi feita a partir de dados bibliográficos sobre a região Amazônica, destacando as mudanças que ocorreram no período de implantação de grandes projetos. O cenário desenhado permite entender a configuração social do contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHEBM.

Como o ou os conflitos(s) em torno da UHEBM ressalta(m) o confronto entre dois modelos de desenvolvimento optou-se por ressaltar justamente os modelos de desenvolvimento que induziram à exploração da Amazônia. Essa abordagem permite compreender o papel de dois atores fundamentais, a empresa e o Estado, principalmente em atuação para a implantação de obras como Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHEBM.

4. DISCUSSÃO RESULTADOS

4.1. As diversas Amazônias na Amazônia

Aragón e Oliveira (2009) dedicam a primeira parte da obra *Amazônia no cenário sul-americano*, a apresentar através de alguns autores as visões, daquilo que eles chamaram de *a invenção da Amazônia*, retomando o título de uma obra de Gondim (2007). Este bioma é reconhecido, nacional e internacionalmente, por meio de diversas imagens, perspectivas, características. Elas se referem a muitas amazônias: a urbana, a natural, a biodiversidade, a bacia hidrográfica, a Amazônia legal, a região Norte, a territorialidade da Pan-amazônia, entre tantas outras perspectivas de observação.

Segundo Oliveira (2010), tais imagens, que são familiares, de algum modo foram impostas e reproduzidas por pressupostos não muito conhecidos. Várias descrições alimentam mitos atuais que a Amazônia é o mundo das águas e da floresta, em que a natureza funciona como um sistema integrado e harmonioso, imperando de forma quase absoluta. É aquele lugar privilegiado do planeta onde se realizaria a mais perfeita expressão do primado da natureza sobre o homem, uma espécie de paraíso perdido que nos reporta ao cenário de uma terra antes do aparecimento do homem (OLIVEIRA, 2010, p. 21), mas que também é seu inferno (RANGEL, 2001).

Ao escrever da realidade do homem de ontem, ao que parece fala do homem de hoje.
Diz Euclides da Cunha:

A Amazônia é a última página, ainda a escrever-se da gênese [...] é terra que ainda está crescendo [...] agita-se, vibra, tumultua, desvaira. [...] A sua fisionomia altera-se diante do espectador imóvel. [...] ora, entre magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem. (CUNHA, 2001, p. 330).

A Amazônia, como região geográfica, encantou naturalistas por sua infinidade de possibilidades de descoberta. No entanto, ultimamente, ele desponta nos discursos políticos como um dos motores para o desenvolvimento dos países que a compõem. Dentro dessa perspectiva, não é de hoje que a Amazônia é pauta no debate mundial.

Ela está presente nas crônicas de viajantes e naturalistas no início do processo da colonização, como se ler nas clássicas obras dos Jesuítas na Amazônia de Lúcio Azevedo (1999) e Serafim Leite (1943), e aparece motivada por interesses múltiplos, fazendo-se presente até na formação do pensamento acadêmico moderno filosófico como no caso de Rodrigues Ferreira (1971) e Tavares Bastos (1975) que vão exaltar as suas exuberâncias e fragilidades.

A teoria da evolução das espécies de Charles Darwin e Alfred Russel Wallace (BIDAU, 2014) tem dados coletados na Amazônia. Humanidades, biológicas e mineralógicas na Amazônia ajudaram a forjar as bases do pensamento moderno ocidental sobre a região (FRITZ, 1967; LA CONDAMINE, 1972; BUENO, 2002; GONDIM, 2007). Esse pensamento já estudado, como é no caso da obra de Pinto que aponta as principais características “do pensamento social sobre a Amazônia e como um conjunto relativamente restrito de ideias tem sido acionado para construir as representações passadas e presentes desse universo cultural” (PINTO, 2005, p. 97).

A formação das populações humanas na região, como no resto do Brasil, dá-se no encontro de culturas de três continentes (RIBEIRO, 1996). Como ilustra Batista dos Santos et al.:

The human populations of the Brazilian Amazon were formed by interethnic crosses between Europeans, Africans, and Amerindians. The relative contribution of men and women of different ethnic groups was not homogeneous, since the social policies of the first three centuries of Brazilian colonization encouraged mating between European men and indigenous women and, later on, African women. (BATISTA DOS SANTOS et al., 1999, P. 75).

Segundo Fraxe et al (2007), o rio Amazonas, genética do nome a toda a região, serviu de rota para a conquista da Amazônia e o impacto da ação invasora atingiu mais imediatamente, e em maior grau, as civilizações que ocupavam as margens do grande rio, a várzea. A várzea foi, portanto, a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na Amazônia. (p. 11).

Há uma intensa dinâmica de deslocamento das populações que ocupam essa Amazônia dos rios de várzea e terra firme. O caráter “anfíbio” da várzea também levou o homem, que a ocupa, a desenvolver estratégias adaptativas peculiares e um constante diálogo com o sistema social e com a paisagem do sistema ecológico. Daí a estreita relação entre populações, florestas, chuvas e rios, resultante nesses modos de vida.

Estudados ao longo da ocupação (PINTO, 1930), os rios amazônicos, por exemplo, apresentam características muito distintas. Como explica Junk (1984)⁵, os rios amazônicos de sólidos suspensos, na região são chamados de águas brancas, a título de exemplo: rio Amazonas, que nasce no Peru e deságua no oceano Atlântico; outros rios de águas negras, rio Negro, no Estado do Amazonas; e águas claras, rios Tapajós e Xingu, no Estado Pará. Todos eles com variações de Ph, condutividade elétrica, temperaturas.

Fraxe et al (2007) afirmam que a Amazônia foi teatro de ciclos de ocupações ao longo dos séculos desde a chegadas dos primeiros europeus, formando aos poucos a sua população

⁵ “According to the classification of Sioli (1950, 1965a, 1968b), Amazonian rivers rich in suspended solids are called whitewater rivers. In addition to the high sediment load they differ from other Amazonian water types (blackwater and clearwater) with respect to the chemical composition of the water. The pH value is relatively high (pH 6-7), as is the total amount of dissolved inorganic substances. Electrical conductivity varies between in the lower Amazon, the principal representative of whitewater rivers, and more than 300cm in its upper course (Gibbs 1967). According to Furch (1976), Furch & Klinge (1978) and Furch et al. (1982), whitewaters are carbonate waters, characterized by a high percentage of alkali-earth metals compared to alkali metals. This is a common feature of most freshwaters on earth”. (JUNK, 1984, p. 215).

nativa formada de caboclos, ribeirinhos, caboclos-ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas e comunidades e povos tradicionais.

Esse conjunto caracteriza o homem amazônico, que é fruto do contato de sujeitos sociais distintos, como: ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc), que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Dessa maneira, a formação social amazônica foi engendrada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão. (FRAXE et al., 2009)⁶.

Partindo dessas premissas, a Amazônia está relacionada a diversos contextos sociais, econômicos, culturais, políticos, territoriais, geográficas, biológicas, biofísicas, dentre outros, que geram uma longa disputa entre utilização e preservação (ALVIM, 1978). Segundo Leal (2019), a Pan-amazônia, maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, conta com 7,5 milhões de quilômetros quadrados distribuídos entre 9 países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela).

Ela tem uma área equivalente a 60% da superfície da América Latina, e o Brasil é o detentor da maior parte desse território, ou seja, 67,8% da área total. A Pan-amazônia engloba o bioma amazônico, formado por um conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas. Na parte brasileira ela corresponde a praticamente a metade do território do Brasil.

Leal (2019) ressalta ainda, que de acordo com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG54) a área da Amazônia se diferencia internamente baseado em três critérios: I) biogeográfico (extensão correspondente à Floresta Amazônica); II) hidrográfico (extensão total da bacia do Rio Amazonas); e III) político-administrativo (área compreendida pelos limites políticos definidos pelos países). Dentro dessa dimensão, a Amazônia possui aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5,5 milhões de quilômetros quadrados tomados pela floresta tropical.

Segundo Fearnside (2015) a bacia amazônica cobre 7.003.067 km², dos quais 67,9% estão no Brasil, 9,8% na Bolívia, 8,8% no Peru, 1,6% no Equador e 6,4% na Colômbia. Além

⁶Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009. Acessado em 20/06/2021.

disso, uma região conhecida como “grande Amazônia”, com condições ambientais semelhantes, engloba partes da Venezuela, Guiana Suriname e Guiana Francesa.

No Brasil, a área administrativa denominada “Amazônia Legal” foi estabelecida desde 1953, abrangendo a totalidade ou parte de nove estados. Vários incentivos fiscais, programas de desenvolvimento e normas ambientais foram implantados nessa área. Cerca de três-quartos da Amazônia Legal eram, “originalmente”, cobertos pela floresta amazônica, o quarto restante é, principalmente, vegetação de cerrado. (FEARNSIDE, 2015).

A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. (LEAL, 2019).

Na Amazônia existem diferentes realidades físicas, biológicas e antropológicas; diferentes características que transformam a floresta em várias florestas. Há, portanto, várias Amazônias dentro das fronteiras amazônicas. (BEZERRA, 2012).

Para compreender a diversidade territorial na Amazônia é preciso refletir sobre os componentes de sua biodiversidade pertencentes à natureza e à cultura humana. Para Castro (2009), a Amazônia caracteriza-se pela complexidade das relações econômicas e sociais que se estabelecerem em seus diversos territórios.

Essa característica particular é marcada pelo processo de monetarização das interações e que muitas vezes ocorrem por mecanismos desiguais e combinados, nos quais engendram processos sociais tradicionais e outros apontados como modernos. Assim, verifica-se que determinadas expressões organizativas e formas de ocupação, que são pensadas como intrínsecas à área rural despontam dentro do perímetro urbano.

Isso tem levado cientistas a relativizarem as dicotomias rural/urbano e nômade/sedentário na caracterização das chamadas “comunidades tradicionais” e no reconhecimento de suas expressões identitárias em seus territórios específicos. Um território é constituído por meio da correlação de forças e do grau de poder nele exercido.

Por isso, há mobilização e organização dos movimentos sociais, que reivindicam não somente a luta pelo espaço físico de trabalho e de reprodução, mas também pela ocupação do território e manutenção de suas especificidades sociais, econômicas, políticas, culturais e

naturais (Almeida, 2006). A lógica socioeconômica da Amazônia é plural em suas diversas territorialidades.

Becker (2010) afirma que território é o espaço da prática por meio da sua espacialidade, que inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica, isto é, o território. Dentro dessa perspectiva, a territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais e destas com a natureza (BECKER, 2020, p. 20).

Almeida (2008), por sua vez, para além do conceito de territorialidade, ressalta o termo “territorialidades específicas”, que seriam resultados de diversificados “processos sociais de territorialização” relacionados, sobretudo, com as dinâmicas de pertencimentos coletivos de terras. Para o autor, a ideia de “territorialidades específicas” é resultante de uma conjunção de fatores, “que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos ao Estado” (ALMEIDA, 2008, p.118).

Castro (2017) pontua que a configuração territorial que presenciamos nos dias atuais na Amazônia, é resultando de mudanças importantes que ocorreram na sociedade e na economia das últimas décadas. “Entre estas assinalamos as dinâmicas do mercado mundial de diferenciação interna de produtividade e valor que alteraram os processos de produção, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade” (CASTRO, 2017, p. 19). É importante considerar a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, dimensão fundamental para identificar as conexões lógicas dos fluxos transnacionais e de agentes econômicos sobre os recursos naturais.

Por outro lado, há um cenário do surgimento de um novo momento de expansão acelerado do capital, comprometido com a produção intensiva de *commodities* agrícolas e minerais, que tem fundamentado a dinâmica de atores e agências sociais engendradas por intermédios de conflitos que ocorrem a partir do processo de dominação em curso.

Segundo Castro (2017), “o que está em jogo e agora de forma mais explícita nas políticas governamentais, inclusive de países com região amazônica, é a ocupação pelo

mercado de territórios da Pan-Amazônia” (p. 21) em decorrência da riqueza da região, como floresta tropical, potencial mineral hídrico e de biodiversidade.

Em relação as disputas por empresas de diversos setores econômicos e das políticas governamentais com grandes projetos de infraestrutura de transporte e, especialmente, energia (GAMBOA E CUETO, 2012; TUNDISI, 2014). Castro (2017) chama atenção que pela primeira vez, na Amazônia, o Estado repassa a construção e a gestão de um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada, caso da Usina de Belo Monte.

Isso não ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí e nem com as usinas de Balbina e Samuel produzidas pela Eletrobrás. A usina de Belo Monte está sendo construída através de um protocolo que incentiva a relação entre o sistema público e o privado, justificando assim a viabilização de seu financiamento (CASTRO, 2017, p. 23). Fato que prenunciou o processo atual de privatização do setor elétrico brasileiro (Goldemberg, 2018; CAMPOS, 2020).

Finalmente, Fraxe et al (2007) enfatizam que, para compreender os grupos sociais amazônicos, é necessário levar em consideração o contexto contraditório no qual estão inseridas as reivindicações e práticas culturais. “ Entender o modo de vida dos grupos sociais que habitam a Amazônia não significa apenas conhecer e descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender seus vastos territórios”. É preciso refletir para além dos quadros naturais, das questões biológicas, das imagens hiperbolizadas e românticas (Almeida, 2008), pois as questões socialmente construídas estão repletas de reproduções, contrastes e contradições.

4.2. Modelo histórico de exploração da Amazônia

Como ilustrou Carlos Gonçalves (2005) na obra, *Amazônia, amazônias*, e como anteriormente sinalizado, A Amazônia é um território plural que se pode analisar e tem sido compreendida sob diversas perspectivas, desde seus problemas até o esplendor de sua beleza natural, passando pelas diversidades biológicas, culturais e povos até como depósito de madeira, minério e água. Historicamente, a conquista da região sempre foi justificada pela concepção de um “vazio demográfico” que precisava ser ocupado e de um território que precisava ser desenvolvido (SIOLI, 1973).

Essas classificações impostas sobre a Amazônia colaboraram para a implantação de políticas de colonização e, conseqüentemente, para o deslocamento de pessoas, abertura de

estradas, expansão da pecuária, aplicação de grandes projetos e investimentos para a construção de hidrelétricas (ALMEIDA, 2008). Por essas razões esse bioma tem sido um campo de disputas, de conflitos socioambientais, haja vista os diferentes olhares e projetos com sentidos e fins distintos (ACSERALD, 2004).

Nos tempos da colonização, durante o período militar e no período da recente democracia brasileira, desde o ponto de vista estatal, a Amazônia é vista como um possível motor do desenvolvimento do país (PINGUELLI ROSA, 1990). Por isso, mesmo sujeita à degradação, preço que se paga pelo progresso e pelo modo de vida da civilização atual, como dizem Nascimento e Drummond (2003). Nas palavras de Bermann:

A região se insere no sistema capitalista de produção globalizado como fornecedora de bens primários de origem mineral (notadamente minério de ferro, bauxita, manganês, zinco, cobre e chumbo), exportados na forma bruta ou transformados em metais primários (lingotes de alumínio, ligas de ferro e aço), produtos de alto conteúdo energético, baixo valor agregado e degradadores do meio ambiente. (BERMANN, 2012, p 07)

Porém, a esse modelo predatório, opõem-se numerosos povos tradicionais, grupos étnicos, movimentos sociais e igrejas diversas, enfim, os “povos” que se formaram na Amazônia ao longo do processo de sua ocupação e conquista, supracitado. Para a Amazônia há uma política de intervenção contínua que se legitima por meio de discursos quanto a necessidade de exploração de recursos naturais e dos discursos integracionistas - como foi o da ditadura militar, mas que hoje se atualiza no governo federal - com frequentes desrespeitos às normas e na contramão da preservação ambiental.

Um simples exemplo é o caso da tentativa de exploração de terras indígenas protegidas pela Constituição Federal, como se constata no Projeto de Lei 191/2020 de autoria do Poder Executivo que tramita no Congresso Nacional e que pretende autorizar, entre outras atividades, a mineração nestas terras. A maioria dos grandes projetos na Amazônia impactam negativamente a natureza (MONTEIRO, 2005) e, conseqüentemente, seus povos originários e tradicionais, como ocorre no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte - UHEBM.

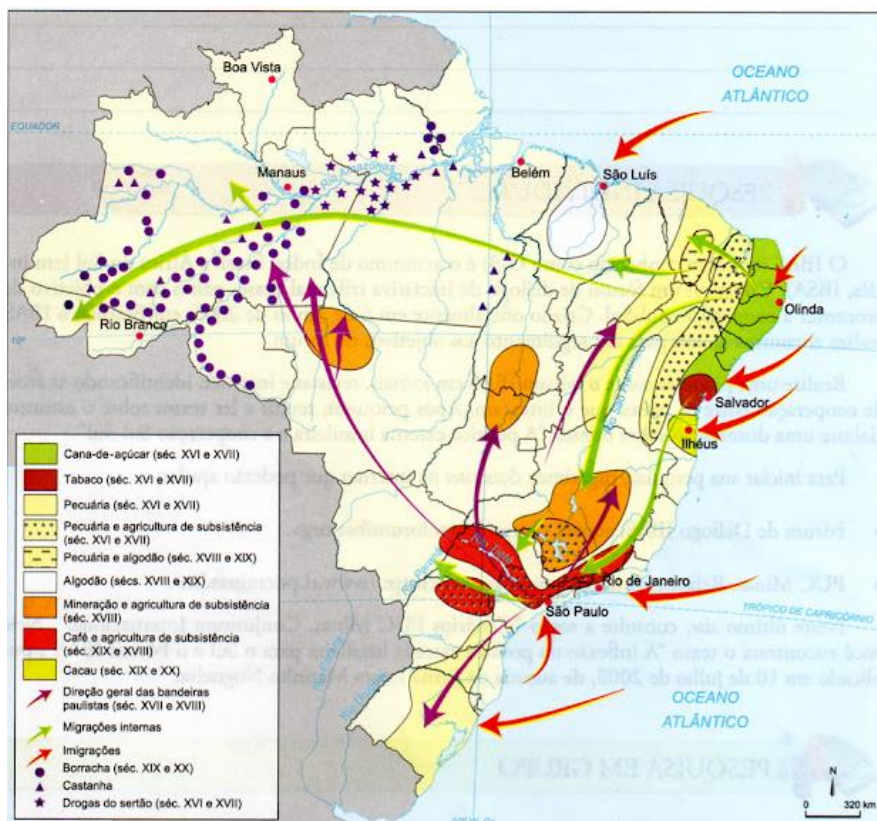
Como explica Celso Furtado (1980) essa é a história da Amazônia. Presente nos seus conhecidos ciclos de exploração e que repetem a lógica da Colônia, ou seja, a lógica de dependência e extensão. Nas palavras do mestre paraibano:

Sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores. (FURTADO, 1980, p. 95).

As famosas ervas do sertão, a borracha, a castanha do Pará, a madeira, a agropecuária, a mineração e as hidrelétricas compõem o “cesto” de uma fronteira agrícola submetida a um saque brutal de sua riqueza, sob a indução e proteção do Estado e indulgência e apoio das elites locais, formadas por fazendeiros, grileiros, pecuaristas, empresas mineradoras e garimpeiros, assim como, comerciantes e políticos, em geral recém-chegados àquelas terras e que hoje em dia, é possível afirmar, repetem o mesmo sistema de economia de enclave em vigor há século (CARDOSO E FALETTO, 1979), conforme descreve sinteticamente Alves:

Dentre os ciclos que tiveram importância significativa em território brasileiro, podemos destacar o do pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro, do algodão, do café e o da borracha. A maioria dos ciclos econômicos passam pelas seguintes fases: descoberta, auge, declínio, recuperação, estagnação e substituição deste por outro (ALVES, 2019, p. 739). O mapa a seguir ilustra as ilhas econômicas e a produção do espaço geográfico pelos ciclos econômicos no Brasil.

Figura 10 – Brasil, ilhas econômicas do século XVI a 1930.



Fonte: Ferreira (2012).

É possível afirmar que os ciclos não têm uma regra rígida, há ciclos mais curtos e outros mais duradouros, como por exemplo, o ciclo da cana, de longa duração (séculos), e o da borracha, de curta duração (décadas).

4.2.1. A borracha

Segundo Weinstein (1983), Hemming (1995), Zárate (2006), Alves (2019), um dos ciclos mais importantes de exploração da Amazônia, é o ciclo da borracha. O pico do período de exploração das seringueiras se deu na metade do século XIX até a primeira década do século XX. Segundo Alves (2017) “o auge do ciclo da borracha se deu no ano de 1911. Após esse ano, o que se viu foi uma queda vertiginosa nas exportações da seringueira como matéria-prima” (p.720).

No entanto, segundo Zárate (2006) e Hemming (1995), esse período importante da economia amazônica, desempenha um papel determinante sobre os indígenas e o caboclo, como também a organização e delimitação política dos territórios fronteiriços. Como afirma Zárate:

La transformación demográfica de la Amazonia fue el resultado directo de los intentos por satisfacer la necesidad de un flujo constante y creciente de mano de obra para soportar la actividad extractiva. Este finalmente fue proporcionado por masas de migrantes provenientes principalmente de regiones periféricas a la misma cuenca. Como se sabe, la extracción de las diversas variedades de gomas no podía soportarse exclusivamente con la escasa población indígena que habitaba la región. Por el lado brasileño, providencialmente para los comerciantes y para los sectores que se lucraron de esta actividad extractiva, la mayor parte de las masas de trabajadores se encontraron disponibles en zonas relativamente cercanas a la Amazonia como Maranhao, en el nordeste, y más específicamente en la región de Ceará, donde las recurrentes sequías acabaron por expulsar a sus pobladores en busca de destinos que permitieran garantizar su subsistencia y la de sus familias. La llegada de los primeros nordestinos a mediados del siglo XIX a ríos como el Jurua y el Purus, que posteriormente fueron decisivos para la configuración y delimitación de la frontera de Brasil, Colombia y Perú, fue seguida posteriormente por una incontenible corriente migratoria que llevó a la población de la Amazonia brasileña a duplicarse entre 1830 y 1870 y a superar el millón de personas en 1910, diez veces más que la cifra existente al comienzo del auge gomero. (ZÁRATE, 2006, p. 57).

A Amazônia conheceu neste intervalo de tempo um número grande de imigrantes de todas as partes do país, principalmente das áreas áridas do Nordeste, no jogo da mobilidade do trabalho, controle social e acúmulo de capital (GOMES, 2009). E nesse sentido que Lima (2009, p. 40) afirma que “aumentava a oferta de mãos de obra nos seringais amazônicos e diminuía o

excedente populacional no Nordeste, que aumentava com o desenvolvimento da economia algodoeira no início do século XIX”.

O sonho da riqueza rápida e a promessa de vida melhor atraíam ondas de trabalhadores e trabalhadoras, famílias inteiras, para os pontos mais distantes na Amazônia. Este é o período que os historiadores, frequentemente, chamam a *Belle époque* da região, quando Belém e Manaus experimentam uma relativa prosperidade (NOGUEIRA, 2019).

Segundo Weinstein (1993), nesse momento, a borracha chega a ser o segundo produto brasileiro mais exportando, chegando a cifras de 40% das exportações, só superada pelo café. No entanto, como escreve Benchimol (1992) a realidade era muito diferente dos anúncios e promessas.

E é assim que começa os grandes problemas sociais da exploração amazônica. Segundo Benchimol (1992), o sonho de riqueza, frequentemente, se desfazia na viagem exaustiva e degradante dos porões dos navios, no endividamento progressivo dos trabalhadores com os donos dos seringais, no sentimento de saudade da família deixada para trás. O endividamento era a prisão. Miranda Neto diz que:

Via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. (MIRANDA NETO, 1986, p. 45)

Era o patrão quem ajustava as contas do transporte, do aluguel de ferramentas, das vendas de seco e molhados, dos remédios. Essa situação se configurava no dramático cenário do qual, hoje, a ONU classifica de “trabalho escravo” e a legislação brasileira, de “trabalho análogo ao escravo” tipificado no Código Penal Brasileiro no artigo 149. Os trabalhadores que não foram mortos, permaneceram retidos por suas dívidas e muitos nunca regressaram a suas origens, formando, assim, várias comunidades de caboclos ribeirinhos distribuídos pelas margens dos rios da Amazônia.

Os rios e os livros de dívidas eram as correntes que aprisionavam os “soldados da borracha” (MIRANDA NETO, 1986). O alto preço do produto do caucho no mercado internacional era acompanhado pela tragédia dos trabalhadores em sua produção, pois estavam submetidos a mesma exploração, isolamento e toda sorte de enfermidades tropicais. Nem mesmo família se poderia constituir, como romanceia Euclides da Cunha:

O seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo, a girar estonteadamente no seu monstruoso círculo vicioso de sua faina fatigante e estéril. (CUNHA, 2011, p. 221).

É nesse sentido que Alves (2019) diz que para o seringalista a família seria um empecilho ao negócio da borracha, haja vista a redução do tempo de trabalho na coleta da seringa, pela necessidade da agricultura de subsistência que o seringueiro teria que cultivar.

A isto se soma o extermínio de povos indígenas tanto físico, o genocídio, como culturalmente, etnocídio. Os povos indígenas são outros atores importante violentados dessa história. Vargas Llosa em o *Sonho do Celta*, romanceia a bibliografia do cônsul inglês Roger Casement que descreveu os maus tratos imputados aos indígenas pelos seringalistas no final do século XIX e início do século XX, um verdadeiro genocídio. Crime este que está tipificado no Brasil na Lei nº 2.889, já de 01 de outubro de 1956, dada a dura realidade de morte na Amazônia. Wilson Matos da Silva (2011), escreve que:

Sinteticamente etnocídio é a AÇÃO que promove ou tende a promover a destruição de uma etnia ou grupo étnico, trata-se da destruição dos índios pelos não índios, esta destruição não está circunscrita somente a eliminação física de indivíduo ou de grupo. Sua característica essencial está nessa ACULTURAÇÃO forçada de uma etnia ou grupo étnico, por outra cultura mais poderosa, levando, em última instância, o desaparecimento de uma ou de outro. (SILVA, 2011, p. 01).

Como assinala Ribeiro (1995), o colapso da economia de extração da borracha foi a salvação desses homens e dos indígenas na Amazônia. A Segunda Guerra Mundial representou o último suspiro do comércio da borracha que, depois de haver produzido a fortuna de uns poucos operadores, caiu no esquecimento total.

Por outro lado, a exploração da borracha representa muito pertinentemente a imagem característica das políticas para a região amazônica, que são os grandes contrastes. Como aponta Meirelles (2004), foi o ciclo da borracha que impulsionou a entrada na floresta, povoou algumas áreas e sustentou a indústria internacional automobilística, mas também foi a que implantou a servidão de muitos trabalhadores e o aumento das periferias em Belém e Manaus, com enormes massas de desempregados e aumento do custo de vida generalizada no norte do país.

4.2.2. Ocupação recente

Segundo Medeiros (2015), a ocupação recente da Amazônia é pensada a partir de duas escolas de geopolíticas denominadas de *Crítica e Militar*. Segundo o autor, a Crítica

É mais próxima de uma geografia política que se alinha aos preceitos teórico-práticos de Raffestin (1993) (*Pour une Géographie du Pouvoir*), Raymond Aron (2002), e se expressa, por exemplo, nos trabalhos de Everaldo Backeuser (1926; 1927; 1933), Bertha Becker (1982), Marília Steinberger (1997), Wanderley Costa (1992), Márcia Anita Sprandel (2005), Elias de Castro (2004), entre outros. Contrasta com a geopolítica militar, que no Brasil se vincula aos trabalhos pioneiros de fronteira de Everardo Backheuser (1926), depois às obras dos generais Golbery (1981a; 1981b; 1967), Góes Monteiro, Mário Travassos (1938) e Meira Mattos (1980) e da professora da Escola Superior de Guerra (ESG) Therezinha de Castro (1999), entre outros. Grosso modo, poderíamos afirmar que estes têm maior aproximação intelectual com Friedrich Ratzel (1898-1899) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918). (MEDEIROS, 2015, P. 42).

A escola Crítica é, em sua metodologia, indutiva, enquanto que a escola Militar é dedutiva. O ponto de partida é que determina a maneira de análise e, conseqüentemente, o tipo de intervenção dos governos na Amazônia. Ao que parece, a ação do estado é dedutiva, pois estabelece os interesses nacionais, para em seguida estabelecer os planos de desenvolvimento regional. A escola geopolítica militar tem uma supremacia nas ações do estado, mesmo que em governos civis democráticos. É a partir desta fundamentação que vislumbramos a inserção desenvolvimentista recente da Amazônia.

Com o fim do ciclo da borracha, afirma Martine (1991), “*o envolvimento oficial na região assume diferentes formas*”. Desde a década de 1950, o poder público se preocupa com novos modos de exploração da Amazônia. Nesse sentido, favorece uma série de entidades públicas para a promoção de projetos na região (ARAGÓN, 1991). Exploração da castanha, distribuição de terras, extração de madeira, aproveitamento hídrico e mineral, polo industrial e estradas configuram as últimas décadas de intervenção no contexto amazônico.

Esses projetos que se iniciam em meados do século passado ganham envergadura durante os governos militares. Para conduzir este novo processo de ocupação criaram-se organismos estatais como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criando em 1966, o Banco da Amazônia – BASA em que assume o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia legal a partir de 1966, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e o próprio Instituto Nacional de Reforma

Agrária – INCRA, criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 para aumentar e financiar o decolar de megaprojetos do uso do solo para a Amazônia. Como aponta Martine:

A “operação Amazônia” lançada nessa época refletia claramente a intensão governamental de promover através de uma série de atos legislativos e decretos, a ocupação e o desenvolvimento da região, assim como a integração nacional. Foram criados a SUDAM, a SUFRAMA, o BASA e foi iniciada a política de incentivos fiscais. No início dos anos 70, as ações governamentais subiram de patamar com o PIN e, posteriormente, os outros grandes projetos. (MARTINE, 1991, p. 272).

Como ícones dos grandes projetos da era dos militares, pode-se citar, entre outros, a constituição do polo industrial de Manaus (PIM) e a usina hidrelétrica de Balbina no estado do Amazonas, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a abertura da transamazônica e o projeto Grande Carajás, estes últimos três no estado do Pará.

Em Mato Grosso, o Programa para a Integração Nacional – PIN, a partir do conceito de eixos de desenvolvimento, foi responsável pela construção de rodovias, como Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho. Segundo Teixeira (2006), o Programa Polamazônia de 1974 a 1980 que incluía Rondônia, focou no conceito de polos de crescimento, baseados em pontos setoriais separados em extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.

Para Serra e Fernádes (2004), a história recente de estratégias de desenvolvimento para a Amazônia se dividem em dois momentos: ao regime autoritário e ao período da redemocratização. No primeiro o objetivo era maximizar ganhos imediatos, independente dos impactos socioambientais adversos.

No segundo, para estes autores, reconhece-se o caráter predatório do anterior, com a tentativa de conciliar produtividade e conservação, com eixos de desenvolvimento, os quais tinham metas de integrar a Amazônia resto do país e ao mercado mundial. Porém, o que se viu foi a continuação do modelo predatório e enormes passivos ambientais em ambos períodos.

Segundo Costa (1992), sob as consignas de “integrar para não entregar” e “segurança nacional”, a ditadura incrementou o processo de ocupação e, paradoxalmente, entrega da Amazônia brasileira a empresas estrangeiras, porém sempre sobre a base de um discurso nacionalista e desenvolvimentista. O próprio presidente Medici (1969-1974), numa mensagem ao Congresso Nacional em 1970, ratifica.

Cumpra, pois, que se amplie e aprofunde, notadamente no Norte e Nordeste, onde o problema se apresenta de modo mais crítico, a intervenção tutelar do poder público, a fim de se incrementar o desenvolvimento e prosperidade dessas grandes regiões e oferecer, assim, melhores condições de vida aos seus habitantes. (MÉDICI, 1970, p. 10)

No caso de Manaus, como aponta Serra e Fernandez (2004), o que se registrou foi a flagrante concessão de incentivos fiscais a filiais estrangeiras como Nikon, Honda, Oriente, Kawasaki, entre outras, que se instalaram, especialmente na Zona Franca de Manaus, explorando a mão de obra barata dos trabalhadores locais. Assim, a Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 sobre a intensa propaganda dos militares.

4.2.3. As Estradas

O primeiro megaprojeto rodoviário que atravessa a região é o da Rodovia Transamazônica. Segundo Skole *et al.* (1994) as rodovias são em alguns lugares as maiores responsáveis pelo desmatamento direto e indireto da Amazônia, causando grandes impactos socioambientais. Soma-se a essa política de novas estradas, o processo imigratório para aquela região, que tem um forte incremento no governo ditatorial do General Médici, quando se deu início em 1970 a construção dessa rodovia (BR 230), destinada a intensificar a ligação entre norte-nordeste.

Segundo Curado (2019), a Transamazônica (BR 230) foi o projeto faraônico de maior expressão da Ditadura Militar. O presidente Médici inaugurou o marco inicial na cidade de Altamira, tombando uma castanheira frondosa na entrada da cidade, em 1969, para inaugurá-la em 1972. Porém, até hoje, essa obra não foi concluída conforme seu projeto original, e muito menos asfaltada. Ainda segundo Curado (2019), este projeto seria de mais de 8.000 km, a maior do Brasil, porém tornou-se apenas a 3ª rodovia em extensão, medindo 4.260km.

O seu marco inicial acabou sendo definido como estando em Cabedelo, na Paraíba, e o final em Lábrea, no Amazonas. Ela corta sete estados que são Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Grande parte desta rodovia encontra-se sem pavimentação, mesmo no trecho, pelo qual passou milhares de carretas carregadas com o concreto que construiu a UHE de Belo Monte.

Esse megaprojeto de infraestrutura é o primeiro a realizar grandes impactos socioambientais na região objeto desse estudo, logo seguido pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, hoje a segunda empresa pública da história da região, atrás de Belo Monte.

4.2.4. Tucuruí

Dentro dos eixos de desenvolvimento na Amazônia, as hidrelétricas desempenham um lugar central. Considerada como uma provincial mineral, seu potencial hidrelétrico vem sendo mapeado desde os 50. Sternberg (1985a, 1985b), apresenta uma síntese do projeto em larga escala da política energética brasileira e, nele, como esse eixo de desenvolvimento poderia ser uma gente de transformação na Amazônia. Neste projeto estão as usinas de Tucuruí e Belo Monte como megaempreendimentos.

A hidrelétrica de Tucuruí se localiza na cidade de mesmo nome na latitude 03° 45´Sul e longitude de 49° 41´ Oeste, no Pará, na região do baixo Tocantins, aproximadamente a 525 km da capital Belém. Nesse sentido, a barragem se situa na bacia do Tocantins-Araguaia que está localizada na província geológica da Amazônia oriental (MENDES e ROVELE, 2000). Em potência instalada, ela é a segunda do Brasil com capacidade geradora de 8.370 MW. Segundo a Comissão mundial de Barragens, não se sabe ao certo o custo econômico deste megaprojeto.

Sua construção absorveu mais de 10 bilhões de dólares. Oficialmente, o governo federal só admite US\$ 4,5 bilhões. A Comissão Mundial de Barragem, em seu estudo de caso, chegou a US\$ 7,5 bilhões. É provável que nem toda a dívida contraída para realizar a obra, que excedeu em muito a capacidade nacional de investimento, tenha sido quitada. Talvez nem se venha a saber qual foi o seu custo final. A partir de certo momento, a apropriação dos recursos migrou do orçamento da Eletronorte para as contas das Centrais Elétricas Brasileiras há (Eletrobrás), a holding do setor elétrico estatal, e nelas se dispersou. As pistas viraram espuma contábil. (PINTO, p. 779, 2012).

Segundo Pinto (2012) e Mendes e Rovele (2000), esta obra significou a expulsão de cerca de 30.000 pessoas, entre as quais indígenas, caboclos, ribeirinhos e pescadores, devido à formação do reservatório da barragem que inundou aproximadamente 2.430 quilômetros quadrados de áreas, a grande maioria de floresta nativa. De acordo com o conceito de Little (2001), além dos impactos negativos ao ecossistema local, associam-se os impactos sociais, provendo uma série de conflitos socioambientais, os quais associam atores diversos naquele campo de disputas.

Como diz Pinto:

A construção de Tucuruí incentivou a migração desordenada de trabalhadores de outras regiões para a Amazônia. Outro saldo que a barragem provocou foi a união de vários segmentos populares para a busca de direitos não respeitados na construção de barragens. Na

mesma luta estavam pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas e ambientalistas. (PINTO, 2012, p. 778).

A energia gerada em Tucuruí, além de beneficiar o Programa Grande Carajás - PGC, também serviria à indústria de Alumínio – ALBRÁS em Barcarena, também no estado do Pará, empresa de capital japonês e a ALUMAR em São Luís do Maranhão, empresa de capital estadunidense e holandês (MENDES e ROVELE, 2000).

O tempo de construção de Tucuruí foi o mesmo de Belo Monte. Segundo ainda Pinto (2012), nos nove anos de sua construção, foi quando o senhor Sebastião Camargo – falecido em agosto de 1994 -, dono da empresa responsável pela obra, prefigurou entre o seletivo grupo dos brasileiros bilionários, segundo a revista Forbes. O projeto foi elaborado em 1975, e afirma ainda Pinto:

Com o empreiteiro principal, a Construtora Camargo Corrêa, já no canteiro de obras, do qual não saiu até hoje. []. Deve ser recorde em obra de engenharia no Brasil (quem sabe, no mundo?). (PINTO, 2012, p. 778).

A barragem de Tucuruí, conta com uma rede adutora de transposição que permite a passagem de barcos e serve para fornecimento de energia para a produção de alumínio para os maiores consumidores no mundo: Estados Unidos, Japão e, hoje, China. Ou seja, a UHE de Tucuruí foi construída para possibilitar a exploração mineral no sudeste do Pará, em função de interesses sobretudo internacionais.

A usina iria abastecer de energia, paga pelo governo federal e pela sociedade, as indústrias de alumínio de capital japonês (em associação com a então estatal Companhia Vale do Rio Doce), a Alumínio Brasileiro SA (Albrás) e a Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), em Barcarena, no Pará, além do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pela BHP Billiton e pela Alcoa, em São Luís. (PINTO, 2012, p. 778).

Das sete hidrelétricas que interrompem o percurso do rio Tocantins, a barragem de Tucuruí é a maior. Nelas se escondem histórias, muitas delas, escandalosas sucumbidas pelo esquecimento e conveniência. É o caso da denúncia do coronel Raimundo Saraiva, que acusou Delfim Neto de participar de negociações espúrias para o financiamento das turbinas, que seriam construídas na França, onde ele era embaixador (PINTO, 2012).

Esse é um personagem importante na construção de Tucuruí que reaparece em Belo Monte. E, por isso, merece algumas palavras. Em 1979, Delfim Neto assumiu a Secretaria de

Planejamento, com status de Ministério, quando o Brasil se afunda em dívida externa. Segundo a Gazeta do Povo (2020), ele era o “czar da ditadura”, participando de diversos governos no Brasil, no período ditatorial e na redemocratização.

Foi ministro da Fazenda entre 1967 e 1974 (governos Costa e Silva até Garrastazu Médici) e ministro do Planejamento em 1979 e de Planejamento desde ano até 1985 (governo João Figueiredo). Foi deputado federal de 1987 a 2007. No governo Lula assumiu vaga no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (FGV, 2009). Marca sua trajetória as denúncias de corrupção envolvendo seu nome, embora nunca condenado na justiça.

A última grave acusação é, segundo o *Jornal*, em relação ao consórcio formado para a construção da UHE de Belo Monte, Norte Energia (2020). Segundo o procurador da Justiça Athayde Ribeiro Costa (GAZETA DO POVO, 2020) a Lava Jato por meio da operação *Bona Fortuna* “já rastreou pagamentos que somam R\$ 4,4 milhões de um total estimado em R\$ 15 milhões em favor de pessoas jurídicas relacionadas a Delfim”.

4.2.5. Carajás

O mais importante investimento estatal no Estado do Pará foi o Programa Grande Carajás – PGC. Esse programa é responsável pela inauguração do ciclo de exploração mineral na Amazônia oriental. Segundo Biesiegel et al (1973), na década de 60 do século passado, equipes norte americanas da Companhia Meridional de Mineração vasculhavam a Amazônia na busca de minérios para suprir as necessidades do EUA. Suas prospecções se concentravam no Rio Xingu e Itacaiúnas, onde descobriram o distrito ferrífero da Serra dos Carajás. Em julho de 1967, foi descoberta a maior mina aberta de ferro do mundo e para a exploração da qual foi criado o Programa Grande Carajás:

Foi em 1967, que o helicóptero onde estava o geólogo Bruno Augusto dos Santos fez um pouso de abastecimento em uma clareira da Serra Arqueada, no sudeste do Pará. A ideia inicial era procurar manganês, mas o que foi encontrado mudou a história da Vale e também do Brasil, e colocou o país no mapa da mineração mundial. (VALE, 2018).

As Companhias Meridional e Vale do Rio Doce (hoje Vale) celebraram acordo, no qual “foram requeridas, por meio dessas Cias e suas subsidiárias, respectivamente a Mineração Xingu S.A. e a Mineração Tocantins S.A., 18 áreas de pesquisa abrangendo 160 000 ha” (BIESIEGEL at al 1973, p. 218). Com os resultados positivos da investigação das jazidas de ferro, foram elaborados durante a década de 70 estudos de viabilidade econômica que resultou no que é hoje o maior distrito mineral do Brasil.

Em 1980, João Figueiredo, então presidente da República, instituiu o regime especial de incentivos para os empreendimentos do Programa Grande Carajás - PGC através do decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 (BRASIL, 1980). Este decreto concede incentivos fiscais para as obras de infraestrutura, desde que elas estejam, como determina o decreto, geograficamente no paralelo 8º, como é o caso do Rio Xingu (BRASIL, 1980).

No sudeste do Pará, o PGC é instalado em 1981 na Serra dos Carajás, que fica no município de Parauapebas localizado a uma latitude'06''04'03" sul e a uma longitude'49''54'08" oeste (6° 04' 03" S, 49° 54' 08" O), distante 719 km da capital Belém. A Companhia Vale do Rio-Doce - CVRD, então uma estatal brasileira, começa as atividades de mineração. Explora a maior mina de ferro do mundo, com capacidade de produção de 150 milhões de toneladas anuais (VALE, 2018).

Segundo Carrasco e Manoel (2011), a CVRD foi vendida em 1997 pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso pelo valor de \$ 3,3 bilhões de dólares, porém somente o valor estimado de suas reservas ferríferas era de 100 bilhões de dólares. Ainda mais, de 2003 a 2010 o preço do ferro, principal produto comercializado pela Vale, subiu 750%, com que faz que hoje a empresa tenha um valor estimado em 190 bilhões de dólares.

5. A HIDRELÉTRICA BELO MONTE

5.1. Modelo atual de exploração da Amazônia

Dentre as várias potencialidades da Amazônia na visão dos economistas tradicionais, hoje se sobressaem especialmente três: riqueza hídrica, mineral e de terras agriculturáveis (pecuária e agricultura). Pelo imenso potencial hídrico, este bioma está presente há pelo menos 50 anos nos planos dos governos brasileiros, quer sejam ditatoriais ou democráticos, quer sejam de direita, centro ou esquerda.

O fio condutor de todos estes governos é a política econômica desenvolvimentista, que por vezes, leva adjetivos distintos, porém o modelo é essencialmente o mesmo. Bresser-Pereira (2016) o conceituou como de *neodesenvolvimentismo* ou *novo desenvolvimentismo*. Segundo Corrêa (2016), ao analisar as diferentes escolas teóricas da economia.

Identificamos um revigoramento do tema do desenvolvimento, em particular do neodesenvolvimentismo, e desse debate na agenda de pesquisa das Ciências Sociais/Humanas, de formuladores de Políticas

Quadro 1 – Potencial Hidrelétrico Brasileiro em cada Estágio por Regiões (valores em MW).

Potencial Hidrelétrico Brasileiro em cada Estágio por Regiões (valores em MW)

Dezembro de 2018 - Fonte: *Sipot Eletrobras*

Região	Total Estimado	Inventário	Viabilidade	Projeto Básico	Construção	Operação	Total Geral
Norte	26.851,39	35.315,44	3.144,00	910,47	30,00	32.297,37	98.548,67
Nordeste	639,18	2.446,51	6.991,90	424,36	0,00	11.579,88	22.081,83
Sudeste	4.018,40	9.444,86	3.119,10	1.199,00	56,35	25.885,43	43.723,14
Centro-Oeste	8.496,56	16.157,45	480,00	1.153,32	774,76	12.820,55	39.882,64
Sul	3.612,50	9.410,07	1.902,83	1.737,44	503,97	24.837,64	42.004,45
Total Geral	43.618,03	72.774,33	15.637,83	5.424,59	1.365,08	107.420,87	246.240,73

Fonte: BRASIL, ELETROBRAS, 2018.

Mais de 40% desse potencial está localizado na bacia amazônica, se se exclui a bacia tocantinense com 26.935,83 MW (BRASIL, ELETROBRAS, 2018), posto que com ela esse número aumentaria para mais de 50%. O que também aumentaria, proporcionalmente, o potencial usado, pela quantidade de usinas hidrelétricas já instaladas na bacia tocantinense, sete ao total, incluindo a de Tucuruí. Sendo assim, segundo o quadro, a Amazônia ainda dispõe de um vasto potencial a ser explorado que pelo ímpeto desenvolvimentista corre o risco de sê-lo, mesmo com tantos passivos produzidos por esse tipo de empreendimento. Como afirma Tundisi:

A construção das represas [...]na Amazônia resultou em grandes alterações ambientais [...], comprometendo os ecossistemas locais e regionais e gerando efeitos indiretos inclusive na saúde humana de difícil controle. (TUNDISI, 2007, s/p).

Os mais de três mil artigos publicados sobre a UHE Belo Monte: livros, relatórios técnicos, filmes e denúncias demonstram que empreendimentos hidrelétricos causam profundas alterações hidrológicas, biológicas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais, transformando ambientes, ciclos hidrológicos, hidrossociais, hidroeconômicos, hidroculturais, para os quais os estudos de impactos ambientais, os EIA/RIMAS, não conseguem presumir suas reais consequências (TUNDISI, 2005; TUNDISI, 2007).

Além disso, o panorama da investigação dos megaprojetos na Amazônia desde a perspectiva dos olhos dos governos, dos grandes investidores, normalmente importa no

descumprimento da normatividade e nos impactos ambiental e social sobre as comunidades locais e tradicionais (FLEURY e ALMEIDA, 2013). É neste sentido, compreendidos a partir da ótica de campo, entre o legal e o ilegal, entre o prometido e o não cumprido, no qual se configura o lugar onde reside as raízes dos conflitos socioambientais nos planos desses grandes projetos na Amazônia, nos quais se forma um verdadeiro *campo de disputas* (BOURDIEU, 2012).

Contudo, os processos de instalação, construção e funcionamento das hidrelétricas na Amazônia encontram-se avançados. Aqui alguns deles prefiguram a lista entre as 10 maiores do Brasil e algumas do mundo: Belo Monte com 11.233 megawatts, São Luiz do Tapajós (8.381 MW), Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150MW). Entre as maiores no Brasil estão Itaipu (14 mil MW, ou 16,4% da energia consumida em todo o Brasil), Tucuruí (8.730 MW), Ilha Solteira (3.444 MW), Xingu (3.162 MW) e Paulo Afonso IV (2.462 MW) (BRASIL, 2015).

Nos planos da ELETROBRAS, o aproveitamento hídrico da bacia amazônica é um dos eixos primordiais. Desde os anos 1970 é possível perceber nesses programas a presença em projetos desses empreendimentos. O último, que nos confirma essa afirmação, é o Plano Nacional de energia Elétrica de 2020, que reformula e atualiza essa perspectiva (MME/EPE, 2020).

Dentre os últimos empreendimentos realizados na Amazônia, como as UHEs de Santo Antônio e Jirau, a UHE Belo Monte é o megaprojeto mais estudado. Por sua história, por seu controverso projeto, por sua resistência e por sua realização se tornou um marco dos grandes embates do campo da sustentabilidade na Amazônia. O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip M. Fearnside é aquele que tem a obra mais completa sobre este tema. Na sua vasta publicação trata dos temas desde os dados técnicos até os impactos socioambientais causados por estes grandes empreendimentos (FEARNSIDE, 2015).

Precedem ao projeto de Belo Monte duas obras, ambas análises técnico-científica. A primeira é a obra de organização de Nascimento e Drummond (2003), de título *Amazônia, dinamismo econômico e conservação ambiental*, traça um perfil da Região de Belo Monte – RBM, assim como, da vocação econômica e a viabilidade do projeto em todas as suas dimensões, como o próprio título sugere.

A síntese é a aplicação do tema do desenvolvimento sustentável, conceito que o próprio livro oferece. A segunda obra importante é a *Tenotã-mõ, alertas sobre as consequências dos*

projetos hidrelétricos no rio Xingu, organização de Sevá Filho (2005). Da mesma sorte que a primeira, esse livro reúne uma série de especialistas que mostram a inviabilidade técnica e econômica do projeto UHEBM. Como afirma Zhouri:

Esse painel reuniu mais de 40 pesquisadores e especialistas brasileiros e estrangeiros em torno da análise dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da barragem de Belo Monte. O grupo era constituído de geógrafos, biólogos, antropólogos, sociólogos, especialistas em energia, engenheiros, ictiólogos, hidrólogos, dentre outros. Eles compilaram um documento que apontou inúmeras falhas e insuficiências dos estudos, além das graves consequências que o barramento do rio Xingu causaria para a sociobiodiversidade da região, sobretudo no trecho denominado Volta Grande. (ZHOURI, 2012, p. 51-52).

Esses dois livros são os primeiros com os quais os membros do MPF se basearam para entender tecnicamente o que seria o projeto e enfrentar as inconsistências dos seus Estudos de Impacto Ambiental.

6. CONCLUSÃO

Dentre as diversas tentativas de progresso econômico por parte do governo federal e grande capital, em decorrências dos ricos potenciais existentes na região amazônica, os povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas sempre estiveram a margem de projetos políticos enganosos e com falsas expectativas para as comunidades locais. Partindo dessas premissas, o modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia desde o processo da colonização é muito questionável por não considerar os interesses e cosmovisões das populações locais e suas dinâmicas culturais e sociais nos diversos territórios que conformam a Amazônia.

Os projetos hidrelétricas na Amazônia de maneira geral causam graves problemas socioambientais como alocação de pessoas, perda de solos, perdas de espécies de animais e vegetais, perdas de monumentos naturais e históricos, perda de recursos madeireiros, modificação da geometria hidráulica do rio, modificação da hidrologia, modificações da carga sedimentar, mudanças florísticas e faunísticas a montante e a jusante da represa, impactos para a pesca e a aquicultura, crescimento maciço de macrofitas aquáticas, deterioração da qualidade da água, problemas sanitários, impacto no balanço de CO₂.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, não é diferente. Ela engendra impactos sobre diversos aspectos, como falta de peixe e poluição dos rios, reassentamento de

peessoas, perda de atividade de pesca e agricultura, perda da vegetação, aumento do nível do desmatamento, inviabilidade do transporte fluvial na grande curva do Xingu, dentre outros. Belo Monte afeta diretamente terras indígenas protegidas pela Constituição, levando, sobretudo, a perda dos direitos garantidos a esses povos.

Mas, também, a população urbana com o aumento da pressão sobre os serviços públicos decorrentes do rápido crescimento populacional, as mudanças no mercado imobiliário, aumento da criminalidade, tráfico de droga e prostituição. Nesse processo de reivindicação e lutas de dos atores sociais em face dos efeitos ambientais e sociais que passaram a sofrer com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é que a Igreja Católica se torna uma protagonista das lutas e aliada importante dos atingidos pelo empreendimento.

O que se observa, portanto, é a manutenção do contexto que faz da Amazônia uma província a ser explorada, por meio dos conglomerados financeiros, empreiteiras, mineradoras e grandes empresas agrícolas sobre as terras e demais recursos naturais. Não obstante, com a conivência dos poderes da República. Vale a pena pontuar também, que as estratégias de lutas importantes da resistência à barragem de Belo Monte ocorrem para além da fronteira local. Por isso, na perspectiva da denúncia e da busca de direitos, os resistentes ultrapassaram as fronteiras das áreas de impactos diretos e indiretos do empreendimento, quer ideológicas, geográficas, jurídicas, econômicas e sociais, como veremos nos capítulos seguintes.

7. REFERÊNCIA

ACSELRAD, H. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. In: ACSERALDO, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras tradicionalmente ocupadas: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”*. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVES, Valderiza de Almeida. *Mad Maria, a ferrovia do diabo: entre a ficção e a História*. Manaus: UFAM, 2019.

_____. *O ciclo da borracha na amazônia: nas linhas da história e nas entrelinhas da literatura*. ABRALIC, Anais, 2017. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522171537.pdf.

- ALVIM, P. de T. *Floresta amazônica, equilíbrio entre utilização e conservação*. **Ciência e Cultura, Jun**, v. 30, n. 1, p. 9-16, 1978.
- ARAGÓN, Luís E. (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMA/ UFPA, 1991.
- ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Belém: EDUA, 2009.
- AZEVEDO, Lúcio. *Os jesuítas, Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & irmão, n. 20, 1999.
- BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- BATISTA DOS SANTOS, S. E., RODRIGUES, J. D., RIBEIRO- DOS- SANTOS, A. K. C., ZAGO, M. A). Differential contribution of indigenous men and women to the formation of an urban population in the Amazon region as revealed by mtDNA and Y- DNA. *American Journal of Physical Anthropology: The Official Publication of the American Association of Physical Anthropologists*, 109(2), 175-180, 1999.
- BECKER, Bertha K. *Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Cien. Hum.*, Belém, v. 1, p. 17-23, jan.-abr., 2010.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BERMANN, Célio. *O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma*. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/895>. Acessado em 25 de junho de 2020.
- BEZERRA, Joana. A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, 2012.
- BIDAU, Claudio J. The katydid that was: the tananá, stridulation, Henry Walter Bates and Charles Darwin. **Archives of natural history**, v. 41, n. 1, p. 131-140, 2014.
- BIESIEGEL, W.R.; Bernardelli, A.L.; Drumond, N.; Ruff, A.W. & Tremaine, J.W. *Geologia e recursos minerais da Serra do Carajás*. *Revista Brasileira Geociências* 3: 215-242, 1973.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, ELETROBRAS. *Potencial Hidrelétrico Brasileiro*. SIPOT. Dezembro de 2018. Disponível em:

<https://eletrobras.com/pt/AreasdeAtuacao/geracao/sipot/Potencial%20Hidrelétrico%20Brasileiro%20por%20Região%20-%20Dezembro%202018.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Plano Nacional de Energia 2050*. Brasília: MME/EPE, 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese*. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016. Texto apresentado no Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2016. Revisado em outubro 2016.

BUENO, Magali Franco. O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos e da mídia impressa. São Paulo: USP, 2002.

CAMPOS, Adriana Fiorotti et al. Deregulation, flexibilization and privatization: Historical and critical perspective of the brazilian electric sector. *The Electricity Journal*, v. 33, n. 7, p. 106796, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CARRASCO, V.; MANOEL, J. *Valeu a pena privatizar a Vale?* Rio de Janeiro: Brasil, Economia e governo. 06 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/04/06/valeu-a-pena-privatizar-a-vale/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

CASTRO, Edna (org.). *Territórios em transformação na Amazônia. Saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte*. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 19, n. 3, 2016, p. 233-254.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp HUCITEC, 1992.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia: Um paraíso perdido*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

CURADO, Adriano. *Transamazônica, uma rodovia que não leva a lugar nenhum*. Conhecimento Científico. 2019. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/transamazonica-rodovia>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

Ferreira, Wladimir. *Mapas ciclos econômicos do Brasil*. 2012. Disponível em: <http://profwladimir.blogspot.com/2012/02/mapas-ciclos-economicos-brasil.html>. Consultado em 25 de março de 2021.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Antônio Delfin Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009.

FLEURY, L. C; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de belo monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XVI, n. 4, 2013.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S; WITKOSKI, A. C. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C; MIGUEZ, S. F. *O ser da Amazônia: Identidade e invisibilidade*. *Cienc. Cult.* vol.61 no.3 São Paulo, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009. Acessado em 20/06/2021.

FRITZ, Samuel. *Journal of the Travels*. Wiesbaden, Hakluyt Society, 1967.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GAMBOA, Cesar; CUETO, Vanessa la Rosa. *Matriz energética en el Perú y energías renovables*. Lima: Fundación Friedrich Ebert; Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), 2012

- GAZETA DO POVO. *Czar da ditadura e conselheiro do PT*. Consultado em 13 de outubro de 2020. Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/czar-da-ditadura-e-conselheiro-do-pt-o-economista-investigado-na-lava-jato/>. Acesso em 25 de jun de 2021.
- GOLDEMBERG, José. *Energy in Brazil*. The Oxford Handbook of the Brazilian Economy, p. 358, 2018.
- GOMES, Fábio Guedes. *Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal*. Revista de Sociologia e Política V. 17, Nº 32: 33-49 fev. 2009.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.
- HEMMING, J., 1995. Amazon frontier. The defeat of the Brazilian Indians. London: Papermac.
- JUNK, W. J. (Ed.) *The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System*. Springer-Verlag Berlim Heidelberg, 1997.
- JUNK, Wolfgang J. *Ecology of the várzea, floodplain of Amazonian whitewater rivers*. In: The Amazon. Springer: Dordrecht, 1984. p. 215-243.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagem pelo Amazonas 1735-1745*. São Paulo, Nova Fronteira/ Edusp, 1992.
- LEAL, J.L.S. *A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento*. Tese de doutorado da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2019.
- LIMA, K. *Lobão vê 'forças demoníacas' que impedem hidrelétricas*. O Estado de São Paulo, 29 de setembro de 2009.
- LITTLE, P. E. *Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política*. (Org.) BURSZTYN, M. In: *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.
- MARTINE, George. *Os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos na Amazônia*. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1991. P. 271-279.

MEDEIROS, Rodrigo Lima de. *A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica*. Universitas Humanas, Brasília, v. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez. 2015.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Em 31 de março de 1970. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/2643/1482>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

MEIRELLES, J. C. O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MENDES, Eduardo Francisco; ROVELE, Emílio Lèbre La (Org.) *Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Estudos de caso da comissão Mundial de Barragens*. Relatório Final. Rio de Janeiro: COOPPE/UFRJ, 2000.

MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. 2. Ed. Belém: Cejup, 1986.

MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53. 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; DRUMMOND, José Augusto (orgs.) *Amazônia, dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NOGUEIRA, André. *Aventuras na História. "Belle époque" da Amazônia: Por décadas as capitais do Norte eram as mais desenvolvidas*, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/belle-epoque-da-amazonia>. Acesso em: 25/09/2020.

NORTE ENERGIA. *Composição acionária*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.nortenergiasa.com.br/pt-br/ri/composicao-acionaria>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. *Indiana*, 2010, p. 19-46.

PINGUELLI ROSA, Luiz; ALVEAL, Carmem; REIS, Hugo Regis do; MESQUITA, Álvaro Augusto. *Environment, energy and economic development in Amazon*; Desenvolvimento econômico-energético e o meio ambiente na Amazonia. Brazil: N. p., 1990. Disponível em: <https://www.osti.gov/etdeweb/biblio/289341>.

PINTO, Augusto Octaviano. *Hydrographia do Amazonas e seus afluentes*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930.

PINTO, Lúcio Flávio. *De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?* Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol.7, n.3, pp.777-782, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de setembro de 2020.

PINTO, Renan Freitas. *A viagem das ideias*. Estudos avançados, v. 19, p. 97-114, 2005.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: cena e cenários do Amazonas*. Manaus. Valer. 5 ed. 169 p. 2001.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, n. 2, p. 245-249, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. *Perspectiva de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo*. Campinas: Unicamp, Revista Economia e Sociedade, v. 13, n. 2 (23), 2004.

SEVÁ FILHO, O.; SWITKES, G. (Orgs.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. Berkeley-CA: International Rivers, 2005. Disponível em: <http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. de 2020.

SILVA, Wilson Matos da. *Genocídio e etnocídio dos povos indígenas*. Dourados: O Progresso Digital, 2011. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/variedades/genocidio-e-etnocidio-dos-povos-indigenas/42248/>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

SIOLI, Harald. *Recent human activities in the Brazilian Amazon region and their ecological effects*. Tropical forest ecosystems in Africa and South America: a comparative review, p. 321-34, 1973.

SKOLE, D. L.; CHOMENTOWISKI, W. H.; SALAS, W. A.; NOBRE, C. *Physical and human dimensions of deforestation in Amazonia*. BioScience, v. 44, n. 5, p. 314-322, 1994.

STERNBERG, R. Hydroelectric energy: an agent of change in Amazonia (Northern Brazil). In Calzonetti, F. J. & Solomon, B. D. (eds.). Geographical dimensions of Energy. D. Reidel Publ. Comp.: 471-494, 1985a.

STERNBERG, R. *Large scale hydroelectric projects and Brazilian politics*. Revista Geog., 101, Inst. Panam, de Geogr. e Historia, Mexico: 29-44. 1985b.

TEIXEIRA, Luciana. *A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da gleba celeste*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.

TUNDISI, José Galizia et al. *How many more dams in the Amazon?*. Energy Policy, v. 74, p. 703-708, 2014.

TUNDISI, José Galizia. *Energia Elétrica, Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia*. São Paulo: Estudos Avançados. Estud. vol.21 n.59, 2007.

TUNDISI, José Galizia. *Gerenciamento integrado de bacias hidrográficas e reservatórios – Estudos de caso e perspectivas*. In: NOGUEIRA M. G.; HENRY, R.; JORCIN A. (Org.) Ecologia de reservatórios: impactos potenciais, ações de manejo e sistemas em cascata. São Carlos: Rima, 2005.

VALE. *Conheça mais sobre a história de Carajás, a maior mina de minério de ferro do mundo, 2018*. Disponível em: <http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/conheca-mais-sobre-historia-carajas-maior-mina-minerio-ferro-mundo.aspx>. Acesso em: 19/06/2021.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência*. São Paulo: Edusp, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon rubber boom, 1850-1920*. Stanford University Press, 1983.

ZÁRATE, Carlos G. *Frentes extractivos y fronteras políticas en la amazonia en la época del caucho*. Gestión y ambiente, v. 9, n. 3, p. 55-67, 2006.

ZHOURI, Andréa. *Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia*. In: ZHOURI, Andréa (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, 2012.

CAPITULO TERCEIRO - ARTIGO

1. BELO MONTE: O conflito, o contexto espacial e natureza, periodicidade, dinâmica, atores socioambientais, a prelazia ator relevante do conflito.

1.1. Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa maior, que tem como título o Papel da Igreja Católica nos conflitos socioambientais na Amazônia, o caso de Belo Monte, na região de Altamira, centro do Pará. O estudo se insere na dinâmica socioambiental, na interdisciplinaridade das ciências ambientais, sociais, filosóficas e teológicas. Esta análise implicou pesquisa de campo, trinta entrevistas validadas, participação em seminários e conferências, diários de campo, análises dessas fontes primárias; a consulta das fontes secundárias foi em bibliotecas, cúria prelatícia, órgãos de governo. Apresentação do conflito em sua contexto espacial e natureza, periodicidade, dinâmica, blocos de atores sociais, a prelazia como ator relevante do conflito. Por fim, ressalta que a raiz desse conflito socioambiental está, em um primeiro momento, na concepção de desenvolvimento e, no segundo momento, nos dilemas vividos e as posições tomadas pelos atores sociais envolvidos pelo processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Palavras chaves: Amazônia, hidrelétrica de Belo Monte, Conflitos socioambientais, atores socioambientais, Igreja Católica.

1.2. Abstract

This article presents partial results of a larger research project that has as its title, "The Role of the Catholic Church in the social-environment conflicts in the Amazon: the case of Belo Monte in the region of Altamira, in the center of Para." The study inserts itself in the socio-environmental dynamic, in the interdisciplinarity of environmental, social, philosophical and theological sciences. This analysis depends upon field research, thirty valid interviews, participation in workshops and conferences, diaries from my field research, an analysis of these primary sources; secondary sources were consulted in libraries, the offices of the prelacy (local Church), and government agencies. The presentation of the conflict in its space and natural context, historicity, dynamic, groups of social actors, the prelacy as a relevant actor in the conflict. Finally, the article highlights that the root of this socio-environmental conflict is at its core the conception of development, and secondarily, in the lived dilemmas and the positions taken by the social actors involved in the construction process of the Hydroelectric Dam of Belo Monte.

Keywords: Amazon, Belo Monte hydroelectric plant, Social and environmental conflicts, social and environmental actors, Catholic Church.

2. INTRODUÇÃO

Muitos dos grandes projetos em execução na Amazônia causam impactos diretos sobre a sociedade e a biodiversidade, pois provocam mudanças nos rios, florestas e populações. A proposta da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte - UHEBM, no rio Xingu, afluente do rio Amazonas no Estado do Pará, tem sido foco de intenso debate devido à sua magnitude extensiva e os problemas socioambientais causados por sua implantação. A barragem da UHEBM abrange um trecho de 100 km deixando apenas 20% de sua proporção normal, prejudicando diretamente áreas indígenas e populações tradicionais e o sistema ambiental do Xingu como mostram vários estudos (DE FRANCESCO, A. e CARNEIRO, C. 2015) e, conseqüentemente, as ações do Ministério Público Federal (2018).

Este rio tem uma das maiores variações anuais na vazão de água de todos os afluentes do Rio Amazonas, com vazões na época da enchente até 60 vezes maior do que no período da vazante, dado que inviabilizaria a obra (SEVÁ FILHO, 2005). Segundo, Fearnside (2015), o reservatório foi enchido em 2015 e uma geração de eletricidade em 2016 na casa de força auxiliar de 233 MW, e na principal de 11.000 MW, com a capacidade instalada completa de 11, 233 MW de Belo Monte, concluída em 2019.

A noção de conflitos socioambientais na Amazônia ocorre, entre outros, em decorrência das injustiças socioambientais, que se tornaram frequentes na relação entre atores pró e contra a concretização de obras de hidrelétricas. Há uma grande coalizão de interesses, resultantes da articulação que envolve poderes e estratégias governamentais e empresariais (ACSELRAD, 2004a, 2004b; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

A posição e a atitude dos atores envolvidos estão diretamente ligadas à percepção que eles têm na noção de desenvolvimento, dos impactos, em especial, no caso dos grandes projetos que exploram os recursos ambientais. Em se tratando da discussão teórica, os termos discutidos são do campo da sustentabilidade, dos conflitos socioambientais, percepção, representação dos atores envolvidos diretamente ou indiretamente no conflito. Abordagem guiada pelo objeto do estudo e seus antecedentes que marcam a trajetória de grandes projetos até a UHEBM e, nesta, o caso específico de uma atriz importante no conflito, ou seja, do papel da Igreja Católica.

Este texto se insere numa pesquisa maior, que ilustra a representação que os outros atores dispensam sobre a Igreja Católica na região, de que ela é uma importante atriz do campo na luta dos conflitos socioambientais pela sua relevância política local, nacional e internacional, quando capitaneou o posicionamento político ideológico contrário à construção do projeto.

Seu comportamento está diretamente relacionado ao recente Ensino Social Católica, chamado por alguns autores de *ecologismo católico*, apresentado nas Conferências Episcopais Latino Americana, em especial, Medelín (CELAM, 1968) e Puebla (CELAM, 1979) e consolidado em documentos do Papa Francisco tais como a *Laudato si'* (FRANCISCO, 2105) e *Querida Amazônia* (FRANCISCO, 2020) e da CNBB, como, *A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia* (CNBB, 2014) e *Missão dos leigos e leigas cristãos em resposta às necessidades da Igreja* (CNBB, 2010). Como está também relacionado à formação e à cosmovisão dos seus agentes de pastoral da Prelazia do Xingu⁷.

O presente texto tem como objetivo, além de contextualizar a UHEBM, ressaltar que a raiz dos conflitos socioambientais está, em um primeiro momento, na concepção de desenvolvimento e, no segundo momento, nos dilemas vividos e as posições tomadas pelos atores sociais envolvidos pelo processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

3. METODOLOGIA

Os resultados apresentados neste texto, inserem-se na pesquisa geral, que tem o estudo de caso como método, compreendendo-o como um caminho que dar conta de uma realidade complexa de um caso que é muito particular. Essa unidade reúne uma complexidade única (BOUDON, 1973; SALVADOR, 1986). O caso que estudamos tem um interesse de um caso singular que ordena um método que compreenda intensamente o ente estudado em suas circunstâncias e atividades.

O referencial teórico da pesquisa fundamenta-se na discussão sobre as categorias ou unidades de análises que são conflitos socioambientais, atores, modelos econômicos e sustentabilidade como um campo de disputas de poder e suas inter-relações com o modo de apropriação da natureza.

Para tanto, a triangulação dos dados obtidos pela pesquisa documental, pela análise de conteúdo e pela observação em campo, respectivamente, a análise comparativa da bibliografia em repositórios institucionais de universidade; hermenêutica do acervo produzido pelo conjunto de trinta entrevistas; análise do conjunto de material observado e descrito no diário de

⁷ Em 2019, a Prelazia do Xingu transformou-se em Diocese do Xingu. Contudo, manteremos o nome de Prelazia, pois foi nesta condição que participou de praticamente toda a trajetória do conflito.

campo, fotografias, seminários, reuniões, conversas, que conformam o objeto estudado (BARDIN, 1977; MINAYO, 2001).

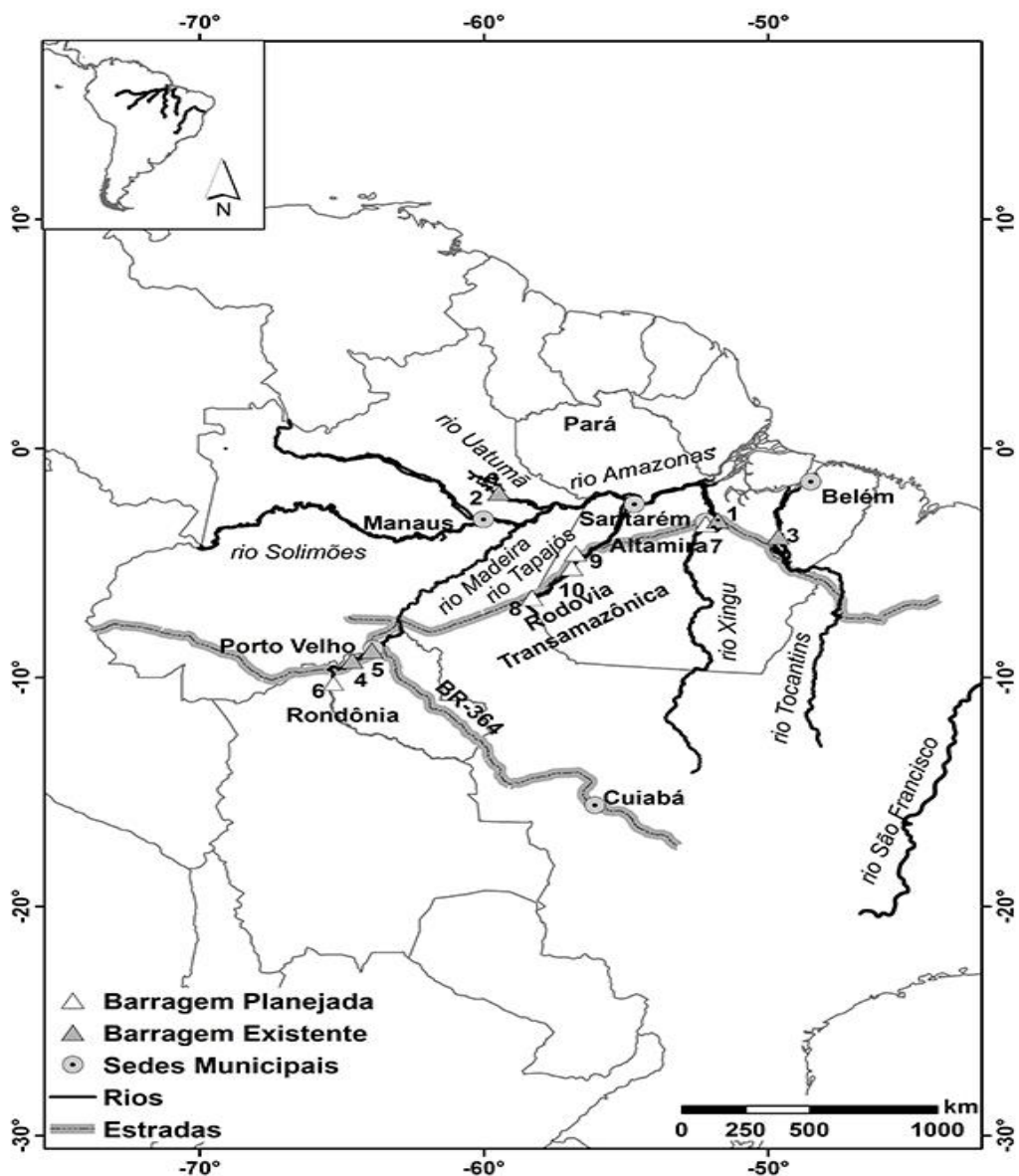
Esse é um método de análise de dados qualitativos, que se compreende como um conjunto de regras e técnicas de pesquisa, na qual o objetivo é o desvelamento do sentido ou sentidos do material utilizado. Como afirma Bardin (1977) a análise de conteúdo como aquele conjunto de técnicas, para a análise de comunicações sistematizadas que permite buscar os objetivos e conteúdo da mensagem. Para Campos (2004), essa técnica aplicada basicamente para a análise do material produzido nas entrevistas, nos diários, relatórios, documentos. Alcançando uma análise substantiva especialmente da periodização dos conflitos e a movimentação dos atores no seu seio.

As informações referentes ao conflito e atores são adquiridas com base na análise de material bibliográfico e cartográfico produzido por instituições oficiais do governo como Ministério de Minas e Energia, IBAMA, Ministério Público Federal; e por outras instituições como a Igreja Católica, as Associações, as ONGs, as universidades. Assim, é abordado na pesquisa: a periodização do conflito, o contexto, a dinâmica dos conflitos e a dinâmicas dos atores.

4. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO DA UHEBM

No coração da bacia do Xingu, encontra-se a UHEBM. Ela se insere na tradição brasileira de aproveitamento hídrico para a produção de energia elétrica, predominante na matriz elétrica nacional, e se sucede à construção de grandes usinas, como a usina de Tucuruí, criada em 1984, no mesmo estado (ELETRONORTE, 2018). O quadro a seguir apresenta a distribuição desses empreendimentos construídos e planejados, com cidades, rios e estradas.

Figura 12 – Aproveitamento Hídrico na Amazônia.



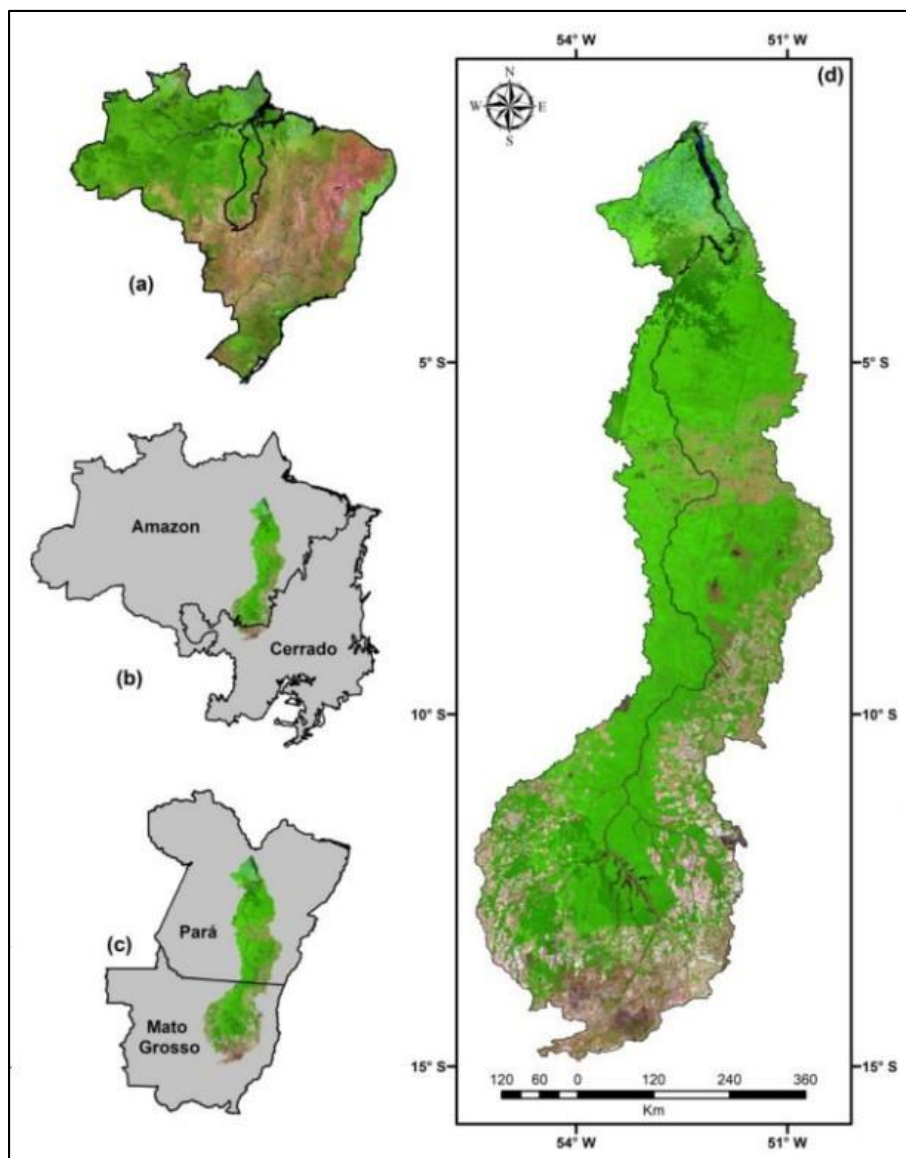
Fonte: Fearnside, 2017.

Atualmente na Amazônia legal existem cinco grandes hidrelétricas, (Tucuruí, Balbina, Samuel, Santo Antônio e Jirau), além de duas barragens menores (Curuá-Uma e Jatapu), segundo Fearnside (2015).

A história da construção de barragens para a produção de energia no Brasil, e no mundo, é repleta de percalço por parte daqueles que recebem seus efeitos negativos. Não é distinto no caso da UHEBM, cuja história inicia-se ainda nos anos 1970, com os estudos hidrográficos da Bacia do rio Xingu, e seu primeiro desenho, denominado na época de Usina Hidrelétrica de Kararaô. Assim, a história da construção da UHEBM corresponde a quase meio século (1975-2021). Inicialmente, o projeto da Ditadura Militar (1964-1985) contava com a construção de

sete barragens, com um aproveitamento potencial de 19 mil MW. Na trajetória desse meio século de conflitos, o antigo projeto foi, pelo menos por enquanto, reduzido a Usina Hidrelétrica de Belo Monte que conta com dois pontos de produção de energia.

No contexto da grande Bacia Amazônica, a sub-bacia do Xingu é considerada umas das maiores em termos de área, cortando os estados do Mato Grosso e Pará, com delimitação ao sul e leste pela bacia do rio Tocantins/Araguaia, a oeste pela bacia do rio Tapajós e a sudeste pela bacia do rio Paraguai. O rio Xingu é caracterizado por águas claras e transparentes que drenam uma bacia hidrográfica de 509,685 km², com diversificadas condições hidrológicas e ecológicas ao longo de seu percurso. É possível detectar variações significativas do escoamento do volume de água entre períodos de cheia e estiagem (INPE, 2020).



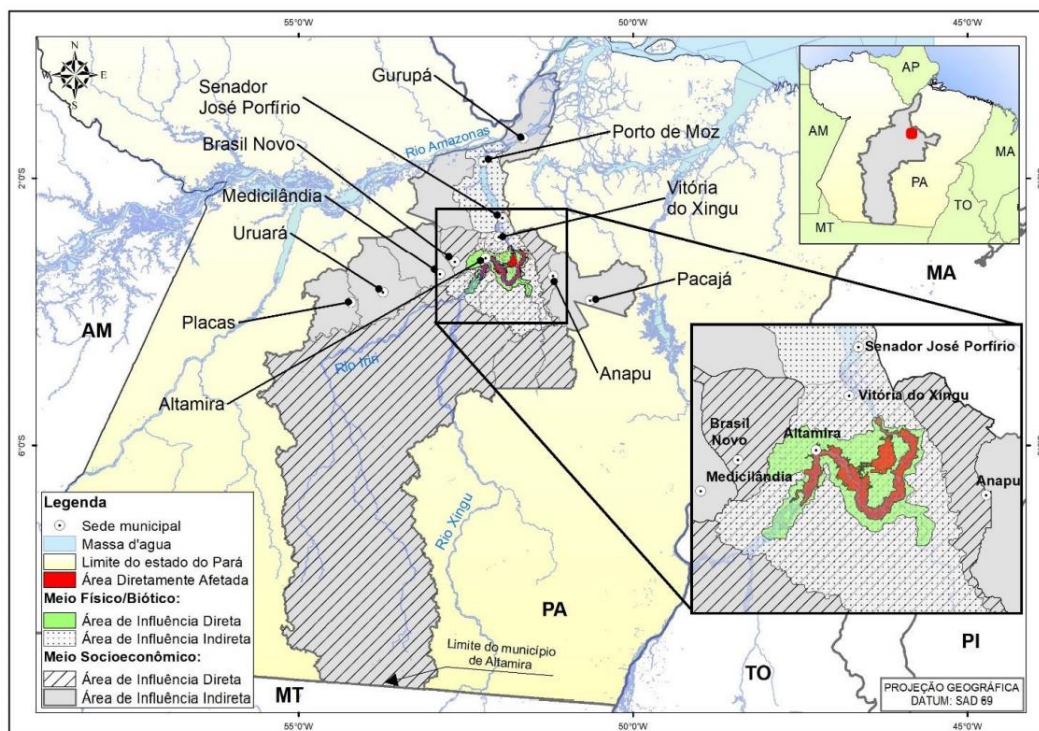
Fonte: INPE, 2020.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a maior hidrelétrica brasileira e a terceira maior do mundo, com potência para gerar mais de 11000 MW/m. Começou a ser construída em 2011, no Rio Xingu, afluente do Rio Amazonas, na Amazônia Oriental, estado do Pará. A trajetória de sua construção é uma longa história de conflitos.

A UHEBM está localizada nas proximidades de 11 municípios do Estado do Pará, distribuídos ao longo de um trecho da transamazônica: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, com destaque para este último, onde se localiza a UHEBM.

A cidade principal da região é Altamira, por sua população e atividades econômicas de comércio e serviços.⁸ A construção da UHE Belo Monte engloba diversos trechos do Rio Xingu e seus arredores. Os canteiros de obras foram quatro: sítio Pimental (entre Vitória do Xingu e de Altamira), sítios Bela Vista e Belo Monte (ambos no município de Vitória do Xingu), e a região dos Canais e Diques, no município de Vitória de Xingu (FLEURY, 2013).

Figura 14 – Localização da Região de Belo Monte



Fonte: Küller et al., 2018.

Segundo Costa et al (2019), a região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está localizada no sudoeste do estado do Pará, nas coordenadas 3°7'34,7" ao Sul; 51°45'52,8" ao Norte. Construída na bacia do Rio Xingu a hidrelétrica teve seus primeiros projetos idealizados na década de 1980, praticamente no mesmo período da instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na época em que o país se encontrava sob a Ditadura Militar (FLEURY e ALMEIDA, 2013).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem duas casas de forças. A principal, localizada ao final da curva da volta grande do rio Xingu, com as seguintes coordenadas geográficas 03 o

⁸ A população de Altamira em 2010 era de 79.193 habitantes (IBGE, 2010). A de 2021, na medida em que não se tem ainda o novo censo, é estimada em 117.320 habitantes (IBGE, 2021).

07' de latitude Sul e 51 o 46' de longitude Oeste. A segunda, localizada no sítio Pimental, 03 o 26' de latitude Sul e 51o 56' de longitude Oeste.

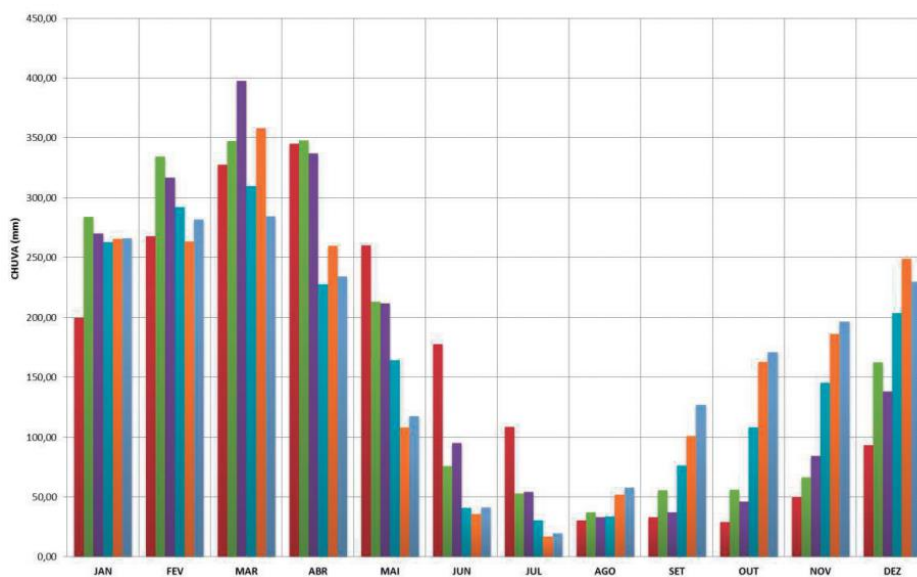
Isso significa que a primeira está a 52 km da cidade de Altamira, e completamente no município de Vitória do Xingu. Enquanto a segunda, encontra-se, a 10 km a jusante de Altamira. O Sítio Pimental se estabelece geograficamente em Vitória do Xingu e em Altamira, com seu eixo de barramento disposto na calha do rio Xingu, que é a linha divisória dos municípios (NORTE ENERGIA, 2014).

Segundo Fleury (2013), a concepção do empreendimento teve como previsão o aproveitamento do desnível de pouco mais de 90 metros entre o início da curva e o final da curva do rio Xingu. Nessa região, o rio recebe influência do Rio Amazonas e da sua maré. O reservatório da UHE Belo Monte tem aproximadamente 516km² de área alagada, tendo como ponto de partida o desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental.

Dentro dessa perspectiva, foram necessárias escavações comuns da ordem de 150,7 milhões de m³ e 50 milhões de m³ de rochas, “demandando a utilização de 4,2 milhões de m³ de concreto. Em consequência desse desvio, um trecho de cerca de 100 km do leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, terá o seu nível de água drasticamente reduzido”. (FLEURY, 2013, p. 30). Esse percurso abrange uma grande área, a Volta Grande do Xingu, conhecida por sua alta diversidade biológica e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas.

Tratando-se de uma usina tipo fio d'água, a produção de energia depende do regime pluvial da região que é muito acentuado, com chuvas abundantes durante seis meses e pouquíssima chuva no período da seca. Dessa forma, embora a potência energética instalada seja de 11.233,1 MW, a potência média é de 4.500 MW (NORTE ENERGIA, 2014). Porém, as análises apontam que também não alcançará essa média.

Figura 15 – Precipitação média mensal na Bacia do Rio Xingu



Fonte: AZABUMJA, 2018.

Esse percurso abrange uma grande área, a Volta Grande do Xingu, conhecida por sua alta diversidade biológica e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas. Diante desse contexto, Oliveira e Cohn (2013) afirmam que, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma mancha do setor elétrico para o Brasil, principalmente, pela desarticulação demonstrada pelos planejadores responsáveis por sua implantação e o descaso com que foram tratadas as questões socioambientais, além das populacionais, com deslocamentos compulsórios que provocaram numerosos conflitos fundiários.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

5.1. Pretexto político-econômico do projeto.

Na trajetória da construção do projeto da UHEBM muitos foram os atores envolvidos. No campo da sustentabilidade, como em qualquer campo de disputas, estes atores assumem posições distintas. Nessa senda, uma questão importante para refletir neste processo, é a representação social que os atores têm do projeto e a percepção do papel que a antiga Prelazia do Xingu teve ao longo deste período na resistência à construção de megaprojetos de produção de energia na Amazônia, e no caso concreto, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em decorrência de uma série de controvérsias em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desde seus primórdios manifestaram-se protestos, pareceres jurídicos e técnicos. O Ministério Público Federal (MPF) no estado do Pará defendeu a resistência dos movimentos sociais, em face dos desmandos do consórcio construtor. Por esta razão, por exemplo, constata-se que a demora da “Norte Energia em cumprir as condicionantes mínimas estabelecidas pelo Ibama para as obras está causando colapso em vários serviços públicos da região e danos às condições de vida das populações afetadas” (FLEURY, 2013, p.34).

Segundo o estudo da *International Journal of Human Rights*, uma estratégia de resistência dos atores locais ao empreendimento, desde seus inícios, foi a de judicialização do projeto (RIETHOF, 2017). Até 2018, havia ao menos 23 processos judiciais movidos pelo MPF, que tratam das irregularidades da UHE Belo Monte (MPF, 2018). Segundo Fleury:

Os processos tratam de diversas ilegalidades, como a tentativa de repassar para o estado do Pará a realização do licenciamento, o que deveria ser feito em esfera federal, a aceitação de estudos incompletos sobre os impactos ambientais e a não apresentação, no tempo legal, da avaliação ambiental integrada dos impactos na bacia do Xingu, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas mesmo regulamentação, a utilização de licenças não previstas na legislação, o não cumprimento de medidas obrigatórias de prevenção e redução de impactos, os riscos de remoção dos povos indígenas e a violação dos direitos da natureza e das gerações futuras. (FLEURY, 2013, p.34).

A bacia hidrográfica amazônica figura há mais de 50 anos nos planos do setor elétrico Brasileiro. Nesse sentido, a UHEBM foi conhecida e esperada pelas populações que ocuparam essas regiões há pelo menos 4 décadas. No entanto, mesmo com a iniciativa de resistência por partes de ambientalistas, organizações não governamentais, entidades de controle do Estado (MPF, MPE), Igrejas e partidos políticos, esses projetos avançaram causando grandes danos as bacias que formam a grande bacia hidrográfica da Amazônia. A bacia do rio Xingu não foge dessa realidade, pois, desde os anos 1970, registra vários impactos socioambientais na região. Em resumo, Freire os aponta:

Dentre os principais impactos constatados citam-se aumento: do uso e ocupação desordenado do solo; da demanda por serviços e equipamentos públicos; especulação imobiliária; do custo de vida da população; da pressão sobre os recursos minerais, florestais e pesqueiros; e de problemas sociais relacionados à segurança e saúde pública. Diante do acelerado processo de construção de edificações e pavimentação das ruas, são constatados impactos como a impermeabilização do solo, derruba de vegetação, além da construção

de fossas sépticas sem rigor, contaminando o lençol freático. É sabido que os impactos em bacias hidrográficas, por tratar-se de sistemas complexos, podem ocasionar problemas relativos tanto à sua configuração físico- geográfica bem como também nos modos de vida e organização da população atingida. No caso do rio Xingu, as implicações ambientais oriundas pela construção do AHE de Belo Monte apresentam-se pelo conjunto de barragem, reservatório, tomada d'água e casa de força. Na abordagem dos impactos físico ambientais, o principal problema apontado está relacionado com o represamento e desvio de parte das águas do rio Xingu. Assim, o impacto maior se evidenciará pela mudança no nível das águas, seja pela elevação a montante da barragem, seja pelo rebaixamento a jusante do canal para o desvio das águas. Isso implicará diretamente na dinâmica do relevo fluvial, em que o aporte de sedimentos será modificado. Cita-se, também, a existência da Província Espeleológica Altamira- Itaituba, no qual os sistemas cársticos estão na área de influência da usina, uma vez que algumas cavernas se encontram sujeitas à inundação após o enchimento do reservatório. Com os desmatamentos as margens do rio e remoção de estruturas geológicas na área do represamento, ocorre a desconstrução da estrutura geomorfológica do canal fluvial, uma vez que novas ilhas fluviais surjam e outras desapareçam. Somam-se ainda os impactos negativos na biodiversidade local, que terá que adaptar-se às novas áreas estabelecidas, ou mesmo desaparecerão sem habitat adequado. (FREIRE, 2014, P. 343).

Com a crise do petróleo em 1973 (BALASSA, 1981), estudos de aproveitamento hidrelétrico na Amazônia foram iniciados, dentre os quais o da bacia do rio Xingu, cujo inventário hidrelétrico começou em 1975. Essa primeira leva de estudos terminou em 1980, cuja execução foi realizada pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), contratado pela Eletronorte, empresa do setor elétrico do Brasil. Nesse período, o país estava sob os governos da Ditadura Militar.

Controlado pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em 1973, o preço do barril do petróleo aumentou em 130%. Esse denominado choque do petróleo mudou a configuração financeira internacional, colocando em crise o chamado “milagre econômico” da expansão industrial brasileira, pelo aumento do valor do dólar, e, conseqüentemente, da dívida pública. A nova situação impunha ao Brasil a busca por alternativas mais baratas de energia (FLEURY, 2013, p. 35).

Diante desse cenário, a Amazônia, principalmente a região do Pará, foi apontada como uma alternativa estratégica devido ao aproveitamento das fontes de energia existentes. Importância acrescida com a descoberta de parte do grande potencial mineral da região em meados de 1960. Nas décadas de 1970/1980 a Eletronorte realizou os estudos de viabilidade

dos rios amazônicos em publicação do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (NORTE ENERGIA, 2011).

Nesse plano constava a proposta para a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, sendo que 40 delas na Amazônia legal. Constatava-se que, pela dimensão e aproveitamento do Rio Xingu, o país teria a possibilidade de construir o maior projeto energético nacional, fonte indispensável para um projeto desenvolvimentista.

Durante o processo de estudo da região Amazônica, foram inventariados seis pontos para a localização de possíveis barragens na bacia do Xingu, totalizando uma disponibilidade a ser explorada de 20.375,82 MW de potência, que representaria o dobro da capacidade de geração do projeto realizado. A execução acarretaria cerca de 14.500 km² de área alagada, a qual abrangeria de forma total ou parcial 11 (onze) Terras Indígenas - TIs. Segundo Fleury (2013), dentre as seis propostas de barramento, o Complexo Hidrelétrico do Xingu, composto pelas hidrelétricas de Babaquara e Kararaô, posteriormente chamadas de UHE Altamira e UHE Belo Monte, foi escolhido como prioritário para a próxima etapa do inventário em face de sua grande potencialidade energética.

O reservatório de Kararaô seria formado por 1.225 km² de área alagada e abrangeria áreas na planície do Rio Bacajá e da calha natural do Rio Xingu até a cidade de Altamira. “Esse arranjo hidro energético foi encaminhado em 11 de outubro de 1980 pela Eletronorte ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica para solicitação de sua aprovação e a outorga de concessão para o aproveitamento”. (FLEURY, 2013, p. 36).

O Relatório Final de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Xingu foi aprovado em 1988 pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), mesmo ano em que era promulgada nossa Constituição Federal (1988). Nesse mesmo período, a Portaria do Ministério de Minas Energia (MME, nº 1077), autoriza as Centrais Elétrica do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) a realizar pesquisa de viabilidade para a construção da Usina Hidrelétrica de Kararaô. No entanto, com a nova Constituição Federal, o complexo de barragens no rio Xingu foi considerado inviável, por ferir a Carta Magna, que proíbe esse tipo de empreendimento em TIs. Na Constituição, previa-se a demarcação das terras indígenas e o projeto Babaquara-Kararaô afetaria 11 territórios indígenas.

5.2. O espaço do conflito

O conflito de Belo Monte situa-se no campo da sustentabilidade, posto que sua raiz está na concepção de modelos de desenvolvimento, e especificamente, para a região. Assim sendo, o espaço do conflito transborda as fronteiras da região, do Estado do Pará e do Brasil, e se torna ícone da disputa entre modelos de desenvolvimento, debate central para os atores desse campo. Porém, o espaço social desses conflitos aparentemente é o município de Altamira, que tem suas origens nos povos indígenas locais (xipaiá, kuruaya) e nas missões jesuíticas que se instalaram na região desde o século XVII, com a missão Tavaquara (AZEVEDO, 1999; LEITE, 2000).

Em 1874, com a criação do município de Sousel (hoje Senador Porfírio)⁹, essa missão foi elevada à condição de povoados, com sua população essencialmente indígena. Em 1883 recebe o nome de Altamira e é elevada à condição de vila. Em 1911 foi elevado a condição de município, separando-se de Sousel e, em 1917, a condição de cidade.

O marco zero da rodovia Transamazônica foi inicialmente implantado em Altamira no ano de 1972. Era uma rodovia que nascia da estratégia dos militares no poder para ocupar a Amazônia e adensar o seu povoamento. Tratava-se de cumprir a palavra de ordem do governo militar de “integrar para não entregar”, visto que entre os militares imperava, como ocorre até hoje, a ideia de que potências internacionais teriam a intenção de nos tirar a Amazônia.

A rodovia traça dois aspectos importantes, “a ocupação humana da Amazônia, através da realocação de famílias vindas, em sua esmagadora maioria, da Região Nordeste, e o esquadramento de toda a região leste da Amazônia brasileira em termos de recursos hídricos e minerais para um futuro” (GIRALDIN, 2015, p. 23). Com a estrada chegavam migrantes, fundavam-se cidades e empreendimentos agrícolas. Dentro dessa perspectiva, Altamira foi considerada como a “capital” da rodovia, uma cidade moldada para ser o centro regional de abastecimento e serviços dentro do modelo de ocupação rural que acompanha as suas margens.

Na época da construção da Transamazônica Altamira tinha uma população de cerca de 15 mil pessoas (censo de 1970), em 2000 elevava-se a 77 mil habitantes e, no censo de 2010, era de 79.193 habitantes (IBGE, 2010). A população em 2021, na medida em que não se tem

⁹ Junto com Mineiros e Sítio D'abadia no estado do Goiás, Senador José Porfírio é um dos três municípios exclaves no Brasil.

ainda o novo censo, é estimada em 117.320 habitantes (IBGE, 2021), porém de estima que no auge da construção da hidrelétrica, chegou a 140 mil pessoas.

A construção da UHEBM contribuiu para o aumento populacional recente, assim como para o aumento da violência urbana, prostituição e circulação de drogas. As grandes facções criminosas do país, particularmente o Comando Vermelho, originária do Rio de Janeiro, estão instaladas na cidade em disputa pelo tráfico de entorpecentes.¹⁰

O município de Altamira é extenso, sendo o maior do Brasil, com 159.533 km². Tem dimensão maior do que muitos estados brasileiros, e mesmo países como Portugal e Suíça. Sua cobertura vegetal é formada por floresta Ombrófila aberta (74%) e Ombrófila Densa (23%). Suas atividades econômicas concentram-se no setor primário (pecuária) e agricultura (arroz, cacau, pimenta do reino, feijão e milho), ademais do extrativismo (castanha do Brasil e Borracha). Dentro desse contexto,

Altamira é o município brasileiro com maior área, ocupando 159.695,938 quilômetros quadrados, cerca de 13% do território do estado do Pará. A estimativa da área ocupada pela criação de gado de corte é de cerca de 1,72% do território municipal e, somando com a agricultura, não se chega a 2% da área total. Entretanto, os números são expressivos se considerarmos a densidade demográfica de 0,62 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2014). Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), apresentado para o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte as grandes propriedades (com mais de 10 mil hectares) ocupavam 30% da área rural e os 70% restantes eram compostos por médias propriedades (entre 100 e 500 hectares). (GIRALDIN, 2015, p. 30).

Se a aparência indica Altamira como o palco dos conflitos em torno da construção da UHEBM, é necessário considerar que ele é absolutamente transbordado. O espaço social do conflito incluiu Belém, capital do Estado e sede do Ministério Público, que desempenhou um papel importante no atraso das obras; Brasília, onde se encontram o Supremo Tribunal Federal onde foi parar a querela jurídica, como veremos no próximo capítulo, o Congresso Nacional, que autorizou a realização do EIA e as audiências públicas e, finalmente, o Governo Federal, que decidiu, por meio da Eletronorte e da Casa Civil, com financiamento do BNDES, a

¹⁰ Briga entre grupos de traficantes na penitenciária de Altamira resultou no assassinato de 62 presos, segundo o G1, 03/08/2019.

construção do empreendimento, a articulação dos empréstimos aos investidores e o leilão que selecionou os investidores.

Claro que neste espaço do Executivo inclui-se o IBAMA, órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento, na medida em que este é de alçada federal, pelo fato de se tratar de uma bacia hidrográfica interestadual e conter povos indígenas na área de influência direta do empreendimento, inclui a FUNAI, responsável pela gestão governamental das terras indígenas.

Contudo, é preciso considerar que atores de outros espaços sociais e geográficos também estiveram presentes no conflito, como jornais, ONGs e celebridades internacionais, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Como ratifica o entrevistado:

Os índios se reuniram aqui, veio o Sting, veio a famosa artista Lucélia Santos. Foi aquele negócio, quando a Índia Tuíra bateu com o facão no pescoço do engenheiro da Eletronorte, aquele que se chamava Antônio Muniz parece. Eu conheci ele também. Eu estive lá em Brasília e uma vez ele queria me catequizar. [...] Como eu disse, foi providencial que eu estava na Suíça. Por que quando eu estive em Berna, a capital da Suíça, alguém me disse: "Olhe, tem gente do Banco Mundial aqui na Suíça. [...] O seu não quer ir falar com eles? (ENTREVISTA N. 01, ALTAMIRA, 2018).

Dessa forma, o espaço do conflito, que parecia restrito a uma dimensão local ou mesmo estadual, assumiu uma dimensão nacional e mesmo internacional.

5.3. Breve periodização do conflito

Foram mais de 40 anos de embates, desde o início dos estudos de potencialidade energética da bacia do Xingu até o funcionamento da UHEBM, em cuja obra foram gastos até o momento 30 bilhões¹¹. Sobre Belo Monte, “quando a concessão foi a leilão, o projeto era no valor de 14 bilhões de reais. Hoje, é de R\$ 30 bilhões” (PINTO, 2021, p. 01). Período repleto de conflitos de várias naturezas, envolvendo centenas de atores sociais. À raiz desses conflitos estão a concepção de modelos de desenvolvimento para a região. Como diz um entrevistado:

Então, ela é uma imposição de cima pra baixo, não respeitando as decisões regionais, locais, dos atingidos, que em resumo não foram consultados, não se foi discutido com a população local ao limite desse debate. Então, é uma coisa de cima para baixo que afetou milhares de

¹¹ A depender da fonte de informação, esse valor é variável. A Não há informação da Ministério de Minas e Energia, nem da Norte Energia do real valor do projeto.

pessoas nessa região, com um deslocamento compulsório de 40 mil pessoas. (ENTREVISTA, N. 22, ALTAMIRA, 2019).

Com a imposição do projeto, logo do modelo dominante e sua forma espúria de apropriação (ilegalidade, obscuridade, criminalização, corrupção), as controvérsias sempre predominaram, basicamente, pela noção de justiça ambiental, que “It is born from ‘ecological distribution [...], a term for collective complaints against environmental injustices” (MARTINEZ-ALIER, 2019, p. 182). O autor explica que:

Environmental justice is a powerful lens for making sense of struggles over negative impacts. Economic growth is changing the global ‘social metabolism’, in other words, flows of energy and materials impacting human livelihoods and nature conservation worldwide. Today’s industrial economy has a colossal appetite for materials and energy. Even a non-growing industrial economy needs ‘fresh’ supplies of fossil fuel because energy is not recycled, and it also needs new supplies of materials which are recycled only in part. Such requirements increase with economic growth. (MARTINEZ-ALIER, 2019, p. 183).

Exemplo de injustiça ambiental, foi a negação de direitos fundamentais para o processo legal, que no caso à baila não foram garantidos: o acesso à informação e ao amplo debate, como apontam uma série de estudos (SALM, 2009; BARROS e RAVENA, 2011; ZHOURI, 2012; FONSECA, 2013) e se confirmam nas entrevistas de atores da região. O não acesso à informação aparece quando se pergunta sobre a implantação do projeto. Assim se revela:

Primeiro foi um projeto muito, como eu posso dizer, sem clareza. A informação desse projeto se limitou há uma propaganda projeto. As informações reais do projeto sempre foram algo com pouca Transparência. Não tinha Transparência. A população diretamente impactada não teve esclarecimento do que é o projeto, quais seriam a natureza do projeto. Somente outras pessoas, grupos empresariais, grupos políticos da nossa região não tinha real demissão do impacto político e econômico do empreendimento como esse. (ENTREVISTA n. 13, ALTAMIRA, 2018).

A implantação aqui foi uma atrapalhado toda. Foi um atropelo, que vieram aqui e fizeram audiências e encheram o povo de fantasias. Meu Deus do Céu! Tinham audiências aí que virou uma verdadeira guerrilha, não sabe. Eu participei meio de longe, depois fui embora, porque era pura diabrura. Tinha exército e tudo. (Entrevista n. 05, altamira, 2018).

Foi um projeto que não foi discutido com a população, um projeto que não foi discutido. Por diversas vezes até constatei. Eles falavam de audiências públicas; mas que audiência pública? Fazer reuniões, botar um monte de gente para conversar e depois pedir para assinar presença e chamar isso de audiências públicas? Isso é audiência pública? Então,

se tem muitas reservas. Energia é importante? É importante! Tem que ter hidrelétrica? Tem que ter hidrelétrica! Mas acho que poderia discutir de outra forma, de outra forma de como foi construída Belo Monte. Porque como foi discutido, eu acho que foi um equívoco muito grande. (ENTREVISTA n. 16, Altamira, 2019).

Ainda de acordo com as perspectivas apresentadas pelos autores supracitados, as entrevistas confirmam outra faceta dessa história que é a mesma lógica de implementação desse tipo de projetos na Amazônia. Diz o entrevistado:

Foi dentro da lógica dos outros grandes projetos. Assim como aconteceu em Santo Antônio e Jirau, assim como aconteceu em vários outros projetos, que é: tu organizas uma pesquisa anterior para justificar a instalação, uma pesquisa de demanda, dos impactos, por aí vai... e justifica a necessidade, porque tu convences a sociedade brasileira da necessidade, acenando com a ameaça de que vai faltar energia, as casas podem ficar sem energia, as empresas podem ficar sem energia, vai aumentar a demissão de pessoas, vai dificultar as atividades econômicas, sinaliza com a realização de audiências públicas, que não são para ouvir a população, são para ouvir alguns grupos de empresários, eles inibem a participação da população local, não favorece de forma alguma essa participação; criam uma audiências públicas que são de encenação, é jogo de palco e nos bastidores se reúnem com outros grupos que nem mesmo participam dessas encenações para tomar as decisões, com os empresários, com quem eles chamam de classe produtiva, mas que na verdade é a classe apropriativa, pois a classe produtiva é a classe trabalhadora, não é a classe que se apropria do trabalho alheio, porque essa não produz nada e nessas audiências públicas, se tiverem nove votos contrários e um favorável, eles desconsideram os nove votos contrários e só levam em consideração, aquele voto favorável. Que é o voto daqueles grupos que podem levar algum tipo de vantagem na Construção do empreendimento. (ENTREVISTA N. 17, Altamira, 2019).

Já o empresariado local que, em um segundo período, era a favor de Belo Monte, mesmo reconhecendo as injustiças, tem uma visão de que a construção da obra foi perfeita, o problema foi a região que não soube aproveitar:

Foi excelente. O empreendedor teve muito boa intenção. E assim, a luta pelo empreendimento, fez um engrandecimento na forma de concebê-lo. Porque o empreendedor, porque é uma visão empresária, ele fez o papel dele. A região que não soube fazer o dela. Que cada um só olhou o seu umbigo. Esqueceu o bem maior, o coletivo. Mas a empresa, o empreendimento foi feito de forma correta, seguindo o que realmente, tem que fazer, a região que não soube trabalhar, o povo que não soube. Por exemplo, as condicionantes vão existir a vida inteira, porque são condicionantes. Quando foi para construir um hospital em Altamira - você é o empresário e eu sou a compradora. O que que você quer fazer? Você quer vender o mais caro e que quero comprar o mais barato. Foi

o que aconteceu com a região. Por exemplo: tinha que construir um hospital. Por que que um gestor, a região não fez com que o empreendedor não fez o empreendedor construir um hospital? Um empreendimento novo, um hospital novo. Pegou e foi reformar um hospital que já existia, porque que ela aceitou? Porque o gestor, o prefeito da época, os vereadores aceitaram isso? Porque eles negociaram. Então, é aquilo que eu estou te falando. Você está no papel de empresário; eu estou no papel de região. Entendeu? Então assim, a região viu um cavalo passando arreado e não montou em cima. (Entrevista n. 19, Altamira, 2019).

As várias perspectivas em torno do projeto da UHEBM, necessariamente, geraram uma história de conflitos na região, que ainda não havia solucionado os conflitos gerados pela construção da rodovia transamazônica.

5.4. A dinâmica do conflito

Para se compreender a dinâmica do conflito, é preciso entender que eles têm três fases como afirma Nascimento:

Os conflitos têm três fases importantes: a fase de preparação, ou aquecimento, em que os atores se estudam, se preparam, se organizam, definindo suas estratégias; a fase do embate propriamente dito, em que os atores medem suas forças, digladiam-se, enfrentam-se; e a fase da conclusão, em que um dos atores proclama sua vitória, ou uma resolução do conflito, em que um dos atores proclamam sua vitória. (NASCIMENTO, 2001, p. 99).

A partir dessa concepção de Nascimento, a trajetória de conflitos do caso de Belo Monte se dá em três períodos. Cada qual com uma dinâmica própria e arranjo de atores distintos. É como se fossem três conflitos distintos, porém, é o mesmo nas particularidades. O primeiro período vai de seus primórdios (1974) até a derrota do projeto Kararaô (1989), fase preparação e aquecimento; o segundo, vai desde 1989 a 2002, marcado pela reelaboração do projeto, fase de embate; e, terceiro período vai de 2003 a 2018, aprovação e construção do novo projeto, fase de conclusão.

A primeira parte dessa trajetória, é um período de elaboração, sustentação e derrota de um megaprojeto de aproveitamento elétrico, quando os atores se firmam numa posição ideológica. Esse período nasce no período militar, quando a consciência ambiental era ainda fraca no País. Megaprojeto que previa a construção de várias barragens ao longo do rio Xingu. Seu estopim foi a crise do petróleo de 1973, e o seu término o grande encontro indígena do Xingu, e sua repercussão no cenário internacional.

Segundo Fleury e Almeida (2013) nessa época, movimentos sociais, trabalhadores rurais, indígenas, ambientalistas e partidos políticos, entre outros, levantaram-se contra a construção de qualquer projeto de grande porte no âmbito da Amazônia, especificamente, ao projeto Kararaô. Um ator entrevistado, confirma essa perspectiva:

E radicalizamos contra as outras hidrelétricas, que seriam 5 rios acima, mas fechamos questão. Aí veio as grandes confusões que era kararaô. E porque kararaô representava uma questão de guerra na língua indígena, a aí foi para Belo Monte, porque na realidade na curva tem um rio que se chama Belo Monte. (ENTREVISTA N. 15, ALTAMIRA, 2019).

A expressão maior da resistência a esse projeto foi o Encontro dos Povo Indígenas do rio Xingu, realizado em Altamira, em 1989. O evento reuniu mais de 3 mil pessoas, entre os quais 650 índios, 300 ambientalistas, 150 jornalistas e autoridades e políticos diversos, entre os quais o presidente da empresa responsável pelos aproveitamentos energéticos dos recursos hídricos da Amazônia, Eletronorte, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), deputados e o prefeito de Altamira.

Entre os estrangeiros presentes encontrava-se o cantor inglês, Sting. Concomitantemente ao encontro, o então Bispo da antiga prelazia do Xingu, reunia-se com integrantes da cúpula do Banco Mundial em Berna, Suíça. Nesta reunião, ficava assegurado que a entidade não financiaria a obra, caso não fossem respeitadas as condicionantes indígenas (BRUM, 2012). Ainda sobre esse evento, Sevá Filho (2014) afirma:

Em fevereiro de 1989, foi realizado em Altamira o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu – para o qual o livro e suas cartografias tiveram importante papel de conscientização dos principais interessados: os próprios índios e boa parte dos brasileiros da região de Altamira-PA. Foi lá que a índia Kaiapó Tuíra apertou as bochechas do diretor da Eletronorte e os caciques Raoni, Kube-I, Paiakan e Megaron se tornaram celebridades globais, com a ajuda do músico pop Sting e do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), antecessor do ISA, uma das “big ONGs” no cenário ambiental e indigenista brasileiro. (SEVA FILHO, 2014, p. 181).

Nesse encontro foi formalizado o protesto contra a construção da então chamada “UHE Kararaô” e a inundação das Terras Indígenas. As consequências do evento foi o recuo do governo, a suspensão do uso de nomes indígenas em barragens do complexo hidrelétrico de Altamira - CHA e o desenho de um novo projeto, que tivesse pelo menos duas condições: não alagasse diretamente terras indígenas e contivesse um lago de menor porte. Desta forma, a área

alagável do primeiro projeto seria de 1.225 km², enquanto no projeto atual foi reduzido a 478 km² (NORTE ENERGIA, 2019).

Conforme citado, desde aquela época tinha-se como assentado que a Amazônia não comportava grandes projetos. O movimento ambientalista brasileiro, que nasce nos anos 1980 com Chico Mendes, e se consolida com o encontro da Rio 92, mobilizou-se para evitar a construção do projeto. O quadro de especialistas também contrários as barragens, apontava que a produção de energia firme não chegaria a 50% do planejado, como de fato tem acontecido.

O segundo período nasce após aquele evento de 1989 e finda em 2002, marcado pela elaboração e apresentação do novo projeto elaborado pela Eletronorte, agora denominado de Belo Monte, uma usina de fio d'água. Segundo a Norte Energia (2019), o novo projeto ganhou forma na década de 1990, com o desenho da atual UHEBM.

Tratava-se de um projeto de usina de fio d'água, aproveitando o declive existente entre o início da volta grande do rio Xingu até o seu final, pouco mais de 90 metros. Assim, no início da grande curva do Xingu seria localizado o primeiro ponto de produção energética e, em seu final, o segundo e principal ponto, que teria em seu conjunto uma potência total de 11.233 MW/M.

O impulso da crise energética de 2001 foi o estímulo que faltava para o início dos estudos para viabilizar o novo projeto de exploração hídrica na produção de energia. Agora com um projeto mais modesto, sem produção de grande lago e remoção de povos indígenas. Esse período se encerra com o governo de Fernando Henrique Cardoso 1995 -2002, que irá provocar uma mudança nas relações de forças entre os campos contrários.

Todavia, em toda a década de 1990 e início dos anos 2000, continuou a tramitação do processo entre os órgãos de governo, sob protestos de movimentos sociais ambientalistas. Em 1999, foi encaminhado à Eletrobrás, por intermédio da liberação do Ministério de Minas e Energia, a autorização para dar sequência aos estudos de validação da proposta. “Em junho de 2000, um estudo elaborado por técnicos da Eletronorte, da Eletrobrás e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) foi consolidado no relatório *Avaliação da UHE Belo Monte – junho/2000*, concluindo pela alta atividade econômica do empreendimento” (FLEURY e ALMEIDA, 2013, p. 39), com perspectiva de operação para março de 2008. Como aponta os autores:

O Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, e, em março de 2002, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha vivenciado uma forte crise energética, foi publicada uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, criando um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de estudar e apresentar um plano de viabilização para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este GT manifestava o declarado interesse do governo federal na usina, considerando-a uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país e um projeto estruturante do “Eixo de Desenvolvimento da Amazônia”. (FLEURY e ALMEIDA, 2013, p. 144).

Em face dos estudos sobre o projeto por parte da Eletronorte, de 2000 a 2010, ocorreram uma série de encontros entre igrejas, movimentos sociais, lideranças indígenas, entidades ambientalistas e associações de comunidades locais, para unir forças, protestando contra o governo e autoridades responsáveis pela construção da Usina de Belo Monte.

O apagão de eletricidade que o Brasil conheceu em 2000/2001 acelerou o processo de construção da UHEBM, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Assim, em 2002 concluiu-se o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte pela Universidade Federal do Pará, e o Conselho Nacional de Energia Elétrica criou um Grupo de Trabalho (GT) para iniciar o processo de implantação da Usina.

O GT era formado por representantes da Casa Civil da Presidência, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, de Furnas Centrais Elétricas, do Banco de Desenvolvimento Econômico Social e do Governo do Pará.

Os governos de Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) - constituem o terceiro período dos conflitos. A marca maior desse período é a divisão no polo de resistência, com o deslocamento do PT e seus aliados para o lado dos que defendem o empreendimento hidrelétrico. A mudança na relação de forças, e o forte engajamento de grandes empreiteiras nacionais, viabilizou a UHEBM, mesmo sabendo que o atual projeto não geraria a potência estimada. Uma análise de um dos entrevistados diz que:

Na avaliação que a gente faz, só o governo do PT teve hegemonia política para construir Belo Monte. Isso mostra que, quando Lula saiu ele tinha 80% de aprovação, só um governo como esse, com essa força, talvez teria coragem e vontade de construir uma hidrelétrica igual a Belo Monte. A ditadura não conseguiu, porque não tinha apoio popular suficiente; o FHC não conseguiu porque não tinha apoio popular suficiente. Então, o governo Lula conseguiu porque tinha o neo-desenvolvimentismo e tinha apoio popular suficiente, a nível de Brasil,

não em relação a região, por exemplo. Mas que tinha força de construir Belo Monte. (ENTREVISTADO N. 22, ALTAMIRA, 2019).

No mesmo ano de 2002, o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) foi paralisado a pedido do Ministério Público do Pará, que só foi desbloqueado em 2005 com autorização expressa do Congresso para que a Eletronorte o concluísse. Dois anos depois, em 2007, o IBAMA iniciava reuniões públicas em torno do EIA. Por diversas vezes, esse estudo de viabilidade, e outros que o sucederam, assim como as sucessivas licenças ambientais, foram suspensas por intervenção jurídica, em ações promovidas pelo Ministério Público do Pará (mais de 20, das quais 12 contra as licenças ambientais).

Ao final do governo FHC, com a eleição do candidato do PT esperava-se que o projeto seria suspenso. Desde o início do governo de Luiz Inácio da Silva (2003-2010) a prioridade da construção da UHEBM, apesar das declarações das autoridades da área de eletricidade do governo, não era clara.

Diversos fatores, resultantes das medidas adotadas para enfrentamento do “apagão” de 2001, do ingresso de novos produtores no setor energético e a crise no setor de distribuição passou a impressão de “sobra de energia”, colocando a prioridade de Belo Monte em questão. Simultaneamente iniciaram-se, por parte do governo federal, estudos de alternativas de novas usinas, particularmente em torno dos rios Madeira e Tapajós. Contudo, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, a prioridade de UHEBM retornou a agenda.

Os movimentos ambientalistas de todo o País e forças locais levantaram-se contra. Em 2008, o governo teve que sinalizar um recuo para arrefecer a resistência dos movimentos sociais ou pelo menos dividi-lo, estratégia utilizada desde o início dos embates. O Conselho Nacional de Política Energética declara que apenas a UHEBM será construída, ao invés do complexo previsto pelo inventário dos anos 1970/1980. Em 2009 o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental são entregues ao IBAMA, como detalha Fainguelernt:

Em março de 2009, os EIA foram entregues ao Ibama, porém, segundo a Funai, sem considerações sobre o componente indígena. Segundo documento do Ibama (2010), as terras indígenas a serem impactadas seriam: Paquicamba, Cachoeira Seca, Kararao, Uruaya, Xipaya, Bau, Menkragnoti, Parana do Arauato, Rincheira Bacajá, Arara, Arawete Igarape Ipixuna, Koatinemo. (FAINGUELERNT, 2016, p. 254).

Em 2009, as quatro audiências públicas previstas na reabertura do processo aconteceram nas cidades de Brasil Novo (10/09/2009), Vitória do Xingu (12/09/2009), Altamira (13/09/09) e Belém (15/09/09). Segundo Fainguerlernt (2016), alguns pontos são destacados nessas audiências públicas realizadas: a) o local disponível para acontecerem as arenas públicas foi distante das aldeias indígenas e comunidades envolvidas e as estradas que ligam os municípios da região são precárias; b) o tempo oferecido às populações atingidas para exporem seus interesses e dúvidas acerca do projeto foi curto; c) diversas populações ribeirinhas afirmaram em entrevistas à veículos de comunicação do país que a linguagem utilizada nas reuniões foi inapropriada, o que impossibilitou um entendimento acerca do projeto e a devida apropriação do conteúdo relativo aos impactos ambientais e sociais da usina.

Em dezembro de 2009, foi realizado mais uma audiência pública sobre o EIA, colocando em pauta o conflito entre populações indígenas e representantes do governo. Em fevereiro de 2010, apesar de movimentos em contrário, o IBAMA emitiu a licença prévia de viabilidade. E, em abril daquele ano, foi realizado o leilão da UHEBM, que se concluiu em 10 minutos, em meio a inúmeros protestos em Brasília.

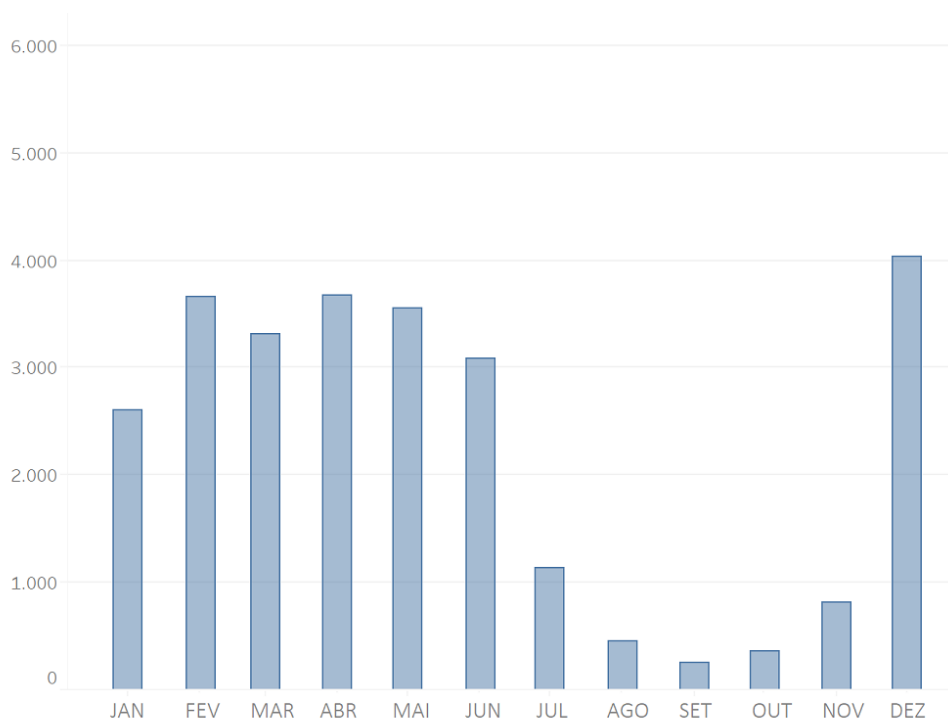
No dia primeiro de junho do ano seguinte, já sob o governo de Dilma Rousseff, o IBAMA emitiu uma licença de instalação, iniciando-se a construção da usina. Movimentos sociais e atores resistentes, porém não aceitaram os fatos e permaneceram em mobilização de rua, ações judiciais e pressão política para impedir a implantação da usina. Diversas manifestações foram realizadas em Brasília, em Altamira e nos canteiros de obras.

No ano seguinte, 2012, paralelo a Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Rio+20, efetivou-se o encontro Xingu+23 para protestar contra a construção da UHEBM nos locais onde estavam se realizando os barramentos do rio Xingu. Mobilizaram-se pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, indígenas, movimentos sociais, acadêmicos, ativistas e demais defensores do Xingu para marcar os 23 anos da primeira vitória dos povos contra o projeto de barramento do rio após o histórico 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989).¹²

¹² FLEURY, Lorena Cândida; ALMEIDA, Alcione Almeida. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente e Sociedade*, v. XVI, nº 4, dez 2013, p. 141-158.

Apesar das resistências e protestos o governo não cedeu e a usina, embora não completamente concluída, começou a funcionar, em forma de teste, em dezembro de 2015, um mês após a licença de operação concedida pelo IBAMA. No ano seguinte, em fevereiro, se encerra o processo de enchimento dos reservatórios, e em abril inicia-se a sua exploração comercial. Em 2019 foram concluídas as obras e, pela terceira vez, a usina foi inaugurada, agora pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Figura 16 – Energia Gerada em Belo Monte em 2019 (Média MW)



Fonte: ANEEL (2021), Higgins (2021).

O quadro acima apresenta que o novo projeto também era inviável, dado que, pela sazonalidade dos rios amazônicos, a produção de energia seria pífia diante de um projeto de aproximadamente 40 bilhões de reais investidos até 2019 (NORTE ENERGIA, 2019), sem contar os custos ambientais, como aponta o procurador regional do ministério público federal no Pará:

Na primeira ação judicial contra Belo Monte, proposta em 2001, o governo dizia que a usina custaria R\$10,4 bilhões. Ao pedir empréstimo ao BNDES, em 2011, o consórcio de empresas para fazer Belo Monte solicitou R\$25 bilhões, o que representaria em torno de 80% dos custos. Logo, o custo oficial seria de R\$31,2 bilhões. Nesse custo não estão previstos o valor do desmatamento que pode atingir 5,3 mil km² de floresta (segundo o próprio consórcio), o valor de 100 km de leito do Xingu que praticamente ficará seco, a indenização a povos indígenas e

ribeirinhos localizados nesse trecho, todos os bairros de Altamira que estão abaixo da cota 100 e, portanto, serão inundados... só para mostrar alguns exemplos. (PONTES, 2011b, p.1).

Organizações diversas na região reúnem-se em torno de um movimento de defesa do rio Xingu (Xingu vivo para sempre, que até os dias de hoje funciona no prédio da Igreja), movimento esse que ganha mobilização internacional. Entre seus atores encontra-se a antiga Prelazia do Xingu, hoje diocese do Xingu, sob a direção do bispo prelado austríaco, Dom Erwin Kräutler, que vive no Xingu desde dezembro de 1965 e naturalizado brasileiro em julho de 1978 (BRUM, 2012).

5.5. Dinâmica dos blocos dos atores sociais.

A compreensão dos atores e seus posicionamentos no conflito é dada a partir da concepção de Nascimento que diz: “Todo conflito reúne um conjunto de atores que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si, articulam-se ou se opõem” (Nascimento, 2001, p.95). Corrobora com essa ilustração, Zimmerli e Siena que dizem que “ator, é o sujeito de uma ação racional, autônomo, municiado de vontade própria, capaz de escolhas e de manipulação, não apenas se adaptando, mas se aproveitando das oportunidades disponíveis” (ZIMMERLI e SIENA, 2013, s.p.).

No campo, a disputar é pelo poder. Para Corrêa (2012), “pode-se conceituar poder como uma relação social concreta e dinâmica entre diferentes formas assimétricas, há preponderância de uma forma em relação a outras” (CORRÊA, p. 117, 2012). No caso de Belo Monte, nota-se que há múltiplas formas de poder e força que são distintas que estão em jogo. Magalhães e Cunha (2017) apontam para essa dinâmica assimétrica, por exemplo, quando analisam os vários mecanismos de expulsão dos ribeirinhos em Belo Monte.

No conflito de Belo Monte, entre os atores centrais é preciso considerar pelo menos dois agrupamentos, que se transformam ao longo do conflito. Segundo Nascimento (2001) são considerados atores pessoas ou instituições que reconhecidamente tenham a capacidade de modificar o ambiente de atuação. Nesta análise, os atores considerados são instituições. Agrupamentos que mudam de configuração principalmente na transição do segundo período (1990/2002) para o terceiro (2003/2016) devido a chegada ao poder central do Partido dos trabalhadores, no qual muitas lideranças locais eram filiadas.

Facilmente, encontra-se na literatura acerca desses atores, dois blocos consolidados como se assim fosse do início ao fim do conflito. Porém, como o conflito tem três períodos distintos, em cada um deles, esses blocos também se modificam. Fazem uma sociologia desses atores Souza (2005) Vicentini e Albuquerque (2020). Esses últimos, por exemplo, citando Hochstetler (2011) e Fearnside, (2006, 2015), assim os classificam:

Este é composto pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica pelo Xingu (MPDXTX); International Rivers Network (IRN); Living Rivers Coalition; Instituto Socioambiental (ISA); Friends of the Earth-Brazilian Amazônia (FOE-AP); Greenpeace; Conservation International (CI); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTACC); ativistas; líderes comunitários; indígenas; personalidades; cientistas. Os agentes a favor da usina argumentam que se trata de uma obra de interesse estratégico para o país por permitir a manutenção do crescimento econômico brasileiro (HOCHSTETLER, 2011; FEARNSIDE, 2006, 2015), o qual é composto pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); Ministério de Minas e Energia (MME); Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS); políticos; empresários. (VICENTINE e ALBUQUERQUE, 2021, p. 36).

No período do conflito que vai 1975 a 2002, o primeiro agrupamento, favorável a construção da UHEBM, é formado exclusivamente por atores estatais, com seus políticos e meios de comunicação. Como relata um empresário local que até 2002 foi contrário ao projeto, mas que depois foi um dos coordenadores do *FortXingu*¹³:

É um projeto do governo, que veio na realidade para dar sustentação, não só para nós. Porque nós já estamos tirando o proveito disso, mas para o Brasil: energia limpa. E outra, é um rio com potencial muito grande, como nós, na época, pegamos todo o processo de como aconteceria e como seria, e que nós fomos radicalmente contra aquela possibilidade de 5 barragens. E fechamos questão numa só. (ENTREVISTA N. 15, ALTAMIRA, 2019).

¹³ “Na defesa da importância da construção de Belo Monte para a região, destaca-se ainda o FortXingu, fórum que aglutina 178 entidades, entre igrejas evangélicas, associações de bairro, sindicatos rurais e, sobretudo, empresários locais, declarando ter como objetivo defender os "interesses regionais e as oportunidades de negócios" vinculados à chegada da barragem. O Fort Xingu promove reuniões semanais, eventos entre comerciantes e a Norte Energia, e mantém um mailing list e um blog, veículos de comunicação em que publica periodicamente notícias relacionadas ao andamento das negociações para o empreendimento”. (FLEURY e ALMEIDA, 2013, p. 148).

É um agrupamento com forte supremacia de atores da esfera estatal, como o governo federal e seus adendos, como Ministério de Minas e Energia, o IBAMA, que cuida do licenciamento ambiental; a FUNAI, que é responsável pela gestão indígena e o BNDES, banco de financiamento do empreendimento, além das empresas de energia, em particular a ELETRONORTE, responsável pela gestão da produção de energia na Amazônia.

Ainda nesse primeiro período, o outro lado do conflito tem supremacia de atores da sociedade civil, como a Igreja Católica – Prelazia do Xingu - e seus organismos como o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e pastorais sociais; e os movimentos sociais, inicialmente, forjados no seio da Prelazia: os movimentos sociais, os sindicatos rurais do município de Altamira e vizinhos, associações (SOUZA, 2005); indígenas afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento; alguns políticos locais, particularmente, do Partido dos Trabalhadores com apoio de ambientalistas e acadêmicos de todo o País (FLEURY e ALMEIDA, 2013).

No segundo período de 1990 a 2002, o grupo a favor do projeto além do Governo Federal e Estadual, inclui agora também empresas do setor elétrico e elite econômica local. Como narra um entrevistado:

Olha praticamente todas. Aí é que houve os conflitos. Aí tu vês por exemplo: ACIAPA, o clube de serviços: Rotary, Lions, Maçonaria, associação comercial. Elas eram a favor porque acompanhavam o desenvolvimento, o desenrolar do projeto.

Vale lembra que, no primeiro período o projeto não gozava do apoio do empresariado local, que é formado basicamente pela União Democrática Ruralista, como narra a entrevistada.

Naquela época você tinha a UDR que era a representação dos fazendeiros, dos políticos da direita... que tudo era uma coisa só, o comércio, o empresariado também, enfim... O Governo também, o Estado, mas o Estado nem ligava para nossa existência, ele nem se apresentava aqui porque só a Altamira que era município os outros municípios não existiam. O Estado era tão a favor que ele nem se importava, nem se apresentava. Eles eram a favor porque eles enxergavam que Belo Monte iria melhorar a vida das pessoas aqui. Eles achavam que com Belo Monte ia ter empregos, desenvolvimento. Mas nada ficou. (Entrevista n 14, altamira, 2019).

Segundo Fearnside (2017), do outro lado segue sendo agência importante contra Belo Monte, a Igreja Católica em Altamira, liderada por Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, um crítico ferrenho dos planos de barragem desde o momento que os planos se tornaram públicos.

Em decorrência da sua posição e pelos riscos de vida ele vive por medidas protetivas e usa colete a provas de bala.

A partir do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, somando com Prelazia, Movimentos Sociais e Indígenas, há também uma forte atuação de um conjunto de ONGs que tem apoiado o movimento e tem divulgado as implicações da barragem. Dentro desse contexto de atividade, encontram-se o Instituto Socioambiental (ISA), os Amigos da Terra Amazônia Brasileira, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

ONGs internacionais que tiveram papéis de apoio semelhantes incluem a Sobrevivência Cultural (Cultural Survival), Rios Internacionais (International Rivers) e o Monitoramento da Amazônia (AmazonWatch). (Fearnside, 2017, p. 170). Se a Igreja Católica forma durante toda a trajetória do conflito uma oposição ideológica, esse segundo bloco de entidades forma uma posição pragmática. Como narra um agente de pastoral da Prelazia:

Mas uma vez voltando, em Altamira foi, praticamente, Xingu Vivo, a Prelazia, o sindicato muito fraco. Tinha algumas entidades, especialmente, o ISA, que está aqui até hoje, tá lá o Marcelo Salazar, mas eles tinham uma visão um pouco diferente da nossa. Eles tinham um plano A e plano B. Nós tínhamos no início, plano A, que não vai acontecer, plano B, o que vai fazer quando acontece. Agora, a gente lutou mais pelo plano A que não aconteça, mas eles já vislumbravam que vai certamente acontecer. Eu estimo muito o ISA, ele é uma entidade séria. Não sei como se financiam. Também, Greenpeace estava aqui, nós andamos também com greenpeace, lado a lado, naquele tempo, até o pessoal se admirou que o bispo fosse está do lado do greenpeace e por aí vai. (ENTREVISTA N 01, ALTAMIRA, 2019).

Este agrupamento tinha o apoio de celebridades internacionais como a atriz Lucélia Santos, o cantor Sting e James Cameron; o apoio do Ministério Público do Pará, particularmente, na figura do procurador Felício Pontes, um dos coautores do livro *Tenotã-Mõ*, organizado por Sevá Filho (2005), autor de *Belo Monte de Violências* (PONTES, 2011a), sensível às transgressões à norma vigente e à Constituição, pelos promotores do empreendimento.

Com a eleição do Partido dos Trabalhadores – PT ao governo federal os agrupamentos se modificam e a correlação de forças também, inaugurando o terceiro período do conflito. A divisão do agrupamento contrário à construção da UHEBM, já existente, se agudiza e se divide,

com uma parte deslocando-se para o campo dos favoráveis ao empreendimento e consolidando-se o grupo a favor do empreendimento.

Na avaliação que a gente faz, só o governo do PT teve hegemonia política para construir Belo Monte. Isso mostra que, quando Lula saiu ele tinha 80% de aprovação, só um governo como esse, com essa força, talvez teria coragem e vontade de construir uma hidroelétrica igual a Belo Monte. A ditadura não conseguiu, porque não tinha apoio popular suficiente; o FHC não conseguiu porque não tinha apoio popular suficiente. Então, o governo Lula conseguiu porque tinha o neo-desenvolvimentismo e tinha apoio popular suficiente, a nível de Brasil, não em relação a região, por exemplo. Mas que tinha força de construir Belo Monte. (ENTREVISTA N. 22, ALTAMIRA, 2020).

O PT tinha uma visão bastante adversa à construção, era contrário. Inclusive o deputado federal Zé Geraldo, ele se unia a gente. Nós fizemos algumas celebrações na beira do rio, aí surgiu o Xingu vivo para sempre, aí ele também, fizemos uma mística a beira do rio e ele contra, Lula contra. Agora de passagem eu digo, Lula e nem Dilma não entendiam nada de Amazônia. Podem ter outras vantagens e qualidade, mas de Amazônia eles não tinham entendimento. E nós pensávamos que quando Lula assumiu, agora está ganha a questão. Lula não vai permitir. E o contrário aconteceu. Aí, como posso dizer, a grande, não raiva, mas a grande contrariedade de Lula em mim é justamente por causa disso. (ENTREVISTA, N. 01, ALTAMIRA, 2019).

Durante o período de quase três décadas de conflito, o bloco resistente à UHEBM nunca teve uma unidade. Desde os primórdios havia em seu interior duas vertentes claramente distintas. A vertente ideológica, dirigida pelo prelado Bispo Dom Erwin Kräutler que tinha uma oposição radical ao empreendimento, sob o argumento que ele iria causar muitos males à população local.

Dom Erwin em entrevista no início de 2001 já descrevia o que iria passar com a vitória do empreendimento: um aumento extraordinário da população, sem infraestrutura adequada, deslocamento de populações, impactos negativos sobre as terras indígenas, aumento da prostituição, do tráfico de droga e da violência urbana. E os benefícios seriam ilusórios: um pouco mais de comércio, um aumento de postos de trabalho e de infraestrutura social, mas que não compensaria a migração. O ônus era muito maior do que o bônus. E o sofrimento de muitos habitantes seria enorme (BRUM, 2012).

A segunda vertente, dirigida pelo PT, tinha outra motivação para sua oposição ao empreendimento. Basicamente duas, e de ordem prática: a primeira era a capacidade de mobilização do movimento *Xingu Vivo para Sempre*, interessante para seu interesse eleitoral;

e a segunda, era a oposição ao governo FHC. Portanto, o PT local e do estado do Pará tinha interesses políticos na sua postura de oposição ao empreendimento, e não razões ideológicas.

Com a vitória de Lula, o Partido dos Trabalhadores passou a apoiar o empreendimento, e junto com ele alguns dos sindicatos e associações de trabalhadores rurais, sobre os quais tinha muita influência. Permaneceram contra à construção da UHEBM a Prelazia da Igreja Católica, os indígenas e alguns movimentos sociais, reunidos no movimento *Xingu Vivo para sempre*, além de vários acadêmicos e celebridades. Já no segundo ano do governo do Presidente Lula, a decisão da construção já estava tomada como narra um entrevistado.

Eu cheguei a ter uma reunião, com a cúpula dos Ministério das Minas e Energias. Eles pegaram um jatinho e foram à Belém. Isso foi logo no início do segundo ano do governo LULA. A diretoria da ELETRONORTE era composta e era chefiada por uma das duas pessoas principais ali: o irmão do Palocci (Adhemar Palocci) e o Valter Cardeal, que também se torna ministro das Minas e Energias. Esses dois chegam com mais umas 4 pessoas lá procuradoria em Belém, e falam para mim o seguinte: a gente quer saber se tem alguma chance de vocês não entrarem com ações mais contra Belo Monte, porque nós temos um investimento muito grande, nós vamos fazer, e queremos saber se poderíamos contar com vocês. E eu nessa hora (tinha acabado de ser lançado o Tenotã-mõ, foi lançado semanas antes e eles não sabiam) eu peguei o exemplar do Tenotã-mõ e bati na mesa e disse: Desde que vocês provem que isso aqui tá tudo errado; de que esse livro tá todo errado. Ele fez um barulhão na mesa, eles começaram a folhear o livro e eu repeti: provem que isso tá tudo errado. Professores da UFPA, da USP, da UNICAMP, tá todo mundo escrevendo aqui. Tá todo mundo dizendo que é inviável essa hidrelétrica de todos os aspectos: ambiental, social e econômico também, que era o principal para eles. Se vocês provarem que isso aqui tá errado, a gente para com as ações e vocês podem fazer. Mas tem que fazer da mesma forma que eles estão fazendo: tragam o estudo, dizendo que eles estão errados. Cada um desses que escreveu aqui. Inclusive eu, que tinha escrito. E eles nunca voltaram. Nunca me chamaram mais. E a reunião não deve ter demorado 15 minutos. (ENTREVISTA ABERTA, N. 03, BRASÍLIA, 2020).

Com isso se consolidou a batalha em torno de Belo Monte. Revelou-se que na trajetória do conflito, a sociedade civil continha três oposições: política, pragmática e ideológica. A OPOSIÇÃO POLÍTICA, cuja a motivação da resistência era um partido opositor ao governo federal, no caso PT versus PSDB, bastou assumir o governo central e estadual, respectivamente, Lula e Júlia Carepa, passaram ao outro lado de apoio ao projeto; A OPOSIÇÃO PRAGMÁTICA foi formada por entidades representativas como Fundação Viver, Produzir, Preservar - FVPP, o Consócio Belo Monte, ISA, MAB. Como disse o entrevistado, esse grupo

tinha o plano B, isto é, caso o projeto fosse aprovado, como barganhar e cobravam do grupo ideológico o apoio de barganha:

Os movimentos sociais, que estavam atrelados à Igreja, à linha da Igreja, nasceram praticamente dentro da Igreja Católica. Então, na sua maioria eram contra. Eles eram contra, primeiro, contra pela questão simplesmente doutrinária - a igreja é contra, eu sou contra -, muitos seguiam isso aí; outros seguiam a filosofia - ah vai trazer um dano ambiental, ah sou contra; outros - ah vai trazer um dano social, também sou contra; então, eu acho que aí houve um pecado, bastante grande. Porque, na medida que o governo decidiu fazer, se o movimento social e a própria igreja tivessem compreendido a dimensão do projeto, em vez de só bater contra, tivesse proposto e até exigido mais, a sociedade local poderia ter ganho muita mais do que ganhou. (ENTREVISTADO N. 21, ANAPU, 2020).

As instituições contrárias a construção da UHE Belo Monte, CIMI, população indígenas, Igreja Prelazia do Xingu, parte dos movimentos sociais do Xingu, ISA, até antes dos cooptações das lideranças dos ribeirinhos, sindicatos dos trabalhadores, estudantes universitários, parte dos educadores, enfim, população Altamirenses ficou dividida, sendo que em sua maioria contrária. (ENTREVISTA N.12 ALTAMIRA, 2019).

A burguesia local a princípio. Depois da vinda do Lula, Movimento de Mulheres, Sindicatos trabalhadores rurais, FETAGRI, FVPP, todo esse campo ligado ao PT, institucionalmente, eles mudaram a chave e ficaram a favor de Belo Monte. Até porque foi negociado o PDRS Xingu, então, isso foi negociado em 2010, Lula cria o decreto e já começa a conversar com essas organizações desse campo mais ligado ao PT, cria o PRDS como forma de mitigar os impactos de Belo Monte, como forma de desenvolver a região também. Então a turma do PT, eles bancam isso politicamente na região, então se tornam a favor de Belo Monte. Antes eles eram contra. (ENTREVISTADO N. 22 ALTAMIRA, 2020).

A OPOSIÇÃO IDEOLÓGICA, cuja motivação era a rejeição da construção do empreendimento em si por sua concepção de desenvolvimento, antecipando os males que adviriam para o rio e para a população, urbana e rural, indígenas e não indígenas como aumento da criminalidade, do tráfico de droga, da prostituição e da violência urbana em geral. Permanece durante todo o período nessa posição. É importante notar a representação social da posição da Prelazia, que em sua maioria diz:

A Igreja Católica, o Xingu Vivo, movimentos sociais locais. Eram contra porque entendiam não iam trazer o que realmente prometiam, que já se via que aquele negócio absurdo de um monte de condicionantes, que iam fazer isso, fazer aquilo, a turma já entendia vídeo do homem que aquilo não iria acontecer, pois já conhecia o

processo de barragens também, ou de qualquer grande obra: que você lota uma região de gente, deixa tudo superpopuloso, fica tudo muito caro, e muito violento também. E por uma questão ambientalista, também, de ativismo. (ENTREVISTADO N. 23, ALTAMIRA, 2020).

Nessa época, a maiores contrariedades vinha da igreja católica e dos ambientalistas, mais de um movimento internacional. O que tinha dentro da universidade, inclusive da UFPA, Camilo Viana que morreu um tempo desse agora, ele criou uma organização chamada SOPREN, que tinha uma mobilização e trazia ambientalistas internacionais, já nesse movimento mais que internacional mesmo contra Belo Monte. (ENTREVISTA N. 14, ALTAMIRA, 2019).

Nessa TERCEIRA oposição, a inviabilidade do projeto era seu grande objetivo, e seu núcleo duro era formado pela Prelazia - cujo líder, embora sempre discreto, era o bispo prelado Dom Erwin - e suas organizações como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, a Comissão de Pastoral da Terra – CPT, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, as Congregações Religiosas como as Irmãs da Penitência e Caridade Cristã e *Movimento Xingu Vivo Para Sempre- MXVPS*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, a construção do projeto e da própria Usina Hidrelétrica de Belo Monte configura essencialmente um cenário do campo da sustentabilidade. Como tal, concepções de desenvolvimento, concepção de justiça e injustiça socioambiental, macro atores e atores e suas posições, percepções do cenário, estratégias de luta são as raízes do conflito que transborda as fronteiras físicas das áreas diretas e indiretas do projeto.

Diante disso, a percepção é que essa luta se insere na envergadura da grave crise ambiental, na qual nasce um novo espaço prático e específico de disputas de poder que é o campo da sustentabilidade. É a partir dessa ilustração teórica, que entendemos as disputas de concepção de desenvolvimento e os atores que se enfrentam nesse campo. Logo, Belo Monte, além de um projeto local, é ícone da disputa de poder face o tipo de apropriação dos bens da natureza no Brasil e no mundo.

De um lado, tem-se claramente o modelo de apropriação desenvolvimentista, o qual crer que os benefícios dos seus empreendimentos são maiores que os impactos negativos gerados. São modelos autocráticos e impostos em determinadas regiões, sob o alibi do interesse nacional.

Nesse modelo, os objetivos centrais são a obtenção de lucro e a acumulação de riquezas, que se desdobra em migalhas salariais aos trabalhadores, predominância privada chancelada pelo Estado, necessariamente, logo divisão de classes e crescimento da desigualdade social, retrato, *ipsis litteris*, de Belo Monte ônus para as populações atingidas e para a natureza; bônus para os políticos envolvidos pois até o momento a barragem não conseguem nem cumprir os contratos de fornecimento de energia.

Do outro lado, a concepção de que outros modelos econômicos são possíveis e necessários. A contrapor o modelo de exploração, neles valores como sustentabilidade, conservação socioambiental são indispensáveis. As convicções supõem uma profunda transformação na relação sociedade natureza, e na forma de interseção ética, cultural de poder. No caso da Prelazia do Xingu, sua perspectiva é a Ecologia Integral, que é o modelo econômico no qual estão integradas todas as dimensões da vida que estão em crise, ou seja, crise socioambiental criada pelo modelo econômico vigente.

No caso da construção de hidrelétricas, no primeiro modelo de desenvolvimento, os fundamentos para a construção dos projetos estão no alto valor de investimentos governamental e privado, nos EIA/RIMAS comprados, na contratação de grandes escritórios de advocacia, na obscura projeção dos reais impactos positivos e negativos para a região, na cooptação de lideranças sociais e movimentos, na violência de estado, criminalização dos movimentos sociais.

Do outro lado, no segundo modelo, estão a convicção do respeito à natureza e aos povos originários e população atingida. A convicção de que os bens da natureza são portadores de valor e não de preços, enfim a defesa da vida pela vida. Assim se entende a posição no conflito dessa atriz que é Igreja Católica.

7. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23-40.

ASHISH KOTHARI, ARIEL SALLEH, ARTURO ESCOBAR,

ASHISH KOTHARI, ARIEL SALLEH, ARTURO ESCOBAR,

AZAMBUJA, A. M. S. Climatologia da Precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Belém: CPRM. 2018.

AZEVEDO, Lúcio. Os jesuítas, Grão-Pará, suas missões e a colonização. Lisboa: Tavares Cardoso & irmão, n. 20, 1999.

BALASSA, Bela. *Os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento após a crise do petróleo*. Pesquisa e Planejamento Econômico, 11 (1), Abril. Rio de Janeiro: IPEA, 1981.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Thiago Almeida; RAVENA, Nírvia. Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. Encontro da compolítica, Rio de Janeiro, 2011.

BOUDON, Raymond. Les méthodes em sociologie. Paris: Universiteires de France, 1973.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL ENERGIA ELÉTRICA. *Sistemas de informação da geração da ANEEL – SIGA*. Brasília: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Tabela Belo Monte*. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Brasília: MPF, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Tabela de acompanhamento Belo Monte.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Tabela_de_acompanhamento_Belo_Monte.pdf).

BRUM, Eliane. Dom Erwin Kräutler: Lula e Dilma passarão para a história como predadores da Amazônia. São Paulo: Desacontecimentos, 2012.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análises de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Brasília: Revista Brasileira de Enfermagem, set/out, 611-614, 2004.

CELAM. Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino Americano. Medellín, CELAM, 1968.

CELAM. Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino Americano. Puebla: CELAM, 1979.

CNBB. Desafio Missionário: *Documentos da Igreja na Amazônia (Coletânea)*. Brasília, Edições CNBB, 2014.

CNBB. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CORRÊA, Felipe. Elementos para uma teoria libertária do poder. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

COSTA, S. T; TEIXEIRA, S D; FARIAS, L.J; MARQUIORO, G. S; ANDRADE, S. M; SILVA, J. A. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: análise Multitemporal da Produção de Energia e Impactos Ambientais*. Revista Brasileira de Energias Renováveis, v.8, n.1, p. 224-237, 2019.

DE FRANCESCO, A. & CARNEIRO, C. (Eds.). *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca*. Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo, SP. 64 pp, 2015. Disponível em:<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/atlaspec-a-bm.pdf>.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de belo monte. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XIX, n. 2, p. 247-266, abr.-jun. 2016.

FEARNSIDE, P. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's hydroelectric development of the Xingu river basin. *Environmental Management*, 38(1), p. 16-27, 2006.

FEARNSIDE, P.M. *A barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por recursos na Amazônia*. In: José Antônio Herrera & Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (eds.) *hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)*. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2017.

FEARNSIDE, P.M. *A barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por recursos na Amazônia*. In: José Antônio Herrera & Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (eds.) *hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)*. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEDERICO DEMARIA, ALBERTO ACOSTA

FEDERICO DEMARIA, ALBERTO ACOSTA

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido. Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FONSECA, Igor Ferraz et al. Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista do Serviço Público*, v. 64, n. 1, p. 7-29, 2013.

FRANCISCO, papa. *Laudato' si*. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, papa. *Querida Amazônia*. São Paulo: Paulinas, 2020.

FREIRE, L. M. impactos ambientais no rio xingu diante da implantação da usina hidrelétrica de belo monte no estado do pará: subsídios para o planejamento ambiental. *revista geonorte*, Edição Especial 4, V.10, N.10, p.341– 345, 2014.

GIRALDIN, Raoni Machado. Entre trânsitos e consumos: a presença dos trabalhadores de Belo Monte em Altamira, PA. (Dissertação). Brasília: UNB, 2015.

HIGGINS, Tiffany. *Belo Monte: maior e mais cara hidrelétrica brasileira não produz a eletricidade prometida por seus idealizadores*. Conexão Planeta, 2020. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/belo-monte-maior-e-mais-cara-hidreletrica-brasileira-nao-produz-a-eletricidade-prometida-por-seus-idealizadores/#fechar>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

HOCHSTETLER, K. *The politics of environmental licensing: energy projects of the past and future in Brazil*. *Studies in Comparative International Development*, v. 46, n. 4, p. 349-371, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 29 de set 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Estudo evidencia alteração da evapotranspiração e precipitação em áreas de pastagens e soja na Bacia do Rio Xingu*. Imagem Geosistemas Imagem MODIS / R6G2B1 / 2019. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Estudo evidencia alteração da evapotranspiração e precipitação em áreas de pastagens e soja na Bacia do Rio Xingu*. Imagem Geosistemas Imagem MODIS / R6G2B1 / 2019. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020.

KÜLLER, M. L.; AGUIAR, F. F.; VASCONCELOS, A. N.; NETO, J. R. *Gerenciamento ambiental para implantação e operação da UHE Belo Monte e interações com a geologia de engenharia*. São Paulo: 16º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2018.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. São Paulo: SBPC, 2017.

MATINEZ-ALIER, Joan. *Environmental justice*. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. *Pluriverse, a post-development dictionary*. New Deli: Tukika Books, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NORTE ENERGIA S. A. *Plano Básico Ambiental - PBA*. Versão Final. Norte Energia AS. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/site/2012/05/16/projeto-basico-ambiental-da-uhe-belo-monte/>. Acessado em 29/06/2021.

NORTE ENERGIA. *Relatório Anual e Socioambiental 2019*. Altamira: Norte Energia, 2019.

NORTE ENERGIA. *Relatório Anual e Socioambiental 2019*. Altamira: Norte Energia, 2019.

NORTE ENERGIA. *UHE Belo Monte*. 2014. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe--belo-monte/a-usina. Acesso em: jan. 2020.

OLIVEIRA, J.P. & COHN, C. (Eds.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 pp, 2013. Disponível em: <
<http://www.abant.org.br/file?id=1381>

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS. *Resultados da operação histórico da operação: geração de energia*. Rio de Janeiro, 2018.

PINTO, Lúcio Flavio. *O custo Belo Monte*. Manaus: Amazônia Real, em 02 mar 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-custo-de-belo-monte/>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

PONTES, Felício. *Belo Monte de violências*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 02, página 16 - 20, 2011a.

PONTES, Felício. *O custo de Belo Monte*. Brasília: ANPR, 2011b.

RIETHOF, M. The international human rights discourse as a strategic focus in socio-environmental conflicts: the case of hydro-electric dams in Brazil. *International Journal of Human Rights*, v 21:4, 482-499, 2017.

SALM, Rodolfo. *Belo Monte: a farsa das audiências públicas*. Ecodebate, 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/10/08/belo-monte-a-farsa-das-audiencias-publicas-artigo-de-rodolfo-salm/>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SALVADOR, Angelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986

SEVÁ FILHO, A. O. *Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas* in: OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília - DF: ABA, 2014.

SEVÁ FILHO, O.; SWITKES, G. (Orgs.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. Berkeley-CA: International Rivers, 2005. Disponível em: <
<http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2020.

SOUZA, A. P. S. *O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso e muitas vozes*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

VICENTINI, Juliana de Oliveira; ALBUQUERQUE, Carolina de. O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). *Desenvolvimento em questão*, ano 19 • n. 54 • jan./mar., 2021.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa. *Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia*. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

ZIMMERLI, E. R.; SIENA, O. *conflitos socioambientais pela construção das usinas de santo antônio e de jirau no rio madeira*. *Revista de gestão social e ambiental*, São Paulo (sp), v. 7, n. 3, p. 89–104, 2013.

CAPÍTULO QUARTO - ARTIGO

1. A PRELAZIA DO XINGU NO CONFLITO DA USINA DE BELO MONTE

1.1. Resumo

Este artigo realiza a análise descritiva da teoria e da prática da Igreja no Xingu, a partir da vida e missão de uma Igreja sinodal na dinâmica socioambiental, na interdisciplinaridade das ciências ambientais, sociais, filosóficas e teológicas. Como estudo de caso, em sua dinâmica metodológica, a investigação compreendeu o papel da Igreja Católica nos conflitos socioambientais na Amazônia, o caso de Belo Monte em Altamira no Pará. O marco conceitual da pesquisa está na senda do campo a sustentabilidade, conflitos socioambientais e os conceitos de Igreja, e autodefinição, organização e autoridade; teoricamente a identidade sinodal do Concílio Vaticano II e das conferências do Conselho Episcopal Latino Americano, da teologia da Libertação; e a prática das CEBs. Na perspectiva teórico-prático, as assembleias da CNBB na Amazônia e a vida e missão da Prelazia do Xingu, como consequência do caminho sinodal assumido desde o Concílio Vaticano II até a prática socioambiental dessa igreja particular. A relevância social, política e eclesial da Prelazia do Xingu reside precisamente modo de ser igreja, que assumiu o caminho da sinodalidade.

Palavras-Chave: Estudo de caso, Belo Monte, Conflitos socioambientais, Igreja Católica, sinodalidade.

1.2. Abstract

This article is a descriptive analysis of the theory and praxis of the Church in Xingu, from the perspective of the life and mission of a synodal Church in a socio-environmental dynamic, in the interdisciplinarity of environmental, social, philosophical and theological sciences. As a case study, with its dynamic methodology, the research grasped the role of the Catholic Church in the socio-environmental conflicts in the Amazon region, the case of Belo Monte in Altamira in the state of Para. The conceptual framework of the research trails a path in the area of sustainability, socio-environmental conflicts and concepts of Church, its self-identity, organization and authority; theoretically the synodal identity of the Second Vatican Council and of the continent-wide gatherings of the Conference of Bishops of Latin America, of Liberation Theology, and the praxis of CEBs (Ecclesial Base Communities). From a theory-praxis perspective, the gatherings of the Conference of Bishops of Brazil in the Amazon and the life and mission of the Prelature of Xingu, as a consequence of the synodal path assumed since the Second Vatican Council up until the socio-environmental praxis of that particular Church. The social, political and ecclesial relevance of the Prelature of Xingu resides precisely in its way of being Church when it adopted the path of synodality.

Keywords: Case study, Belo Monte, Social and environmental conflicts, Catholic Church, Synodality.

2. Introdução

A Amazônia há tempos tem sua importância estratégica reconhecida interna e externamente aos países que a compõem. Entre outras razões, por ser detentora de uma grande quantidade de recursos estratégicos, como água, minerais e biodiversidade, e desempenhar um papel essencial no regime pluvial na América do Sul, particularmente no Centro Oeste e Sudeste brasileiro. É importante reconhecer, para o debate da sustentabilidade, que esse rincão, é considerado uma região estrategicamente das mais importante do planeta (AMIN, 2015), ao lado de outras regiões como os Oceanos e a Antártida.

Ainda assim, ela vive entre mitos e verdades que vão desde o lendário *eldorado* até aos nossos dias, quando dá lugar a outros eldorados, especialmente, de província energética para o país, por sua riqueza em rios potencialmente utilizáveis para estes fins. Não restam dúvidas, a Amazônia se torna uma grande trincheira dos conflitos socioambientais, desde que se desvelou a crise ambiental nos anos 1970 (BECKER, 2004; SCHMIDT e SANTOS, 2002). As frentes são muitas: desmatamento, fronteira agropecuária (cana, soja, dendê, eucalipto, gado), hidrelétricas, mineração, além de grilagem, pistolagem, invasão de terras indígenas e assassinatos de indígenas e líderes populares.

Pelo seu potencial hídrico, a Amazônia foi configurada nos planos governamentais dos últimos 50 anos como um dos motores de propulsão do desenvolvimento. Particularmente em relação ao seu potencial hídrico, Fearnside (2015) destaca as cinco maiores hidrelétricas existentes na Amazônia Legal: Hidrelétrica de Tucuruí (1984), Hidrelétrica de Balbina (1989), Hidrelétrica de Samuel (1982), Hidrelétrica de Santo Antônio (2012), Hidrelétrica do Jirau (2016) e, agora, Belo Monte (2011), além de duas barragens menores: Hidrelétrica Curuá-Una (1977) e Hidrelétrica do Jatapu (2018), e uma em construção, Hidrelétrica de Teles Pires. Há outras em diferentes estágios de planejamento.

Motivado por esta relevância e pela necessidade de energia para o desenvolvimento econômico desde os anos 1980, pode-se encontrar planos de instalação de Empreendimentos Hidroelétricos, como nos atesta o Plano Nacional de Energia Elétrica - 2010 da ELETROBRAS (BRASIL, ELETROBRÁS, 1987). “O plano provocou muitas críticas, e desde então as autoridades do setor elétrico apenas liberam planos para curtos intervalos de anos, não sobre o total dos aproveitamentos planejados”. (FEARNSIDE, 2015, p. 12).

Vale ressaltar, que o “Plano 2010” prevê a construção de 79 barragens na Amazônia, independente das datas projetadas para início e término de cada represa. Segundo Fearnside

(2015) as construções de represas hidrelétricas na Amazônia causam impactos sociais e ambientais significativos, principalmente no que se refere às populações locais que frequentemente são as mais prejudicadas, enquanto as recompensas beneficiam, em grande parte, centros urbanos. Das represas planejadas, as mais controversas são as projetadas no Rio Xingu, como no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), área que se tornou um dos pontos de maior desmatamento entre 2010 e 2011.

As ações governamentais na Amazônia seguem a linha de intervenção desenvolvimentista estimulada pelo grande capital, por meio de múltiplos programas florestais, siderúrgicos, agrícolas, projetos agroindustriais, agropecuários, madeireiros, mineradores e macroprojetos. Todos esses investimentos públicos e privados compõem o mapa da integração nos aspectos físico, geográfico e econômico da região ao mercado nacional e internacional.

A ação dos governos, dos grandes investidores e das elites locais não levam em consideração os impactos ambientais e sociais causados sobre as populações locais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais (FLEURY e ALMEIDA, 2013). Muitas vezes os danos a essas localidades são expostos e acordados durante as discussões de implantação com os povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, o prometido e o cumprido podem ser considerados como as raízes dos conflitos socioambientais nos planos desses grandes projetos, nos quais a Igreja católica participa como uma atriz importante do campo de disputas socioambientais.

O modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia desde a invasão colonial e acentuado no regime militar e na presente fase neodesenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2016), é muito questionável desde o ponto de vista da relação dos sistemas ambientais e dos interesses das populações locais. É essa percepção que estimula a inquietude e o posicionamento contrários, que se encontram no coração do pensamento ecológico católico e, por sua vez, presentes na prática dos agentes das comunidades eclesiais da Prelazia do Xingu. Analisar a prática socioambiental dessa organização e, conseqüentemente, a resistência dos agentes sociais e dessas comunidades é relevante, pela sua invisibilidade nos estudos socioambientais daquele conflito.

Desde esta perspectiva, essa pesquisa tem duas grandes motivações que justificam sua empresa. A primeira se insere na análise que decorre do modelo de desenvolvimento ocidental que tem na Amazônia uma de suas áreas prioritárias, devido às grandes dimensões territoriais, paisagens naturais, percursos hidrográficos, biodiversidade e suas múltiplas identidades

culturais e, a segunda, no debate do campo da sustentabilidade, a postura e relação social de seus atores. Especificamente, compreender o papel da Igreja Católica e sua práxis¹⁴.

Estudos deixam claro que, tutelados pelo Estado brasileiro, os investimentos de capital privado (agronegócio, pecuária, minérios e energia) não atendem as demandas sociais e muito menos ambientais da região, seu foco são os grandes mercados de energia do País, e suas exportações. Visivelmente, mesmo com o carimbo de sustentável, esse modelo de desenvolvimento tem fracassado sócio e ambientalmente, pelos impactos que tem produzido e pelos indicadores sociais da região (FEARNSIDE, 2017). Este fato torna relevante, no campo da *sustentabilidade* (NASCIMENTO, 2012a), o debate sobre os confrontos em torno desse campo de disputas na Amazônia, que exige o conhecimento das dinâmicas de seus conflitos.

Na segunda e, principal, motivação, no debate do campo da sustentabilidade entender a dinâmica de atores que fazem parte desse campo de disputa, com posições claras e relevantes. Especificamente, investigamos a Igreja Católica em sua circunscrição eclesiástica da antiga Prelazia do Xingu, hoje Diocese¹⁵. Partimos da premissa que esta Igreja particular é uma atriz importante dos conflitos socioambientais na região do rio Xingu, especificamente, naqueles que envolveram a construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHEBM, por ter lutado entre os atores que permaneceram contrários à construção da obra.

Dentro desse processo, destacaram-se algumas lideranças dessa entidade devido as suas ações em prol dos direitos humanos e dos direitos da natureza. Nessa senda, a Igreja adquiriu reconhecimento social por seus pares na defesa dos interesses da população local, sobretudo os mais pobres, desde os inícios dos anos 1980. E esse reconhecimento aumentou com o conflito socioambiental gerado pela construção do projeto da UHEBM devido ao seu posicionamento. No caso desta usina, há também resistências, mobilizações recorrentes interligadas entre Igreja Católica, movimentos sociais, partidos de esquerda, intelectuais orgânicos, entre outros em defesa do território, do meio ambiente e das populações tradicionais (MIRANDA, 2020).

¹⁴ Vasquez (1977) partindo da análise do pensamento de Karl Marx e Antônio Gramsci – teóricos das práxis, afirma que esta é a atividade humana orientada conscientemente nas relações entre meio e fim, implicando as dimensões objetivas e subjetivas na atividade dos atores sociais. A práxis transforma as relações humanas com a natureza, com a sociedade e, por conseguinte, consigo mesmo. Em síntese, práxis é ação refletida.

¹⁵ Territorialmente, a Igreja Católica está dividida, em ordem crescente, comunidades, paróquias, prelazias ou Dioceses. A prelazia ou diocese é divisão territorial administrada por um bispo prelado, ou bispo diocesano. Geograficamente, a Igreja Católica é um conjunto de prelazias e dioceses. O que as diferencia é o grau de autonomia de recursos humanos e financeiros, maior no segundo caso.

2.1. O campo de disputa, os atores e a prelazia do xingu

A sede da Prelazia do Xingu está situada em Altamira, mas o seu processo de extensão pastoral se estende a diversas cidades da região. “O território eclesiástico do Xingu é delimitado do sul ao norte do estado. A Prelazia do Xingu representa um campo de observação dos processos de transformações territoriais dentro do território eclesiástico” (MIRANDA, 2020, p. 134).

Dentro desse aspecto, a Igreja Católica do Xingu teve participação direta no processo de formação dos movimentos sociais nesta região, tendo como destaque, no conflito de Belo Monte, o reconhecido *Movimento Xingu Vivo para Sempre* (MXVPS). Segundo Miranda (2020), a construção do discurso de atuação da Igreja do Xingu estava atrelada a sua gênese, às concepções acerca da contraposição à Belo Monte e a suas influências no pensamento e lutas desenvolvidas pelos movimentos em defesa dos interesses das populações locais em volta do Xingu.

Para realizar a pesquisa foi necessária uma análise teórica do fundamento da práxis dos agentes de pastoral da Prelazia, do pensamento construído nos últimos anos internamente, das teorias externas que dão fundamento a sua atuação e, por fim, buscar a percepção dos demais atores participantes desse campo de disputas a respeito do lugar da Igreja Católica no Xingu.

Intrigava o investigador a invisibilidade da Igreja Católica nas análises sociais produzidas, já que, ao que parecia, ela tinha um papel relevante nesse campo de disputas. Dos estudiosos do conflito alguns autores, como Fearnside (2017), Sevá Filho (2005) e Eliane Brum (2012) destacam a importância da Igreja Católica na luta contra a construção de Belo Monte, pois Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, foi um crítico persistente dos planos da Usina.

Esses são os estudiosos mais importantes sobre o conflito de BM que citam a participação da Igreja no movimento contrário à UHEBM, porém sem aprofundar o tema. É passivo também para esses pesquisadores que os movimentos sociais da região de Xingu sofreram um cisma e se enfraqueceram nos governos do partido dos trabalhadores (PT), quando da construção da hidrelétrica, motivo pelo qual a Igreja quase se isola na resistência à construção da UEH de Belo Monte. Ela, Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Ministério Público Federal formavam a resistência ao projeto até os dias atuais.

O espaço geográfico mais específico do conflito em torno de BM é a Prelazia do Xingu no Pará, pois a história de implantação desse projeto marca um divisor de águas da luta pela efetivação de direitos das comunidades e deveres do Estado. A história dessa luta nos possibilita, a partir de um olhar da complexidade (MORIN, 2005) de um conflito, associado a um olhar mais teológico, filosófico, sociológico e ecológico, buscar e encontrar respostas para algumas questões que intrigam de maneira especial as dinâmicas socioambientais, entre as quais a atuação da Prelazia, cujo entendimento da relevância da sua participação, fortalece outros atores congêntos, que enfrentam a mesma batalha como a Prelazia de Itaituba, por exemplo.

De maneira objetiva, para compreender o papel da IC foi necessário realizar a análise dos documentos oficiais nacionais e internacionais. O primeiro é de 1972, intitulado de *Documento de Santarém: A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia* (CNBB, 2014); a carta encíclica *Laudato Si'*, e Exortação Apostólica Pós-sinodal *Querida Amazônia*, ambas do atual Papa Francisco (2015, 2019), por meio dos quais a Igreja tem se posicionado sobre a importância da preservação da ambiental e cuidado com a *casa comum* (FRANCISCO, 2015) e, mais especificamente, a relevância da Amazônia para a missão da Igreja e a vida no planeta (FRANCISCO, 2019).

Do interior da Igreja Católica ao universo da luta socioambiental no Brasil, as Pastorais Sociais, sobressaem-se como organizações político-sociais. Elas têm uma atuação reconhecida no seio dos movimentos sociais: as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que na prelazia eram 800 comunidades; a Comissão Pastoral da Terra – CPT, com núcleo em Altamira, Anapu; e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI com sede em Altamira.

Elas têm atuado nos enfrentamentos das lutas socioambientais organizados pela Igreja Católica no Brasil. Vale ressaltar, que os papéis dessas organizações são eclesiais. Elas visam, em primeiro lugar, a ação evangelizadora da Igreja, isto é, levar a mensagem cristã. Ocorre que a atuação dessas pastorais encarna e enfatiza a dimensão social e Política da fé cristã. As pastorais sociais estão em conformidade com a Doutrina Social da Igreja¹⁶ - hoje concebido

¹⁶ “O corpus de textos, declarações e discursos do Magistério da Igreja católica publicados desde a encíclica *Rerum Novarum* (1891) designa-se “doutrina social da Igreja” (DSI). Jean-Luc Chabot (1992) sugere que o adjetivo social serviria melhor a esta doutrina por causa dos temas muito abrangentes que percorre. A DSI apoia-se na revelação (a mensagem bíblica) e na tradição (o conjunto de reflexões da Igreja desde a sua origem). Apesar desta base na revelação, a Igreja sustenta que a sua mensagem pode ser aceite por todos na medida em que assenta na “lei natural” inerente ao homem. Deste modo, a DSI adquire carácter universal. O objetivo último da doutrina social é o de permitir à sociedade caminhar para o bem comum que garanta o desenvolvimento integral “de qualquer homem” *Gaudium et Spes*, § 64”. (VIEIRA, 2015, P. 155)

como Ensino Social da Igreja - e com o “novo modo de ser Igreja” que nasceu do Concílio da Igreja promovido pelo papa João XVIII.

Especificamente, as CEBs têm sua gênese, perfis, formas de organização, militância política e orientação teológica abordados em numerosos volumes de estudos sobre esse modelo de organização na Igreja Católica e se pode ver desde documentos eclesiais a acadêmicos como, *As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil* (CNBB, 1986), *Mensagem ao povo de Deus sobre as Comunidades eclesiais de Base*, (CNBB, 2010), *As conclusões da conferência de Medellín* (CELAM, 1979), *As conclusões da II conferência geral do episcopado Latino Americano Puebla*, (CELAM, 1979), *IV conferência do episcopado latino americano Santo Domingo*, (CELAM, 1992); *O que é Comunidade Eclesial de base* (BETO, 1981), *CEB: unidade estruturante da Igreja* (OLIVEIRA, 1997), *As comunidades Eclesiais de Base: vida e esperança* (BINGEMER, 2007), *Histórias de Fé e Vida Nas CEBs*, (TEIXEIRA, 2002), *Os intereclesiais das CEBs: identidade em construção* (TEIXEIRA, 2017).

Esses documentos apresentam a identidades das CEBs. Em síntese, as CEBs são pequenas comunidades organizadas nas paróquias da Igreja Católica, nas quais se vive o binômio fé e vida. Primeiro a compreensão da fé e segundo as consequências de vivê-la num mundo de injustiça. Geralmente, essas comunidades são compostas até por 15 membros. Essas comunidades tem uma dinâmica própria de círculos bíblicos e análise de conjunto. Elas realizam encontro entre elas em nível local (duas vezes por ano, regional (anual) e nacional (trienal). Este último é chamado de intereclesial. O 15º intereclesial das CEBs se realizará em Rondonópolis em Mato Grosso em 2023.

Essas comunidades são o lugar do acontecimento eclesial da região, isto é, elas são o modo de ser igreja da antiga Prelazia do Xingu desde 1979 até 2016, como se pode ver nos relatórios das assembleias da prelazia. Alguns estudos priorizam uma abordagem institucional que se distancia muito do modo de ser dessas comunidades (ROMANO, 1979; BRUNEAU, 1979). Tais estudos “concentram-se normalmente nas relações entre o Estado e a Igreja, nos desenvolvimentos internos da organização institucional católica ou no papel de grupos ou elites particulares nas transformações institucionais” (THEIJE, 2002).

Outros trabalhos tomam como ponto de referência o universo político, ponderando a participação das CEBs na organização da sociedade civil, na origem de movimentos sociais, sindicatos ou mesmo a sua incidência no processo de redemocratização do país (MAINWARING, 1989, SOUZA, 2002). Dentre esses estudos há aqueles que apresentam um

cunho militante – provocado por agentes pastorais, líderes comunitários, membros do clero (bispos, presbíteros e diáconos), religiosas e religiosos, teólogos e sociólogos pensadores da Doutrina Social da Igreja.

A reflexão da ação pastoral resultou no *fazer teológico* conhecido como teologia latino-americana, também chamada de Teologia da Libertação¹⁷ (LESBAUPIN, 2000; BETTO, 198) – e outros com propostas mais crítico-analíticas, embasados no rigor epistemológico exigido pela academia (ALMEIDA, 2000; BARAGLIA, 1991). São nessas últimas vertentes que se fundamenta esta pesquisa, porém enfocada na dimensão socioambiental específica dessas comunidades na Amazônia, variável que as tornam diferentes do resto do Brasil.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e a Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAM, criaram, respectivamente, a Comissão Nacional da Amazônia (2005), Rede Eclesial Pan-Amazônica (2014) e por fim a Conferência Eclesial Latino-Americana – CEAMA, (2020). Em 2017, cogitou-se a ida do Papa Francisco a Itaituba no Pará, para reafirmar a ótica do *paradigma da ecologia integral* que é o respeito aos povos indígenas e tradicionais e da Amazônia como tal, como manifestação clara em desfavor desses grandes empreendimentos hidrelétricos (FRANCISCO, 2015; FOLLMAMM, 2020).

Estes instrumentos têm como missão fortalecer prioritariamente a concepção do Ensino Social da Igreja - ESI¹⁸, voltado agora para o âmbito socioambiental e marcar posição clara frente aos interesses anti-ambientais. Como afirma o papa:

Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios como o estão agora. A Amazônia é uma terra disputada em várias frentes: por um lado, a nova ideologia extrativa e a forte pressão de grandes interesses econômicos cuja avidez se centra no petróleo, gás, madeira, ouro e monoculturas agroindustriais (FRANCISCO, 2018).

Discursos do Papa Francisco em Porto Maldonado na Amazônia peruana em 2018.

¹⁷ No Brasil, como em toda a América Latina, denomina-se Teologia Latino-Americana da Libertação ou simplesmente Teologia da Libertação, como exceção da Argentina (Teologia do Povo).

¹⁸ Chama-se hoje de Ensino Social da Igreja, o pensamento social católico, antes chamado de Doutrina Social da Igreja, que foi inaugurado com a Carta Apostólica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII.

3. METODOLOGIA

Um dado preliminar e importante é o cunho qualitativo da pesquisa, haja vista que o principal objetivo desse tipo de investigação é alcançar uma descrição pormenorizada do tema em questão. Na elaboração dos procedimentos metodológicos que são dedicados a buscar e identificar métodos e instrumentos paradigmáticos da pesquisa socioambiental, definimos as etapas do processo investigativo para traçarmos as características dos procedimentos para se obter os resultados finais da investigação.

Para a realização desse trabalho de pesquisa, o método de investigação social é o estudo de caso, que compreender e interpretar dos dados qualitativos, por intermédio dos dados coletados em campo e durante as entrevistas e pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar e descrever os eventos específicos daquele determinado contexto. (HERNÁNDEZ, FERNÁNDEZ e BAPTISTA, 1999).

Segundo Lüdke e André (1986), pode se compreender o estudo de caso como um caminho que dar conta de uma realidade complexa de um caso, algo que é, por sua natureza, sempre muito particular. Todo caso é uma unidade que reúne uma complexidade única. O significativo do estudo de caso, além de ser uma ferramenta de investigação, é ser uma técnica de aprendizagem (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Posto que tenha como fundamental objetivo conhecer e compreender as partes, ou as particularidades de algo, para assim investigar o funcionamento delas e suas relações com o todo, tornando-se um instrumento capaz de dar conta da complexidade de uma situação específica.

Em síntese, esta eleição é porque o estudo de caso possibilita, segundo Walker: “certa dedicação ao conhecimento e descrição do idiossincrático e específico como legítimo em si mesmo” (1993, p. 56). Nestes termos “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (MERRIAM, 1988, p. 12,). Foi usada esta metodologia e seus instrumentos que já são reconhecidos e aprovados na investigação social, sem necessidade de criar outros mecanismos alheios aos consagrados.

Em um estudo de caso, as fases são variadas segundo Merriam (1988), porém há uma certa similitude com o esquema que propomos. Veríssimo e Marques (2015) nos apresentam três dimensões que eles nomeiam de Ruptura, Construção e Verificação. Estas dimensões se desdobram em etapas: a Ruptura nas etapas 1, 2 e 3, (pergunta de partida, exploração e a problemática); a Construção, em uma única etapa, a 4 (construção do modelo de análise); e, a

Verificação nas etapas 5, 6 e 7 (observação, análise das informações e conclusões) (VERÍSSIMO & MARQUES, 2015).

As fontes do presente estudo são de duas ordens, primárias e secundárias. Fontes primárias são aquelas geradas durante o período a ser investigado, como por exemplo, manuscritos, atas de reuniões, memorando, biografias, filmes, entrevistas, dentre outros. As fontes secundárias são aquelas geradas através de reflexões e análises de eventos do período em estudo como livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais, registros e pesquisas (DELGADO e GUTIÉRREZ, 1994).

Os documentos primários da pesquisa foram 33 entrevistas, 30 semiestruturadas e 3 abertas realizadas entre 2019 e 2020, durante 4 viagens a campo. A pesquisa de campo possibilitou o acesso às fontes secundárias: todos os relatórios das assembleias da Prelazia, 5 no total; atas de fundação e reuniões dos organismos da Igreja e de alguns movimentos ligados à Igreja como Xingu vivo; participação em reuniões e fóruns em Altamira. As fontes secundárias foram coletadas nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará, na Biblioteca da Prelazia do Xingu, como também nos acervos do Xingu Vivo, do MPF, das congregações religiosas presente na região.

Como a etimologia da palavra *metodologia* desvela, perfez-se um caminho que nos possibilitou alcançar as seguintes características propostas por Lüdke e André (1986) em manual de investigação qualitativa: descobrir, interpretar em contexto, retratar a realidade de forma profunda, estabelecer relações, representar pontos de vistas distintos num exercício de investigação que possibilita compreender a trama da vida nos conflitos ambientais e sociais existentes na realidade do Xingu. Assim, para evidenciar o processo de implantação do projeto hidroelétrico do Belo Monte, por meio do estudo de caso (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977; MACHADO et al, 2016), focando particularmente, neste conflito, o papel da instituição Igreja Católica, como uma instituição relevante na Amazônia.

Dentre a literatura, destacam-se os documentos da Igreja e do Estado brasileiro, mas também aqueles produzidos pelos movimentos sociais, teses, dissertações, livros e artigos produzidos pela academia e jornais, magazines e revistas gerais, aos quais devem-se acrescentar as trinta entrevistas com os atores locais, principalmente lideranças políticas e comunitárias, representantes dos governos e poderes públicos (Parlamento, Poder Judiciário, Ministério Público), da Norte Energia, e especialistas políticos nacionais e questionários por meio digital, coletados no período de campo da pesquisa.

Segundo Colognese e Melo (1998), a entrevista é uma relação interativa entre dois ou mais interlocutores, podendo ser temática ou tópica. No nosso caso, será temática, e entre o sujeito observador e o informante. Por meio do diálogo estabelecido, as informações que, depois de sistematizadas, possam nos levar a alcançar o resultado de nosso objetivo. Estes instrumentos, além de fornecer dados relevantes à pesquisa, supriam a impossibilidade de um encontro pessoal com o informante.

Se no primeiro objetivo nosso intuito nos permite teorizar a partir de um conjunto significativo e pertinente de dado, ou seja, o aspecto epistemológico, nosso segundo intento será precisamente o aspecto morfológico. Descrever estes componentes para compreender melhor nosso caso em particular. Isso significa identificar a causa da articulação dos fatos científicos numa configuração operatória coerente e lógica, que se apresente como significativa. É na explicação que buscaremos uma teleonomia dos aspectos epistemológicos estudados.

Compreender o papel social da Igreja Católica em face a implementação da UHE de Belo Monte é nossa tentativa de objetivação da pesquisa, sendo nossa terceira meta específica. Se a metodologia da pesquisa enseja ordinariamente atentar para a qualidade epistemológica de sua abordagem, teorizar purificando conceitos, seu ulterior objetivo não pode ser outro senão a sua objetivação derivada da crítica dos dados.

Como nos explica Bruyne et al. (1977), a economia geral da pesquisa em sua função morfológica tem três caracteres indissociáveis que são a exposição, a causação e a objetivação. Aqui caberá à análise do discurso, preferencialmente, a partir de Michel de Foucault (2007), ser o instrumento por excelência desse terceiro objetivo específico da objetivação.

Para o autor, o discurso tem regras de surgimento e condições de apropriação e de utilização, um instrumento que desde sua existência tem implicação com a questão do poder e que por natureza é um objeto de luta política. Partindo dessas premissas, Foucault (2007) destaca que é preciso entender o discurso como discursos sempre no plural, pois emergem dentro de um conjunto de enunciados nos quais são construídos. Assim, fechamos nossa metodologia e instrumentos metodológicos de nossa pesquisa.

3.1. Categorias de análises

As categorias mais utilizadas: história, campo, conflitos socioambientais, sociologia ambiental, grandes empreendimentos e movimento social. Elas levam em consideração o contexto da realidade específica e também as características que os atores apontam como

importantes e significativas. Essas classificações locais oferecem um leque variado de informação cultural, com símbolos, pertencimentos, valores e padrões comportamentais de diversas formas. Isso aponta que os significados podem se diferenciar entre os atores, por isso não podem ser concebidas a partir de generalizações.

Em relação à História, ela possibilita concretamente identificar tempos, lugares e lógicas, ou seja, uma leitura diacrônica do processo. Para Hegel (2001), a história é considerada a solidificação da lógica, constituída como a base do sistema. Como o Espírito é a Ideia concreta, a sequência de acontecimentos históricos é simultaneamente temporal e lógica. Como diz Hegel:

Para o filósofo idealista, o autodesenvolvimento do Espírito transforma a consequência lógica primordial em sequência temporal. Por outro lado, para o historiador, para quem a sequência temporal é direta, o autodesenvolvimento da Ideia transforma essa sequência temporal em consequência lógica. Mais uma vez, como a diferenciação lógica da Ideia se torna temporal no curso das diferenciações futuras, o Tempo é apenas uma outra dimensão — segundo o espaço e estrutura lógicos — do desenvolvimento da Ideia. (HEGEL, 2001, 83).

Na sociologia das disputas de Bourdieu (1989) é na história que se cria o Campo de disputa de poder. O Campo na teoria proposta por Pierre Bourdieu (1989) está representado por aquilo que ele chama de **espaço simbólico**, nesse espaço a atuação dos agentes, as quais ele chama de lutas, determinam, validam, legitimam as representações sociais. Esta é uma categoria fundamental da pesquisa, pois é nele que acontecem os conflitos socioambientais, e possibilita a compreensão do Tempo do discurso, da apresentação dos resultados da pesquisa e da teorização.

Bourdieu (1989) enfatiza que o campo é um sistema imperceptível das estruturas sociais, que molda as ações visíveis entre os atores e instituições. Nos campos se estabelecem espaços sociais. Eles se constroem onde ocorrem as relações objetivas, por isso são constituídos através de forças e lutas, em que os atores atuam de acordo com suas posições relativas e sucessivas. Entretanto, os campos não são estruturas fixas, mas em fluxo contínuo, são produtos de posições constitutivas. Nessa senda, o que determina a existência de um determinado campo e os seus limites são os interesses específicos, pretensões capitalistas e instituições nele inseridas. O que rege o campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, engendradas por relações de força.

Nascimento (2001) defende uma diferenciação na natureza dos conflitos na sociedade moderna, comparativamente às sociedades pretéritas. Nestas os conflitos tendem a serem resolvidos pela violência, cissipação ou fuga, pois estas sociedades não contêm mecanismos suficientes para resolverem os conflitos de forma negocial. Em Marx os conflitos são os instrumentos pelos quais as mudanças ocorrem, enquanto para Durkheim são os espelhos pelos quais as tensões se refletem.

No pensamento de Georg Simmel, que aqui adotamos, o conflito consiste em uma forma de associação na qual as percepções das pessoas e suas narrativas engendram disputas dos mais variados conteúdos. Geralmente, na tentativa de dissolver dualismos, podendo se encaminhar para a aniquilação (por vezes simbólicas) de atores do conflito ou para o aumento da coesão social.

O trabalho teórico se insere no campo de abrangência da sociologia ambiental, entendida como: a) a ciência capaz de uma leitura mais integral da realidade por seus elementos interdisciplinares de sociologia rural que tem como ênfase as comunidades rurais e seu modo de produção, pois algumas dessas comunidades são rurais; b) sociologia dos recursos naturais, como estudos sobre política de planejamento e uso de terras e seus serviços ecológicos; c) psicologia social e a antropologia cultural dedicadas aos estudos das atitudes, valores, cosmovisões.

Sendo, assim, a sociologia ambiental se traduz em problemática ambiental por excelência, por seu caráter integrado e integrador, transversal e interdisciplinar, conhecedor e sábio. Segundo Hannigan (1995) dois são os temas centrais da sociologia ambiental: a) as causas da destruição ambiental; b) a emergência da consciência e dos movimentos ambientais. Ora, a IC é parte desta consciência emergente quanto ao valo do meio ambiente e se preocupa com o processo de destruição ambiental que se observa há mais de meio século.

Segundo Schnaiberg (1994) a realidade comporta uma contradição e uma dialética entre ecossistemas e sociedade humana. Ambas têm suas próprias dinâmicas. No capitalismo, os agentes são movidos pelo lucro e pela corrupção e suas ações tendem a resultar na degradação ecológica. O resultado não poderia ser diferente, pois suas motivações são o crescimento econômico, por meio do aumento da produtividade e da produção, assim como, do consumo.

Eles exercem sobre a sociedade sempre da perspectiva do progresso um *Fascinium e tremendum*, respectivamente, promessas e realidades, paradoxos desse tipo de evento. Para

manter a reprodução ampliada, própria da economia de mercado, é necessário criar infraestrutura, entre as quais, os grandes empreendimentos, outra categoria central em nosso trabalho. Deve-se ter presente que em face do modelo de desenvolvimento vigente, no qual se enquadra a construção da UHEBM, ergue-se em todo o mundo reações de oposição da qual faz parte a Igreja Católica (KOTHAI ET AL., 2019).

Por grandes empreendimentos entendemos aqueles existentes ou em processo de implantação ou em planejamento, que por suas dimensões provocam impactos negativos sobre o meio ambiente e a biodiversidade, com efeitos sobre as mudanças climáticas, além de causarem impactos sociais negativos sobre as populações instaladas nos arredores do empreendimento. Esses lugares possuem significados e servem de fonte de sobrevivência para os atores que ocupam a região, que provavelmente, a relevância dessa memória foi negada e violada pelas construções das obras hidrelétricas. (FEARNSIDE, 2009).

Finalmente, uma última categoria é a dos movimentos sociais que são ações organizadas e sistemáticas que permitem a construção de mudanças em seus contextos de atuação, relacionadas ao progresso social. Touraine (1977) faz a distinção entre as noções de “ação social” que é relativa aos atores e dos “movimentos sociais”, relacionadas à mudança.

Para que um movimento social exista é preciso levar em consideração as ações coletivas dos indivíduos, movimentos longos e que os atores compartilhem de relativa identidade. Segundo Touraine (1977), os movimentos sociais se caracterizam por três questões fundamentais: pela identidade de quem luta, princípio de oposição aos adversários e pela totalidade na luta dentro do contexto específico. Dessa maneira, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três princípios que envolvem: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito, além do tempo de durabilidade da ação.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. Da autodefinição de Igreja Católica

A Igreja Católica é uma instituição de quase dois milênios, considerando como ponto de partida o primeiro documento que a estabelece como instituição oficializada de um império que foi o Edito de Milão, promulgada pelos regentes do Império Romano Constantino e Licínio em 313 d.C. (NETO, 2008). Mesmo que sua consolidação seja fruto da reflexão dos chamados Padres da Igreja, momento histórico, que antecede o edito, conhecido como patrística dos séculos de I a V (ALTANER, 1972).

Segundo Libânio (2014, p. 109) importantes nomes nessa organização primária foram Clemente, Inácio, Policarpo, Justino, Taciano, Teófilo, Tertuliano, Orígenes e Irineu. As obras desses padres apostólicos e apologistas podem ser encontradas em compêndios de teologia, nos quais definem o caráter dessa instituição como assembleia de fiéis, ou seja, daqueles que creem em Jesus Cristo como Deus (SCHNEIDER, 2002).

A abordagem teológica sobre a origem da Igreja é uma tarefa complexa. Exige considerar vários aspectos: a sua realidade de mistério e comunhão fundados na Trindade; o evento histórico Jesus Cristo, o Pentecostes, o fato cristão (pregação apostólica e nascimento das comunidades); os ministérios e a progressiva organização dessas comunidades.

Assim como, a relação da Igreja com outras instituições no mundo, em particular o Estado e seus similares. Porém, a pretensão da ideia primeira, consiste em enfatizar o surgimento histórico da Igreja como instituição presente na sociedade. Acentuando o aspecto histórico, considerando-a como instituição presente na história, ainda que não se possa desvincular totalmente do teológico.

Inicialmente, ilustramos a etimologia dos termos igreja e católica. Segundo o Catecismo da Igreja Católica – CIC, o termo igreja vem do grego *ekklesia*, em latim *ecclesia*, que significa assembleia; católica, do Latim *catholicos*, “geral, universal”, é possível encontrar no grego também com sentido idêntico, *katholikos*, da expressão *kath’holou*, “no geral, globalmente”, de *kata*, “sobre”, + *holos*, “inteiro, total”.

O catecismo fala ao chamar-se «Igreja», a primeira comunidade dos que acreditaram em Cristo reconhece-se herdeira dessa assembleia. Nela, Deus «convoca» o seu povo de todos os confins da terra. O termo «Kyriakê», de onde derivaram «church», «Kirche», significa «aquela que pertence ao Senhor» (CIC, 2005, N. 751). Logo Igreja Católica, literalmente, é compreendida como

Na linguagem cristã, a palavra «Igreja» designa a assembleia litúrgica (126), mas também a comunidade local (127) ou toda a comunidade universal dos crentes (128). Estes três significados são, de facto, inseparáveis. «A Igreja» é o povo que Deus reúne no mundo inteiro. Ela existe nas comunidades locais e realiza-se como assembleia litúrgica, sobretudo eucarística. Vive da Palavra e do Corpo de Cristo, e é assim que ela própria se torna Corpo de Cristo. (CIC, 2005, n. 752).

Essa definição é importante para entender como esta instituição se compreende, e para entender, localmente, o atuar da Prelazia do Xingu em suas coordenadas amazônicas. A Igreja,

além de católica, compreende-se como apostólica, posto que se funda sobre os ensinamentos dos primeiros discípulos de Jesus de Nazaré, entre os quais estava Pedro, considerado o primeiro Papa.

Ela hoje é governada pelos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o Papa (CIC, 2005). Ela é Romana dado que sua sede está naquela cidade. O bispo de Roma, sede da Igreja Católica Apostólica de rito latino, “é o vigário de Cristo, chefe do colégio dos bispos e pastor de toda a Igreja, sobre o qual tem, por divina instituição, poder pleno, supremo, imediato e universal” (CIC, 2005, p. 63).

Fundamentar no Catecismo da Igreja Católica é significativo porque permite esclarecer o sentido institucional da Igreja, tocando em sua fundamentação e organização. No caso da apresentação da Igreja, a partir do Vaticano II, as referências mais adequadas, para vê-la em sua relação com o mundo e sua natureza, são respectivamente: a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* (oferece uma visão sobre a Igreja no mundo), e a *Lumen gentium* (como a Igreja se compreende a si mesma, partindo não da estruturação hierárquica, mas do sentido de Igreja como Povo de Deus), documentos abordados a frente.

Primeiramente, o conceito de Igreja Católica e Prelazia do Xingu se identificam em nossa pesquisa e é isso que passamos a aclarar. Além da ilustração dos conceitos realizada acima, é importante compreender a definição que a própria instituição tem de si mesma. A IC define-se em quatro níveis da organização geográfica e hierárquica: global, continental, nacional e local.

Global quando falamos da Igreja Católica universal sediada no Vaticano, onde o Pontífice é a autoridade máxima (Vaticano, 2020); continental, no caso específico nos referimos à América Latina e Caribe, na figura do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM, com sede em Bogotá, Colômbia; nacional, no caso do Brasil, na figura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB com sede em Brasília; e, local, quando nos referimos à Prelazia do Xingu, com sede em Altamira no Pará.

4.2. Dos níveis de organização e autoridade

O primeiro resultado de nossa pesquisa é o entendimento que a autoridade máxima na doutrina católica não está em pessoas, mas em assembleias. Essas reuniões, dependendo do nível, recebem denominações distintas: concílios, sínodos, conferências, assembleias. Sobre os concílios, o último foi o Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual se atualizou a identidade

católica, a que o bispo de Roma tem a missão de salvaguardá-la em todas as suas dimensões como doutrina, definições, organização, princípios, valores (VATICANO, 2000).

Por isso, o Papa, como bispo da sede da Igreja, tem a primazia sobre todas as igrejas particulares, mesmo ele sendo apenas um bispo como qualquer outro. O Concílio é a reunião de todos os bispos, onde se definem os conteúdos da fé, entendido como tudo aquilo que constitui a doutrina dessa instituição (CIC,167.) O primeiro desses concílios foi o de Niceia em 325 (CIC, 195) e como já anotamos, o último foi o Concílio Ecumênico Vaticano II que teve início no ano de 1962 e conclusão em 1965.

Nos últimos 500 anos houve apenas 4 concílios, posto que esses definem o conteúdo da fé que já estão fundamentalmente no cânon dos livros sagradas. Para as questões ordinárias e correntes da vida da Igreja universal, é o instituto do sínodo, reuniões periódicas convocadas pelo sumo pontífice para a discussão de pontos específicos e relevantes da vida da Igreja e do mundo. Em 2019, aconteceu o sínodo da Amazônia, encontro que reuniu 250 participantes em Roma (6 a 27 de outubro de 2019); presentes todos os bispos da Amazônia continental e convidados. Encontro esse que deu base para o documento do Papa Francisco intitulado *Querida Amazônia*.

No continente, a autoridade máxima é de sua reunião de bispos locais (bispos diocesanos ou ainda – melhor em linguagem jurídica – ordinários locais) que se denomina de CELAM, Conferência Episcopal Latino-Americano, e se define como:

El Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM) es un organismo de comunión, reflexión, colaboración y servicio, creado por la Santa Sede, a petición del Episcopado Latinoamericano, como signo e instrumento del afecto colegial, en perfecta comunión con la Iglesia Universal y con su Cabeza visible, el Romano Pontífice. (CELAM, 2009, Art. I n. 1).

A autoridade máxima do CELAM são as suas Assembleias Extraordinárias que recebem o nome da cidade latino-americana onde são realizadas. Elas são convocadas segundo o estatuto:

Las Asambleas Extraordinarias son convocadas por escrito por la Presidencia, sea por iniciativa propia, por mandato de la Santa Sede, o a petición de la mayoría absoluta de los miembros del CELAM con derecho a voz y voto deliberativo y se realizan en el tiempo, lugar y forma que la misma Presidencia indique pela Asamblea Ordinaria de acuerdo con sus estatutos. (CELAM, 2009, art. 26).

Elas são cinco até o momento. A primeira aconteceu no Rio de Janeiro em 1955; a segunda aconteceu em Medellín, Colômbia em 1968 – logo após o término do Concílio Vaticano II; a terceira, em Puebla no México em 1979; a quarta, em 1992, na capital da República Dominicana, Santo Domingo; e a quinta e última aconteceu aqui no Brasil na cidade do interior paulista de Aparecida em 2007 (CELAM, 2020).

Outro nível de organização e articulação interna que encontramos na Igreja Católica, são as conferências episcopais nacionais. No caso brasileiro é a Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil – CNBB. Segundo o artigo 27 do Estatuto Canônico da CNBB, a Assembleia, órgão supremo da CNBB, “*é a expressão e a realização maiores do afeto colegial, da comunhão e corresponsabilidade dos Pastores da Igreja no Brasil*”.

Reúne-se ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando para fim determinado e urgente, sua convocação for requerida (cf. art. 31 Estatuto Canônico da CNBB). A linha hierárquica da CNBB é a seguinte: “*Assembleia Geral, Presidência, Conselho Permanente, Conselho Administrativo/Econômico, CONSEP, Secretariado Geral*”. (CNBB, 2020). Como se lê no estatuto da CNBB (artigo 27) seu órgão supremo é a Assembleia, que “*é a expressão e a realização maiores do afeto colegial, da comunhão e corresponsabilidade dos Pastores da Igreja no Brasil*” (CNBB, 2020). Ordinariamente, os bispos se reúnem todos os anos desde 2011 na cidade de Aparecida em São Paulo, antes, de 1976 a 2009, reuniam-se em Itaci, Indaiatuba (SP).

As dioceses ou prelazias são o penúltimo nível de identidade eclesial católica. Elas são unidades territoriais chamadas de Igrejas particulares, que se conforma na materialização geográfica da igreja, ou seja, uma região administrativa que tem autonomia jurídica civil e canônica própria. O documento do último concílio *Lumen Gentium* (Luz dos Povos) nos números 23 e 27 diz que ela é uma comunidade episcopal, pois está guiada pelo bispo do lugar (VATICANO II, *Lumen Gentium*, 1997).

Considerando a estrutura tradicional de atuação da Igreja, o último nível de identidade eclesial são as paróquias (com valor jurídico, canônico). Do ponto de vista da prática pastoral, o último nível é o outro, o da identidade eclesial que são as comunidades eclesiais de base – CEB. As CEBs são relevantes, sobretudo em se tratando da capilaridade da estrutura e organização da Igreja.

O Código de Direito Canônico diz que: “A diocese/prelazia é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do bispo com a cooperação do presbitério [clero], de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica” (CIC, n. 369).

Na diocese, a instância que define a Igreja local também são assembleias, no caso de Dioceses denominadas de diocesanas, e no caso das Prelazias, de prelatícias. Na antiga Prelazia do Xingu, a primeira assembleia aconteceu do dia 11 a 14 de novembro de 1984, com o tema *Unir para libertar* (PRELAZIA DO XINGU, 1984). Na Prelazia do Xingu, elas são nomeadas de *Assembleias do Povo de Deus do Xingu*.

Assume-se essa nomenclatura a partir da CNBB, pela qual as Assembleias Diocesanas ou prelatícias passam a ser denominadas assembleias do Povo de Deus, dando a conotação de sua concepção de Igreja e, da qual, analisaremos os documentos produzidos por elas à frente. No entanto, o bispo é a autoridade maior em sua diocese ou prelazia. Como deixa claro o código de direito canônico:

Cada bispo, como vigário de Cristo, tem o encargo pastoral da Igreja particular que lhe foi confiada, mas ao mesmo tempo ele, colegialmente, com todos os seus irmãos no episcopado, deve ter solicitude por todas as Igrejas: “Se cada Bispo só é pastor propriamente dito da porção do rebanho que lhe foi confiada, sua qualidade de legítimo sucessor dos apóstolos por instituição divina o toma solidariamente responsável pela missão apostólica da Igreja”. (CIC, 1560).

E mais à frente prossegue:

O Bispo recebe a plenitude do sacramento da ordem que o insere no Colégio episcopal e faz dele o chefe visível da Igreja particular que lhe é confiada. Os Bispos, como sucessores dos apóstolos e membros do Colégio, participam da responsabilidade apostólica e da missão de toda a Igreja, sob a autoridade do papa, sucessor de São Pedro. (CIC, 1594).

Nesse sentido, a relação do bispo de Roma, Papa, com a Igreja nas diferentes regiões do mundo – continentes e países (Conselho das Conferências Gerais, Conferências Episcopais Nacionais), rege-se em sua totalidade a partir de documentos com orientações jurídicas (Catecismo da Igreja Católica - CIC ou Código do Direito Canônico) e doutrinários, tendo basicamente três fontes, nas quais se fundamenta: a Escritura, a literatura sapiencial ou simplesmente Bíblia; a Tradição, que são o modo de transmissão da fé e estrutura da Igreja aos

sucedores; e o Magistério, que alude à tarefa de ensinar o conteúdo da fé sobre temas variados aos fiéis que devem segui-lo.

Note que a teologia católica (por exemplo, a da Libertação na vertente católica, haja vista que ela possui também a vertente protestante) está integrada nas fontes anteriores, por um lado. No entanto, por outro lado, a teologia tomada como ciência da reflexão crítica da fé está a serviço dela, da Igreja e do Reino de Deus, mas não constitui um pilar da Igreja. Ela contribui para que a Igreja esteja atualizada em sua missão e caminhe adiante na evangelização. Os documentos mais importantes da IC são o Concílio Vaticano II, o Catecismo da Igreja Católica, o Código do Direito Canônico, nesses compêndios é que se encontram a doutrina, os dogmas, a norma.

Nas Assembleias Continentais se encontram a tradução desses documentos para a realidade do continente, isto é, esses documentos que regem a Igreja em nível universal são assumidos pela mesma Igreja em seus níveis de organização tanto do ponto de vista jurídico quanto pastoral. Nas assembleias nacionais se encontram as traduções para os diferentes países. E nas assembleias locais, a efetivação do modelo de Igreja que responde à realidade local.

Estes níveis de organização da estrutura institucional (organização eclesial) nos sinalizam claramente que não existe apenas uma instância da Igreja Católica (IC). Porém, a IC é a comunhão de todas elas, dadas as diferenças, especialmente nos níveis continental, nacional e local. Por isso, em todas as definições o termo mais frequente é comunhão, ou seja, “afeto colegial” (CNBB, 2020). Essas diferenças são inerentes à Igreja desde seus primórdios, e partem da mesma concepção do Deus cristão, que são três pessoas em unidade (simultaneamente, uno e trino) como se pode ver na confissão de fé católica (CIC, 2005, n.198).

4.3. Sobre as instâncias na Igreja

O primeiro resultado dessa pesquisa é entender a categoria *sinodalidade*. A Igreja Católica é uma instituição sinodal. E assim é sua forma de governo. Etimologicamente, sínodo vem da junção de duas palavras gregas *sin* juntos, *hodós* caminho. Por isso, as definições da identidade, das grandes questões teológicas, a comunhão são temas discutidos sempre em concílios e sínodos, assembleias continentais, nacionais e locais.

4.3.1 Concílio

Na teologia acadêmica, a eclesiologia é a disciplina que estuda as diferentes concepções e os diferentes modos de ser Igreja. O Concílio Vaticano II, as Conferências dos CELAM, as Assembleias da CNBB e as Assembleias da antiga Prelazia Xingu são unânimes em afirmar que a Igreja é todo o povo de Deus. Isto é relevante para entender a práxis da Igreja no Xingu.

Quando se fala de atuação da Igreja, não se refere a apenas ao modo de proceder dos bispos, padres, religiosos como era a concepção de Igreja do Concílio de Trento, mas ao modo de atuar de todos os batizados que a constituem. Igreja é povo de Deus, declara o Concílio Vaticano II, expresso na constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG). Esse documento fala que a Igreja é “os que crêem em Cristo [...] pois constituem ‘uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade... que outrora não o era, mas agora é o povo de Deus’” (LG, 1997, n. 9).

O evento que marcou o distanciamento da Igreja de suas origens de pequenas comunidades de pobres e excluídos foi a oficialização do cristianismo como religião oficial do Império Romano (NETO, 2008). Houve mudança na relação entre o Cristianismo nascente e o Império Romano, que antes se caracterizava pela perseguição aos cristãos e suas comunidades e, inclusive, assassinatos, martírios de muitos homens e mulheres seguidores do Caminho.

O Concílio de Trento marca e representa a posição reativa da Igreja à Reforma de Lutero. Este Concílio, realizado entre os anos de 1545 e 1563, foi um evento histórico da Igreja na era da modernidade, seguido depois pelo Vaticano I que se deu entre 8 de dezembro de 1869 e 18 de dezembro de 1870. Porém, este ficou inconcluso por causa das guerras na Europa (BARBOSA, 1989).

Distanciando-se dos seus primórdios desde o Édito de Milão, a Igreja se estabelece como religião oficial e formal, perde sua força profética, seu élan missionário a partir das comunidades pequenas que eram formadas, majoritariamente, por pessoas desprovidas de poder social, político e econômico. Com a revolução copernicana, com o avanço da ciência positiva e a laicidade do Estado, a Modernidade se estabelece e vai de encontro à concepção de Igreja, fruto do Concílio realizado de 1545 a 1563 (CROSS, 2005).

Com a contrarreforma, a Igreja volta para si seu olhar e se fecha como sociedade perfeita. Segundo Libânio (2005, p. 107), “sociedade perfeita e absolutamente independente,

com pleno poder legislativo, judiciário e coercitivo e visivelmente identificável por seus traços”. Ives Congar (1904 -1995), dominicano francês, fala que no modelo trinitino, a Igreja se identificava pela ênfase de seu aspecto hierárquico, tornando-se apenas uma hierarquiologia, termo cunhado por ele. Para o modelo de eclesiologia clássica se identificava como uma hierarcologia, quer dizer, na valorização incisiva da hierarquia.

Com o advento do Concílio Vaticano II operou-se na Igreja uma “volta às fontes”, que significou um retorno a suas origens, suas raízes originais, como se verifica nos livros bíblicos do Novo Testamento. Vale acentuar que com o Vaticano II a Igreja dá um passo que a diferencia do que fora como corpo social e como instituição encarregada de uma missão de caráter temporal e com sentido histórico e transcendente desde o século IV, passando por Trento e suas consequências, como a “romanização” da Igreja no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Como afirma Libânio (2005), o Vaticano II implicou em, simultaneamente, ruptura e continuidade na totalidade da vida da Igreja.

Congar (1971) afirma que a constituição dogmática *Lumen Gentium* apresenta uma revolução. A eclesiologia do Vaticano II afirma que a Igreja é o povo de Deus, ou seja, desde o Papa até os últimos dos fiéis. A Igreja deixa de ser um tratado de direito público e passa a ser comunhão de fiéis. Para Maxwell, “*a partir da intuição fundamental de João XXIII pode-se afirmar que ele propôs ao Concílio três grandes temas em diferentes alocações prévias ao início de seus trabalhos: a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos, “a Igreja dos e para os pobres”*” (2020, p. 51). O CELAM assumiu com muita força este último traço, ou seja, na América Latina a Igreja é concebida como uma organização dos e para os pobres.

Acompanham o Concílio Vaticano II, em sua concepção de Igreja, todos os Conselhos Episcopais Continentais, as Conferências Episcopais Nacionais e, logo, todas as dioceses e prelazias. Segundo Maxwell “*a América Latina não ficou alheia ao processo renovador em toda a Igreja, deflagrado pelo Vaticano II, repercutindo e articulando aqui, especialmente, os documentos Lumen Gentium, com a nova compreensão da Igreja e Gaudium et spes, que situa a Igreja dentro do mundo de hoje*” (2020, p.75). Desde aquele momento até pontificado do Papa Francisco, que versa sobre a *sinodalidade*, reafirma-se este modo de ser Igreja, essa identidade fica clara (FRANCISCO, 2015b; 2019; 2020).

A Igreja local é a porção do povo de Deus que vive ali e o bispo é seu pastor. Neste sentido é que se compreende a Igreja hoje. Governada por seus pastores, os bispos, ela, não é a somatória de comunidades, mas comunidades em comunhão e a comunhão das comunidades.

Nesse sentido, o Papa Francisco sobre o bispo na Constituição Apostólica, *Episcopalis Communio*, diz:

Assim, o Bispo é, simultaneamente, mestre e discípulo. É mestre quando, dotado duma assistência especial do Espírito Santo, anuncia aos fiéis a Palavra de verdade em nome de Cristo cabeça e pastor. Mas é também discípulo, quando ele, sabendo que o Espírito é concedido a cada batizado, se coloca à escuta da voz de Cristo que fala através de todo o Povo de Deus, tornando-o «infallível “in credendo”». Com efeito, «a totalidade dos fiéis, que receberam a unção do Santo (cf. 1 Jo 2, 20.27), não pode enganar-se na fé; e esta sua propriedade peculiar manifesta-se por meio do sentir sobrenatural da fé do Povo todo, quando este “desde os Bispos até ao último dos leigos fiéis”, manifesta consenso universal em matéria de fé e costumes». Por isso, o Bispo é conjuntamente chamado a «caminhar à frente, indicando o rumo, apontando a vereda; caminhar no meio, para fortalecer [o Povo de Deus] na unidade; caminhar atrás, não só para que ninguém fique para trás, mas também e sobretudo para seguir a intuição que o Povo de Deus tem para encontrar novas sendas. O Bispo que vive no meio dos seus fiéis mantém os ouvidos abertos para escutar “o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2, 7) e a “voz das ovelhas”, também através daqueles organismos diocesanos que têm a tarefa de aconselhar o Bispo, promovendo um diálogo leal e construtivo». (FRANCISCO, 2015B, N. 19 – 21).

Esse é o panorama da revolução que causa o Vaticano II na Igreja. Libânio (2005) vai dizer que as resistências e as rupturas que se formaram durante o evento e logo da publicação dos documentos, foram imensas. Ao afirmar que a autoridade na Igreja deve ser entendida como serviço e que ela é um corpo místico, no qual todos os fiéis têm a mesma dignidade, causa muita resistência, especialmente, na Europa, pois acomete a mentalidade, especialmente, dos príncipes da igreja que eram os cardeais. Logo, essa nova concepção não seria aceita facilmente. Porém, a Igreja tomou um caminho sem volta.

Dentro dessa perspectiva, o Concílio Vaticano II na América Latina apontou em duas direções histórica e teológica. A primeira é desde a perspectiva histórica. Muito da produção acadêmica desde o Vaticano II até o presente momento é realizado como diacronia, ou seja, uma leitura temporal-linear dos fatos e acontecimentos dessa instituição.

A ênfase está nos grandes eventos eclesiais e episcopais: concílio, assembleias (continentais, nacionais, regionais e locais). Essa leitura nos permite uma aproximação histórica. Sua preocupação é muito mais cronológica e muito menos sistemática. Ela também nos possibilita compreender que o modelo de Igreja do Xingu tem uma relação estrita,

dedutivamente, com o Vaticano II até a última *Assembleia do Povo de Deus do Xingu*, da própria prelazia, em 2014.

A segunda direção é a perspectiva teológica. A teologia latino-americana colaborou com a realização da tarefa de recepcionar o Concílio Vaticano II no continente, quer seja nas conferências do CELAM, quer seja na tradução desses documentos para a vida das comunidades. Vale ressaltar que a atualização do Vaticano II é algo permanente. Nesse caso, a sua recepção¹⁹ trata de um movimento realizado permanentemente por toda a Igreja.

Na presente referência às Conferências Gerais, que são as reuniões ordinárias do episcopado latino americano e caribenho, a recepção se deu com a efetiva participação de teólogos, por isso a relevância dessa segunda perspectiva. No entanto, é toda a Igreja que recepciona o Vaticano II. As conferências do CELAM, em especial, Medellín (1968) e Puebla (1979) foram responsáveis por semear o conteúdo do concílio aplicado à realidade, e colher os frutos dessa sementeira.

4.3.2. Sobre as conferências

Medellín e Puebla foram as duas Assembleias do CELAM que traduziram os documentos do Concílio Vaticano II para o continente Latino Americano. Seu objetivo era deliberar suas ações eclesiais afinadas com a identidade cultural e atenção às necessidades locais (MANZATTO, 2007). Estes eventos resultaram em dois grandes marcos eclesiais e definiram os rumos sociais das igrejas locais.

Na América Latina, o acolhimento do Vaticano II chega com uma novidade: a Teologia da Libertação. Tratando-se, primeiramente, da recepção do Concílio pela Igreja na América Latina e no Caribe na II Conferência Geral de seu Episcopado em Medellín (1968). Em estreita sintonia com as orientações da Igreja para a ação evangelizadora, desenvolveu-se a corrente teológica autóctone denominada Teologia da Libertação - TL.

Não obstante, não foi sem grandes conflitos a novidade eclesial. A situação de conflitos internos relativos à “Igreja dos pobres” e à Teologia da Libertação, se verificou sobretudo a partir do pontificado de Joao Paulo II, continuada no pontificado de Bento XVI. A crítica era

¹⁹ “Congar define recepção como o processo pelo qual um corpo eclesial torna seu, na verdade, uma determinação que ele próprio não se concedeu, ao reconhecer, na medida promulgada, uma regra apropriada à sua existência. Neste sentido, a recepção comporta um afluxo próprio de consentimento, eventualmente de julgamento, onde se expressa a vida de um corpo que põe em funcionamento recursos espirituais novos” (COUTINHO, 2005, P. 340)

que a TL utilizava os métodos de análises marxista ateu, incompatível com a fé como sintetiza a CNBB no texto intitulado *Teologia da libertação ou do conflito?* (CNBB, 2010).

4.3.2.1. Medellín

O Documento final da Assembleia de Medellín (CELAN, 1968) que se deu no período de 26 de agosto a 07 de setembro de 1968, aponta para duas noções relevantes. A primeira é do seu objetivo maior, ou seja, a recepção do terminado Concílio. A segunda noção está no título do documento final, que deixa claro o rumo dos próximos anos: “*Presença da igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio vaticano II*”.

Do episcopado brasileiro, sobressaíam os coetâneos Dom Avelar Brandão Vilela, que era o cardeal da arquidiocese de Salvador e presidente do CELAM naquela Conferência (VATICANO, 1971, p. 313); Dom Helder Câmara, arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, declarado em 2015 “Servo de Deus”, canonizado, indicado quatro vezes indicado ao prêmio Nobel da Paz e patrono dos Direitos Humanos no Brasil (NORDSTOKKE, 2015); Dom Aloisio Cardeal Lorscheider, que foi presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos de 1971 a 1975 e 1975 a 1978 (OLIVEIRA, 2013); Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba.

Este, um bispo negro, conhecido como Dom Zumbi, em referência a Zumbi dos Palmares, ou Dom Pelé, pela cor da pele. No final do Concílio, juntos com outros bispos²⁰, esses assinaram o *Pacto das Catacumbas da Igreja Serva e Pobre*, um documento de duas páginas nas quais os signatários assumiam o compromisso de viver uma vida de pobreza, sem privilégios e compromisso com o mundo do pobre (BEOZZO, 2015). Estes bispos terão um papel fundamental na Assembleia e aqui no Brasil para implantar as deliberações de Medellín.

Nas sessões da Assembleia, Souza diz que “em suas discussões não entram assuntos dogmáticos [...]. A discussão tem sua origem na análise profunda das realidades social, política, econômica, cultural, religiosa e eclesial” (2008, p. 128) do continente. Gustavo Gutiérrez afirma, nesse sentido, que:

Três foram os grandes temas de Medellín: Promoção humana; Evangelização e crescimento na fé; Igreja visível e suas estruturas. Foram produzidos 16 documentos, no horizonte dos três grandes temas citados: I) Justiça, Paz, Família, Demografia, Educação, Juventude. II) Pastoral popular, Pastoral de elites, Catequese, Liturgia. III)

²⁰ Signatários do pacto Dom Antônio Batista Fragoso, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Dom Luís Gonzaga Fernandes, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Dom Helder Câmara, Dom Henrique Golland Trindade, OFM e Dom José Maria Pires.

Movimentos de Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do Clero, Pobreza da Igreja, Pastoral de Conjunto, Meios de Comunicação. (GUTIÉRREZ, 1998, p. 245).

Os temas de paz, justiça e pobreza são os que recebem maior destaque. O documento de Medellín em seu número 16, sobre a paz, enfatiza, por exemplo, “a América Latina se encontra, em muitos lugares, em uma situação de injustiça que se pode chamar de violência institucionalizada”. E, segue dizendo o que se deve fazer: “Tal situação exige transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras”. Segundo Barausse, (2013, p. 96), “Medellín marcou um antes e um depois na história da igreja latino-americana”, assim como foi o Vaticano II para a Igreja universal.

Para a concretização do almejado, isto é, dos objetivos da Assembleia, eram necessárias a construção da teoria e o modo de operacionalizá-la. É nesse momento que acontece a abertura para o uso das mediações sócio analíticas para entender a realidade, tais como a estrutura teórica das ciências sociais.

A Teologia de Libertação (TL) apropria-se de instrumentos das outras ciências. A partir de Medellín, a Igreja produz duas categorias que marcaram o seu modelo de comunidade e a teoria que a alimentaria. Estas categorias, que logo se transformam em prática, são *Eclesial de base* e *Libertação*. Elas, na prática, adjetivam as Comunidades, que passam a ser entendidas como *Comunidades Eclesiais de Base* – CEBs e a teologia, logo passa a ser chamada de *Teologia da Libertação* - TL.

Poder-se-ia dizer que as CEBs e a TL são os instrumentos pelos quais Medellín passa do papel à realidade em todo o mundo e, evidentemente, também no continente latino-americano e no Brasil. É preciso destacar que as CEBs são o modo e a forma de organização do trabalho de evangelização assumido por muitas Igrejas particulares no continente. Uma missão de responsabilidade da Igreja em seu sentido de evangelização, cujos primeiros responsáveis são a hierarquia. A TL é fruto do trabalho de teólogos, que se integram na prática evangelizadora nas comunidades e têm apoio explícito de bispos e suas Igrejas.

Está claro, que CEBs e TL são integrantes indissociáveis da experiência da Igreja de linha liberadora na América Latina e no Caribe. Considerados, esses aspectos, é preciso deixar claro que os teólogos, na Igreja, exercem um ministério próprio, a serviço dessa mesma Igreja, e do Reino de Deus. Por isso, a teologia não se “acomoda”, necessariamente, ao que já está estabelecido pela Igreja no contexto da qual ela se desenvolve.

4.3.2.2. As comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação

Gusfield (1975), estudando a noção de comunidade, encontra basicamente dois sentidos para o uso do termo. Um, mais relacionado a questões territoriais e, o outro, comumente utilizado no sentido das relações. Segundo Fraxe (2009), na Amazônia as comunidades se estabelecem a partir do sincretismo, rico em ritos, mitos, festas, crenças concepções, enfim, fruto do encontro das culturas exóticas e autóctone.

A vida se dar em torno da fé nos santos, que geralmente dão nomes a essas comunidades. As CEBs são precisamente está descrição. Elas comportam essas duas noções de Gusfield, pois estão em uma circunscrição territorial da paróquia, como também tem um sentido forte de relações fraternais e o eixo da vida cotidiana. Isso, como descreve Fraxe (2009), ocorre plenamente na Amazônia, é a cosmologia da Igreja Católica.

Segundo Carlos Mesters, (1983) do ponto de vista eclesial e social no continente, as CEBs foram reorganizadas a partir de comunidades do antigo modelo de Igreja, ou foram sendo simplesmente criadas. Sua peculiaridade é a de que a leitura bíblica e sua reflexão obedeciam a três momentos: pré-texto, texto e con-texto, respectivamente, a realidade social na qual a comunidade estava inserida, o texto bíblico, principalmente do antigo testamento dada a forte carga profética de anúncio e denúncia, e, por fim, a interconexão entre as realidades segundo a Bíblia.

Logo, a Teologia da Libertação assume o método *Ver, Julgar e Agir*. Esse método tem origem na prática da Ação Católica e, de alguma forma, está presente no movimento de reflexão e elaboração dos documentos do Vaticano II. A TL o assume em sua tarefa que se desenvolve em estreita ligação com a prática da Igreja que vem do Vaticano II e de Medellín. Trata-se do método **indutivo** em contraposição ao método **dedutivo** da tradicional teologia especulativa europeia.

A Teologia da Libertação faz uma crítica aguda à teologia de maneira geral. ASSMANN (1976, p. 140) sintetiza esta análise:

Se a situação histórica de dependência e dominação de dois terços da humanidade, com seus trinta milhões anuais de mortos de fome e desnutrição, não se converte no ponto de partida de qualquer teologia cristã hoje, mesmo nos países ricos e dominadores, a teologia não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais. Suas perguntas não serão perguntas reais... por isso é necessário salvar a teologia do de cinismo. Porque realmente diante dos problemas do

mundo de hoje, muitos escritos de teologia se reduzem a cinismo (ASSMANN, 1976, p. 140).

A primeira grande mudança provocada pela TL é que a partir dela o objeto da teologia passou a ser a práxis cristã, isto é, a relação entre a realidade social e a interpretação bíblica. Nesse sentido, as categorias de dependência e libertação tomam um lugar especial, lido a partir dos documentos da Igreja e da nova hermenêutica bíblica.

Segundo o teólogo Gutierrez (1975, p. 44), “Libertação exprime, em primeiro lugar, as aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos, e sublinha o aspecto conflituoso do processo econômico, social e político que os opõe às classes opressoras e aos povos opulentos”. Libânio sinaliza que o *Estatuto Teórico* da TL tem três momentos: pré-teológico, teológico e o teológico prático (2014, p.159). De acordo com Mendes, historicamente, na América Latina de maneira geral ressalta-se que:

Nas décadas de 1960 e 1970 observa-se uma profunda acentuação da mobilização dos movimentos sociais na América Latina que reivindicavam, no plano político, a ampliação do direito de voto e o aperfeiçoamento do sistema democrático com o efetivo reconhecimento de novos atores sociais. No plano econômico-social, ambicionavam uma melhor distribuição da propriedade da terra e da riqueza produzida em suas nações, a ampliação e disseminação de direitos trabalhistas para o conjunto da classe trabalhadora rural, assim como outras reivindicações mais que possibilitassem melhorar suas condições de vida. (MENDES, 2013, p.8).

A resposta a essas reivindicações de direitos foi:

A partir de 1964 se desenvolveu, inicialmente, no Cone Sul e posteriormente em boa parte da América Latina, a proliferação de ditaduras que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como referência para a compreensão da realidade com a qual se deparavam. O pioneirismo no estabelecimento dessas ditaduras civil-militares coube ao Brasil, que deu o pontapé inicial do que foi uma verdadeira onda de regimes cerceadores da limitada participação política presente naquele momento. Argentina (1966 e novamente em 1976), Chile (1973), e Uruguai (1976) sucederam o caso brasileiro. Na sequência, a quase totalidade dos países da região foi submetida a regimes autoritários, em maior ou menor grau influenciado pela DSN, com exceção de Venezuela e México. (MENDES, 2013, p.8).

Como expressa Mendes (2013), esse era o contexto vital, pelo qual passava o continente. No entanto, haviam os movimentos de libertação, que eram uma resposta, ou resistência, a este contexto marcado pela opressão ditatorial e pela dependência econômica. No Brasil, Libânio

(2014) fala que a *teoria da dependência* apresentada por Marini (1973) exerceu forte influência na leitura da realidade realizada pela TL.

Ainda segundo esse autor, o contexto era de ondas de libertação popular no campo e nas cidades: ligas camponesas, sindicatos, movimento de educação de base, escolas radiofônicas, sindicatos, centros de cultura popular, associações diversas, além dos movimentos revolucionários vanguardistas, introduzindo um amplo debate no continente sobre o processo de transformação social numa perspectiva socialista.

A Igreja, como parte de sua missão, em conformidade com o Evangelho, tem uma palavra, uma posição sobre a sociedade e a política, sobre a pessoa humana enquanto tal e como cidadão. Seu interesse por essas questões visa a defesa e promoção da dignidade humana, o bem comum. As encíclicas sociais de João XXIII – *Mater et Magistra* e *Pacem in terris* criam uma abertura social. O Vaticano II possibilita novas experiências, preocupação com a realidade terrestre, humana e histórica, especialmente no documento que já citamos, *Gaudium et Spes*.

No Brasil o episcopado progressista – agindo em conjunto – era a voz predominante na CNBB. Em suas diretrizes fomenta a ação católica, desde a Juventude Estudantil Católica (JEC) até a Juventude Operária Católica (JOC), passando pela Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), movimentos com uma grande preocupação com a transformação do meio, da política social do país, e dos quais nasceu a Ação Popular – AP, movimento revolucionário que se opôs ao regime militar instalado em 1964 até 1985.

4.3.2.3 Puebla

No ano de 1979, deu-se a cabo a III Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM, 1979). Realizou-se na cidade de Puebla, no México, chamada pelo mesmo nome da cidade. Nesta conferência estavam presentes grandes bispos brasileiros como Dom Helder Câmara, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Quirino e Dom Adolfo Schmitz, grandes expressões do episcopado progressista. O tema da Conferência foi a “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O objetivo era avaliar o caminho percorrido de Medellín até então.

Em Puebla, o episcopado latino-americano afirmou que a Igreja na América Latina e Caribe se funda em dois pilares fundamentais que são a oração particular e a piedade popular como valores da comunidade de fé. Porém, é o serviço o “momento privilegiado de comunhão e participação para uma evangelização que conduz à libertação cristã integral, autêntica”

(CELAM, 1979, n. 895). A opção preferencial pelos pobres consolidada em Puebla, na trilha de Medellín: “a escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina, deve levar a estabelecer uma convivência humana digna e a construir uma sociedade justa e livre” (CELAM, 1979, n. 1154).

Em síntese, as conferências de Medellín e Puebla tentam a superação do velho modelo de Igreja europeia e, ao mesmo tempo, participar dos processos de libertação dos povos do continente. Esse processo, desencadeado pelo Vaticano II e refletido no documento *Gaundium et Spes*, já apontava para a opção pelos pobres sem adjetivos e pela enculturação da Igreja em sua realidade sociocultural para transformá-la. Assim, no continente americano a Igreja além do profetismo de denúncia das injustiças, opta pelos pobres, em seu projeto eclesial, ao mesmo tempo que se coloca como servidora.

Na verdade, o Vaticano II, no que se refere à relação da Igreja com o mundo começou a se realizar plenamente apenas com a recepção do Concílio em Medellín e consolidado em Puebla.

4.3.3 Sobre as assembleias da Igreja na Amazônia

Acontecimento importante, naquele momento, foi a aprovação dos documentos de Medellín pelo Papa Paulo VI. Foi este o pontífice que publicara a encíclica *Populorum Progressio* em 1967, que versava sobre o desenvolvimento dos povos do chamado terceiro mundo. Outro feito importante foi a publicação de outra carta, também pelo mesmo papa, *Octogesima Adveniens*, em 1971, celebrando os oitenta anos da *Rerum novarum* de Leão XIII, que foi o ponto de partida do Ensino Social da Igreja (FAUX, 2019).

Paulo VI, no Sínodo dos Bispos, em 1971, sobre a *Justiça no Mundo*, foi quem disse a célebre expressão: “Cristo aponta para Amazônia”. Desde esse momento a presença da Igreja na Amazônia toma rumo diferente, deixa de ser uma Igreja sacramentalista, isto é, preocupada apenas com a dimensão espiritual, e torna-se uma Igreja militante, integrando as dimensões fé e vida em sua práxis evangelizadora.

Quatro anos após a Conferência de Medellín, em 1972, realiza-se o 1º encontro regional dos bispos brasileiros da Amazônia em Santarém, cidade às margens do Rio Tapajós (CNBB, 2014). Este encontro foi decisivo para encarnar no chão da Amazônia as linhas de renovação do Vaticano II e de Medellín. Segundo o documento da CNBB (2014), definem-se duas diretrizes básicas naquele que ficou conhecido como o “Encontro de Santarém”. A primeira,

sob o nome de **encarnação na realidade**, aponta para a encarnação do próprio Cristo, ou seja, no esforço de reconhecer o Cristo no homem amazônico.

A exigência é inserir-se na realidade concreta do homem e do lugar, pelo conhecimento e pela convivência com o povo. Estimula a superar o paternalismo, o etnocentrismo e o modelo eurocêntrico de Igreja, fomentando a criatividade eclesial a partir das vicissitudes locais. A segunda é a **evangelização libertadora** que consiste “*na consciente explicitação daquela plena libertação que a Páscoa de Cristo traz ao homem e à história humana, em todas as conjunturas e latitudes...*” (CNBB, 2014, p 15).

Aplicados à Amazônia, significa uma *evangelização sem dicotomias*, que abrange o homem todo e todos os homens; uma evangelização, simultaneamente, fiel ao espírito de Cristo e aos sinais dos tempos, que possibilite a conscientização e a liberdade, como expressam seus documentos supracitados.

Ainda na assembleia regional da CNBB em Santarém (CNBB, 2014), os bispos, ao falarem da realidade amazônica expressam os perigos e limitações que se resumem em *novas e antigas marginalizações*, estruturas importadas ou opressivas, desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem, violação de direitos básicos como a posse da terra, injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos e informação publicitária que altera o enfoque da situação real.

Face a esse cenário os bispos elegem quatro prioridades de pastoral na Amazônia que são a *encarnação na realidade*, a *evangelização libertadora*, a *formação de comunidades cristãs de base* e a *formação de agentes de pastoral* e quatro serviços pastorais que são *pastoral indígena, estradas e outras frentes pioneiras, instituto de pastoral e meios de comunicação social* (CNBB, 2014). Essa formação de agentes de pastoral é o fio condutor dessa ação eclesial, que vai resultar na forte organização dos movimentos sociais nas igrejas locais, como é o caso da Prelazia do Xingu.

Todo esse caminho é importante para compreender historicamente a identidade da Igreja presente no Xingu. É a partir da categoria história em Hegel, que se entende a razão dos acontecimentos que levou a esta Igreja Particular ser uma importante atriz do cenário do conflito socioambiental na Região de Belo Monte. Os rumos do Concílio Vaticano II, as Conferências do CELAM e as Assembleias da CNBB são os fundamentos que sustentam a cosmovisão daquela instituição que se tornou uma referência no campo de disputas

socioambientais na Amazônia. Vale ressaltar que essa caminhada se insere na dinâmica do Ensino socioambiental da Igreja, que começa quando o Papa Paulo VI diz que “Cristo aponta para Amazônia”, em 1971.

Na última década, o Papa Francisco tem se dedicado a uma intensa reflexão da crise ambiental, na qual o mundo vive hoje. Com dois conceitos importantes: *Ecologia integral e casa comum* (FRANCISCO, 2015a; FRANCISCO, 2020; VATICANO, 2019), o atual pontífice tem ajudado a Igreja a compreender seu lugar no mundo de hoje.

4.4. A prelazia do Xingu

O objeto do nosso estudo é a Prelazia do Xingu, no que tange as áreas de influências direta e indireta da UHE de Belo Monte, que está situado no Pará, no centro do Estado. É necessário compreender, conforme já citado, que a Igreja Católica está organizada geograficamente, em ordem crescente, em comunidades, paróquias e prelazias ou dioceses. As prelazias segundo o Código de Direito Canônico “são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano”, (CÂN. 370). Já uma diocese

É a porção do povo de Deus que é confiada ao Bispo para ser apascentada com a cooperação do presbitério, de tal modo que, aderindo ao seu pastor e por este congregada no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua a Igreja particular, onde verdadeiramente se encontra e atua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. (CÂN. 369).

Como ilustra Da Silva (2017), a Diocese, assim como uma prelazia, é um espaço eclesial territorial, no qual a Igreja desempenha sua missão, porém comporta também a dimensão jurídica própria. Nesse sentido, a Igreja Católica na Região do Xingu não era uma diocese, mas uma prelazia devido às suas especificidades, ou seja, carência de pessoal e financeira. Enquanto, uma diocese deve ser autônoma em recursos humanos e financeiros, a prelazia não, ela é dependente de outras dioceses para suprir suas necessidades: agentes pastorais, em especial, presbíteros, como também, das fontes de recursos financeiros externos para se manter.

Até a década de 1930 do século passado, a região eclesiástica do centro do Pará fazia parte da Arquidiocese de Belém, das Prelazias de Santarém e de Conceição do Araguaia. Por questões longitudinais, foi criada em 1934 a Prelazia do Xingu pela Bula “*Animarum Bonum*

Postulat” do Papa Pio XI. Desde 2017, o bispo responsável, chamado de bispo prelado, é João Muniz Alves, Frade Franciscano, que substituiu Erwin Kräutler, que esteve responsável pela prelazia de 1981 a 2016. A Prelazia foi elevada a Diocese em 2019 e dom João Muniz foi o quarto bispo da Prelazia no Xingu e primeiro da Diocese do Xingu.

A Prelazia do Xingu tinha uma superfície de 368.086,0 km². Sua população, segundo os dados do IBGE do ano 2000, é de 392.211 habitantes, porém com uma estimativa de 568.366 habitantes em 2017 (IBGE, 2018). Os municípios pertencentes à Prelazia são em número de 15, em ordem alfabética: Altamira, Anapu, Bannach, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Gurupá, Medicilândia, Ourilândia do Norte, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Tucumã, Uruará, Vitória do Xingu.

Os que interessam diretamente nosso trabalho são Altamira, Anapu, Brasil Novo, Porto de Moz e Vitória do Xingu, por serem os mais atingidos. Em 2017, a Prelazia era composta por 15 paróquias, 822 CEBs, 35 padres, 7 congregações femininas, 41 religiosas.

Na Prelazia a instância de definição das linhas prioritárias de ação pastoral é a assembleia prelatícia conhecida como *Assembleia do Povo de Deus*, até 2021 foram 5 no total. Participam dela pessoas e instituições convidadas, os coordenadores de pastorais e movimentos, religiosas e religiosos, diáconos, presbíteros e bispo. Essas assembleias acontecem a cada quinquênio, com possíveis alterações para mais devido a possíveis imprevistos. No Xingu não é diferente. Assim, a prática socioambiental da Antiga Prelazia do Xingu está teoricamente consolidada em seus relatórios.

Segundo os dados da pesquisa, essas assembleias acontecem desde 1984. Elas reúnem cerca de oitocentas pessoas sempre na casa de encontros que se chama Betânia, de propriedade da Prelazia. A última aconteceu em 2014, celebrando os 80 anos da Prelazia. O método que esses encontros utilizam são sempre o “ver, julgar e agir” (BARAUSSE, 2013), já citado. *Ver* como análise de conjuntura dos últimos cinco anos; o *Julgar*, estudos de documentos sócio eclesiais; o *Agir*, são as linhas e as ações que nortearão a Igreja nos cinco anos seguintes.

As Assembleias situam a Prelazia no campo de disputas de Belo Monte. Definem o papel de formar agentes comunitários que sejam capazes de assumir e liderar os movimentos sociais da região. São as ações desses agentes eclesiais que deram uma relevância política da participação da Igreja Católica nos conflitos de Belo Monte. Das trinta entrevistas validadas, que realizamos em 2019, uma das perguntas era precisamente essa: *A igreja católica teve*

relevância no conflito em torno de Belo Monte? 90,3% responderam que teve muita relevância; 6,3 % dos entrevistados responderam que mais ou menos; e 3,3% respondeu que teve muita relevância, porém negativa, pois atrapalhava o empreendimento. Como disse esse entrevistado:

É muito relevante no sentido negativo. Porque a igreja perdeu muito. A igreja tem que ser contra aquilo que o povo disser que não aceita. Mas nós induzimos o povo a não aceitar? É o inverso. Isso não é o papel da igreja. O papel da igreja é participar ativamente das ações e dizer sim ou não, naquilo que ela achar, mas radicalizar, não. (ENTREVISTADO N 15, ALTAMIRA, 2019).

De outro modo, é muito preponderante a relevância da Igreja na luta contra Belo Monte:
Exemplo:

Toda a relevância. Porque ela construiu essa luta, ela sustentou e porque ela tinha uma rede que ninguém tinha, a rede das Comunidades Eclesiais de Base. Ela era a rede mais eficiente que tinha. A gente não tinha comunicação eficiente, as estradas eram ruins. Quem eram as pessoas que mais andavam nos travessões? Os padres com as freiras. Então, e aí é muito claro, a igreja continuou com sua rede muito forte. (Entrevistado N. 14, ALTAMIRA, 2019).

Em outra entrevista se fala dessa relevância, porém aponta para a missão da Igreja:

Muito relevante. Muito, muito, muito. Por isso, fortaleceu as CEBs, fortaleceu os sindicatos, todas as organizações foram fortalecidas com o apoio da Igreja. Dom Erwin, grande Pastor. A Igreja católica tem um grande papel: papel de denúncia, dar nome mesmo, porque os causadores desses conflitos têm nome e endereço. Eles não são anônimos e nem são ocultos.

Dar nome e endereço desses que causam esses conflitos que matam, que roubam as terras, que ameaçam, é denúncia mesmo. A Igreja tem esse papel de denunciar, anunciar o Evangelho, que é a vida, que é a esperança, e denunciar as injustiças, as violências e tudo. Esse é que é o papel da Igreja. Porque quando a Igreja se levanta e fala, essas pessoas que são violentadas em seus direitos, massacradas, se erguem também, tem força, sentem apoio e segurança. Agora, se é uma Igreja morta que está só rezando, lá no seu lugarzinho, muitas vezes fazendo até conchavo com esses caras porque tem dinheiro, isso aí não é uma Igreja de Jesus Cristo que anuncia e denúncia. Anuncia a vida, o Evangelho, e denunciar as injustiças, a morte, a violência. (Entrevistado N. 02, ALTAMIRA, 2019).

O sociólogo e filósofo alemão, George Simmel (2001), diz que “o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade,

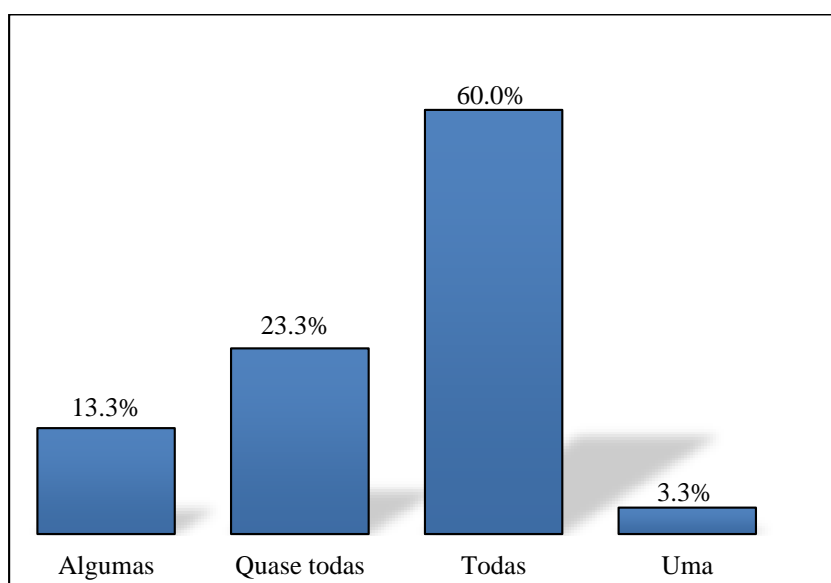
ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (SIMMEL, 2001, p. 122). É preciso entender aqui aniquilação, não no sentido de cooptação, convencimento ou eliminação física, mas simbólica.

A dualidade não foi resolvida, mas a posição da IC ficou enfraquecida com a cisão interna no bloco dos resistentes, provocada pela mudança e posição do Partido dos Trabalhadores, que com a eleição de Lula passou para o lado dos empreendedores. A Igreja Católica permaneceu com a sua mesma posição, apesar da construção do projeto, o qual é chamado de ‘Belo Monstro’. Em uma entrevista em 2016, Dom Erwin afirma que a hidrelétrica é um monumento à insanidade. Diz o bispo:

Para mim, o problema, desde o início, não é que o Brasil precise de energia. Isso é lógico. Ninguém vai questionar isso. O problema é a captação da energia. Será que a única maneira de captar energia é sacrificar um rio do tamanho do Xingu? Porque o que está acontecendo é o sacrifício do meio ambiente, o sacrifício do rio. E, mesmo que o Ibama, naquele tempo, tenha elencado 40 condicionantes, e a Funai, outras 23 (hoje, no total, são 54), elas não foram cumpridas. Quem anda pela cidade sabe perfeitamente o absurdo que aconteceu. O que se construiu foi um monumento à insanidade. (CIMI, 2016).

Os dados da pesquisa corroboram nessa direção. Quando perguntados sobre a participação da IC nos conflitos em torno de Belo monte as respostas compõem o seguinte gráfico:

Figura 17 – Conflitos participados pelo Igreja Católica



Fonte: Base de dados da pesquisa (elaboração dos autores)

Diante desses dados, é possível entender a participação efetiva da IC, neste campo de disputas. Os dados da pesquisa também apresentam que na perspectiva dessa atriz (IC), o enfrentamento do projeto se deu majoritariamente em três frentes distintas: a primeira foi na aproximação direta com atores que detinham poder de decisão da elaboração e consecução do projeto como agências financiadoras e membros de governos e do parlamento; a segunda, internamente a ela mesma se deu pela formação da rede de Comunidades Eclesiais de Base e do papel que ela desempenhou na formação da consciência crítica dos membros da própria Prelazia; terceira, pela participação direta nos três níveis que configuram estes tipos de conflitos, a saber, as mídias, os embates diretos, em especial, reuniões e audiências públicas e, por fim, os protestos.

Esse é o cenário do campo de disputa, no qual a Prelazia se torna uma atriz relevante e porta voz do grupo contrário a Usina Hidrelétrica de Belo Monte - UHEBM. É relevante entender que a participação da IC no conflito de Belo Monte, ultrapassa os limites de sua circunscrição canônica, ou seja, sua região geográfica, da mesma forma que o projeto ultrapassa os limites de influências direta e indireta da região de Belo Monte.

A Igreja Católica é a instituição mais antiga na região. Antes mesmo da abertura da transamazônica e da elaboração do projeto da UHEBM, ela já estava estruturada. Nesse sentido, ela foi sempre uma referência para qualquer projeto da região. Na primeira fase da trajetória da UHEBM, a participação da IC nos conflitos de Belo Monte começa depois que o MPF descobriu que estavam acontecendo estudos hidrográficos da bacia do Xingu (PONTES, 2011). Informados pelo MPF dos estudos avançados das possíveis barragens, as lideranças indígenas foram até o Bispo manifestar o desejo de realizar o encontro que se chamou I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989 (SUESS, 2009).

A Igreja além de colocar sua estrutura física para acolher o encontro, formou a equipe de organização do evento (PRELAZIA DO XINGU, 1984). O bispo não participou do encontro, pois estava em Berna na capital da Suíça em reunião com a cúpula do Banco Mundial, na qual essa entidade financiadora garantiu que apenas forneceria o crédito para a construção da hidrelétrica, caso fossem respeitadas as cláusulas indígenas e ambientais (BRUM, 2010). Na segunda fase da trajetória do projeto, depois do encontro que gera a cena emblemática da índia Tuíra, o bispo foi convidado a Brasília e foi recebido pelo engenheiro Antônio Muniz, então diretor em exercício do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE) do

Ministério das Minas e Energia (MME), em Brasília, na tentativa de convencê-lo a apoiar o projeto, mas tempo perdido.

No governo FHC, o projeto ficou nas gavetas pelo fato de não existir financiamento, como também, não ter capilaridade política na região, especialmente não ter apoio dos movimentos sociais, mesmo que sempre tivesse movimentações, especialmente, do empresariado e do agronegócio no sentido de construir a Usina, inclusive foram realizados novos estudos de impacto ambiental. Um entrevistado afirma:

A ditadura não conseguiu, porque não tinha apoio popular suficiente; o FHC não conseguiu porque não tinha apoio popular suficiente. Então, o governo Lula conseguiu porque tinha o neo-desenvolvimentismo e tinha apoio popular suficiente, a nível de Brasil, não em relação a região, por exemplo. Mas que tinha força de construir Belo Monte. (ENTREVISTA, N. 22, ALTAMIRA, 2019)

Na terceira fase, outras participações importantes da IC, nesse nível de decisão do projeto, foram com os presidentes Lula e Dilma. Na primeira hora aliados, na primeira e na segunda fases da trajetória do projeto da UHEBM, agora no poder, na terceira fase, o partido dos trabalhadores-PT, outro ator importante do conflito muda de posição (oposição) e assume o lugar de promoção, que é “quando estão dispostos a se movimentar com todos os seus recursos para que haja um determinado desfecho” (NASCIMENTO, p.96, 2001). Nesses `todos seus recursos` entram inclusive os mecanismos de corrupção e lavagem de dinheiro como no caso do processo que tramita na justiça federal sob o nº 5036513-15.2019.4.04.7000 (JUSTIÇA FEDERAL, 2019).

Os encontros com o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva se deram duas vezes em Brasília. O primeiro se deu no dia 19 de março de 2009, quando Lula garantiu que o projeto não seria empurrado de “goela a baixo”, por isso Dom Erwin insistiu que ele ouvisse o povo. Em 22 de junho do mesmo ano, foram até a capital federal: o bispo; a coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS, Antônia Melo; dois índios, um professor pesquisador, dois procuradores da República e, do outro lado, os representantes do setor energético.

Como narra o bispo, antes da presença de Lula, o debate na reunião foi acalorado entre os membros do Ministério de Minas e Energia e procuradores. Quando Lula adentra o recinto, o clima se ameniza (BRUM, 2012). Ao final da reunião, foi tomada a decisão que o diálogo

devia continuar, porém nas últimas duas tentativas em Brasília e uma em Altamira, os movimentos de oposição não foram mais recebidos pelos presidentes Lula e Dilma.

Lula em Altamira chegou a dizer que o grupo que se manifestava contra, entre eles o bispo, “era meia dúzia de jovens bem-intencionados, mas certamente com (boas) intenções, talvez não pensando em Belo Monte [...] se eles tivessem paciência para ouvir, eles aprenderiam o que eu já aprendi nesse tempo todo” (INTERNATIONAL RIVERS, 2010). Já Dilma, em uma reunião em Brasília, se limitou a dar um murro na mesa e dizer que a UHEBM sairia de qualquer maneira, como narram vários que estavam presentes naquela mesa de concertação. Esse é o primeiro nível de participação política da Igreja nos conflitos entorno de Belo Monte.

O segundo espaço de participação política da Igreja nos conflitos de Belo Monte se dá na formação de sua própria rede de comunidades e na parceria com outros entes do conflito. Essa formação vai em dois sentidos, o de formação propriamente dita das comunidades. Tarefa muito difícil pelas distâncias e condições de transporte próprios de qualquer região Amazônica. E no outro, formação da consciência da conjuntura social, política, econômica que elas vivem. A Prelazia se alinha milimetricamente aos documentos do magistério da Igreja Latino-Americana. Segundo Puebla (1979):

A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. Quando merecem o seu título de eclesial idade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana. (PUEBLA, 641).

Segundo Iriarte (1992), as CEBs tinham quatro princípios inalienáveis formadores da consciência: a opção pelos pobres, o compromisso sócio-político, as organizações populares e a religiosidade popular. Essa formação da consciência faz com que essas comunidades se posicionem socialmente diante de todas as injustiças da região, conseqüentemente, foram contrárias ao projeto da UHEBM. Segundo as linhas do documento de Medellín e Puebla, alimentados pela Teologia da Libertação, as assembleias da Prelazia são verdadeiras aulas de

sociologia, de política, de ecologia, economia. Não há outra instituição na região, que tenha a capilaridade da IC.

Dois dados são importantes para entender esse movimento. O primeiro é que a Prelazia contava com um clero e a vida religiosa consagrada academicamente muito bem preparada, boa parte formada de teólogos e teólogas da libertação. Os padres oriundos em sua maioria da França e de outras dioceses do país e as religiosas, do sul do Brasil. Esse grupo, que acolheu a grande maioria dos migrantes da região, formou as lideranças eclesiais, das quais muitas fundaram junto com eles os movimentos sociais, associações, cooperativas, fundações e o PT na região (FUNDO DEMA, 2014). A título de exemplo, o MXVPS, o MST, o próprio CIMI e CPT são frutos desse trabalho de formação política oferecido pela Prelazia.

Já na ditadura militar, o clero da Prelazia, especialmente, o bispo, eram considerados *inimigos internos* dentro a classificação que os militares davam aos que se opunham ao governo. Em 1983, o bispo foi preso por apoiar a greve dos trabalhadores de canaviais em plena ditadura militar. Ele foi presidente do CIMI durante 8 anos -1983 -1991. Em 2008, toda a Igreja do Xingu estava presente no encontro *Xingu Vivo Para Sempre* que resultou na criação do movimento de mesmo nome (SUESS, 2009). Vale lembrar que em 25 de agosto de 2000, foi brutalmente assassinado Ademir Fredericci, então presidente do Movimento para o Desenvolvimento da Transamazônica, antigo Movimento pela sobrevivência na transamazônica – MPST.

Fredericci era um migrante que chegou à região em 1975. Católico, foi coordenador da Pastoral da Juventude da Prelazia. Um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi vereador pelo PT e um dos líderes do MPST. No ano de sua morte, era uma das vozes fortes da resistência ao complexo hidrelétrico de Belo Monte. Até os dias atuais seu assassinato não foi elucidado (FUNDO DEMA, 2014).

No terceiro espaço dos conflitos socioambientais de Belo Monte de que a IC participa, divide-se em três níveis distintos que são: as mídias, os embates diretos, de maneira enfática nas audiências públicas, e os protestos. Barros e Ravena (2011), Teodoro (2012), Arini (2013), Mello e Santos (2014) são exemplos de estudiosos das mídias sobre a cobertura jornalística de Belo Monte. Esses estudos denotam que o conflito de Belo Monte extrapola os limites de uma discussão local do projeto para os patamares nacional e internacional, fóruns para os quais a Igreja levou o projeto.

Exemplos são duas peças publicitárias muito discutidas em 2011. A primeira, *Gota d'água* do Movimento Gota D'água promovida pelo ator Sérgio Morone, que contou com vários atores da TV Globo contrários a construção da usina; e a segunda, *Tempestade em copo d'água* promovida pelo professor Sebastião Amorim da Unicamp, que era dono de uma consultoria com interesses em Belo Monte, que contou com a participação de alunos de engenharia (MELLO e SANTOS, 2014).

Nas mídias, o conflito se dá em torno daquilo que Locatelli (2015) chama de barragens imaginárias. A disputa se dá na construção discursiva elaboradas pelos atores envolvidos. Esses atores trazem uma multiplicidade de sentidos sempre na tentativa de convencer a opinião pública de que o projeto é viável ou inviável. Mais uma vez a Igreja se faz presente no cenário midiático destes embates. Na TV Liberal afiliada da Globo no Pará, sempre quem fala contra o projeto é Dom Erwin, Antônia Melo ou algum procurador da república.

Doutro lado, não se encontra figuras públicas locais, atores personalizados, que falam a favor do projeto, a não ser quando acontece algo personalizado, como foi o caso do golpe de facção que feriu o engenheiro Paulo Rezende, representante da Eletrobrás em um protesto em Altamira em maio de 2008, no qual havia mais de 500 indígenas e que relembra o episódio com a índia Tuíra, na ocasião, há 19 anos (SUESS, 2009). A título de exemplo, um momento emblemático que marca a disputa midiática é quando Dom Erwin junto com uma comissão dão uma entrevista para redes de emissoras locais, apontando os motivos pelos quais eram contrários ao projeto.

Dentre estes motivos que apontavam, estava a cláusula indígena. Doutro lado, nos mesmos telejornais, estavam os representantes do Movimento Forte Xingu, favoráveis ao empreendimento, porém quem falava em nome do movimento era um indígena “catequizado” como diz o entrevistado:

... do outro lado era o Vilmar, o Wandenkolk, que era deputado, o índio Xipaia, Luiz Xipaia, que aqui embaixo dizia: ‘não vai acontecer... vai correr sangue... nós vamos defender até o nosso sangue... nós vamos defender o nosso Xingu’. Depois, ele foi cooptado e feio. [...]. Praticamente, eles nos ridicularizando, e o índio, imagine, nem conseguia olhar pra nós, né. Mas, ele simplesmente falou o que o catequizaram. Ele repetiu aquilo que memorizou. - “Você tem que dizer aquilo, aquilo, aquilo outro”,- foi um desastre. Isso foi por volta de 2009, 2010, antes de começar os trabalhos. (ENTREVISTADO Nº 1, ALTAMIRA, 2019).

Segundo o observatório da imprensa (2019), a cobertura local do empreendimento de Belo Monte até a inauguração da hidrelétrica era favorável ao projeto, devido a questão de sobrevivência financeira das emissoras pelas propagandas pagas e veiculadas pelo consórcio construtor. Porém de 2015 em diante, a cobertura jornalística local muda e está atenta às falhas de Belo Monte.

Dom Erwin sempre foi um crítico destas emissoras, que segundo ele tinha um “potencial subaproveitado, ou utilizado para veicular notícias esdrúxulas” (LOBATO, 2019). Para Barros e Ravena (2011), a luta dos atores no campo midiático se dá pela interferência dos grupos de pressão. A única emissora de TV contrária, antes e depois do projeto, foi a *TV Canção Nova* que pertencia, localmente, a própria Prelazia do Xingu. Essa emissora foi fechada em 2018 por falta de recursos financeiros. Porém foi o canal de veiculação da posição e participação da IC no debate acerca de UHEBM.

O segundo nível de participação direta nos conflitos está nos embates produzidos pelas tão controversas audiências públicas. Há vários estudos que apontam que elas não respeitaram os critérios estabelecidos para sua legalidade, nem sob ordens de decisão judicial (CASTRO, 2014). Em nenhuma das audiências públicas foi respeitado o direito à participação e à informação adequada como preconiza a Constituição Federal no Art. 5º, inciso XXXIII (BRASIL, 1988).

Segundo o Instituto Socioambiental - ISA, por exemplo, em setembro de 2009, o EIA/RIMA só foi disponibilizado dois dias antes da primeira audiência sem possibilidade de uma análise qualificada por parte dos participantes (ISA, 2010). Sempre eram realizadas em espaços pequenos, fato denunciado pelos protestos que aconteciam concomitante a elas. Para a audiência pública que aconteceu em Belém, capital do estado, distante 760 km de Altamira, a Prelazia junto com o *Movimento Xingu Vivo Para Sempre -MXVPS* disponibilizou 10 ônibus para levar os atingidos para a audiência em Belém. Lá, além de encontrarem a violência da Força Nacional, não puderam adentrar o recinto, devido ao auditório comportar apenas 450 participantes. O MPE, MPF, a DPE e a DPU tentaram, sem sucesso, mudar o lugar da reunião (MPF, 2009).

A Igreja participava dessas audiências de duas maneiras: a primeira era mobilizando a população e levando a maior quantidade de pessoas atingidas pelo empreendimento a essas reuniões: índios, ribeirinhos, pescadores, oleiros; e a segunda, era em reuniões de preparação para a participação e na ocasião, apresentando suas objeções por meio de especialistas que ela

convidava como o professor Sevá Filho da Unicamp entre outros, ou por meio de lideranças locais, em especial, indígenas. Um padre que ajudava a coordenar esse movimento da Prelazia, disse-nos em entrevista:

“A implantação foi um atropelo, que vieram aqui e fizeram audiências e encheram o povo de fantasias. Meu Deus do Céu! Tinham audiências aí que virou uma verdadeira guerrilha, não sabe? Eu participei, depois fui embora, porque era pura diabrura. Tinha exército e tudo” (Entrevista nº 5).

As vezes a indignação era tanta, que em momento acalorado com os guerreiros Kayapó se ouriçavam. O padre Renato Trevisan que tinha muito experiências com essa etnia tinha que intervir na língua deles para apaziguar os ânimos. Mesmo na audiência que era realizada fora da região do Belo Monte, como a que aconteceu em Belém a IC se mobilizava e participava ativamente. Como analisam Barros e Ravena (2011), nestas audiências públicas os atores dos movimentos sociais e demais organizações contrárias à construção de Belo Monte não conseguiam se manifestar, o único espaço era a mídia nacional e internacional que acompanhavam esses eventos.

O interesse não era a veracidade dos fatos, mas a credibilidade da informação passada. Da participação nestes eventos, o bispo narra: “nas audiências chamadas de ‘públicas’ não se fala a verdade nem existe real possibilidade para o povo manifestar as suas dúvidas, fazer indagações e apresentar críticas [...] são apenas parte do ritual em que enviados da Eletrobrás ou Governo recitam um rosário de vantagens e benefícios” (SUESS, p. 119, 2009).

No último nível de participação da IC nos conflitos provocados pelo projeto de Belo Monte, eram os protestos que se espraiaram por todo o país, especialmente, em momentos fortes. Estes eram os que mais incomodavam. Passeatas, ocupação de prédios públicos, bloqueio da rodovia, ocupação do canteiro de obras eram algumas estratégias dos movimentos para que fossem ouvidos.

Na primeira e segunda fases da trajetória do projeto, a Prelazia, organizava, como também, cedia os espaços físicos para os acontecimentos dos grandes encontros de mobilização contra as barragens. Na terceira fase, quando se fechou o diálogo, a prelazia e os movimentos sociais, mesmo divididos pela cooptação de lideranças realizada pelo governo, travaram luta hercúlea, enfrentando a criminalização dos movimentos e as perseguições e até mesmo a morte como foi o caso do Dema (2001) e da missionária Dorothy Stang (2005).

Nestes acontecimentos, além dos movimentos contrários à Belo Monte, a IC sempre se fez presente por intermédio do bispo, padres, lideranças comunitárias, entre outros. Merece destaque a presença de congregações religiosas femininas: Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, Franciscanas Ingostat e Precioso Sangue de Cristo.

A título de exemplo da participação da IC dentre tantos momentos dessas manifestações, há três muito significativos. O primeiro, em 19 de julho de 2006, nas manifestações pró hidrelétrica, Dino Barile, coordenador regional da Secretaria de Agricultura do Pará em Altamira e, Ary Cavalcante, presidente da ONG Bio Ambiente acabaram processados por ameaçarem e incitarem a violência aos membros da IC. No evento, disse Cavalcante: "Convoco a vocês, quem tiver coragem de encarar, nós vamos para a guerra e essa cambada de irresponsáveis que quer engessar a nossa região, descer o cacete neles".

Em seguida, vociferou Barile: "A hidrelétrica vai ser construída queira padre, queira freira e aos diabos que os carregue" (MPF, 2007). Consta no mesmo ofício do MPF (2007), a ameaça de morte sofrida pelo bispo Dom Erwin Kräutler por meio telefônico que dizia que ele seria assassinado no dia 29 de dezembro de 2006. Neste ano o bispo havia recebido o prêmio de Direitos Humanos concedido pelo Ordem dos Advogados do Brasil por sua atuação em defesa da vida e do meio ambiente.

No segundo, em 22 de junho de 2010, o então presidente Lula se irritou com a presença dos manifestantes críticos ao projeto chamando-os de meninos bem-intencionados (SAVARESE, 2010). O evento foi realizado no estádio municipal justamente para evitar protestos, mas uma boa parte conseguiu entrar.

Estavam presentes entres tantos manifestantes todas as lideranças católicas e lideranças dos movimentos sociais como MXVPS. Esse momento foi emblemático porque estava no palanque a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, também do PT, que antes era contra o empreendimento.

A *International rivers* (2010) publicou uma nota sobre essa visita intitulada: *Surdo, cego e displicente*²¹. Dentre pontos importantes: "Um forte aparato de repressão, composto pela

²¹ A nota foi assinada por Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS, Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB, Associação Brasileira dos Estudantes de Agronomia do Brasil - ABEEF, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade - MMCC, União da Juventude Socialista - UJS, Consulta Popular, Diretório Acadêmico da Universidade Federal

Força Nacional, pela Tropa de Choque e pela polícia militar, impediu que o protesto de cerca de 400 ribeirinhos, pequenos agricultores, estudantes e professores contra a hidrelétrica de Belo Monte chegasse ao presidente Lula esta semana, em Altamira”, e completou: “Esta semana no Pará, houve espaço para uma só voz, arrogante, displicente e prepotente. Lula, o governo federal e o governo estadual, que até hoje não se dignaram a ouvir os apelos dos ameaçados por Belo Monte”.

Um terceiro momento emblemático ficou registrado nas páginas dos jornais locais como o portal G1 da Globo: “*Paralisação de Belo Monte é comandada por bispo*” (BORGES, 2011). A notícia dava conta que o canteiro de obras foi tomado por mais de 200 índios liderados por Dom Erwin Kräutler, então bispo da Prelazia do Xingu. E de fato lá estavam as lideranças católicas junto com os políticos do Partido Solidariedade e Liberdade – PSOL, a senadora Marinor Brito e o deputado federal Edmilson Rodrigues.

Como se viu, a luta em torno da construção da UHEBM gerou um campo de disputas acirrado na Amazônia. Foram conflitos das mais variadas formas e naturezas: terra, água, moradia, trabalho, educação, saúde, saneamento básico (PONTES, 2011; HERRERA e MORREIRA, 2013; FLEURY e ALMEIDA, 2013; CORRÊA, 2016; MELO, 2016; RAMOS E ALVES, 2018; ZOURI, 2012; CAMPOS, 2016; MAGALHÃES e CUNHA, 2017). Em todos eles, a IC se fez presente protagonista ora como apoio, ora reivindicadora, sempre como opositora ao projeto. Tem um lugar no cenário político da região, por sua autoridade moral e pastoral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade do contexto das comunidades atingidas por barragens é muito mais complexa do que os relatórios oficiais apresentam. De fato, há uma diferença gritante entre o prometido e o cumprido nos planos de manejo socioambientais, de maneira enfática, quando se observa, em especial, a variável *comunidades* nos empreendimentos hidroelétricos na Amazônia. No Xingu não é diferente. A correlação de poder é assimétrica, com assédio sistemático das populações mais empobrecidas, que são inerentes a correlação de poder.

A pesquisa confirma como se dá a assimetria de poder em três dimensões contextuais: condições estruturais, ameaças e agressões e, por fim, assédio sistemático (poder desproporcional versus defesa e resistência). As relações de poder na região de Belo Monte tem essas condições estruturais (território degradado, contaminado, concentração de Ativos: terras, água, marginalização econômica, discriminação étnica e de gênero, sequestro das instituições do estado, crescimento populacional sem esperança), ameaças e agressões (aproximações ilegais, ameaças verbais, escritas, telefônicas, denúncias sem fundamento, despejos, detenções ilegais, lesões, estado de prevenção, sítio e outras restrições, criminalização de protestos, eliminação de mecanismo que amparam direitos) e assédio sistemático (vulnerabilidade sistêmica mais profunda, deslocamentos consumados, assassinatos).

A relevância do estudo sobre o papel da Igreja nos conflitos em torno da UHE Belo Monte se faz pelo fato de que esta comunidade de fiéis se espalha em comunidades por toda a região Amazônica, em meio a outros conflitos socioambientais, e a compreensão do papel dela nos conflitos supracitados pode ser útil para comunidades congêneres em outras partes desta região.

No caso específico de Prelazia do Xingu, hoje Diocese do Xingu, essa Igreja particular tem um papel decisivo no embate em torno da construção da UHEBM, em que opositores vencem no primeiro momento, impedindo a construção do projeto kararaô (7 barragens no rio Xingu), porém perdem em outro momento, quando se constrói o projeto reelaborado. É importante notar que a participação da Igreja Católica nesse embate, se dá por duas razões. A primeira é a sinodalidade. A Prelazia do Xingu assume o alinhamento do Ensino Social da Igreja e concretiza em sua identidade local. A segunda é a concepção de outro modelo de desenvolvimento para a região. Não se pode esquecer a Igreja é o povo, o povo de Deus. Logo, os interesses da população local, sua vinculação com a cosmologia dos indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, migrantes é assumido como missão. Essa missão tem um lastro respaldo teológico realizado pela TL.

Nesse sentido, a participação da IC e sua relevância social e política têm razões ideológicas. Logo sua resistência ao projeto representava um outro modelo de desenvolvimento para a região. A participação da IC muda a natureza do conflito de Belo Monte. A disputa em torno de construção da usina hidrelétrica mostra que o verdadeiro conflito não está em torno da apropriação de recursos naturais, no caso a água, solo, madeira..., mas no confronto de duas visões de mundo: um depredatório; outro sustentável. A Igreja optou pelo sustentável.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A síntese de uma tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: UFOP, 2000.
- ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. *Patrologia*. Trad. Monjas Beneditinas. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1972.
- AMIN, Mario Miguel. *A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107. 17-38, 2015.
- ARINI, Juliana. *As narrativas nas revistas semanais impressas de informação: um estudo sobre a reportagem revista*. 10º Interprogramas de mestrado, São Paulo, Cásper Líbero, 2013.
- ASSMANN, Hugo. *Teología desde la praxis de la liberacion. Ensayos teológicos desde la américa dependiente*, 2ª ed. Salamanca, Sigueme, 1976.
- BARAGLIA, Mariano. *O poder na Igreja e as comunidades eclesias de base*. Tese Doutorado, FFLCH-USP, 1991.
- BARAUSSE, Paulo Tadeu. *O discipulado e o seguimento de cristo ressuscitado*. São Paulo: Loyola, 2013.
- BARBOSA, David Sampaio. *O Concilio Vaticano I e o governo português (1869-1870)*. Lusitania Sacra, n. 1, p. 11-40, 1989.
- BARROS, Thiago Almeida; RAVENA, Nírvia. *Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático*. Rio de Janeiro, Compolítica Associação Brasileira de pesquisadores em comunicação e política. IV Encontro da Compolítica, Universidade do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, 19(53), 71-86. 2004.
- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BINGEMER, M.C.L. As comunidades Eclesiais de Base: vida e esperança. Rio de Janeiro: PUC, 2007.

BORGES, André. *Paralisação de Belo Monte é comandada por bispo*. Agencia Valor. Altamira, 27 de outubro de 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/10/paralisacao-de-belo-monte-e-omandada-por-bispo.html>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Deifel, 1989.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. JUSTIÇA FEDERAL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. AÇÃO PENAL Nº 5036513-15.2019.4.04.7000. Autor: Ministério Público Federal. Réus: RÉU: ANTONIO CARLOS DAIHA BLANDO, AUGUSTO ROQUE DIAS FERNANDES FILHO, EDISON LOBAO, MANOEL AILTON SOARES DOS REIS, MARCIO LOBAO, MARTA MARTINS FADEL LOBAO. Juiz Luiz Antônio Bonat. Curitiba, 2019.

BRASIL. Ministério Público do Federal. *MPF/PA questiona modelo de audiência pública de Belo Monte*. Belém: MPF, 2009.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Pará. Ofício PR/PA/GAB 03 n 0151. Belém: MPF, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese*. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.

BRUM, Eliane. Dom Erwin Kräutler: Lula e Dilma passarão para a história como predadores da Amazônia. São Paulo: Desacontecimentos, 2012.

BRUNEAU, Thomas C. Religião e politização no Brasil: Igreja e o Regime Autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.

BRUYNE, P., HERMAN, J., & SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMPOS, Cauê. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. 2016. 1 recurso online (201 p.). Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305054>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CASTRO, Renato Cardoso Alvares de. As oitivas indígenas no caso do licenciamento da barragem de Belo Monte. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA - CIC. São Paulo: Loyola, 2005.

CELAM. Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino Americano. Medellín, CELAM, 1968.

CELAM. Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino Americano. Puebla: CELAM, 1979.

CELAM. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino Americano. Santo Domingo: CELAM, 1992.

CELAM. Conferencias generales. Bogotá: CELAM, 2020. Disponível em <https://www.celam.org>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

CELAM. *Estatutos CELAM 2009*. Disponível em: <https://www.celam.org/documentos/Estatutos-CELAM.pdf>. Acessado 12 de maio de 2020.

CNBB. As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil. São Paulo, Paulinas 1986.

CNBB. Desafio Missionário: *Documentos da Igreja na Amazônia (Coletânea)*. Brasília, Edições CNBB, 2014.

CNBB. Mensagem ao povo de Deus sobre as Comunidades eclesiais de Base. São Paulo: Paulinas, 2010.

CNBB. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/quem-somos/>. Acessado em 12 de maio de 2020.

CNBB. Teologia da libertação ou do conflito? Brasília: CNBB, 2010.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 763 p.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica de. *A técnica da entrevista na pesquisa social*. Cadernos de Sociologia, porto Alegre, v. 9, p.143 – 159, 1998.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. Constituição Dogmática Lumen Gentium. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONGAR, Y. *Ministères et Communion Ecclésiale*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1971.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *Belo Monte, “um monumento à insanidade” – entrevista com Dom Erwin Kräutler*. 05 de abril de 2016. Disponível em <https://cimi.org.br/2016/04/38282/>. Acessado em 28 de outubro de 2020.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulos, 1997.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte*. *Novos Cadernos - NAEA*, v. 19, n. 3, p. 233-254, 2016.

COUTINHO, Ricardo Sérgio. A recepção como "pragmática argumentativa" uma visita ao conceito pelo olhar habermasiano. *Perspectiva Teológica*, n.37. p. 337-366, 2005.

CROSS, FL. *Council of Trent*. In: *Dictionary of the Christian Church* [Dicionário da igreja cristã]. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DA SILVA, Carolina Gual. A invenção da diocese e a definição da jurisdição episcopal: o caso dos dízimos (séculos XII-XIII). *Revista Veredas da História*, v. 10, n. 2, 2017.

DELGADO, J. M. y GUTIÉRREZ, J. (coords.): *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales*. Madrid: Síntesis, 1994.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II, 1997. *Constituição dogmática lumen gentium*. São Paulo: Paulos, 1997.

ELETOBRÁS. *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987 – 2010*. Plano 2010. Relatório Geral. Rio de Janeiro: Eletrobrás/MME, 1987.

FAUX, Jean-Marie. *Ensino Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2019.

FEARNSIDE, P.M. *Impactos Ambientais de grandes empreendimentos e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade*. Simpósio Nacional de Taxonomia e Biodiversidade, 1º a 3 de dezembro de 2009.

FEARNSIDE, P.M. *A barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por recursos na Amazônia*. In: José Antônio Herrera & Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (eds.) *hidrelétricas na*

Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influências das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. Hidroelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: INPA, v1 e 2, 2015.

FLEURY, L. C; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de belo monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XVI, n. 4, 2013.

FOLLMAN, José Ivo (org). *Ecologia integral, abordagens (im)pertinentes*. Volume I. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal – Querida Amazônia*. Ao Povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO _ . Carta encíclica *Laudato si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo, Paulinas, 2015a.

FRANCISCO, Papa. *Encontro com os povos da Amazônia*. Puerto Maldonado - Coliseu Madre de Dios, 19 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180119_peru-puertomaldonado-popoliamazzonia.html. Acesso em 25 de junho de 2021.

FRANCISCO. *Constituição apostólica, Episcopalis Communio, sobre o sínodo dos bispos*. In: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzioneap_20180915_episcopalis-communio.html. Acessado em 23 de outubro de 2020.

FRANCISCO. Discurso aos Padres Sinodais na abertura dos trabalhos sinodais. *Acta Apostolicae Sedis* 107, pp. 1136-1138, 2015b.

FRAXE, Therezinha et al. *Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais*. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). *Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente*. Manaus: EDUA, 2009.

FUNDO DEMA. *Uma história e luta de Dema*. Altamira, 01 de abril de 2014. Disponível em <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quem-somos/1427/>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2021.

GUSFIELD, Joseph. *The community: a critical response*. New York: Harper Colophon, 1975.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia*. Tradução de Beatriz Sidou. -- 2. ed. -- São Paulo: Centauro, 2001

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C. Y BAPTISTA, P. *Metodología de la investigación*. Madrid: McGraw-Hill, 1999.

HERRERA, José Antonio; MOREIRA, Rodolfo Pragana. *Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, 2013.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL - ISA. *Histórico*. Altamira: MXVPS, 2010.

INTERNATIONAL RIVERS. *Discurso do Pres. Lula no Ato por Belo Monte*. International Rivers, 22 de junho de 2010.

INTERNATIONAL RIVERS. *Nota sobre a visita do presidente Lula ao Pará*. Altamira, 23 de junho de 2010. Disponível em <https://archive.internationalrivers.org/pt-br/node/7359>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

IRIARTE, Gregório. *CEB, um novo jeito de ser Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1992.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. *PLURIVERSE. A Post-Development Dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019.

LESBAUPIN, Ivo. *Comunidade de base e mudança social*. Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social p. 54-79, 2000.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia*. São Paulo: Loyola, 2014.

- LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LOBATO, Elvira. *Belo Monte despertou jornalismo crítico em Altamira*. Observatório da Imprensa. Edição 1030, Ano 21, n.1124, 2019.
- LOCATELLI, Carlos (org.). *Barragens Imaginárias: a construção de barragens pela comunicação*. Florianópolis: Insular, 2015.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.
- MACHADO, Diego; MATOS, Fátima; SENA, Augusto, BAPTISTA, Maria. *O Modelo Metodológico Quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete e as Pesquisas Qualitativas de Fenômenos Sociais*. Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, 2016.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. São Paulo: SBPC, 2017.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANZATTO, Antonio. *As primeiras conferências do CELAM*. Vida Pastoral, n. 249, p 3-8, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1973.
- MELO, Kátia Maria dos Santos. *Lutas sociais e resistências na área de influência da usina hidrelétrica de belo monte: a Amazônia no cenário da mundialização do capital*. Tese (Doutorado em Política Social) Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, 2016.
- MELO, Sergio Carvalho Benício; SANTOS, Joubert Maria Leandro. *Os significados de Belo Monte das mídias sociais*. Revista Dossiê, ano 11, vol. 11, n. 30, p. 13 -36, jan/abr, 2014.
- MENDES, Ricardo Antônio Souza. *Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul/dez, 2013.
- MERRIAM, S. *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.

MESTERS, Carlos. Flor sem defesa: uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983.

MIRANDA, Tânia Nazarena de Oliveira. Igreja e território, entre o tempo, o espaço e os conflitos: discursos e práticas sobre Belo Monte. Nova Revista Amazônica - Volume VIII - Nº 03, 2020.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional*. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.). *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012a.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NETO, José Guida. *O Cristianismo e o direito romano tardio*. São Paulo: *Thesis*, ano V, v. 9, p. 36-53, 1º Semestre, 2008.

NORDSTOKKE K. *Câmara, Dom Hélder Pessoa* (Bishop). In: Gooren H. (eds) *Encyclopedia of Latin American Religions*. Springer, Cham, 2015.

OLIVEIRA, Maria. *Nenhuma partida é inútil*. Brasília: CNBB, 2013.

OLIVEIRA, P. A. R.. *CEB: unidade estruturante da Igreja*. In: Clodovis Boff e outros. (Org.). *As comunidades de base em questão*. 1ed. São Paulo: Paulinas, 1997.

PONTES, Felício. *Belo Monte de violências*. Piseagrama: Belo Horizonte, número 02, página 16 - 20, 2011.

PRELAZIA DO XINGU. *1ª Assembleia do Povo de Deus – relatório*. Altamira: Prelazia do Xingu, 1984.

RAMOS, André Marconato; DA FONSECA ALVES, Humberto Prates. *Conflito socioeconômico e ambiental ao redor da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 46, 2018.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

SAVARESE, Mauricio. *Lula visita local de obras da usina de Belo Monte e se irrita com manifestantes*. UOL Notícias. São Paulo. Em 22 de junho de 2010. Em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/06/22/lula-vai-local-de-obras-de-belo-monte-e-se-irrita-com-manifestantes.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de ativos intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHNAIBERG, Allan. *The political economy of environmental problems and policies: Consciousness, conflict, and control capacity*. Chicago: Northwestern University. *Advances in human ecology*, v. 3, p. 23-64, 1994.

SCHNEIDER, Theodor (org.) *Manual de dogmática v, I*. Editora Vozes, 2ª edição, 2002.

SEVÁ FILHO, O.; SWITKES, G. (Orgs.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. Berkeley-CA: International Rivers, 2005. Disponível em: <<http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. de 2020.

SIMMEL, Georg. *O conflito como sociação*. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2001.

SOUZA, L.A.G. *Centralização ou pluralidade? O caminho criativo das CEBs*. Mutações sociais, Rio de Janeiro, n. 1, 2002.

SUESS, Paulo (org.). *Servo de Cristo Jesus*. São Paulo, Paulinas, 2009.

TEIXEIRA, Faustino. *Histórias de fé e vida nas CEBs*. Revista Concilium, v. 296, n. 3 pp. 38-46, 2002.

TEIXEIRA, Faustino. *Os intereclesiais das CEBs: identidade em construção*. Perspectiva Teológica. v. 29 n. 78. CEBs: vida e esperança nas massas. 1997.

TEODORO, Mikaele. *O papel da mídia na cobertura de Belo Monte*. Opera Mundi. 5 de junho de 2012. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

VATICANO. *Apostolicae sedis commentarium officiale*. An. et Vol. LXIII. Cidade do Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1971.

VATICANO. *Cúria Romana*. Em.: <http://w2.vatican.va/content/romancuria/pt.html>. Pesquisado em 12 de maio de 2020.

VERÍSSIMO, Catarina; MARQUES, Joana. As metodologias de investigação em sociologia e ciências sociais. Educação, 2015. Disponível no site: <http://pt.slideshare.net/CatarinaAlexandra8/as-metodologias-de-investigao-em-sociologia-e-ciencias-sociais>.

ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, 2012.

TERCEIRA PARTE

1. CONCLUSÕES

Na construção e validação do Campo da sustentabilidade, filósofos, sociólogos, teólogos, ecologistas, ambientalistas, antropólogos, entre outros peritos e agentes, se dedicam a pensar a humanidade, a partir da premissa de que a civilização está vivendo um tempo *transepocal*, ou seja, um tempo de mudança de época. Um mesmo evento, sob duas possibilidades, marca esse câmbio.

O evento é a possibilidade que a humanidade tem de extinção ou auto extinção; e as possibilidades são, primeira, pelo uso de ogivas nucleares e, segunda, pelo fenômeno da crise ambiental, mundialmente, alertada pelos relatórios do Intergovernamental *Panel on Climate Change* - IPCC, os quais apresentam em agosto de 2021 cinco grandes resultados: 1,5°C de aquecimento antes do previsto; por conta desse aquecimento, mais mudanças transformadoras; A compreensão da ciência do clima junto com o nexos de eventos meteorológicos extremos se torna cada vez mais forte; as mudanças são sem precedentes na história recente e atingem todo o planeta; e, a cada grau de aumento da temperatura proporcionalmente aumentas os perigos e os custos.

Todos eles estão diretamente ligados a eventos climatológicos na Amazônia. A cheia do rio Negro, por exemplo, na região metropolitana de Manaus, capital do estado do Amazonas, atingiu o recorde histórico desde o início dos registros em 1902. Em 1 de junho de 2021, a cheia atingiu seus 30 metros.

Com esse diagnóstico, a despeito dos negacionistas, por meio de grandes escolas científicas, tendências políticas, entre tantas outras iniciativas, vem-se construindo respostas na tentativa de frear o avanço civilizacional rumo à baixa qualidade de vida, especialmente, das futuras gerações, ou até mesmo a extinção, desde a segunda metade do século passado. Esse movimento que é fundamentado na elaboração científica e pontuado por relevantes publicações, e se consolida em todo o mundo, quando dá forma ao campo da sustentabilidade.

No entanto, esse movimento encontra muita resistência e enfrentamentos provocados por aqueles que defendem o progresso infinito e por negacionistas da ciência, geralmente, políticos extremistas ou comprometidos com o mercado e com o empresariado dos ramos que subsistem sob a lógica do atual sistema de produção quer seja o modelo capitalista norte

americano, quer seja o modelo de socialismo chinês, modelos econômicos depredadores, porém radicalmente questionados.

A partir desse movimento de questionamento e proposição de novos modelos econômicos, pode-se vislumbrar que o caminho para a sustentabilidade é um caminho sem volta. Este campo da sustentabilidade é o espaço privilegiado de participação de todos os atores que compreendem que o futuro da humanidade depende das ações assumidas no presente. O movimento ambiental da sustentabilidade é um movimento para mudar a maneira como produzimos, consumimos e descartamos bens e serviços. É tão importante em seus efeitos sobre a cultura quanto sobre o clima, logo é um movimento de transformação civilizacional.

Esta tarefa, do enfrentamento da crise civilizacional, é uma empresa de todos. Assim sendo, esta tese teve como objetivo central ilustrar como uma organização, a Igreja Católica, que, a princípio não tem nada a ver com o mundo imanente, tornou-se uma atriz social e politicamente relevante nos conflitos socioambientais próprios do campo da sustentabilidade, especificamente, no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Teoricamente, a tese foi estruturada em dois eixos: contextual e temporal. Ambos explicados em três partes, pré-texto, com-texto e o pós-texto, que nos permitiram as leituras diacrônica e sincrônica do processo do conflito e da identidade e práxis da Igreja Católica na região. Essa leitura possibilitou apresentar a antiga Prelazia do Xingu com uma atriz relevante no campo da sustentabilidade, quando é um Igreja sinodal e quando participa ativamente dos processos socioambientais da Região, por sua incidência na formação do território, das comunidades, das comunidades eclesiais de base, das lideranças e dos movimentos sociais. A participação da Prelazia mostra que a batalha em torno da construção da UHEBM não se limita a uma disputa de interesses locais, mas de concepção de desenvolvimento do campo da sustentabilidade, logo que extrapola as fronteiras regionais, tornando-se uma atriz do mesmo campo.

1.1. Campo da sustentabilidade.

O campo da sustentabilidade, ainda que seja um espaço em construção, permite observar um cenário, descrever os atores, identificar os conflitos, entender os grandes empreendimentos, historiar o modo de desenvolvimento, neste caso, na Amazônia, escolher as ferramentas metodológicas, localizar o arcabouço conceitual. Estas foram tarefas que possibilitaram a composição desse produto intelectual que lançam luz em um contexto concreto.

Desde esta perspectiva, este estudo teve como finalidade analisar descritivamente a Igreja Católica e a relevância do seu papel socioambiental nos conflitos socioambientais geradas por um grande empreendimento na Amazônia do Brasil, a partir de um caso específico, que foi a construção da UHE de Belo Monte, na região central do Estado do Pará, nos municípios da área de influência direta e indireta do projeto que coincide com a atual Diocese do Xingu, antes Prelazia do Xingu.

Como uma tese de doutoramento, o estudo é resultado de 4 anos de dedicação na linha de pesquisa das dinâmicas socioambientais, cujo interesse está em identificar, para entender estas dinâmicas e, conseqüentemente, os impactos dos projetos de desenvolvimento na Amazônia, e assim produzir conhecimento, como também ferramentas, instrumentos, processos para formulação de propostas de gestão ambiental eficazes e eficientes. Esta é a segunda linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação no âmbito do Centro de Ciências do Ambiente, do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, de onde partiu e concluiu o estudo (PPGCASA, 2018).

1.2. A metodologia

A metodologia foi o estudo de caso, que possibilitou um estudo particular, profundo e específico do objeto da investigação, como também o passeio por outras dinâmicas próprias da complexidade desses projetos, já que este método permite uma estratégia que busca o “por que” e o “como” de casos particulares, pois a proposta é conhecimento aprofundado de algo específico. Na pesquisa foram utilizadas as três dimensões de estudo de caso: exploratória, descritivas e analíticas.

Na fase exploratória ocorreu o levantamento da teoria na vasta pesquisa bibliográfica; na descritiva, as entrevistas e participação em diversos fóruns sobre o projeto; e na analítica, possibilitou a construção dos resultados, os quais alcançou a investigação. Foram diversos livros, artigos nacionais e internacionais, nas diversas áreas que estudam Belo Monte, visitados para as várias conclusões que chegou o estudo, apresentado na forma dos quatro artigos/capítulos que compõem a essência desta tese.

Além do que já foi apresentado nesses artigos, nesta conclusão se apresenta dois pontos importantes do cenário dos grandes projetos na Amazônia, e de forma particular, do caso de Belo Monte. São eles, primeiro, a complexidade do conflito que se manifesta nas várias manifestações jurídicas da trajetória do projeto e, nele, a possibilidade de corrupção que

envolve esse tipo de empreendimento e, segundo, o envolvimento e a resistente posição da Igreja Católica e do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, ambos sempre contrários ao empreendimento, diferente de outros atores como o Partido dos Trabalhadores, que mudou de posicionamento quando o presidente Lula chegou ao poder. Esses são, dentre outros, o cenário presente que se sobressai quando da análise do projeto sob a ótica desta investigação.

1.3. Conflitos socioambientais

Como é sabido, o projeto de hidroelétricas no Rio Xingu figura nos planos do Governo Federal desde o período historicamente chamado de Ditadura Militar. O resumo histórico, dado pela Norte Energias e pesquisadores, dar clareza que em 1979 se concluiu os estudos de inventário da Bacia do Xingu; de 1980 a 1988 foram realizados os estudos de viabilidade do projeto que foram concluídos em 1989; em 1994 houve a revisão desses estudos que inundava áreas indígenas para não mais inundar; de 2000 a 2002 foi realizada, então, a segunda etapa dos estudos de viabilidade, por força do embargo logrado pelo MPF em 2001; em 2005 o Congresso Nacional edita o decreto legislativo 788 que autoriza a implementação do projeto; em 2009 os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impactos Ambientais são submetidos ao IBAMA; em 2010 a emissão da Licença prévia pelo IBAMA; 2010 a concessão pela ANEEL para o CONSÓRCIO CONSTRUTOR E Norte Energia; 2011 emissões das licenças de instalação dos canteiros de obras e da instalação do empreendimento, porém só iniciaram em 2013; 2015 licença de operação; e, em 2016, a presidente Dilma inaugura a primeira fase da usina.

Essa história entra entremeada de conflitos, demonstradas na batalha jurídica travada pelo Ministério Público Federal e o Consórcio Construtor. Para efeito de análise, de 2001 a 2016, o MPF trava uma batalha hercúlea contra as irregularidades normativas do empreendimento da UHEBM. O caso que envolve a construção desse empreendimento é vitrine de agressão às normas jurídicas, bem como ao próprio meio ambiente.

Não à toa, esse projeto foi alvo de 23 Ações Cíveis Públicas (ACP), 2 ações de improbidade administrativa e 01 Ação Cautelar Inominada. O procurador regional do Ministério Público Federal no Pará, aguerrido defensor do Rio Xingu, desenvolveu um blog chamado *Belo Monte de violências*, que denuncia as violações à lei, ao meio ambiente, ao ser humano na Amazônia e a parcialidade do Poder Judiciário

A hidrelétrica já está pronta, porém há vários processos que ainda não foram transitados e julgados. Vale ressaltar que a Associação do Ministério Público Federais tem se manifestado publicamente a respeito do posicionamento do poder judiciário que se utiliza da premissa do interesse nacional, para ratificar as violações ao ordenamento jurídico pela Norte Energia, tornando assim missão impossível barrar na justiça a hidroelétrica.

A UHE de Belo Monte segue gerando uma série de problemas, especialmente, para a Volta Grande do Xingu, que segundo os especialistas, não sobreviverá com a quantidade de água por aquele perímetro agora. Como já se sabia, o projeto não se sustentava nas medidas iniciais. Sobre pressão, o IBAMA cedeu e autorizou um fluxo maior de água para o canal que alimenta as turbinas e diminuiu a vazão para a Volta Grande do Xingu. Isso indica que *kararaô* (grito de guerra dos caiapós) segue sendo bradado, mesmo depois da hidrelétrica construída.

O modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia desde a invasão colonial e acentuado no Regime Militar, é muito questionável desde o ponto de vista da relação dos sistemas ambientais. As motivações do modelo de desenvolvimento exóticos à Amazônia são diferentes das motivações dos povos originários. A percepção da natureza dos povos que ali vivem, é diferente daquelas dos tecnocratas e magnatas.

Ensejo pelo qual essa motivação está na prática dos agentes das comunidades eclesiais de base da Prelazia do Xingu que conformam essa particular Igreja Católica. Ela, junto com o MXVPS, resiste o tempo inteiro contra o projeto em diversas frentes de luta: junto à Procuradoria no MPF, junto aos governos, junto à mídia, junto à opinião pública internacional. Seu sucesso é parcial, dada a modificação do projeto original, mas não tem sucesso total na empreitada de barrar a construção da hidrelétrica e mostra que o modelo de desenvolvimento para a região e para o mundo é equivocado.

Uma das principais razões é que os proponentes do projeto (empresários e governo federal) conseguem dividir a base das resistências, através dos argumentos da necessidade desse tipo de empreendimento para o desenvolvimento regional e nacional, e pela descarada cooptação de lideranças. O próprio Partido do Trabalhadores, do qual fazia parte a grande maioria de militantes dos movimentos sociais contrários a Belo Monte, muda de posição por razões já ilustradas, causando um racha na resistência.

Mas não só, é que o fundamento do conflito são concepções diferentes de desenvolvimento e a concepção vitoriosa que está enraizada na sociedade através da

propaganda enganosa da chegada do desenvolvimento, em que as pessoas desejam aumentar sua renda e seu consumo, não importando a que custo. É a visão do governo e das empreiteiras, cujos empresários, em sua grande maioria, foram presos no âmbito da Operação Lava Jato por corrupção. A preservação da natureza é um luxo para os que já resolveram o problema da sobrevivência e não tem relações muito estreitas com a natureza (como os índios).

Esta concepção que *passou um cavalo arreado e a região não soube montar* reflete já a dura realidade que o empreendimento não trouxe o que prometeu, como profetizava o bispo prelado, ou seja, o desenvolvimento para a região. Na verdade, Altamira, segundo a atlas da violência, no ano da inauguração da usina de Belo Monte, 2015, prefigurou como a cidade mais violenta do país

Destes impactos negativos foi do que se falou exaustivamente as instituições contrárias a UHEBM dentre estas a IC. Encontra-se igualmente nas ações do MPF, nos movimentos sociais e na academia. A análise da prática socioambiental dessas organizações e, conseqüentemente, a resistência a essas entidades foi importante, porque, em primeiro lugar, tem um papel relevante na história do conflito e, em segundo, porque o embate persiste.

Para uma voz forte da Igreja e dos movimentos sociais em Altamira, dom Erwin Kräutler, a *Guerra de Belo Monte* ainda não terminou. Essa compreensão parte de duas análises importantes. A primeira é técnica; a segunda política. Porém, ambas se resumem na perspectiva do modelo de exploração econômica da Amazônia, que há cinco séculos se repete.

Está claro que Belo Monte não é, nem poderá ser a única barragem no Rio Xingu, como foi redesenhado no projeto, haja vista a sazonalidade do rio e a impossibilidade da geração dos prometidos 4.500 MW médios, muito menos os 11.000 MW de potência instalada, os contratos com os investidores asseguram esta geração, em caso contrário, se resolverá nos tribunais em Nova York. O painel de especialista, coordenado pela professora Sônia Magalhães, já alertava para essa estratégia barragista: primeiro aprovar e realizar uma, depois construir outras para o armazenamento de água para o tempo de estiagem.

A estratégia é dizer que houve um erro e ele necessita ser corrigido. Em outubro de 2019, a Norte Energia SA publicou documento (CE 06512019- PR) que afirmava a necessidade de alteração da vazão do reservatório intermediário, pois a estiagem severa daquele ano poderia causar danos na estrutura da barragem principal. Inicia-se, então, a necessidade de se projetar o armazenamento de água para o tempo de estiagem, ou seja, a construção de novas barragens

como estava no projeto original. Por isso, a compreensão que Belo Monte não é uma guerra terminada.

Atualmente, outro passo dessa estratégia, é a de setores do Governo Federal e parte do Congresso Nacional que através de projetos de leis, como o 490/2007, tentam legalmente fragilizar a Constituição e a segurança jurídica, num processo conhecido como desterritorialização. O alvo dessas ações são as terras indígenas, especialmente na Amazônia, que importam economicamente por suas riquezas minerais.

As ações de inconstitucionalidade de artigos da Constituição encontram-se também em projetos de lei como o 191/2020 que tenta colocar territórios protegidos no mercado de terras, no mercado de *commodities*, especialmente mineral. Como se pode ver, Belo Monte já impacta diretamente terras indígenas protegidas pela Constituição. A aprovação de desproteção é outro passo importante na desconstrução e perdas de direitos.

O que se observa, portanto, é o contexto no qual ainda hoje insere a Amazônia como província a ser explorada, ou seja, a verificação dos conglomerados financeiros, em especial, empreiteiras e mineradoras sobre as terras e demais recursos naturais, não obstante, com a conivência dos poderes da República.

O que se nota é o posicionamento do executivo que tem nos indígenas e na Constituição entraves para o desenvolvimento econômico no modelo vigente, a ofensiva dos dispositivos neoliberais, especialmente, na esfera do legislativo e a chancela do judiciário, que esse projeto descumprindo normas elementares, são autorizados em sua maioria. Sem embargo, atores como a Igreja católica, a qual cunhou o conceito de *auricídio* – o genocídio pelo ouro, segue vigilante na conscientização e resistências a estas investidas do grande capital.

Uma das estratégias de lutas importantes da resistência à barragem de Belo Monte foi a compreensão da ultrapassagem das fronteiras, ou seja, não era uma questão local. Por isso, na perspectiva da denúncia e da busca de direitos, os resistentes ultrapassaram as fronteiras das áreas de impactos diretos e indiretos do empreendimento, quer sejam ideológicas, quer sejam geográficas, quer sejam jurídicas. Outra necessidade urgente é uma nova hermenêutica no direito, que compreenda o que significa o que verdadeiramente está em jogo nestes campos de disputas.

2. REFERÊNCIA GERAL

- ACSELRAD, H. *Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos avançados. 24 (68), 2010.
- ACSELRAD, H. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. In: ACSERALDO, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.
- ACSELRAD, H. *Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil*. Sociologias. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan. / abr. 2014, p. 84-105.
- ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23-40.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri. *Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito*. Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII: 5-8, Março/1993
- AFONSO, Cintia Maria. *Sustentabilidade, caminho ou utopia?* São Paulo: Annablume, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras tradicionalmente ocupadas: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”*. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A síntese de uma tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: UFOP, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione; FREURY, Lorena. *A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento*. Ambiente e Sociedade, v. XVI, nº 4, p. 141-158 dez, 2013.

- ALMEIDA, Márcio Lino de. *O que é a economia verde? mapeando a disputa pelo conceito*. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. *Patrologia*. Trad. Monjas Beneditinas. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1972.
- ALVES, Valderiza de Almeida. *Mad Maria, a ferrovia do diabo: entre a ficção e a História*. Manaus: UFAM, 2019. .
- ALVIM, P. de T. *Floresta amazônica, equilíbrio entre utilização e conservação*. Ciência e Cultura, Jun, v. 30, n. 1, p. 9-16, 1978.
- AMADO, João. *Manual de investigação qualitativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- AMIN, Mario Miguel. *A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107. 17-38, 2015.
- AMIN, Mario. *Política*. Tradução, introdução e comentários de Mário da Gama Kury. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1997.
- ARAGÓN, Luís E. (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMA/ UFPA, 1991.
- ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Belém: EDUA, 2009.
- ARAÚJO, R.; VIEIRA, I. C. G. *Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica*. Sustainability in Debate-Brasília, v. 10, n. 3, p. 366-378, 2019.
- ARINI, Juliana. *As narrativas nas revistas semanais impressas de informação: um estudo sobre a reportagem revista*. 10º Interprogramas de mestrado, São Paulo, Cásper Líbero, 2013.
- ARISTÓTELES. *Metafísica* vols. I, II, III, 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução, introdução e comentários de Mário da Gama Kury. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1997.

ASHISH KOTHARI, ARIEL SALLEH, ARTURO ESCOBAR,

ASHISH KOTHARI, ARIEL SALLEH, ARTURO ESCOBAR,

ASSMANN, Hugo. Teología desde la práxis de la liberación. Ensayos teológicos desde la América dependiente, 2ª ed. Salamanca, Sigüeme, 1976.

AZAMBUJA, A. M. S. Climatologia da Precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Belém: CPRM. 2018.

AZEVEDO, Lúcio. *Os jesuítas, Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & irmão, n. 20, 1999.

BADIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.

BAILLY, A. Enseigner les représentations régionales, géographie, images mentales et cartes mentales. Paris: Anthropos, 1989.

BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. Introduction: the theory and practice of sustainable development in EU perspective. In: BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. (Eds.). *The Politics of Sustainable Development: Theory, Policy, and Practice within the EU*. Londres: Routledge, 1997.

BAKER, Susan. Sustainable Development . Journal of Environmental Law, Volume 19, Issue 3, 2007, Pages 422–424. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jel/eqm026>.

BALASSA, Bela. *Os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento após a crise do petróleo*. Pesquisa e Planejamento Econômico, 11 (1), Abril. Rio de Janeiro: IPEA, 1981.

BARAGLIA, Mariano. *Evolução das Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1974.

BARAGLIA, Mariano. *O poder na Igreja e as comunidades eclesiais de base*. Tese Doutorado, FFLCH-USP, 1991.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. *Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio Madeira*, 2014.

BARAUSSE, Paulo Tadeu. *O discipulado e o seguimento de Cristo ressuscitado*. São Paulo: Loyola, 2013.

- BARBOSA, David Sampaio. *O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870)*. Lusitania Sacra, n. 1, p. 11-40, 1989.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Thiago Almeida; RAVENA, Nírvia. Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. Encontro da compolítica, Rio de Janeiro, 2011
- BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- BATISTA DOS SANTOS, S. E., RODRIGUES, J. D., RIBEIRO- DOS- SANTOS, A. K. C., ZAGO, M. A). Differential contribution of indigenous men and women to the formation of an urban population in the Amazon region as revealed by mtDNA and Y- DNA. American Journal of Physical Anthropology: The Official Publication of the American Association of Physical Anthropologists, 109(2), 175-180, 1999.
- BECK, S e OOMEN, Jeroen. Imagining the corridor of climate mitigation – What is at stake in IPCC’s politics of anticipation? Environmental science & policy, , Vol.123, p.169-178. Setembro de 2021.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, 19(53), 71-86. 2004.
- BECKER, Bertha K. *Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Cien. Hum., Belém, v. 1, p. 17-23, jan.-abr., 2010.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BEOZZO, José Oscar. Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BERMANN, Célio. *O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma*. Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/895>. Acessado em 25 de junho de 2020.
- BETTANINI, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BEZERRA, Joana. A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, 2012.

BIDAU, Claudio J. The katydid that was: the tananá, stridulation, Henry Walter Bates and Charles Darwin. *Archives of natural history*, v. 41, n. 1, p. 131-140, 2014.

BIESIEGEL, W.R.; Bernardelli, A.L.; Drumond, N.; Ruff, A.W. & Tremaine, J.W. *Geologia e recursos minerais da Serra do Carajás*. Revista Brasileira Geociências 3: 215-242, 1973.

BINGEMER, M.C.L. *As comunidades Eclesiais de Base: vida e esperança*. Consultado em 29 de dezembro de 2007.

BLEY, L. *Os Estudos de Percepção em Geografia na UFPR*. In: BLEY, L. (Org.) *Percepção em Geografia*. Curitiba: UFPR, 1995.

BOFF, L. *Sustentabilidade: O que é - o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012

BOFF, Leonardo. *Frei Betto: Comunidades Eclesiais de Base: CEBs*, 2018. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2018/01/31/frei-betto-comunidades-eclesiais-de-base-cebs/>.

BORGES, André. *Paralisação de Belo Monte é comandada por bispo*. Agencia Valor. Altamira, 27 de outubro de 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/10/paralisacao-de-belo-monte-e-omandada-por-bispo.html>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

BOUDON, Raymond. *Les méthodes em sociologie*. Paris: Universiteires de France, 1973.

BOURDIEU, P. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, ELETROBRAS. *Potencial Hidrelétrico Brasileiro*. SIPOT. Dezembro de 2018. Disponível em:

<https://eletrobras.com/pt/AreasdeAtuacao/geracao/sipot/Potencial%20Hidrelétrico%20Brasileiro%20por%20Região%20-%20Dezembro%202018.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

BRASIL, ELETRONORTE. *Aproveitamento Hídrico de Belo Monte: Estudos de impacto ambiental*. Rio de Janeiro: Centrais Elétricas Brasileiras, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Plano Nacional de Energia 2050*. Brasília: MME/EPE, 2020.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Potencial hidrelétrico brasileiro está entre os cinco maiores do mundo*. Brasília, 2015.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL ENERGIA ELÉTRICA. *Sistemas de informação da geração da ANEEL – SIGA*. Brasília: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

BRASIL. JUSTIÇA FEDERAL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. AÇÃO PENAL Nº 5036513-15.2019.4.04.7000. Autor: Ministério Público Federal. Réus: RÉU: ANTONIO CARLOS DAIHA BLANDO, AUGUSTO ROQUE DIAS FERNANDES FILHO, EDISON LOBAO, MANOEL AILTON SOARES DOS REIS, MARCIO LOBAO, MARTA MARTINS FADEL LOBAO. Juiz Luiz Antônio Bonat. Curitiba, 2019.

BRASIL. Ministério Público do Federal. *MPF/PA questiona modelo de audiência pública de Belo Monte*. Belém: MPF, 2009.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Pará. Ofício PR/PA/GAB 03 n 0151. Belém: MPF, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Tabela Belo Monte*. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Brasília: MPF, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Tabela_de_acompanhamento_Belo_Monte.pdf.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese*. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.

BRUM, Eliane. Dom Erwin Kräutler: Lula e Dilma passarão para a história como predadores da Amazônia. São Paulo: Desacontecimentos, 2012.

BRUNEAU, Thomas C. Religião e politização no Brasil: Igreja e o Regime Autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.

BRUYNE, P., HERMAN, J., & SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUENO, Magali Franco. O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos e da mídia impressa. São Paulo: USP, 2002.

BURSZTYN, Marcel (org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CAMPOS, Adriana Fiorotti et al. Deregulation, flexibilization and privatization: Historical and critical perspective of the brazilian electric sector. *The Electricity Journal*, v. 33, n. 7, p. 106796, 2020.

CAMPOS, Cauê. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. 2016. 1 recurso online (201 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305054>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. *Método de análises de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Brasília: Revista Brasileira de Enfermagem, set/out, 611-614, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CARRASCO, V.; MANOEL, J. *Valeu a pena privatizar a Vale?* Rio de Janeiro: Brasil, Economia e governo. 06 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/04/06/valeu-a-pena-privatizar-a-vale/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

CASARA, Marques. *O Simulacro Ecológico: Fálacia, poder e hegemonia no discurso de Desenvolvimento Sustentável*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. 2016.

CASTRO, Edna (org.). *Territórios em transformação na Amazônia. Saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Renato Cardoso Alvares de. *As oitavas indígenas no caso do licenciamento da barragem de Belo Monte*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

CATALISA. *O Conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável*. Retrieved from (2010). Disponível em: http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=59. Consultado em 26 de janeiro de 2020.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA - CIC. São Paulo: Loyola, 2005.

CATTON, W; DUNLAP, R. *Environmental sociology: a new paradigm*. The American Sociologist, Washington, D.C., v.13, n.1, Feb.1998.

CELAM. *Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino Americano*. Medellín, CELAM, 1968.

CELAM. *Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino Americano*. Puebla: CELAM, 1979.

CELAM. *Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino Americano*. Santo Domingo: CELAM, 1992.

CELAM. *Conferencias generales*. Bogotá: CELAM, 2020. Disponível em <https://www.celam.org>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

Celam. *Documento de Aparecida, Texto conclusivo da IV Conferência Geral do Episcopado Latino*. São Paulo: Paulinas, 2007.

CELAM. *Estatutos CELAM 2009*. Disponível em: <https://www.celam.org/documentos/Estatutos-CELAM.pdf>.

CERETTA, Celestino. *História da igreja na Amazônia Central*. V. 1 e 2. Manaus, Valer, 2008.

CHAVES, M. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. *Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo*. INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, v. 8, n. 13, p. 99-106, 2006.

Chichilnisky, Graciela. *What Is Sustainable Development?* Land Economics, 73, issue 4, p. 467-491, 1997. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:uwp:landec:v:73:y:1997:i:4:p:467-491>.

CHRISTO, C. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CNBB. *As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil*. São Paulo, Paulinas 1986.

CNBB. *Desafio Missionário: Documentos da Igreja na Amazônia (Coletânea)*. Brasília, Edições CNBB, 2014.

CNBB. *Mensagem ao povo de Deus sobre as Comunidades eclesiais de Base*. São Paulo: Paulinas, 2010.

CNBB. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CNBB. *Quem Somos*. Em: <https://www.cnbb.org.br/quem-somos/>. Consultado em 12 de maio de 2020.

CNBB. *Teologia da libertação ou do conflito?* Brasília: CNBB, 2010.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO - CDC. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica de. *A técnica da entrevista na pesquisa social*. Cadernos de Sociologia, porto Alegre, v. 9, p.143 – 159, 1998.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. Constituição Dogmática Lumen Gentium. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONGAR, Y. *Ministères et Communion Ecclésiale*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1971.

CONNELLY, S. *Mapping Sustainable Development as a Contested Concept*. Local Environment, v. 12, n. 3, p. 259-278, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *Belo Monte, "um monumento à insanidade"* – entrevista com Dom Erwin Kräutler. 05 de abril de 2016. Disponível em <https://cimi.org.br/2016/04/38282/>. Acessado em 28 de outubro de 2020.

CORRÊA, Felipe. *Elementos para uma teoria libertária do poder*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte*. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 19, n. 3, 2016, p. 233-254.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte*. *Novos Cadernos - NAEA*, v. 19, n. 3, p. 233-254, 2016.

COSTA, S. T; TEIXEIRA, S D; FARIAS, L.J; MARQUIORO, G. S; ANDRADE, S. M; SILVA, J. A. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: análise Multitemporal da Produção de Energia e Impactos Ambientais*. *Revista Brasileira de Energias Renováveis*, v.8, n.1, p. 224-237, 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp HUCITEC, 1992.

COUTINHO, Ricardo Sérgio. A recepção como "pragmática argumentativa" uma visita ao conceito pelo olhar habermasiano. *Perspectiva Teológica*, n.37. p. 337-366, 2005.

CROSS, FL. *Dictionary of the Christian Church*. Oxford: University Press, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia: Um paraíso perdido*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

CURADO, Adriano. *Transamazônica, uma rodovia que não leva a lugar nenhum*. *Conhecimento Científico*. 2019. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/transamazonica-rodovia>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

DA SILVA, Carolina Gual. A invenção da diocese e a definição da jurisdição episcopal: o caso dos dízimos (séculos XII-XIII). *Revista Veredas da História*, v. 10, n. 2, 2017.

DA SILVA, M. H. C.; LIMA, L. N. F.; SILVA, S. C.; SILVA, B. V.; TAVARES, H. S. A.; FALCÃO, W. H. R.; SOUSA, M. L. P. S.; LIMA, S. C. *Resíduos sólidos: o uso da gestão*

ambiental como ferramenta para o manejo adequado do lixo urbano. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 85668-85677, 2020.

DE FRANCESCO, A.; CARNEIRO, C. (Eds.). *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca*. Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo, SP. 64 pp, 2015. Disponível em:<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/atlaspesca-bm.pdf>.

DELGADO, J. M. y GUTIÉRREZ, J. (coords.): *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales*. Madrid: Síntesis, 1994.

DESCARTES, René (1979). *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DOBSON, A. *Environment sustainabilities: An analysis and a typology*. Environmental Politics, v. 5, n. 3, p. 401-428, 1996.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II, 1997. *Constituição dogmática lumen gentium*. São Paulo: Paulos, 1997.

DURKHEIM, Emille. *Representações individuais e representações sociais*. São Paulo: Ícone, 1994.

EISENMENGER, N.; KRENMAYR, N.; NOLL, D.; PICHLER, M. The Sustainable Development Goals prioritize economic growth over sustainable resource use: a critical reflection on the SDGs from a socio-ecological perspective. *Sustainability Science*, v. 15, n. 4, p. 1101-1110, 2020.

ELETROBRÁS. *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987 – 2010*. Plano 2010. Relatório Geral. Rio de Janeiro: Eletrobrás/MME, 1987.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks*. Oxford: Capstone Publishing Limited, 1997.

ELKINGTON, John. *The zeronauts: breaking the sustainability barrier*. Routledge, 2012.

ELLIOTT, Jennifer. *An introduction to sustainable development*. London: Routledge, 2012.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. *A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de belo monte*. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XIX, n. 2, p. 247-266, abr.-jun. 2016.

FAUX, Jean-Marie. *Ensino Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2019.

FEARNSIDE, P. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's hydroelectric development of the Xingu river basin. *Environmental Management*, 38(1), p. 16-27, 2006.

FEARNSIDE, P.M. . *Impactos Ambientais de grandes empreendimentos e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade*. Simpósio Nacional de Taxonomia e Biodiversidade, 1º a 3 de dezembro de 2009.

FEARNSIDE, P.M. *A barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por recursos na Amazônia*. In: José Antônio Herrera & Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (eds.) *hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)*. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEDERICO DEMARIA, ALBERTO ACOSTA

FEDERICO DEMARIA, ALBERTO ACOSTA

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

Ferreira, Wladimir. *Mapas ciclos econômicos do Brasil*. 2012. Disponível em: <http://profwladimir.blogspot.com/2012/02/mapas-ciclos-economicos-brasil.html>. Consultado em 25 de março de 2021.

FICHTE, J. G. *A Doutrina-da-Ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: abril, Cultural, 1980.

FISCHER, Gustave-Nicolas. *Individuals and Environment: A Psychosocial Approach to Workspace*. Traduzido por Ruth Atkin-Etienne. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido. Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FOLADORI, Guillermo. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*, n. 6-7, p. 169-173, 2000.

FOLLMAN, José Ivo (org). *Ecologia integral, abordagens (im)pertinentes*. Volume I. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

FONSECA, Igor Ferraz et al. Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista do Serviço Público*, v. 64, n. 1, p. 7-29, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, 2006.

FRANCISCO, Papa. *Encontro com os povos da Amazônia*. Puerto Maldonado - Coliseu Madre de Dios, 19 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180119_peru-puertomaldonado-popoliamazonia.html. Acesso em 25 de junho de 2021.

FRANCISCO, papa. *Laudato' si*. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, papa. *Querida Amazônia*. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO. *Constituição apostólica, Episcopalis Communio, sobre o sínodo dos bispos*. In: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzioneap_20180915_episcopalis-communio.html. Acessado em 23 de outubro de 2020.

FRANCISCO. Discurso aos Padres Sinodais na abertura dos trabalhos sinodais. Acta Apostolicae Sedis 107, pp. 1136-1138, 2015b.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal – Querida Amazônia*. Ao Povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S; WITKOSKI, A. C. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C; MIGUEZ, S. F. *O ser da Amazônia: Identidade e invisibilidade*. Cienc. Cult. vol.61 no.3 São Paulo, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009. Acessado em 20/06/2021.

FRAXE, Therezinha et al. *Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais*. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente. Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, L. M. impactos ambientais no rio xingu diante da implantação da usina hidrelétrica de belo monte no estado do pará: subsídios para o planejamento ambiental. revista geonorte, Edição Especial 4, V.10, N.10, p.341– 345, 2014.

FREUD, S. *Das unbewusste*. Frankfurt, S. Fischer Verlag v.3, 1970b.

FREUD, S. *Die traumdeutung*. Frankfurt, S. Fischer Verlag, v.2, 1970a.

FRITZ, Samuel. Journal of the Travels. Wiesbaden, Hakluyt Society, 1967.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. *Antônio Delfin Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009.

FUNDO DEMA. *Uma história e luta de Dema*. Altamira, 01 de abril de 2014. Disponível em <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quem-somos/1427/>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2021.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GALILEA, Segundo. Espiritualidad de la liberación según las bienaventuranzas, Bogotá, CLAR, 1979.

GAMBOA, Cesar; CUETO, Vanessa la Rosa. *Matriz energética en el Perú y energías renovables*. Lima: Fundación Friedrich Ebert; Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), 2012.

GAZETA DO POVO. *Czar da ditadura e conselheiro do PT*. Consultado em 13 de outubro de 2020. Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/czar-da-ditadura-e-conselheiro-do-pt-o-economista-investigado-na-lava-jato/>. Acesso em 25 de jun de 2021.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the economic process*. Boston: Harvard University Press, 1968.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1968). *Utility*. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. vol. 16, London: Macmillan Press, 1968.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Unesp, 2017.

GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GILDING, Paul. *A grande ruptura. Como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

GIRALDIN, Raoni Machado. *Entre trânsitos e consumos: a presença dos trabalhadores de Belo Monte em Altamira, PA*. (Dissertação). Brasília: UNB, 2015.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: NAEA-UFPA, 1997.

GOLDEMBERG, José. *Energy in Brazil*. The Oxford Handbook of the Brazilian Economy, p. 358, 2018.

GOLDSTEIN, E. B. *Sensation and perception*. New York: Cengage Learning, 2013.

GOMES, Fábio Guedes. *Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal*. Revista de Sociologia e Política V. 17, Nº 32: 33-49 fev. 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.
- GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, José Aldemir de. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- GUSFIELD, Joseph. *The community: a critical response*. New York: Harper Colophon, 1975.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. Science, vol. 162, N. 3859, dezembro, 1968.
- HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. *Correio da Unesco*, v, 19 n. 8, p. 4 -9, 1991.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich . *Fenomenologia do espírito*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEMMING, J. Amazon frontier. The defeat of the Brazilian Indians. London: Papermac, 1995.
- HERCULANO, Selene. *Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos*. Revista Mundo e Vida: Alternativas em estudos ambientais, ano 1, n 1, UFF/PPCA –Eiocor, 2000.
- HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C. Y BAPTISTA, P. *Metodología de la investigación*. Madrid: McGraw-Hill, 1999.
- HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana. *Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, 2013.
- HIGGINS, Tiffany. *Belo Monte: maior e mais cara hidrelétrica brasileira não produz a eletricidade prometida por seus idealizadores*. Conexão Planeta, 2020. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/belo-monte-maior-e-mais-cara-hidreletrica-brasileira-nao->

produz-a-eletricidade-prometida-por-seus-idealizadores/#fechar. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. *Percepção e representação ambiental – métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental*. IN: (ORGS.) PINHEIRO, J. Q. e GUNTHER, H. *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HOCHSTETLER, K. *The politics of environmental licensing: energy projects of the past and future in Brazil*. *Studies in Comparative International Development*, v. 46, n. 4, p. 349-371, 2011.

HOEFFEL, J. L.; MACHADO, M. K.; FADINI, A. Múltiplos olhares, usos conflitantes-concepções ambientais e turismo na APA do Sistema Cantareira. *Rio Claro*, v. 7 n. 1, 2005.

HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo 2018*. Disponível do site: <https://www.ibge.gov.br/>, Acessado em: 12 de maio de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Estudo evidencia alteração da evapotranspiração e precipitação em áreas de pastagens e soja na Bacia do Rio Xingu*. Imagem Geosistemas Imagem MODIS / R6G2B1 / 2019. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL - ISA. *Histórico*. Altamira: MXVPS, 2010.

INTERNATIONAL RIVERS. *Discurso do Pres. Lula no Ato por Belo Monte*. International Rivers, 22 de junho de 2010.

INTERNATIONAL RIVERS. *Nota sobre a visita do presidente Lula ao Pará*. Altamira, 23 de junho de 2010. Disponível em <https://archive.internationalrivers.org/pt-br/node/7359>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

IRIARTE, Gregório. *CEB, um novo jeito de ser Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1992.

- JACOBS, M. Sustainable Development as a Contested Concept. In: DOBSON, A. (Ed.). *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*, trad. Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- JUNK, W. J. (Ed.) *The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1997.
- JUNK, Wolfgang J. *Ecology of the várzea, floodplain of Amazonian whitewater rivers*. In: *The Amazon*. Springer: Dordrecht, 1984. p. 215-243.
- JUNQUEIRA, Lília. *A noção de representação social da sociologia contemporânea*. Estudos de sociologia, v. 18, n. 18/19, 2005.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
- KELMAN, J. Características do potencial Hidroenergético na Amazônia. COPPE, UFRJ, UFR. Julho, 2008.
- KLARE, Michael. *A nova geopolítica da energia, 2008*. Disponível no site: <http://www.ecodebate.com.br/2008/05/26/a-nova-geopolitica-da-energia-artigo-de-michael-t-klare/>.
- KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. *PLURIVERSE. A Post-Development Dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019.
- KRÄUTLER, Guillerme. *Dos alpes austríacos ao Xingu e serra catarinense: Algumas guinadas do destino*. São Paulo, Baraúna, 2015.
- KÜLLER, M. L.; AGUIAR, F. F.; VASCONCELOS, A. N.; NETO, J. R. *Gerenciamento ambiental para implantação e operação da UHE Belo Monte e interações com a geologia de engenharia*. São Paulo: 16º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2018.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagem pelo Amazonas 1735-1745*. São Paulo, Nova Fronteira/ Edusp, 1992.
- LASZLO, Ervin. *The chãos point*. Reino Unido: Piatkus, 2006

- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno* (São Paulo: Editora WMF, 2009).
- LATOUCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. *La hora del decrecimiento*. Traducción de Rosa Bertran Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2010.
- LEAL, J.L.S. *A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento*. Tese de doutorado da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2019.
- LEFF, Enrique. *Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo: para a construção de uma pedagogia ambiental*. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 16, 2007.
- LEFF, Enrique. *Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*. Mexico: Siglo XXI, 2014.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Editora Vozes, 2009.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- LÉLÉ, S. *Sustainable Development: A Critical Review*. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.
- LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- LESBAUPIN, Ivo. *Comunidade de base e mudança social*. Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social p. 54-79, 2000.
- LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia*. São Paulo: Loyola, 2014.
- LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LIBANIO. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987.
- LIMA, K. *Lobão vê 'forças demoníacas' que impedem hidrelétricas*. O Estado de São Paulo, 29 de setembro de 2009.

- LITTLE, P. E. *Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política*. In: *A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOBATO, Elvira. *Belo Monte despertou jornalismo crítico em Altamira*. Observatório da Imprensa. Edição 1030, Ano 21, n.1124, 2019.
- LOCATELLI, Carlos (org.). *Barragens Imaginárias: a construção de barragens pela comunicação*. Florianópolis: Insular, 2015.
- LOVEJOY, Thomas; Nobre, Carlos. *Amazon Tipping Point*. Vol. 4, no. 2. *Science Advances*, 2018.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LYOTARD, J-F. *A Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MACHADO, Diego; MATOS, Fátima; SENA, Augusto, BAPTISTA, Maria. *O Modelo Metodológico Quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete e as Pesquisas Qualitativas de Fenômenos Sociais*. Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, 2016.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. São Paulo: SBPC, 2017.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANZATTO, Antonio. As primeiras conferências do CELAM. *Vida Pastoral*, n. 249, p 3-8, 2007.
- MARÉS, Carlos Frederico. *Introdução ao Direito Socioambiental*. In: LIMA, André (org). *O direito para o Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1973.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

- MARTINE, George. *Os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos na Amazônia*. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1991. P. 271-279.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MATINEZ-ALIER, Joan. *Environmental justice*. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. *Pluriverse, a post-development dictionary*. New Deli: Tukika Books, 2019.
- MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. *Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- MEDEIROS, Rodrigo Lima de. *A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica*. *Universitas Humanas, Brasília*, v. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez. 2015.
- MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Em 31 de março de 1970. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/2643/1482>. Acesso em 23 de setembro de 2020.
- MEIRELLES, J. C. *O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MELO, Kátia Maria dos Santos. *Lutas sociais e resistências na área de influência da usina hidrelétrica de belo monte: a Amazônia no cenário da mundialização do capital*. Tese (Doutorado em Política Social) Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, 2016.
- MELO, Sergio Carvalho Benício; SANTOS, Joubert Maria Leandro. *Os significados de Belo Monte das mídias sociais*. *Revista Dossiê*, ano 11, vol. 11, n. 30, p. 13 -36, jan/abr, 2014.
- MENDES, Eduardo Francisco; ROVELE, Emílio Lèbre La (Org.) *Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Estudos de caso da comissão Mundial de Barragens*. Relatório Final. Rio de Janeiro: COOPPE/UFRJ, 2000.

- MENDES, Ricardo Antônio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul/dez, 2013.
- MERRIAM, S. *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.
- MERRIAM, S. *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.
- MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa: uma explicação da Bíblia a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. 2. Ed. Belém: Cejup, 1986.
- MIRANDA, Tânia Nazarena de Oliveira. Igreja e território, entre o tempo, o espaço e os conflitos: discursos e práticas sobre Belo Monte. *Nova Revista Amazônica - Volume VIII - Nº 03*, 2020.
- MONTEIRO, M. de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53. 2005.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.
- MORIN,. *O Método 6: ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. *Des représentations sociales aux représentations collectives*, JODELET, Denise (sous la dir.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 62-86.
- MYERSON, G.; RYDIN, Y. *The Language of Environment: A New Rhetoric*. London: UCL Press, 1996. 264 p.
- NASCIMENTO _ . Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estud. av.* vol.26 no.74. São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. *Sustainability as a new political Field*. Cahiers do IIRPC, n. especial, p.51-8, 2010

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *IPCC, mais um alerta*. Ateliê de Humanidades, Fios do Tempo, agosto de 2021. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2021/08/14/fios-do-tempo-ipcc-mais-um-alerta/>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional*. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) *Enfrentando os limites do Crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. São Paulo: Estudos avançados, vol. 26, n. 74, 2012a.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; DRUMMOND, José Augusto (orgs.) *Amazônia, dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NETO, José Guida. *O Cristianismo e o direito romano tardio*. São Paulo: *Thesis*, ano V, v. 9, p. 36-53, 1º Semestre, 2008.

NEUMAYER, E. *Weak Versus Strong Sustainability: Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2013.

NISZ, C. *NASA prevê colapso da humanidade nas próximas décadas*. 2014. Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/vi-na-internet/nasa-prevê-colapso-da-humanidade-nas-próximas-décadas-172411575.html>.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília/São Paulo: Ibama/Cebrap, 2002.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista; SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Percepção e representação gráfica: a "geograficidade" nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. São Paulo: Universidade de São Paulo 2001.

NOGUEIRA, André. *Aventuras na História. "Belle époque" da Amazônia: Por décadas as capitais do Norte eram as mais desenvolvidas*, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/belle-epoque-da-amazonia>. Acesso em: 25/09/2020.

NORDSTOKKE K. *Câmara, Dom Hélder Pessoa* (Bishop). In: Gooren H. (eds) *Encyclopedia of Latin American Religions*. Springer, Cham, 2015.

NORTE ENERGIA S. A. *Plano Básico Ambiental - PBA*. Versão Final. Norte Energia AS. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/site/2012/05/16/projeto-basico-ambiental-da-uhe-belo-monte/>. Acessado em 29/06/2021.

NORTE ENERGIA. *Composição acionária*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri/composicao-acionaria>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

NORTE ENERGIA. *Relatório Anual e Socioambiental 2019*. Altamira: Norte Energia, 2019.

NORTE ENERGIA. *UHE Belo Monte*. 2014. Disponível em: www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe--belo-monte/a-usina. Acesso em: jan. 2020.

OLIVEIRA, J.P. & COHN, C. (Eds.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 pp, 2013. Disponível em: < <http://www.abant.org.br/file?id=1381>

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira*. Indiana, 2010, p. 19-46.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília - DF: ABA, 2014.

OLIVEIRA, Márcio de. *O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do Trabalho às formas elementares*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Maria. *Nenhuma partida é inútil*. Brasília: CNBB, 2013.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. "CEB: unidade estruturante da Igreja" in BOFF, Clodovis et ali. *As Comunidades de Base em questão*. SP, Paulinas, 1997.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS. *Resultados da operação histórico da operação: geração de energia*. Rio de Janeiro, 2018.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. *Banco Mundial: serão necessários 3 planetas para manter atual estilo de vida da humanidade*. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-serao-necessarios-3-planetras-para-manter-atual-estilo-de-vida-da-humanidade/>. Consultado em 27 de julho de 2020.

Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas - IPCC. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>.

Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas - IPCC. 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>.

PEARCE, D. W.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. Londres: Earthscan Publications, 1989.

PEIRANO, M. *A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia*. Revista de Antropologia, Florianópolis, 2004, p. 207-216.

PEREIRA, Marcos Villela. *Educação e arte: a consolidação de um campo interminável*. Revista Digital do LAV, n.4, mar. 2010.

PETRIN, Natália. *Modos de produção*. Estudo práticos, 2015. Disponível no site: <http://www.estudopratico.com.br/modos-de-producao-capitalista-escravista-feudal-e-mais>

PETRINI, João Carlos. *CEBS: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PIACENTINI, Patricia. *Ciência para o desenvolvimento sustentável dos oceanos*. Ciência e Cultura, v. 71, n. 1, p. 12-10, 2019.

PIAGET, Jean . *Psicologia e Epistemologia: Por uma teoria do conhecimento*. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

PIAGET, Jean. *Fazer e Compreender*. Trad. Cristina L. de P. Leite. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1978.

PINGUELLI ROSA, Luiz; ALVEAL, Carmem; REIS, Hugo Regis do; MESQUITA, Álvaro Augusto. *Environment, energy and economic development in Amazon*; Desenvolvimento econômico-energético e o meio ambiente na Amazonia. Brazil: N. p., 1990. Disponível em: <https://www.osti.gov/etdeweb/biblio/289341>.

PINTO, Augusto Octaviano. *Hydrographia do Amazonas e seus afluentes*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930.

PINTO, Lúcio Flávio. *De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?* Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol.7, n.3, pp.777-782, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de setembro de 2020.

PINTO, Lúcio Flavio. *O custo Belo Monte*. Manaus: Amazônia Real, em 02 mar 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-custo-de-belo-monte/>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

PINTO, Renan Freitas. *A viagem das ideias*. Estudos avançados, v. 19, p. 97-114, 2005.

PLATÃO. *A República*. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PONTES, Felício. *Belo Monte de violências*. Piseagrama: Belo Horizonte, número 02, página 16 - 20, 2011.

PONTES, Felício. *O custo de Belo Monte*. Brasília: ANPR, 2011b.

PRELAZIA DO XINGU. *1ª Assembleia do Povo de Deus – relatório*. Altamira: Prelazia do Xingu, 1984.

RAHNER, Karl. *Foundations of Christian Faith: an introduction to the idea of christianity*. New York: Crossroad, 1985.

RAMOS, André Marconato; DA FONSECA ALVES, Humberto Prates. *Conflito socioeconômico e ambiental ao redor da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 46, 2018.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: cena e cenários do Amazonas*. Manaus. Valer. 5 ed. 169 p. 2001.

REALE, G. *História da filosofia antiga*. vol. II: Platão e Aristóteles e vol. V Léxico, Índices e Bibliografia. 2ª edição. Tradução Henrique Cláudio de Lima Vaz & Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, n. 2, p. 245-249, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIETHOF, M. The international human rights discourse as a strategic focus in socio-environmental conflicts: the case of hydro-electric dams in Brazil. *International Journal of Human Rights*, v 21:4, 482-499, 2017.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Questões Nacionais nos Conflitos Socioambientais, na Construção de Barragens*. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALM, Rodolfo. *Belo Monte: a farsa das audiências públicas*. Ecodebate, 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/10/08/belo-monte-a-farsa-das-audiencias-publicas-artigo-de-rodolfo-salm/>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SALVADOR, Angelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e Novos Direitos*. São Paulo: Periópolis, 2005.

SANTOS, Ailton Dias Dos. *Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. IEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAVARESE, Mauricio. *Lula visita local de obras da usina de Belo Monte e se irrita com manifestantes*. UOL Notícias. São Paulo. Em 22 de junho de 2010. Em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/06/22/lula-vai-local-de-obras-de-belo-monte-e-se-irrita-com-manifestantes.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

- SCHELLING, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- SCHIFFMAN, H. R. *Sensação e Percepção*. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de ativos intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2002.
- SCHNAIBERG, Allan. The political economy of environmental problems and policies: Consciousness, conflict, and control capacity. Chicago: Northwestern University. *Advances in human ecology*, v. 3, p. 23-64, 1994.
- SCHNEIDER, Theodor (org.) *Manual de dogmática v, I*. Editora Vozes, 2ª edição, 2002.
- SCHNEIDER, Theodor *Manual de dogmática v, II*. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 2002.
- SCOTT, J.C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. In: Raízes, Campina Grande, vol.21, nº 01, jan/jun. 2002.
- SEGUNDO, Juan Luís. *Liberación de la teología*. Buenos Aires, Lohlé, 1975.
- SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Durkheim, Weber, Marx*. 4ed. Itajaí: Univali, 2002.
- SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica dos conflitos socioambientais na América do Sul*. Meridiano 47. N. 115, fev, 2010, p. 21 a 23.
- SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. *Perspectiva de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo*. Campinas: Unicamp, Revista Economia e Sociedade, v. 13, n. 2 (23), 2004.
- SEVÁ FILHO, A. O. *Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas* in: OLIVEIRA, João Pacheco de; Cohn, Clarice. João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília - DF: ABA, 2014.
- SEVÁ FILHO, O.; SWITKES, G. (Orgs.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. Berkeley-CA: International Rivers, 2005. Disponível em: <<http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>>. Acesso em: 20 de Ago. de 2020.
- SILVA, Wilson Matos da. *Genocídio e etnocídio dos povos indígenas*. Dourados: O Progresso Digital, 2011. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/variedades/genocidio-e-etnocidio-dos-povos-indigenas/42248/>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

- SIMMEL, Georg. *O conflito como sociação*. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2001.
- SIOLI, Harald. *Recent human activities in the Brazilian Amazon region and their ecological effects*. Tropical forest ecosystems in Africa and South America: a comparative review, p. 321-34, 1973.
- SIQUEIRA, I. S.; DIAS, T. S.; NETO, G. F. C.; ALVES, M. A. M. *A construção discursiva sobre o conceito de desenvolvimento sustentável*. NOVA REVISTA AMAZÔNICA, V., VIII - Nº 01 - ABRIL 2020.
- SKOLE, D. L.; CHOMENTOWISKI, W. H.; SALAS, W. A.; NOBRE, C. *Physical and human dimensions of deforestation in Amazonia*. BioScience, v. 44, n. 5, p. 314-322, 1994.
- SOUZA, A. P. S. *O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso e muitas vozes*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.
- SOUZA, L.A.G. *Centralização ou pluralidade? O caminho criativo das CEBs*. Mutações sociais, Rio de Janeiro, n. 1, 2002.
- STERNBERG, R. Hydroelectric energy: an agent of change in Amazonia (Northern Brazil). In Calzonetti, F. J. & Solomon, B. D. (eds.). Geographical dimensions of Energy. D. Reidel Publ. Comp.: 471-494, 1985a.
- STERNBERG, R. *Large scale hydroelectric projects and Brazilian politics*. Revista Geog., 101, Inst. Panam, de Geogr. e Historia, Mexico: 29-44. 1985b.
- SUESS, Paulo (org.). *Servo de Cristo Jesus*. São Paulo, Paulinas, 2009.
- TEIXEIRA, Faustino. *Histórias de fé e vida nas CEBs*. Revista Concilium, v. 296, n. 3 pp. 38-46, 2002.
- TEIXEIRA, Faustino. *Os intelecelsiais das CEBs: identidade em construção*. Perspectiva Teológica. v. 29 n. 78. CEBs: vida e esperança nas massas. 1997.
- TEIXEIRA, K. S, NOGUEIRA A. R. B. *A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida*. Revista do Departamento de Geografia (São Paulo. Online), n.13, p. 239-257, 1999.

TEIXEIRA, Luciana. *A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da gleba celeste*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.

TEODORO, Mikaele. *O papel da mídia na cobertura de Belo Monte*. Opera Mundi. 5 de junho de 2012. Acessado em 11 de fevereiro de 2021.

THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2002.

TOURAINÉ, Alain. *Os movimentos sociais*. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUNDISI, José Galizia et al. *How many more dams in the Amazon?*. *Energy Policy*, v. 74, p. 703-708, 2014.

TUNDISI, José Galizia. *Energia Elétrica, Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia*. São Paulo: Estudos Avançados. Estud. vol.21 n.59, 2007.

TUNDISI, José Galizia. *Gerenciamento integrado de bacias hidrográficas e reservatórios – Estudos de caso e perspectivas*. In: NOGUEIRA M. G.; HENRY, R.; JORCIN A. (Org.) *Ecologia de reservatórios: impactos potenciais, ações de manejo e sistemas em cascata*. São Carlos: Rima, 2005.

VALA, J. *Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social*. Em J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VALE. *Conheça mais sobre a história de Carajás, a maior mina de minério de ferro do mundo, 2018*. Disponível em: <http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/conheca-mais-sobre-historia-carajas-maior-mina-minerio-ferro-mundo.aspx>. Acesso em: 19/06/2021.

VATICANO. *Apostolicae sedis commentarium officiale*. An. et Vol. LXIII. Cidade do Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1971.

VATICANO. *Cúria Romana*. Em.: <http://w2.vatican.va/content/romancuria/pt.html>. Pesquisado em 12 de maio de 2020.

- VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia VII: raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2012.
- VEIGA, José Eli da, ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas: Autores Associados, 2008.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do séc. XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- VERÍSSIMO, Catarina; MARQUES, Joana. *As metodologias de investigação em sociologia e ciências sociais*. Educação, 2015. Disponível no site: <http://pt.slideshare.net/CatarinaAlexandra8/as-metodologias-de-investigao-em-sociologia-e-ciencias-sociais>.
- VIANA, V. M. *As florestas e o DESEnvolvimento sustentável na Amazônia*. 2. ed. Manaus: EditoraValer, 2007.
- VICENTINI, Juliana de Oliveira; ALBUQUERQUE, Carolina de. O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). *Desenvolvimento em questão*, ano 19 • n. 54 • jan./mar., 2021.
- WALLACE-WELLS, David. *A terra inabitável. Uma história do futuro*. São Paulo: Cia das letras, 2019.
- WCED. *Our Common Future*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 1987, 400p.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência*. São Paulo: Edusp, 1993.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon rubber boom, 1850-1920*. Stanford University Press, 1983.
- ZÁRATE, Carlos G. Frentes extractivos y fronteras políticas en la amazonia en la época del caucho. *Gestión y ambiente*, v. 9, n. 3, p. 55-67, 2006.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos socioambientais*. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs). *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa. *Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia*. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa. *Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

ZIMMERLI, E. R.; SIENA, O. *conflitos socioambientais pela construção das usinas de santo antônio e de jirau no rio madeira*. *Revista de gestão social e ambiental, São Paulo (sp)*, v. 7, n. 3, p. 89–104, 2013.

3. ANEXOS

3.1. ANEXO A

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Boa dia/ boa tarde, meu nome é SILVIO MARQUES SOUSA SANTOS, sou entrevistador de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Amazonas a respeito da participação da Igreja Católica nos conflitos em torno de implementação da Hidroelétrica de Belo Monte e gostaria de lhe fazer umas poucas perguntas. Teria alguns minutos para me ajudar?

A. Cidade: _____ B. Há quanto tempo vive nesse cidade? _____

C. Sexo: 1 () Masculino 2 () Feminino 3 () Outro D. Pertence a alguma religião: () Não.

() Sim. Qual: _____ E. Idade: _____

1. Para o senhor/a o que é a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte?
2. Quando senhor/a ouviu falar a primeira vez na instalação de uma Usina Hidroelétrica no Xingu?
3. Conhece a história da UHE BM? 1. Completamente () 2. Razoavelmente () 3. Mais ou menos () 4. Pouco () 5. Nada ().
4. Como se deu o processo de construção desse projeto?
5. Quais eram as instituições e seus respectivos representantes que estavam envolvidas no caso de UHE de Belo Monte?
6. Quais eram as pessoas e suas respectivas instituições responsáveis pela implementação do projeto Belo monte?
7. Por que e quais eram as instituições que estavam a favor do projeto?
8. Por que e quais instituições eram contra o projeto da Hidroelétrica?
9. Conhece os conflitos que foram gerados por causa de projeto de Belo Monte? 1. () Todos 2. Quase todos () 3. alguns () 4. já ouvi falar () 5. Não sei ().
10. Pode citar alguns desses conflitos e sua natureza?
11. Quais os conflitos que a Igreja Católica esteve presente de alguma maneira? 1. Todos (); 2. Quase todos (); 3. alguns () 4. Um () 5. Nenhum (). Quais?
12. Poderia responder o porquê da Igreja Católica se envolver nesses conflitos?
13. Quais os organismos da igreja católica que estavam presentes nos debates ou nos conflitos de Belo Monte?
14. Conhece as pessoas em nome da igreja católica que estavam nos conflitos: 1. Todas () 2. Quase todas () 3. Algumas () 4. Uma () 5. Nenhuma (). Pode citar algumas delas?
15. O Senhor(a) acompanhou o resultado desses conflitos: 1. Sim () 2. Não () 3. Pouco ().
16. Para você, qual o papel da Igreja Católica em Altamira?

17. Que relevância tem a participação da Igreja Católica nos conflitos que aconteceram por causa de Belo Monte? () Muito relevante. () Mais ou menos relevante. () Pouco relevante. () Nada relevante.
18. Por que a Igreja católica tem esse nível de relevância para você?

3.2. ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **“O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO CAMPO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA, O CASO DE BELO MONTE”**, sob a responsabilidade do pesquisador Sílvio Marques Sousa Santos do doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, do Centro de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas, Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Setor Sul, Centro de Ciências do Ambiente, no Setor Sul – Coroado, CEP: 69.077-000 - Manaus/AM, telefone (92) 99212 3491, e-mail: kacto@hotmail.com, tendo como orientadora a professora Dra. Terezinha de Jesus Pinto Fraxe, Professora do Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Setor Sul, Centro de Ciências do Ambiente, no Setor Sul – Coroado, CEP: 69.077-000 - Manaus/AM, telefone (61) 3107-6002, e-mail: ppgcasa@ufam.edu.br.

A pesquisa tem como objetivo principal: analisar o papel da Igreja Católica no campo socioambiental, tomando como terreno de pesquisa o projeto da UHE de Belo Monte em Altamira, Pará. Além disso, busca-se também: Evidenciar o processo de implantação do projeto; caracterizar os conflitos, sua natureza e os atores na implantação do projeto no período entre os anos 2000 e 2018; como também, desvelar o papel social desempenhado pela igreja católica.

Sua participação é VOLUNTÁRIA e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. O local, horário e data das entrevistas serão realizadas de acordo com a disponibilidade e de comum acordo entre pesquisador e entrevistado. Caso aceite, você responderá a um roteiro de entrevista e terá total liberdade de não responder a qualquer pergunta

do roteiro que por ventura considere constrangedora ou ainda de retirar seu consentimento de participação a qualquer momento, inclusive após conclusão da pesquisa. As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas, ficando sob a guarda do pesquisador. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e que na existência de riscos seja de ordem emocional, psicológica ou moral, no caso de dessas pesquisa os riscos são quebra de sigilo e constrangimento, porém prestaremos assistência ao participante da pesquisa de acordo com a resolução 466 de dezembro de 2012: II.3.1 - assistência imediata – é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e II.3.2 - assistência integral – é aquela restada para atender complicações e danos. E se comprovado que o participante da pesquisa sofreu qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa nas suas diferentes fases, terá direito à indenização, por parte do pesquisador. Aos participantes estão assegurados o direito a indenizações e cobertura material para reparação o dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Vale destacar, ainda que existem garantia de ressarcimento e o modo como deverá ser realizado o ressarcimento das despesas do participante da pesquisa e de seu acompanhante, quando necessário. Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a "transporte" e "alimentação", mas a tudo o que for necessário ao estudo (Item IV.3.g, da Resolução CNS nº. 446 de 2012). Para tanto, o principal benefício da pesquisa será contribuir com as discussões sobre o papel da Igreja Católica no campo dos conflitos socioambientais na Amazônia.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Rua Rainha da Paz, 101, São Jorge, Manaus -AM, pelo telefone (92) 99212 - 3491 ou pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, localizado na Rua Terezina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, e-mail: **cep.ufam@gmail.com**. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP é um órgão institucional que tem por objetivo proteger o bem-estar dos indivíduos pesquisados.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____,
fui informado pelo pesquisador dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos da entrevista, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, declaro que concordo participar da pesquisa.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do participante

Sílvio Marques Sousa Santos

(Pesquisador Responsável)

Prof. Dra. Terezinha de Jesus Pinto Fraxe

Orientadora da Pesquisa